

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

KARINA REGALIO CAMPAGNOLI

**“DA ZELOSA MÃE E ESPOSA À RECATADA PROFESSORA, TRABALHADORA E
CIDADÃ DE DIREITOS”: REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES E DA SUA
EDUCAÇÃO NO DIÁRIO DOS CAMPOS NAS DÉCADAS DE 1920/1930**

**PONTA GROSSA
2020**

KARINA REGALIO CAMPAGNOLI

“DA ZELOSA MÃE E ESPOSA À RECATADA PROFESSORA, TRABALHADORA E CIDADÃ DE DIREITOS”: REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES E DA SUA EDUCAÇÃO NO DIÁRIO DOS CAMPOS NAS DÉCADAS DE 1920/1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Nívio de Campos

**PONTA GROSSA
2020**

C186 Campagnoli, Karina Regalio
 "Da zelosa mãe e esposa à recatada professora, trabalhadora e cidadã de direitos": representações das mulheres e da sua educação no Diário dos Campos nas décadas de 1920/1930 / Karina Regalio Campagnoli. Ponta Grossa, 2020.

228 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nívio de Campos.

1. Educação. 2. Mulheres. 3. Gênero feminino. 4. Representações. I.
Campos, Nívio de. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

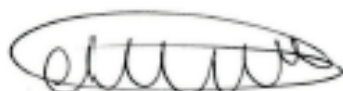
CDD: 305.48

TERMO DE APROVAÇÃO

KARINA REGALIO CAMPAGNOLI

"DA ZELOSA MÃE E ESPOSA À RECATADA PROFESSORA, TRABALHADORA E CIDADÃ DE DIREITOS": REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES E DA SUA EDUCAÇÃO NO DIÁRIO DOS CAMPOS NAS DÉCADAS DE 1920/1930

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador (a)

Prof. Dr. Nêvio de Campos - UEPG



Prof. Dra. Evelyn de Almeida Orlando - PUC/PR



Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves - UEPG



Prof. Dr. Erico Ribas Machado - UEPG

Ponta Grossa, 27 de março de 2020.

À memória de minha Mãe, Ida Irene Scheifer Regalio,
minha melhor e mais completa representação de mulher.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Ida Irene Scheifer Regalio (*in memorian*), por ter sido sempre uma mãe maravilhosa. Mesmo já tendo cumprido sua jornada terrena, seus exemplos e as lembranças de seu cuidado e amor me acompanham em todos os momentos. Ela foi minha inspiração para esta pesquisa. Sempre que pensava em uma mulher equilibrada, forte, alegre, lutadora, trabalhadora, que soube driblar as dificuldades com muita maestria, fazendo uso de diversas estratégias para vencer os obstáculos da vida, lembro de minha mãe.

Agradeço também ao meu pai, Osvami de Jesus Regalio, por me ensinar a gostar dos livros e a estudar com disciplina e rigor. Penso que isso facilitou muito minha vida, fazendo-me vislumbrar novas oportunidades, recomeçando quantas vezes fossem necessárias.

Devo um agradecimento especial às minhas filhas, Carolina e Maria Eduarda, por serem a minha esperança em um mundo melhor e mais justo para as mulheres. Vocês me ensinaram muito. Perdão por todas as vezes em que não dei atenção a vocês, enquanto elaborava esta dissertação.

Obrigada Eduardo, por ser o meu melhor amigo, meu grande amor, parceiro para todas as empreitadas e desafios. Agradeço por nunca questionar minhas escolhas e mudanças de percurso, por me compreender incondicionalmente.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Dr. Nívio de Campos, por sua disponibilidade, generosidade e ajuda em todos os momentos. Sou muito grata por me proporcionar autonomia para desenvolver a pesquisa, por sempre compartilhar de meus intentos, sendo uma presença amigável, respeitosa e segura em seus apontamentos.

Agradeço aos professores da banca que muito colaboraram para que esta pesquisa se desenvolvesse, a partir de sugestões e indicações de leitura que me ajudaram a compreender melhor meu objeto de pesquisa. Meu “muito obrigada” para a professora Dra. Evelyn de Almeida Orlando, professor Dr. Niltonci Batista Chaves e professor Dr. Érico Ribas Machado.

Não posso deixar de agradecer aos funcionários do jornal “Diário dos Campos”, fonte da minha pesquisa, por toda a receptibilidade e solicitude com que sempre me trataram.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG que muito contribuíram para minha formação e também aos colegas e amigos da turma de Mestrado, pelo compartilhamento de experiências, vivências, expectativas e dúvidas.

Por fim, agradeço à CAPES pelo benefício da bolsa de estudos.

“Nós, homens e mulheres, nascemos juntos. Deveremos morrer igualmente juntos. Tanto mais formosa será a vida, quando houvermos aprendido a viver juntos, a trabalhar juntos, [...] – gozando juntos as altas horas do triunfo, soffrendo juntos os reveses e as decepções que obscurecem os nossos sonhos”.

Prof. Maria Luíza Ruth Junqueira (Diário dos Campos, 25/02/1932)

CAMPAGNOLI, Karina Regalio. **“Da zelosa mãe e esposa à recatada professora, trabalhadora e cidadã de direitos”**: representações das mulheres e da sua educação no Diário dos Campos nas décadas de 1920/1930. 2020. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar as representações das mulheres e de sua educação, a partir da pesquisa no jornal “Diário dos Campos”, periódico centenário da cidade de Ponta Grossa – PR, nas décadas de 1920 e 1930, especificamente entre os anos de 1920 a 1924 e de 1932 a 1937. A justificativa para o recorte temporal inicial sustenta-se no período de discussões sobre a criação da Escola Normal em Ponta Grossa em 1924 e o término coincide com a diminuição do volume de notícias sobre a atuação das mulheres, em diversos segmentos sociais, no referido impresso. O referencial teórico pauta-se, principalmente, no conceito de representação de Roger Chartier e em alguns conceitos cunhados pelo sociólogo Pierre Bourdieu, como capital cultural e simbólico, *habitus* e campo. Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, são discutidas as relações entre o gênero feminino, articuladas a algumas considerações sobre as origens do jornal “Diário dos Campos” – fonte desta pesquisa, englobando aspectos da educação em Ponta Grossa, atrelados à participação das mulheres nesse movimento. No segundo capítulo, discutem-se os padrões femininos tecidos pelo jornal “Diário dos Campos”, com teor mais tradicional, expressos por meio do delineamento dos modelos de mãe e esposa ideais, professora exemplar e educadora sanitaria/higienista. Já no terceiro capítulo, apresenta-se três posições principais que foram adotadas pelas mulheres e constatadas durante essa pesquisa, discutindo as novas oportunidades de atuação para o gênero feminino, indo além das atividades relacionadas ao lar e, posteriormente, com a docência, compreendida como uma profissão adequada para as mulheres. Em seguida, discorre-se sobre o protagonismo cultural das mulheres, evidenciado pela participação das mesmas em várias atividades artísticas e culturais, como teatro, canto, literatura, entre outras e, por fim, a participação política do gênero feminino, a partir do alcance do direito ao voto pelas mulheres. Constata-se que, as representações das mulheres e de sua educação veiculadas pelo jornal “Diário dos Campos” coincidem com alguns preceitos pregados pelos adeptos da Primeira República, os quais incumbiam a mulher do cuidado da família e de constituir-se como a professora das primeiras letras, responsável pelo bem da nação e pelo seu progresso por meio da diminuição do analfabetismo. Ao mesmo tempo, constata-se um movimento das mulheres em busca de novos direitos e novos desafios, inserindo-se em ambientes tradicionalmente ocupados pelos homens.

Palavras-chave: Educação. Mulheres. Gênero Feminino. Representações.

CAMPAGNOLI, Karina Regalio. **“From a careful mother and wife to a demure teacher, a worker and a citizen of rights”**: representations of women and their education in the *Diário dos Campos* in the 1920s/1930s. 2020. 228 f. Dissertation (Master Degree in Education) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the women's representations and their education, based on the research in the newspaper “*Diário dos Campos*”, a centennial periodical of the city of Ponta Grossa – PR, in the 1920s and 1930s, specifically among the 1920s to 1924 and from 1932 to 1937. The justification for the initial temporal cut is based on the period of discussions about the creation of the *Escola Normal* in Ponta Grossa in 1924 and the term coincides with the decrease in the volume of news about the women's performance, in several social segments, in the aforementioned form. The theoretical reference is based mainly on the concept of representation of Roger Chartier and on some concepts coined by the sociologist Pierre Bourdieu, as cultural and symbolic capital, habitus and field. This dissertation is organized in three chapters. At first, relations are discussed between the female gender, articulated some considerations about the origins of the newspaper “*Diário dos Campos*” – source of this research, encompassing aspects of education in Ponta Grossa, linked to the participation of women in this movement. The second chapter discusses the feminine patterns woven by the newspaper “*Diário dos Campos*” with more traditional content, expressed through the design of the ideal mother and wife of models, exemplary teacher and health worker / educator hygienist. In the third chapter presents three main positions that were adopted by women and found during this research, discussing new opportunities for actions for women, going beyond the activities related to home and later to teaching, understood as a suitable profession for women, then the cultural protagonism of women, evidenced by their participation in various artistic and cultural activities, such as theater, singing, literature, among others and, finally, the political participation of women, the right to vote by women. It can be seen that the representations of women and their education carried by the newspaper “*Diário dos Campos*” coincide with some precepts preached by the adherents of the First Republic, which were incumbent upon the woman of the care of the family and of being constituted as the teacher of the first letters, responsible for the well of the nation and its progress through the reduction of illiteracy. At the same time, there is a movement of women in search of new rights and new challenges, inserting themselves in environments traditionally occupied by men.

Keywords: Education. Women. Feminine Gender. Representations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Um lanche substancial e delicioso” .	95
Figura 2 – “Tintas Bayer” .	103
Figura 3 – “Proteção que inspira confiança” – Cafiaspirina .	123
Figura 4 – “Gynosedol – o remédio das senhoras” .	124
Figura 5 – “Boa alimentação” .	125
Figura 6 – “A saúde da mulher – para doenças do útero” .	126
Figura 7 – “Elixir bi-iodado arseniado” .	134
Figura 8 – “Belleza que não necessita artifícios” .	136
Figura 9 – “Fotógrafas” .	154
Figura 10 – “Circo Nelson: Miss Day” – ciclista .	162
Figura 11 – Anúncio de espetáculo no Teatro Renascença com a imagem de uma das atrizes do grupo .	167
Figura 12 – “Rainha do Carnaval de 1933 – Adelina Buffara” .	181
Figura 13 – “Rainha do Carnaval de 1934 – Oliria Justus” .	182

SUMÁRIO

Introdução	10
 CAPÍTULO 1 - “As mães e filhas de Ponta Grossa”: as mulheres e a educação nas páginas do “Diário dos Campos”.....	 22
1.1. “Diário dos Campos: jornal independente”	22
1.2. “O ensino em Ponta Grossa”: a educação das mulheres dos Campos Gerais	48
1.3. “Página Feminina – a mais gentil leitora desta secção”: mulheres no mundo das letras ..	71
 CAPÍTULO 2 - “Um grande exemplo da mulher brasileira”: modelos femininos tradicionais	 91
2.1. “A esposa ideal” e “Conselho às mães”	92
2.2. “A mulher nasceu para ensinar, e o ensino é nella a segunda função da maternidade”..	104
2.3. “Conselho às mães: de um medico hygienista”	115
 CAPÍTULO 3 - “A mulher desperta”: a inserção do gênero feminino em espaços sociais quase nunca antes imaginados	 141
3.1. “O trabalho e a mulher”: novas possibilidades de atuação feminina	142
3.2. “Mulher sem algemas”: protagonismo feminino nas mais diversas atividades culturais	157
3.3. “A mulher brasileira e o seu triumpho politico definitivo”	183
 Considerações Finais	 214
 Fontes	 218
 Referências	 219

Introdução

A temática geral desta pesquisa é “educação¹ das mulheres”. O interesse por esta temática surgiu há muito tempo, desde que percebi as diferenças, em muitos sentidos e âmbitos, entre os homens e as mulheres. Talvez pelo fato de ser mulher e sentir mais fortemente certos impedimentos e obstáculos impostos às mulheres, eu tenha desenvolvido algumas inquietações sobre essas questões. Ao mesmo tempo em que esses impedimentos e objeções me causavam desconforto e, muitas vezes, indignação, por outro lado, eu percebia em minha própria família mulheres que lutavam com as forças de que dispunham para conquistar novos espaços e seguir adiante, orgulhando-se do fato de serem mulheres.

As relações entre a educação e o gênero feminino também se fizeram fortemente presentes na vida das mulheres da minha família, especialmente nas vidas de minha avó materna e na de minha mãe. Minha avó foi uma mulher que, mesmo morando em um sítio, longe muitos quilômetros da vila mais próxima, tendo estudado pouco e possuindo escassos recursos financeiros, reuniu todos os esforços para conseguir que seus dez filhos estudassem. Alguns deles não aceitaram a proposta e optaram por voltar para o campo, porém, das seis filhas, três decidiram estudar em outras cidades e abandonaram a vida rural, entre elas, estava a minha mãe.

Minha mãe e minhas tias seguiram a carreira docente, algo considerado adequado e até “natural” para as mulheres no contexto dos anos 1960 e 1970. Lembro do orgulho que minha avó sentia de suas filhas professoras e também me recordo de ouvir minha mãe contando o quanto os estudos tinham mudado sua vida e o quanto ela era grata pelas oportunidades educacionais que teve. Certamente que o fato de minha avó estimular os estudos de minha mãe e de ela ter se formado em Licenciatura em Ciências e Pedagogia, tornando-se, portanto, professora, favoreceram para que eu e meus irmãos também pudéssemos estudar. Dessa forma, quando iniciei o curso de Licenciatura em Pedagogia, constatei que poderia acalmar minhas inquietações, tendo a oportunidade de pesquisar sobre o gênero feminino e suas relações com a educação. Assim sendo, essa é uma temática com a qual me identifico, permitindo que eu consiga compreender um pouco de minha própria história como mulher, filha, neta e professora.

Ao lado desse interesse pessoal, buscamos construir o próprio problema de pesquisa. Desse modo, como objetivo geral, procuramos analisar quais representações das mulheres e de

¹ A concepção de educação que norteia esta dissertação baseia-se na compreensão de que formação e educação estão articuladas e devem ser entendidas de modo amplo, abarcando diversos aspectos e setores sociais, indo além das modalidades institucionalizadas e formais. (MARQUES, 2000).

sua educação circulavam no jornal “Diário dos Campos” entre as décadas de 1920 e 1930.² Os anos de 1920 têm vinculação com o momento de criação da Escola Normal de Ponta Grossa (1924) e o final porque observamos que a partir de 1937, as publicações sobre as mulheres diminuíram significativamente. Além disso, como objetivos específicos, elencamos: a) Explicitar como o gênero feminino ganhou visibilidade no jornal “Diário dos Campos”, no contexto das primeiras década do século XX, em que a imprensa e a educação expressavam um dos símbolos das novas demandas sociais e culturais; b) Mostrar como se (re) produziram os padrões femininos tecidos pelo jornal “Diário dos Campos” que veiculavam os modelos de mãe e esposa ideais, professora exemplar e educadora sanitarista/higienista; c) Explicar como circularam representações que indicavam novas possibilidades de atuação profissional e política para as mulheres, notadamente em diversos espaços culturais e artísticos e intervenção política feminina, sobretudo nos debates acerca da participação por meio do voto.

Assim, é importante assinalar que a delimitação da temporalidade desta pesquisa fez-se a partir da própria fonte (jornal “Diário dos Campos”), mas também devido a outros trabalhos já existentes, especialmente os que tratam da história e da educação de Ponta Grossa a partir desse impresso. É possível indagar a razão de não ter iniciado com a criação do “Diário dos Campos”, ainda quando se chamava “O Progresso” (1907). Em nossa avaliação, a dissertação de Eliezer Felix de Souza (2010) discute os discursos educativos que circulavam nesse impresso, tratando em um item específico da mulher e sua educação entre 1907 e 1928. Nesses termos, consideramos pertinente avançar nessa investigação para os anos subsequentes, em particular porque identificamos intensa publicação nas décadas de 1920 e 1930.

Assim, esta dissertação constitui com as demais pesquisas, uma tentativa de reconstituir aspectos da história da educação desta cidade do Paraná, privilegiando problematizar as representações das mulheres e de sua educação que circulavam nesse impresso que se constituía em um dos principais suportes de formação da opinião pública. Diante desse problema, esta pesquisa sustenta a hipótese de que no jornal “Diário dos Campos”, durante o período analisado, circularam representações que descrevem e prescrevem a condição da mulher no espaço doméstico – “boa mãe e esposa” – e no espaço público – “recatada professora e cidadã”. Além disso, circularam representações de mulheres em outras atuações e profissões, assim como, participando ativamente da vida cultural da cidade e envolvendo-se nos debates por novos direitos políticos, como o voto feminino.

² Jornal de Ponta Grossa, Paraná. No capítulo um apresentaremos, detalhadamente, esse jornal ao leitor.

O problema desta pesquisa inscreve-se no debate teórico de Roger Chartier, particularmente no seio do conceito de representação, o qual pode demarcar:

[...] três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p. 183).

Além disso, discorrendo sobre as origens do termo “representação”, Roger Chartier explica que:

Nas definições antigas (por exemplo, a do *Dicionário universal de Furetière* em sua edição de 1727), as acepções correspondentes à palavra "representação" atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é. Dessas imagens, algumas são totalmente materiais, substituindo ao corpo ausente um objeto que lhe seja semelhante ou não: [...]. Outras imagens funcionam num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, é "a representação de algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais [...]. Uma relação decifrável é portanto postulada entre o signo visível e o referente significado — o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser. (CHARTIER, 1991, p. 184).

Sendo assim, verifica-se a relevância do conceito de representação, o qual remonta a inúmeras referências, constituindo-se numa ideia de grande amplitude em termos históricos e sociais. Nesse sentido:

A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social. Obrigou, efetivamente, a repensar as relações que mantêm as modalidades da exibição do ser social ou do poder político com as representações mentais – no sentido das representações coletivas de Mauss e Durkheim – que dão (ou negam) crença e crédito aos signos visíveis que devem fazer reconhecer como tal um poder ou uma identidade. (CHARTIER, 2011, p. 20).

Como nossa temática engloba o processo educacional das mulheres, abarcando, portanto, variadas e complexas práticas sociais, essa pesquisa possibilita a observação e o delineamento de alguns modelos formados por representações de mulheres com algumas características em comum. Sobre essa perspectiva, Chartier (2011, p. 23) ainda esclarece que:

[...] como o exercício da autoridade, fundada na adesão aos signos, aos ritos e as imagens que fazem que seja vista e obedecida; a construção das identidades sociais ou religiosas, situada na tensão entre as representações impostas pelos poderes ou pelas ortodoxias e a consciência de pertencimento de cada comunidade; ou bem, as relações entre os sexos, pensadas como a inculcação, pela repetição das representações e as práticas, da dominação masculina e também com a afirmação de uma identidade feminina própria, enunciada fora ou dentro do consentimento, pelo rechaço ou a apropriação dos modelos impostos.

Dessa forma, acreditamos que o conceito de representação pode oferecer uma possibilidade de análise sobre as relações do gênero feminino com a educação. Chartier também observa essa viabilidade, assinalando as articulações entre o conceito de representação e a submissão de alguns grupos sociais, em nosso caso, as mulheres, pois mostra-se relevante:

[...] compreender, ao mesmo tempo, como as representações e os discursos constroem as relações de dominação e como essas relações são elas mesmas dependentes dos recursos desiguais e dos interesses contrários que separam aqueles cujo poder legitimam daqueles ou daquelas cuja submissão asseguram – ou devem assegurar. (CHARTIER, 2011, p. 23).

O conceito de representação permite o diálogo com Bourdieu, especialmente porque esse sociólogo trata das representações da realidade e da realidade das representações, aspecto bastante importante para o historiador francês. Chartier (2011, p. 20) sustenta que “o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular [...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social”. Para o historiador francês (2011, p. 20), “[...] as operações de classificação e hierarquização produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade”. Chartier faz alusão à ideia de Pierre Bourdieu que está no livro *A distinção*. Nesse livro, ao discutir a realidade da representação e a representação da realidade, o sociólogo francês afirma que “[...] a representação que os indivíduos e os grupos exibem *inevitavelmente* através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social” (BOURDIEU, 2008b, p. 447). (Grifo do autor). Chartier dialoga com Bourdieu para sustentar o sentido de se estudar as representações:

As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica. (CHARTIER, 2011, p. 22).

É inerente às representações os sistemas de classificação e os processos de dominação. Sobre isso, Bourdieu (2008b, p. 446) sustenta que:

Os sujeitos classificantes que classificam as propriedades e as práticas dos outros, ou as deles próprios, são também classificáveis que se classificam (perante os outros), apropriando-se das práticas e propriedades já classificadas segundo sua repartição provável entre os grupos, eles próprios classificados.

A relação entre representações da realidade e realidade das representações pode ser construída a partir de Pierre Bourdieu³, especialmente o conceito de campo. Para esse autor:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. (BOURDIEU, 1989, p. 135).

É importante dar visibilidade às representações produzidas sobre as mulheres e sua educação no “Diário dos Campos”, mas é fundamental explicar a realidade que permite a produção dessas representações. Nesse sentido, buscamos compreender as questões que se relacionavam com a educação da mulher e as abordagens que se referiam à mulher na educação. Esses aspectos estão associados ao volume de publicação existente que retrata a posição das mulheres durante esse período e aspectos da história. Desse modo, nossa pesquisa dialoga com a obra “A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal ‘Diário dos Campos’” (2001) e a tese “Entre ‘preceitos’ e ‘conselhos’: discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953)” (2011), de Niltonci Chaves, que retratam aspectos da história de Ponta Grossa a partir do Diário dos Campos. Dentre as duas, destacamos a primeira, oriunda de sua dissertação “O Diário dos Campos: discursos e representações sociais em Ponta Grossa - década de 1930”, que trata de parte do período de nossa pesquisa. Além dessas pesquisas, ressaltamos a dissertação “Intelectuais, modernidade e discurso educativo no Jornal Diário dos Campos (1907-1928)”, de Eliezer Felix Souza (2010). Por fim, é importante dizer que a nossa pesquisa faz interlocução com a dissertação intitulada “Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República”, de Loraine Lopes de Oliveira (2018).

Além dos aspectos próprios das fontes desta pesquisa e da produção historiográfica que trata de Ponta Grossa, o recorte desta pesquisa associa-se à história das mulheres no contexto brasileiro, pois: a) Proclamação da República em 1889 trazia a promessa de melhorar a educação do país, especialmente das mulheres; b) o ideário republicano pregava algumas

³ A explicitação de outros conceitos de Bourdieu será feita à medida que forem mobilizados na escrita da própria dissertação.

representações da figura da mulher como fundamentais para o progresso do país, constituindo-se, portanto, a mulher como responsável por sua saúde e dos membros de sua família, devendo assim, aprender noções de higiene na escola, além de formar-se num modelo de mãe e esposa ideais; c) na República também consolidou-se a feminização do magistério, com a criação de Escolas Normais em várias cidades, inclusive em Ponta Grossa no ano de 1924; d) a década de 1930 trouxe novas oportunidades para as mulheres, tanto no sentido cultural, quanto no profissional, além do político, com a conquista do direito ao voto; e) a organização de uma literatura feminista que defendia a igualdade da mulher. Esse arrazoado pode ser observado na síntese de Beltrão e Alves (2004, p. 3):

[...] Durante o período colonial as mulheres brasileiras foram simplesmente excluídas da parca educação formal existente no país. Durante o Império, a legislação estendeu o direito ao ensino primário às mulheres, mas, na prática, elas continuaram excluídas. A situação pouco melhorou com a República, em 1889, e os avanços mais significativos da educação feminina aconteceram após a Revolução de 1930, quando as mulheres mais jovens ultrapassaram os níveis de alfabetização dos homens e iniciaram uma marcha ascendente rumo aos graus mais elevados de instrução. [...].

Na citação acima, Beltrão e Alves (2004) asseguram que a educação das mulheres somente avançou de forma considerável a partir de 1930. Dessa forma, optamos por analisar os períodos imediatamente anteriores a esse suposto avanço. Assim sendo, é nesse contexto que nossa pesquisa vem contribuir para a investigação sobre as representações das mulheres, especialmente em relação à educação, conforme já apresentado, no período das décadas de 1920 e 1930.

O problema desta pesquisa está circunscrito ao âmbito da história da educação e da historiografia das mulheres. Sendo assim, especificamente sobre a historiografia das mulheres, Antonia Marlene Vilaca Telles (2015, p. 26) assinala que:

Historicamente, as mulheres estiveram limitadas ao ambiente doméstico, tendo o acesso à educação formal facultado (educação exclusiva à classe burguesa e aos meninos). Àquelas que tiveram alguma formação, tinham condições de pagar um mestre escola, ou ainda, estudar fora do país. Muitas exerceram atividades de registro, em um tipo de escrita típico do espaço privado, como diários, cartas, memórias, biografias [...].

Dessa forma, Antonia Telles (2015, p. 23) enfatiza que “as mulheres estiveram e fizeram história. O resgate histórico da presença da mulher revela o fato de que ela esteve à margem da história escrita tradicional, sob a visão da cultura patriarcal”. Além disso:

Considerada biologicamente inferior, confinada ao espaço privado, os estudos sobre a presença da mulher na educação, revelaram a importância de se compreender que esse enfoque faz parte da divisão sexual do trabalho, em que, tornará o sexo feminino

agente na expansão do processo educacional do país, como profissional da educação. (TELLES, A. 2015, p. 26).

Seguindo essa perspectiva, Antonia Telles (2015, p. 32) afirma que “o conceito de gênero passou a ser usado como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao direcionar-se para o caráter social, é enfatizada a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”. Essa concepção também é defendida por Joan Scott (1995).

Ainda sobre as questões de gênero, a obra “A dominação masculina”, de Pierre Bourdieu, nos fornece elementos para compreender a organização do mundo social baseado nos critérios que envolvem os homens e as mulheres, pois:

Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (não necessariamente sexuais) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc., que, para alguns, correspondem a movimentos de corpo (alto/baixo // subir/descer, fora/dentro // sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências. (BOURDIEU, 2017, p. 20).

Há um conjunto de pesquisa que trata da condição feminina, nas mais diferentes áreas das Ciências Humanas. Para a elaboração desta dissertação, direcionamos nossos estudos para aspectos da historiografia da mulher, ao processo educacional das mulheres, ao processo histórico da educação em Ponta Grossa e também para o âmbito da imprensa. A revisão de literatura pautou-se na pesquisa em alguns meios eletrônicos como: SCIELO, Google Acadêmico e Banco de Teses e Dissertações da CAPES. As palavras-chave utilizadas foram: educação das mulheres, gênero feminino, educação no Paraná, Escola Normal, imprensa. Desse volume de produção, destacamos alguns trabalhos que tratam sobre a história das mulheres, como: “História das mulheres no Brasil” (2015), organizado por Mary Del Priore, especialmente alguns capítulos, como “Escritoras, escritas, escrituras”, elaborado por Norma Telles; “Mulheres na sala de aula”, de Guacira Lopes Louro; e “Mulheres do sul” de Joana Maria Pedro. As obras “Mulheres públicas”, de Michelle Perrot (1998); “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Chakravorty Spivak (2014) e “Gênero: uma categoria útil de análise”, de Joan Scott (1995) também foram fundamentais para sustentar nossas problematizações sobre o gênero feminino. Além disso, a obra “Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira

República” (1996), de Etelvina Maria de Castro Trindade também é relevante para a compreensão da historiografia feminina paranaense.

Ademais, alguns trabalhos sobre educação das mulheres são basilares para nossa investigação, a saber: o capítulo escrito por Cristiane dos Santos Souza (2007), com o título “Entre permanências e rupturas: um estudo sobre a trajetória e as ideias educativas de Annette Macedo”; o capítulo escrito por João Paulo de Souza Silva (2015), intitulado “Eny Caldeira e a formação do campo educacional no Paraná”; “Mariana Coelho: educação e emancipação feminina”, de Alexandra Padilha Bueno (2015); “Julia Wanderley e a consolidação da escola normal promíscua”, de Silvette Aparecida Crippa de Araújo (2015); a dissertação de Nilvan Laurindo Sousa, intitulada “O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley” (2013); a dissertação de Mary Angélica Costa Tourinho, intitulada “As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas” (2008); a dissertação de Luciana Hervatini, intitulada “A escola normal regional e suas práticas pedagógicas: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná” (2011); a dissertação de Antonia Marlene Vilaca Telles, intitulada “História da educação brasileira: a mulher como protagonista da educação no ideário positivista 1880-1930” (2015); a dissertação de Danielle Gross de Freitas, intitulada “Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974), defendida em 2011; “Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924-1940)”, de Fabiana Andrea Barbosa Vaz (2005); “A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR”, tese de Maria Isabel Moura Nascimento (2004); “Instituto Paranaense de Ponta Grossa: 1871 a 1927”, dissertação de Maura Ferreira Probst (2013); a dissertação “Catolicismo e Educação em Ponta Grossa” (1998), de Rosângela Zulian; e a dissertação “De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: a Escola Sagrada Família - 1933-1945”, de Elizabeth Johansen Capri (2003); “Da sagrada missão pedagógica”, de Elaine Marta Teixeira Lopes (2017); “Lições de casa”, de Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2007), entre outros.

Por fim, dialogamos com obras que tratam do papel da mulher-educadora em saúde, enfatizando-se a dissertação de Sarasvati Yakchini Zridevi Conceição, intitulada “Educando mulheres, vendendo saúde. Propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920” (2012); a dissertação de Thiago Eduardo de França, cujo título é “Trajetória do curso de educador sanitário da Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo”, (2015); e a obra “A educação sanitária como profissão feminina”, de Heloísa Helena Pimenta Rocha, (2005);

“Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX”, de Ana Paula Vosne Martins (2004), entre outros.

As leituras das pesquisas que tratam da história das mulheres e o acesso aos arquivos do “Diário dos Campos” permitiram construir o recorte temporal desta dissertação, de forma que esta se constitui em uma pesquisa documental. A fonte para o desenvolvimento desta pesquisa é o jornal pontagrossense “Diário dos Campos”, fundado em 1907 por Jacob Holzmann, com o nome de “O Progresso”. O material referente à década de 1920 encontra-se na Casa da Memória, em Ponta Grossa – PR, no formato digitalizado. No entanto, o acervo dessa década não está completo, encontrando-se apenas materiais de 1920 a 1924. Sobre a década de 1930, o material encontra-se no Museu Campos Gerais, em Ponta Grossa. A pesquisa é feita nos jornais originais, os quais encontram-se encadernados por trimestres ou semestres, dependendo do ano, a partir de 1932⁴. Para a construção desta dissertação, em muitos momentos optamos por inserir as transcrições⁵ e/ou descrições das referidas reportagens, anúncios e propagandas que utilizamos como fontes de dados, como forma de proporcionar condições de entendimento sobre o que estava sendo apresentado.

Deve-se assinalar que os anos que apresentaram maior volume de contribuições para esta pesquisa foram os de 1932, 1933 e 1934. Além disso, os critérios para se elencar as reportagens, matérias e notícias que viriam a compor esta dissertação foram: o volume de material referente a uma mesma temática ou a recorrência a certos assuntos, na tentativa de perceber a conformação de um modelo e/ou de uma representação das mulheres e da sua educação, segundo os termos de Chartier, considerando-se todas as reportagens, citações e anúncios que enfocavam nosso objeto de estudo, além da possibilidade de visualização e leitura desses materiais, considerando a qualidade de impressão, o tempo de vida do jornal e as condições físicas em que esse periódico se encontrava, ponderando aqui também, as condições de digitalização daquilo que já se encontrava nesse formato, pois algumas páginas do DC são ilegíveis. Além da procura por recorrências, buscamos também os assuntos singulares e polêmicos que envolviam o universo feminino, com destaque para fatos curiosos e de histórias de pioneirismos de mulheres em diversos setores sociais. Assim, procuramos selecionar as

⁴ Não existem fontes entre os anos de 1924 a 1932.

⁵ As transcrições seguem fielmente a grafia veiculada pelo DC em cada artigo, anúncio ou reportagem. Importante ressaltar que, em muitos casos, provavelmente ocorreram erros de ortografia durante a diagramação do jornal, os quais também foram transcritos, segundo a grafia original do impresso. No entanto, devemos considerar que, como os equipamentos utilizados para a impressão do DC no contexto indicado eram, de acordo com Bucholdz (2007), antigos e ultrapassados, não é de se admirar que erros de montagem das letras ocorressem com certa frequência.

reportagens e notícias mais significativas com o intuito de delinear as principais representações de mulheres e da sua educação que circularam no DC nesse período específico.

Em relação à utilização de imagens, optamos em reproduzir nesta dissertação apenas as que apresentavam condições adequadas para visualização, uma vez que a maior parte das matérias é composta por textos escritos em notas de pequeno tamanho, dificultando a leitura. Além disso, muitas das propagandas e demais notícias que continham imagens de mulheres, nosso interesse nesta dissertação, já estampavam o período quase centenário de nosso recorte temporal, tornando difícil a observação e, por esse motivo, foram descartadas. Nesses casos, optamos por transcrever ou descrever o que julgamos pertinente, conforme já indicamos.

Importante esclarecer que, segundo dados da própria fonte, na década de 1920, os editores do jornal “Diário dos Campos” eram os senhores Hugo dos Reis e José Cadilhe. Já na década de 1930, o jornal passa para o domínio de José Hoffmann, conhecido como “Juca”. Essa mudança de comando modifica também a linha editorial, conforme trataremos com mais detalhes no primeiro capítulo.

Além das pesquisas já citadas que tratam do jornal “Diário dos Campos”, esta dissertação dialoga com outras produções que tratam do uso do jornal na pesquisa histórica, entre as quais destacamos a obra “Diário dos Campos: memórias de um jornal centenário”, de Alessandra Perrinchelli Bucholdz (2007) e o capítulo de livro intitulado “Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920”, de Carlos Eduardo Vieira (2007); “Imprensa paranaense: representações sobre saúde e educação da mulher (1920-1930)”, de Sarasvati Yakchini Zridevi Conceição (2015) e a dissertação intitulada “‘Não me interessa mais esta profissão’: representações dos professores no jornal Diário dos Campos (1932-1950)”, de Jaine dos Santos Floriano (2019).

O uso do jornal como fonte pode ajudar a compreender as representações das mulheres e de sua educação. Sobre isso, Carlos Eduardo Vieira (2007, p 37-38) registra que:

[...] podemos dizer que a imprensa, em geral, e o jornal, em particular, podem ser úteis como fonte complementar, como fonte principal ou como tema de pesquisa, dependendo das perguntas estabelecidas pelo pesquisador. Na condição de fonte complementar, ela pode revelar para a História da Educação, por exemplo, os impactos de uma reestruturação do sistema público de ensino ou a emergência de novas modalidades e métodos de ensino para além dos círculos dos especialistas, permitindo, dessa forma, avaliar o lugar ocupado pela discussão educacional em um contexto social mais amplo. Como fonte principal, ela pode testemunhar a presença, a regularidade e a intensidade que as questões educacionais assumem em contextos determinados, propiciando, como poucas fontes, estabelecer os vínculos que unem educação e sociedade. Como tema problema suas potencialidades também são inúmeras, cabendo destaque para a função de mediação exercida pela imprensa entre

diferentes públicos: especialistas e leigos, dirigentes e dirigidos, pobres e ricos, homens e mulheres, patrões e empregados. Essa dimensão mediadora é que justifica o entendimento da imprensa, simultaneamente, como fonte e como objeto de investigação histórica. [...]. A educação, a política, a economia, por exemplo, dizem respeito à sociedade, seja como parte do processo de formação da posição ideológica dos sujeitos, seja como condição pragmática de existência dos indivíduos. [...].

Além disso, para defender a opção de utilizar o jornal com fonte, concordamos com Conceição (2012, p. 13), quando ela explica que, dentre outras razões:

[...] jornais foram eleitos como fontes, por se caracterizarem como um lugar privilegiado de manifestações de diversas vozes, o que possibilitou a percepção de ideias que circulavam sobre saúde da mulher e de seus filhos no contexto curitibano, no qual se procurava efetivar projetos de saneamento da cidade, de controle das doenças e educação informal para a saúde da população. Os três jornais de maior circulação na capital paranaense no período foram selecionados para a pesquisa: **Diário da Tarde**, **Gazeta do Povo** e **O Dia**. Os periódicos foram escolhidos, também, porque se denominavam “independentes” de qualquer ação partidária, prometendo “imparcialidade” ao público leitor [em nossa pesquisa escolhemos o jornal “Diário dos Campos”, em parte, pelos mesmos motivos]. (Grifos da autora).

Sobre a utilização dos jornais como fontes, Conceição (2012, p. 17) ainda esclarece que:

Imersas nas páginas dos jornais as propagandas também são exploradas, [...], como documentos e como suporte de sentido das práticas sociais. Através de elementos próprios como a linguagem e a imagem, anúncios e propagandas veiculam discursos pretensamente homogeneizadores, que não são desinteressados.

A discussão dos autores citados acima subsidia nossa escolha pelo jornal “Diário dos Campos”, pois os periódicos permitem compreender a dinâmica dos espaços urbanos em constante transformação, além das discussões que ocorriam em determinado momento histórico, aliadas aos clamores por novos direitos, especialmente no caso das mulheres, foco dessa dissertação.

O percurso de análise prevê a organização de três capítulos. O primeiro pretende apresentar um breve histórico de nossa fonte de pesquisa, ou seja, o jornal “Diário dos Campos”, comentando sobre o desenvolvimento desse periódico no período analisado em relação à educação das mulheres. Além disso, pretende-se apontar algumas características da pesquisa em jornais, compreendendo-os como fonte de investigação. O segundo tópico do primeiro capítulo almeja apresentar alguns aspectos do processo educacional de Ponta Grossa, enfatizando o período de nossa pesquisa e as primeiras décadas do século XX, sem deixar de associar essas informações à educação das mulheres e à criação da Escola Normal em Ponta Grossa, em 1924. Já o último tópico pretende discutir a condição da mulher no universo da escrita e da leitura, perpassando as primeiras experiências das mulheres no mundo das letras e também apresentando algumas relações do gênero feminino com a imprensa.

O segundo capítulo intenciona discutir as representações das mulheres apresentadas no “Diário dos Campos”, inicialmente como primeira educadora no lar, no papel de esposa e mãe. Posteriormente, almeja-se analisar o percurso das mulheres, ao atingirem o nível educacional em âmbito público, especialmente a partir da criação da Escola Normal, atuando como professoras, passando pelo modelo sanitarista e higienista que contava com a ajuda da mulher para melhorar as condições de sua própria saúde e dos demais membros de sua família – filhos e marido. Em síntese, este capítulo procura demonstrar as tentativas de se implantar os ideais republicanos e positivistas que entregaram às mulheres a missão de ajudar no progresso do Brasil, tendo a educação do gênero feminino um papel fundamental nesse processo.

O terceiro capítulo traz algumas representações da mulher com mais protagonismo e autonomia, demonstrando que o gênero feminino foi aos poucos conquistando novos ambientes. Afirma-se isso, a partir da análise dos dados obtidos na pesquisa em nossa fonte, relacionando esses dados com a atuação das mulheres em outros espaços de atividades culturais e também de outras ocupações e posições, tradicionalmente preenchidas por homens. Além disso, este capítulo enfoca a participação política da mulher, compreendendo esse desempenho em diversas ações, entre elas, a conquista do direito ao voto feminino.

CAPÍTULO 1

“As mães e filhas de Ponta Grossa”: as mulheres e a educação nas páginas do “Diário dos Campos”

Nesse primeiro capítulo, inicialmente, intenciona-se mostrar como as questões de gênero integravam um comportamento de uma cidade ou de um jornal que desejava acompanhar os debates que ocorriam nos grandes centros urbanos, manifestando, dessa forma, participação e alinhamento ao que seria símbolo de modernização, como as questões que envolviam a urbanização, a escolarização, o saneamento, a saúde pública, a higiene, os direitos humanos, os concertos, os teatros, os clubes, a imprensa, entre outros. Com esse intuito, escolhemos o texto que encontra-se na porção inicial deste título: “As mães e filhas de Ponta Grossa”, publicado pelo DC em 11/03/1932.

No segundo tópico, pretende-se mostrar que o jornal, ao se apropriar da educação como discurso, mostrava-se atualizado e preocupado em acompanhar uma pauta das principais cidades do Brasil e da Europa, na tentativa de caracterizar-se como um protagonista dos novos tempos. Ao defender a educação, seja a escolar, representada pelos grupos escolares ou pelas escolas normais, por exemplo, ou não escolar, a partir das representações do papel feminino, o “Diário dos Campos” se lançava como um dos principais agentes de opinião pública da história de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Por último, o terceiro tópico preocupa-se em reportar algumas experiências das mulheres no mundo das letras, apresentando as autoras que tiveram artigos publicados no jornal “Diário dos Campos”, assim como problematizar as formas como os homens escreviam textos direcionados às mulheres no DC⁶, ressaltando a importante atuação das mulheres como leitoras durante o período analisado. Neste item, também, busca-se dialogar com as produções literárias de outras mulheres, procurando compreender a forma como suas temáticas relacionavam-se com o contexto histórico em que viviam.

1.1. “Diário dos Campos: jornal independente”

Uma das justificativas para a escolha desse jornal como fonte para nossa pesquisa, pauta-se no fato de que o periódico “Diário dos Campos” foi, durante muito tempo, o único veículo de comunicação impressa a circular em Ponta Grossa e na região.

⁶ Ao longo desta dissertação, utilizaremos os termos DC e “Diário dos Campos” como sinônimos.

Nesse sentido, destaca-se um dado interessante apresentado na edição de 07/01/1921 e também em muitas outras edições da década de 1920, na qual o DC se intitulava o “jornal de maior circulação no interior do Estado – Folha Doutrinaria – Independente”, atingindo, portanto, de acordo com o próprio periódico, outras regiões geográficas, além de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Além disso, podemos presumir que o uso do termo “independente” se constituísse em uma estratégia discursiva, em uma forma de posicionar-se de modo a reivindicar autonomia quanto aos conteúdos apresentados nas páginas do referido impresso.

Dessa forma, ao optar-se por esse periódico como fonte de pesquisa, procuramos nos atentar para o fato de que sempre há alguma intencionalidade por trás de seus escritos e de suas imagens, uma vez que, possivelmente, o “Diário dos Campos” tivesse seus próprios interesses políticos e ideológicos. De forma que, apesar de o texto do jornal enfatizar a postura de “independente”, ainda assim, procuramos permear as análises sobre os dados obtidos de forma crítica.

Concordando com isso, Jaine dos Santos Floriano (2019, p. 25), pesquisadora que também utilizou o jornal “Diário dos Campos” como fonte, acrescenta que “como a imprensa não é neutra e todo jornal possui um filtro próprio, para realizar-se a análise dos jornais é importante saber as principais características do órgão da imprensa utilizado”. A respeito dessas características, trataremos na sequência. No entanto, conforme já expusemos anteriormente, é importante ressaltar que o período de análise do periódico “Diário dos Campos” abarca o interstício de 1920 a 1924, retornando em 1932 até 1937. As lacunas entre 1924 e 1932 ocorrem pela ausência da fonte, ou seja, os exemplares do jornal “Diário dos Campos” referentes a esse período não existem.

Liana Pereira Borba Santos (2011, p. 14), pesquisadora que também se dedicou a estudar as representações femininas veiculadas pela imprensa, elencando algumas revistas femininas como fontes para tal intento, assinala a “necessidade da desnaturalização das práticas e representações sociais, como aquelas que veem a identidade feminina como um fenômeno pré-existente, simplesmente biológico ou natural”. A partir dessas importantes considerações, procuramos problematizar nossos dados de pesquisa.

Sendo assim, sobre a relevância da imprensa e suas relações com o gênero feminino, Michelle Perrot (1998, p. 77-78), na obra “Mulheres públicas”, organizada a partir de entrevistas com Jean Lebrun⁷, esclarece que:

⁷ Jornalista francês.

A partir do século XVIII, e principalmente do século XIX, a imprensa se torna a forma principal de expressão e de formação da opinião pública. As tiragens não param de crescer, para alcançar picos entre 1900 e 1914. Na França, quatro diários – *Le Petit Parisien*, *Le Petit Journal*, *Le Journal*, *Le Matin* – tiram cada um cerca de um milhão de exemplares. E é bem mais na Grã-Bretanha, onde cada família lê vários jornais por dia. Nessa idade de ouro, a imprensa não tem concorrente na mídia. Inicialmente, ela é um mundo masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando. Não sem dificuldade. Os cafés, círculos e clubes, as salas de leitura, onde se lêem principalmente os jornais, são reservados aos homens. Todavia, as mulheres insinuavam-se no jornal pelos rodapés – a parte de baixo das páginas dos jornais – que lhes eram progressivamente reservados, sob forma de crônicas de viagens ou mundanas [...]. Mesmo assim, esse prazer da leitura continuava sendo um prazer escondido [...]. (Grifos da autora).

Desse modo, corroborando com algumas das observações indicadas por Perrot (1998) na citação acima, antes de iniciarmos a problematização de nossos dados de pesquisa, é importante salientar que muitas notícias e reportagens sobre as mulheres, geralmente estavam dispostas em notas pequenas e de pouco apelo visual, necessitando de grande atenção para não passarem despercebidas durante o trabalho de coleta de dados. Também devemos considerar outra questão que a autora aborda na citação anterior que é o fato de os leitores da França e da Grã-Bretanha terem maior acesso à imprensa escrita e, além disso, a várias opções de jornais, situação bastante diferente da que ocorria nos Campos Gerais, conforme discutiremos na sequência, haja vista que o “Diário dos Campos” constituiu-se no único periódico a circular por Ponta Grossa durante um bom tempo.

Retomando à questão das notas e referências sobre as mulheres localizarem-se, dentro da diagramação do jornal, em locais de pouco apelo visual, pode-se indicar que o oposto foi percebido em relação às propagandas de eventos culturais que envolviam, de alguma forma, as mulheres, pois nesses anúncios geralmente elas eram apresentadas em fotos de tamanho considerável, conforme veremos com mais detalhes no terceiro capítulo.

Sobre isso, já de antemão, é importante ressaltar que a programação cultural do jornal “Diário dos Campos”, mostrou-se uma preocupação constante desse periódico, principalmente na década de 1930, pois percebemos que a programação cultural dos teatros da cidade era atualizada constantemente, numa clara demonstração de atenção em relação ao capital cultural⁸ oferecido em Ponta Grossa, especialmente os teatros Sant’Anna e o Renascença – dois espaços culturais bastante referenciados no DC. Além disso, era recorrente a menção que os títulos dos espetáculos e suas temáticas faziam sobre aspectos femininos e suas articulações com a

⁸ Segundo Bourdieu (1989), o capital cultural pode ser compreendido como os títulos escolares e acadêmicos, além dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar ou pelo sistema escolar, assim como o acesso aos bens culturais.

sociedade. Na transcrição a seguir é possível evidenciar exemplos de anúncios dos já citados Theatro Sant’Anna e Renascença que, entre outras informações, lia-se:

Theatro Sant’Anna – Cinema e Variedades
Proprietario: Domingos Del Claro
[...] [filme a ser apresentado] Sexo Frágil

Renascença – Cinema Theatro
Funcções Diarias [...] [filme que seria apresentado naquela data] De Mal a Peor
[filme a ser apresentado no dia seguinte] Tih-Minh (DC, 01/03/1920).

As questões culturais nos levam a considerar o exposto por Carmencita de Holleben Mello Ditzel (2004, p. 67), quando ressalta que a sociedade pontagrossense do início do século XX era plural, predominantemente católica e conservadora, mas que também era composta por grupos maçônicos, núcleos espíritas, além de uma grande variedade de imigrantes recém-chegados de seus países de origem. A autora ainda assinala o papel que os efêmeros jornais que surgiram em Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX tiveram, na tentativa de dirigir discursos para uma sociedade tão diversificada.

Outra característica do DC no contexto abordado é sobre a presença de páginas inteiras com os chamados “indicadores profissionais” - na sua grande maioria referindo-se a homens – e também propagandas de vários tipos, sendo que, muitas dessas eram direcionadas majoritariamente às mulheres, incluindo desde alimentos, remédios, até produtos de beleza. Situação também observada nas pesquisas de Liana Pereira Borba Santos (2011), ao procurar desvendar as representações femininas em revistas direcionadas para mulheres. No DC, especificamente na edição de 20/02/1920, há anúncios e propagandas que indicam os serviços de uma construtora; de alguns médicos e advogados; da “Cervejaria Atlântica”; da loja “A Casa da Moda”; da “Livraria Americana”; das “Indústrias Mattarazzo do Brasil” – nesse contexto estavam fixadas em Jaguariaíva e atuavam em toda a região dos Campos Gerais -, “Internato do Gymnasio Paranaense”; “Banco Francez e Italiano”; “Filtros Brasil”, entre outros, demonstrando um panorama da amplitude da oferta de produtos e serviços que eram veiculados pelo DC cotidianamente, englobando desde anúncios de instituições educacionais até bancos, lojas de roupas, livrarias e cervejarias.

Essas páginas com propagandas e comunicações de serviços variados, estampadas em inúmeras edições do DC, indicam a forma de diagramação desse periódico que consistia no aproveitamento dos espaços, lançando mão de grande quantidade de anúncios, alguns muito

pequenos, inclusive, dificultando a leitura até para quem estivesse manuseando o jornal em tamanho natural.

Em contrapartida, na edição de 14/07/1920, o DC publicou, também em uma página inteira, propagandas de tamanho um pouco maior, no entanto, manteve-se a variedade dos anúncios. Especula-se que o tamanho dessas propagandas se justifica pela quantidade – maior ou menor - de anunciantes que se utilizavam do DC para oferecer seus serviços, além do custo dos anúncios – mais onerosos ou menos.

Corroborando nossos achados, Chaves (2001, p. 40) explica o padrão que o jornal “Diário dos Campos” trazia no contexto indicado:

Durante toda década de 1930 [e também no período analisado na década de 1920], o Diário dos Campos apresentou uma composição entre seis e oito páginas, sendo que destas, cerca de duas páginas traziam anúncios diversos, desde cremes dentais, remédios e tecidos famosos da época, até propagandas de casas comerciais, bares e serviços de profissionais.

Durante a consulta às fontes dessa pesquisa, pautamo-nos na observação de cada página do DC, procurando as notícias, reportagens, propagandas, anúncios e demais textos que se relacionavam às mulheres, especialmente no que remetia aos aspectos educacionais. Assim, corroborando os achados de pesquisa de Santos (2011, p. 147), procuramos “[...] compreender a relação estabelecida entre a imprensa feminina e o contexto social mais amplo, percebendo-a como um produto cultural e como um espaço de produção de valores, de hábitos e de cultura”.

Nesse sentido, em nossa análise, ao se instituir o jornal como fonte, procuramos observar o que foi indicado por Vieira (2007, p. 17), verificando:

[...] os temas tratados, bem como a presença de seções e de cadernos especializados. Nessa perspectiva, indagamos sobre a frequência e sobre a forma como os assuntos são apresentados ao público, considerando: o lugar da notícia/matéria no interior do suporte (primeira página, notas, seções), a forma como ela é diagramada/apresentada (tamanho dos tipos, presença de fotografias, mapas, desenhos ou caricaturas), bem como os meios discursivos utilizados na produção das notícias e das manchetes (léxico e retórica).

Seguindo as indicações acima, citadas por Vieira (2007), constatamos que, de forma geral, as temáticas que ocupavam as primeiras páginas do jornal, assim como, as notícias que mereceram destaque na diagramação do mesmo, mantinham relação com assuntos políticos e econômicos da região de Ponta Grossa, mas também do contexto nacional e internacional. De forma geral, as notícias relacionadas às mulheres situaram-se em espaços de pouco apelo visual,

conforme já salientamos, excetuando-se alguns casos de crimes contra a mulher, assim como, de artistas famosas em passagem pela cidade, conforme discutiremos mais à frente.

Um caso singular ocorreu quando o DC noticiou a passagem de uma estudante de Odontologia da Universidade do Paraná por Ponta Grossa. Essa notícia diverge das demais por duas razões: a primeira é pelo fato de a notícia tratar de um ato realizado por uma mulher, uma vez que isso raramente ocorria no jornal, principalmente em relação aos estudos; a segunda razão é por essa mulher, no caso, uma jovem, frequentar o curso de Odontologia, curso atípico para o gênero feminino nesse contexto histórico. Dizia a referida nota: “em visita a pessoas de sua família, encontra-se na cidade a gentil senhorinha Alvina Thomarzeck, elemento de realce da sociedade curitybana e que vem de concluir com brilhantismo o 2º ano do curso de odontologia da Universidade da capital” (DC, 13/01/1934).

Dessa forma, essa notícia demonstra o acesso de uma mulher a um campo ainda dominado por homens e, além disso, ilustra um exemplo de construção de capital cultural institucionalizado⁹, por meio dos estudos em uma universidade.

A questão da educação das mulheres quase sempre mostrou-se um tema polêmico, discutido pelos setores religiosos e também políticos, como bem demonstra Perrot (1998, p. 102), no excerto a seguir, no qual ela explica que alguns países como “Inglaterra, Alemanha e o norte europeu estavam à frente da França”, no que diz respeito à formação educacional das mulheres. Além disso, segundo a autora:

O protestantismo era mais favorável à instrução das moças do que o catolicismo, que desconfiava da imaginação delas. Assim, já no começo do século XVIII, a Prússia tornara obrigatória a alfabetização para os dois sexos. No entanto, em seguida, a Revolução Francesa e a industrialização aumentaram em toda parte o afastamento entre eles. Os poderes públicos ocupam-se dos meninos e deixam de lado as meninas. A Alemanha concentra-se na educação familiar. Na Inglaterra, o metodismo dá muita atenção às moças do povo. E as mulheres da classe média organizam-se de maneira autônoma, fundando colégios secundários, lugares de intensa sociabilidade feminina que contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência de gênero inventiva e reivindicante. (PERROT, 1998, p. 102-103).

Em Ponta Grossa, a educação religiosa, especialmente a católica, fez-se presente de forma marcante, conforme apontaremos na sequência, diferentemente do que aponta Perrot (1998). Assim, talvez o ambiente institucional que proporcionou maior espaço e oportunidades

⁹ De acordo com Bourdieu (1989), o capital cultural pode se apresentar sob três formas: objetivado, institucionalizado e incorporado. O primeiro diz respeito aos bens culturais concretos, como livros, materiais, obras, pinturas etc. O capital cultural institucionalizado diz respeito aos títulos escolares legitimados por instituições educacionais. Já o capital cultural incorporado remete à ideia de uma disposição que faz parte da conduta e postura do indivíduo.

de sociabilidade feminina nas primeiras décadas do século XX tenha sido a Escola Normal de Ponta Grossa, conforme trataremos ao longo desta dissertação, por meio das notícias, avisos e reportagens do jornal “Diário dos Campos”.

Nesse sentido, muitas foram as referências às mulheres no DC. Sobre isso, um aspecto a ser registrado é que o “Diário dos Campos” tinha por costume noticiar a passagem de pessoas importantes pela cidade, assim como, o regresso de personalidades ilustres, como políticos, grandes comerciantes e fazendeiros, geralmente homens. No entanto, conforme já explicitado, em raríssimas ocasiões, eram noticiadas passagens e regressos de mulheres, esposas e filhas dos homens depositários dos capitais social, simbólico e/ou econômico da cidade. No entanto, em nossa pesquisa encontramos um desses raros registros. Segundo a notícia, “regressou de S. Paulo, onde se encontrava quando irrompeu o movimento revolucionário, a exma. Sra. dona Sophia Guimarães Villela, digníssima consorte do venerado pontagrossense cel. Ernesto Villela” (DC, 17/10/1932). O senhor Ernesto Villela, então vereador e coronel, era uma figura bastante conhecida em Ponta Grossa naquele contexto histórico, por sua atuação política e econômica.

Outro ponto importante e que chama a atenção é o fato de as mulheres estarem presentes nas notícias do jornal “Diário dos Campos”, praticamente em todas as edições analisadas nas décadas de 1920 e 1930, nas colunas policiais, ora como vítimas, ora como autoras de crimes. No entanto, o que fica explícito nesse contexto histórico e que merece reflexão em relação ao cenário atual é a grande quantidade de crimes contra a mulher. Nesse sentido, se analisarmos que na conjuntura dos anos 1920 e 1930, em uma sociedade dominada por homens, certamente que os casos que chegavam às autoridades policiais constituíam-se em situações extremas, talvez recorrentes, desconsiderando, portanto, casos que, porventura, fossem tratados como “assuntos de família”.

Entre os crimes mais comuns contra a mulher e que foram relatados nas páginas do jornal “Diário dos Campos”, destacam-se: agressões físicas, “sequestro” de menores, crimes sexuais e assassinatos, os quais, na atualidade, poderiam ser definidos como feminicídios.

Em um exemplo, o título da notícia dizia: “Matou a esposa e suicidou-se porque ella não quis fazer as pazes” (DC, 01/06/1933). Ao noticiar esse crime, o jornal “Diário dos Campos” criticou o motivo banal – o fato de a esposa não querer fazer as pazes com o marido - que levou a vítima – uma mulher – à morte. Essa prática de denúncia de crimes contra as mulheres, realizada pelo DC, foi observada em muitos momentos durante a nossa pesquisa. Infelizmente, as notícias sobre esse tipo de crime eram bastante frequentes no contexto dos anos 1920 e 1930,

ocupando, as mulheres, portanto, a chamada coluna “Casos de Policia”¹⁰ praticamente em todas as edições.

Aqui ainda cabe a análise mais profunda sobre o principal motivo deste crime que, talvez resida no sentimento de posse masculino sobre a mulher, como tentativa de afirmação de sua masculinidade, tolhendo a vida da esposa e a sua própria. Essa naturalização da violência contra a mulher constitui-se também em uma representação feminina muito veiculada pela imprensa, inclusive, com a culpabilização da mulher em muitos casos. Percebe-se, no entanto, por parte do DC, em alguns momentos, uma tentativa de crítica contra esse tipo de crime. No entanto, por tratar-se de uma construção histórica e cultural, se lembrarmos de que as mulheres passavam do controle do pai para o do marido, anulando suas vontades e perspectivas, é de se entender que tais mudanças sociais não ocorram de forma tão simples e rápida.

Em outra trágica notícia que tratava do assassinato de uma mulher, supostamente pelo seu esposo, o DC utilizou o termo “uxoricídio” que significa exatamente isso, ou seja, assassinato de uma mulher por seu marido. O título completo trazia: “Uxoricidio? Um delegado acusado de ter assassinado sua esposa em Rio Branco. Nove facadas prostaram uma pobre senhora” (DC, 27/12/1923). Aqui ainda cabe a discussão sobre o fato de que o marido era delegado, cuja função deveria ser, a rigor, a de combater os crimes. No entanto, segundo a referida notícia, esse homem era o principal suspeito de ter cometido o assassinato da esposa. Aqui também podemos refletir sobre a questão de que a violência atingia e, ainda atinge, todos os estratos sociais da população. Nessa reportagem, especificamente, a mulher assassinada era esposa de um delegado, ou seja, um homem que detinha capital social¹¹ e simbólico¹². Além disso, muitas notícias da coluna “Casos de Policia” traziam casos de crimes contra mulheres pertencentes aos estratos sociais menos favorecidos financeiramente.

Em muitos momentos, o DC retratou situações em que as mulheres se encontravam em situação de subjugação, demonstrando a quase “necessidade” do casamento em prol da conservação da honra e do respeito da sociedade. Em uma dessas notícias, cujo título era “Não foi um rapto. O sr. José Abdalla foi a Palmeira casar-se com a senhorinha Rosa Voigt”, o “Diário dos Campos” esclareceu que, o sr. José Abdalla era um “galanteador conhecido”, que parecia, a princípio, ter convencido a senhorita Rosa Voigt a fugir com ele. No entanto, o

¹⁰ “Casos de Policia” constituía-se em uma coluna permanente do jornal “Diário dos Campos”, estampando todas as edições analisadas desse impresso.

¹¹ O capital social pode ser compreendido pelas amizades, contatos e relações de posse de um indivíduo (BOURDIEU, 1989).

¹² Segundo Pierre Bourdieu (1989), o capital simbólico é representado pelo prestígio, honra, reputação e reconhecimento de que um agente possa ser portador, podendo ser representado, por exemplo, pela valorização dos títulos e posições de prestígio.

“Diário dos Campos” explicou que não havia ocorrido rapto ou fuga e que Rosa tinha sido acompanhada por seus pais, juntamente com o senhor Abdalla, para tratar de detalhes do casamento que seria realizado em Palmeira – PR, cidade próxima à Ponta Grossa. Ou seja, nesse caso, o DC enfatizou que a “honra” dessa moça não havia sido ferida e que toda a situação estava dentro das normas consideradas adequadas para os costumes da época. No entanto, em muitos outros casos, o desfecho não foi tão harmonioso e, não raro, algumas dessas situações eram resolvidas pela polícia e os casamentos ocorriam na presença do delegado.

Essas notícias de crimes contra as representantes do gênero feminino demonstram a pouca valorização das mulheres enquanto seres humanos, traduzida pela falta de respeito e consideração para com a vida e os sentimentos das mulheres. Ou seja, essas notícias e matérias reiteram a condição da própria dominação masculina, como bem sintetizou Bourdieu a partir de inúmeros estudos historiográficos.

No entanto, as mulheres não eram apresentadas no “Diário dos Campos” somente como vítimas, pois em algumas situações elas também ocupavam o papel de autoras de crimes, como assassinatos, entre outras transgressões. Em uma dessas notícias, o jornal utiliza o termo “caloteira” para designar uma mulher que havia sido presa (DC, 06/07/1932), cujo título trazia: “Lady Owen, a elegante que tentou matar uma pobre mulher, é uma caloteira celebre – Da prisão ella dirige os seus milhões e allega não poder pagar a costureira devido a baixa de ‘cautchouc¹³’” (DC, 06/07/1932).

Algumas dessas infrações, tanto as praticadas, quanto as sofridas por mulheres, exprimiam uma motivação passional, como exemplo, cita-se o caso em que uma bailarina tentou matar seu parceiro amoroso no cinema. O título da referida reportagem trazia o texto: “A bailarina tentou matar o advogado no salão do cinema” (DC, 13/01/1934).

Além dos crimes, há relato de muitos abandonos de lar por homens que deixavam as esposas sozinhas, muitas vezes com filhos pequenos, acarretando dificuldades enormes para essas mulheres, em um momento histórico em que elas, em muitos casos, dependiam dos maridos para prover o sustento da casa, haja vista o contexto de ainda haver poucas oportunidades formais de trabalho e colocação para as mulheres, inclusive, devido às barreiras para aprender-se uma profissão por meio dos estudos, sem contar o cuidado com a casa e os filhos. Um desses artigos ocupava um espaço razoável na página do jornal. Esse é um exemplo de notícia em “defesa” da mulher e de crítica ao marido pela equipe editorial do “Diário dos

¹³ Borracha, em francês.

Campos”, algo que, nesse contexto histórico, não era comum ocorrer. O título da notícia dizia: “Pae desalmado! Abandonou a esposa e mandou-a que matasse os filhinhos” (DC, 09/12/1932).

Ainda sobre as colunas observadas por Chaves (2001, p. 42), em relação às mulheres, salientam-se as notas sobre felicitações por aniversários. Aqui cabe a problematização sobre quem eram essas mulheres a que o referido jornal fazia alusão. Nota-se que, praticamente, todas elas faziam parte dos estratos social e financeiramente abastados da cidade, ou seja, essas “homenageadas” eram depositárias de capital social e econômico¹⁴, pois geralmente referenciavam-se essas mulheres pelos sobrenomes de seus pais ou maridos, numa clara demonstração do valor simbólico do sobrenome. Em uma dessas notas, lê-se:

Fazem annos hoje:
 [...] As senhoritas:
 Jacyra, filha do sr. Antonio Ribeiro, residente nesta cidade.
 Alvina Santos, fino ornamento da nossa sociedade.
 As senhoras: D. Julia Macedo, esposa do sr. Albary de Macedo. (DC, 20/05/1932).

Além disso, é importante destacar que no contexto histórico analisado, os nomes completos dessas mulheres geralmente não apareciam nas páginas do jornal, mas fazia-se alusão a elas, como a esposa do senhor X ou a filha do senhor Y. Em outras palavras, tem-se a impressão de que essas mulheres não possuíam domínio nem sobre seus próprios nomes e que elas somente existiam como pessoas dignas de respeito, se estivessem acompanhadas de um sobrenome “gentilmente fornecido” por seus pais ou maridos. Constata-se, portanto, o domínio masculino até na forma de se referir a uma mulher nas páginas do jornal, uma vez que, nesse contexto ainda aplicava-se a lei do Pátrio Poder mais severamente ao gênero feminino, ou seja, a mulher, perante a lei, estava vinculada aos desígnios de seu pai e, posteriormente, esse poder passava para o marido. Dessa forma, nesse contexto, a postura do DC em demarcar os sobrenomes das mulheres em suas matérias e associá-las sempre a algum homem da família, reiterava uma prática recorrente que expressava a realidade das representações sobre as mulheres.

Como forma de evidenciar o exposto acima, na edição do dia 03/04/1920, tem-se a notícia de um batizado, em que apenas os nomes dos homens são citados, conforme demonstra a transcrição a seguir: “[...] o menino Paulo, filho do sr. Paulo de Souza, padrinhos sr. Cap. Manoel Cyrillo Ferreira e sua Exm^a esposa”. Os nomes da mãe da criança e da madrinha não são mencionados. Sobre isso, Michelle Perrot (1998, p. 71) explica que, em muitos contextos,

¹⁴ O capital econômico, de acordo com Bourdieu (1989), pode ser representado pelos bens materiais de valor financeiro como terras, imóveis, automóveis, joias, dinheiro em espécie, entre outros.

“as mulheres não eram consideradas indivíduos, mas sim membros de uma família, a qual era representada pelo pai [...]”, demonstrando a subjugação que as mulheres sofriam e o domínio da figura masculina nas relações sociais desse tempo.

Outro detalhe importante diz respeito às notícias sobre falecimentos e avisos de missas de sétimo dia. Nessas notícias, quando as mulheres eram as falecidas, algumas vezes seus nomes apareciam de forma completa. Na maior parte das vezes isso ocorria quando elas faziam parte dos estratos sociais mais favorecidos financeiramente, constituindo-se, geralmente, como esposas, filhas ou mães de importantes políticos, detentores de terras, conhecidos médicos ou juristas da cidade. No entanto, muitas vezes ocorria novamente a referência apenas aos maridos. Além disso, quando os esposos eram os falecidos, nota-se a autoria das mulheres em alguns dos avisos das missas de sétimo dia, agradecendo as homenagens prestadas aos falecidos. Em outros avisos sobre falecidos ilustres da cidade, algum membro masculino da família assinava a nota de falecimento ou de missa, podendo ser, nesses casos, o filho, o irmão ou o genro.

Mas o DC não noticiava apenas os falecimentos de mulheres da região dos Campos Gerais. Entre os falecimentos de mulheres conhecidas da sociedade brasileira, o DC noticiou o falecimento da princesa Isabel. Na nota sobre sua morte, ressalta-se que, apesar de ela ter sido uma figura feminina pública de destaque na história do Brasil, ainda assim, a redação sobre seu falecimento referiu-se à princesa como “esposa do Conde D’eu e filha do último Imperador do Brasil”, (DC, 15/11/1921), destacando sua posição como esposa e filha, minimizando sua identidade como mulher.

No entanto, no dia seguinte a essa publicação sobre a notícia da morte da princesa Isabel¹⁵, ou seja, dia 16/11/1921, o DC apresentou outra reportagem mais extensa, em que salientava os feitos da princesa, especialmente a famosa assinatura da Lei Áurea. Nessa notícia lia-se:

Princesa Isabel – A redentora

Pelo telegrapho nos chegou hontem a infausta nota do falecimento da princesa Isabel, filha do velho monarca D. Pedro de Alcantara, 2º imperador do Brasil. Senhora cheia de virtudes, teve ensejo de governar a nossa Patria, quando seu augusto pae encetou viagem á Europa e America do Norte. Durante a sua regência teve a gloria de assignar a lei que declarava livres os filhos nascidos de escravas e promulgou, em 1888, a lei aurea, que extinguiu a escravidão no Brasil. O seu nome, pois, está vinculado á Historia Patria, aureolado gloriosamente, merecendo o culto, a veneração dos brasileiros. Foi casada com o conde d’Eu e teve três filhos: Pedro, Luiz e Antonio. [...]. (DC, 16/11/1921).

¹⁵ Destaca-se as diferentes grafias utilizadas nas duas notícias apresentadas no DC sobre a princesa Isabel. Em uma delas o nome da princesa é escrito com Z e na outra é escrita com S.

Outros exemplos de falecimentos de mulheres ilustres da região dos Campos Gerais, detentoras de capital econômico, simbólico, social e, talvez cultural, proporcionado, em grande parte, pela soma dos três primeiros capitais, são apresentados a seguir: o primeiro deles versa sobre a nota de falecimento da senhora Sophia Kossatz, membro feminino de uma tradicional família da região dos Campos Gerais. Essa nota de falecimento trazia que:

[...] faleceu, nesta cidade, a exma. sra. d. Sophia Kossatz; senhora virtuosa e estimadíssima no nosso meio social, que veio a falecer com 74 annos de idade. A extincta era mãe do acreditado comerciante e industrial de nossa praça, sr. Ewaldo Kossatz, e sogra do nosso prezado amigo sr. Francisco Fannuchi, proprietario da conceituada Confeitaria Fannuchi. (DC, 04/02/1920).

Já em outra nota do DC é a viúva do falecido Brazílio Ribas, personagem detentor de outro sobrenome bastante tradicional em Ponta Grossa, quem convida para a missa em homenagem a seu marido. No entanto, seu nome completo não é expresso no jornal.

Missa

A viuva do finado Brazílio Ribas vem, por meio desta, convidar a todas as pessoas de sua amizade para assistirem á missa que manda rezar na Cathedral do Bispado, ao dia 8 deste mez, ás 9 horas da manhã, em homenagem á inesquecível esposo o que despranteado esposo, o que, desde já, penhorada, agradece a todos que forem assistir a este acto de religião e solidariedade christã. (DC, 06/12/1932).

Sobre o valor simbólico dos nomes das mulheres em notas no jornal “Diário dos Campos”, destacamos também outras situações interessantes. Um exemplo é sobre uma nota que versa sobre um contrato de casamento, em que consta o nome da noiva, fato esse, considerado relevante nesse contexto, haja vista que os nomes das mulheres raramente eram mencionados. No entanto, ao referir-se à sua mãe, o nome dessa senhora não é escrito e ela é referenciada como a “viúva Marco Caldeira”. Isso denota que à mulher não era dado o direito de ver expresso seu próprio nome, demonstrando, assim, sua identidade, nem mesmo após a morte do marido, devendo ser referenciada “eternamente” como a viúva de alguém. Esse *habitus*¹⁶ foi frequentemente observado no DC em nossa pesquisa, conforme evidenciado pela transcrição a seguir: “Contracto de casamento - Contractou casamento nesta cidade, o sr. João Moreira, director da Escola Normal, com a gentilíssima senhorinha Celmira Cadeira¹⁷, filha da

¹⁶ O conceito de *habitus* para Bourdieu (2008a) designa uma conformação nas escolhas, nos comportamentos, nas posturas, nos gostos, entre outros aspectos, de um agente.

¹⁷ Deve-se ressaltar que o nome da noiva – Celmira Caldeira – foi escrito na nota do DC como Celmira Cadeira. Provavelmente foi um erro na composição das letras para impressão do periódico.

exma. viuva Marco Caldeira”. (DC, 10/03/1933). Além disso, evidencia-se também que o noivo era o diretor da Escola Normal no ano de 1933.

Sobre esses silenciamentos, Gayatri Spivak, (2014), em sua famosa obra intitulada “Pode o subalterno falar?”, discorre sobre as condições de subalternidade, a partir do contexto do imperialismo britânico na Índia. A postura de Spivak mostra-se bastante argumentativa e comprometida quanto à necessidade de discutir-se o espaço e o papel dos subalternos em geral. Além disso, a autora enfatiza que as mulheres se situam em uma posição ainda mais crítica em relação aos demais grupos de subalternos, justificando que essa posição inferior se deve à questão do gênero.

Assim, especificamente sobre as mulheres, a autora problematiza, por meio do exemplo da prática de suicídio das viúvas, junto à pira de fogo dos cadáveres de seus maridos, o poder da ideologia e das questões econômicas que permeiam essas práticas, debatendo sobre a proibição desses costumes pelas lideranças britânicas, contudo, sem considerar a opinião e a visão das mulheres nesse complexo processo (SPIVAK, 2014).

Retornando à questão das viúvas, constata-se, a partir das contribuições de Spivak (2014) que, as mulheres indianas, após perderem seus maridos, não deveriam mais viver, devendo suicidar-se, mesmo que não quisessem. No contexto da Índia, a representação da viuvez é tão negativa que a concepção pregada é a de que não há sentido para a existência de uma mulher sem o marido. Então, se ele morrer, ela deve acompanhá-lo na morte também. No entanto, esse direcionamento de comportamento não precisa ser observado caso o homem torne-se viúvo. Apesar desses comportamentos constituírem-se em manifestações culturais para esse povo, ainda assim, não podemos deixar de problematizar a questão, pois, no fundo, trata-se de mais uma expressão do processo de dominação masculina.

Nesse sentido, sobre o processo de submissão e subjugação das mulheres pelos homens nos Campos Gerais, Carmencita de Holleben Mello Ditzel (2004, p. 31), em uma nota de rodapé em sua tese de doutorado, explica que:

O papel das mulheres na sociedade dos Campos Gerais sofreu alterações consideráveis a partir dos anos finais do século XIX, sobretudo na cidade de Ponta Grossa. O desenvolvimento urbano ponta-grossense trouxe consigo novos hábitos que logo foram incorporados pela população local. As mulheres ganharam novos papéis e novos espaços que iam além do âmbito doméstico e da Igreja. Ruas, praças, cinemas, teatros, escolas e cafés tornaram-se comuns a homens e mulheres em Ponta Grossa. Isto não significou, no entanto, uma ruptura plena com as antigas tradições dos Campos Gerais. As mulheres continuaram submetidas ao poder do pai e do marido, e parte das regras estabelecidas nos séculos anteriores permaneceu viva no século XX.

Um ponto importante a ser discutido ainda sobre as representações do gênero feminino no jornal “Diário dos Campos”, refere-se ao fato desse periódico considerar a mulher também como leitora, direcionando muitas de suas publicações a esse público específico, seja na forma de textos, poesias, conselhos, mas também, como propagandas de produtos e serviços, conforme também observado por Perrot (1998) e Santos (2011). Segue abaixo a transcrição parcial de um exemplo do que foi apresentado, em que se evidencia uma poesia direcionada às relações entre as mulheres e o amor, de autoria de Gonçalves Crespo.

Pagina Feminina
 Á mais gentil leitora desta secção:
 Ria tomando chá em torno á mesa
 Da sociedade a flor
 E no campo de estheticas opostas
 Discutia-se o amor
 [...] (DC, 26/11/1921).

Ainda sobre a compreensão da mulher como leitora, seja de periódicos, ou de outras formas de material escrito, o “Diário dos Campos” traz a informação de que o “jornal de modas” intitulado “Mundo Feminino”, esteve visitando a redação do DC. Nossas observações são corroboradas pelas pesquisas de Perrot (1998) e Santos (2011), autoras que também constatarem o envolvimento das mulheres com as publicações sobre moda. Importante salientar que o “Mundo Feminino” era direcionado para as mulheres, porém, numa perspectiva pouco crítica, apresentando artigos sobre moda, bordados, tecidos etc., ou seja, abarcando temáticas que seriam adequadas para as mulheres desse contexto histórico, conforme pode ser verificado na transcrição a seguir:

O Mundo Feminino
 Visitou-nos hoje o bello jornal de Modas “O Mundo Feminino”, editado em S. Paulo.
 [...] “O Mundo Feminino” é um tesouro para as exmas. Famílias, contem modas, riscos de bordados, roupas brancas, etc.
 Gratos pela visita. (DC, 10/08/1923).

Importante destacar também a relevância do contexto sócio-econômico-cultural de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX, pois, de acordo com Ditzel (2004, p. 72) “o desenvolvimento cultural de Ponta Grossa está associado à importância estratégica de sua localização: entroncamento rodo-ferroviário do interior do Estado ligando as principais regiões econômicas e os centros políticos”. Além disso:

A ferrovia permitiu a Ponta Grossa uma maior integração à economia nacional e estimulou o estabelecimento de pequenas e médias empresas na cidade impulsionando

seu crescimento econômico e urbano. Na década de 1930, considerada o auge da economia ponta-grossense, a cidade contava mais de 30.000 habitantes¹⁸ e um número expressivo de empresas ligadas ao comércio, à indústria e aos serviços. A ferrovia e as empresas atraíam trabalhadores principalmente da região sul do Paraná. A relação da ferrovia com a cidade ultrapassa a formação de uma classe trabalhadora influente e a dinamização de alguns setores econômicos, pois esta trouxe mudanças culturais para a comunidade. Ponta Grossa desenvolveu certa infra-estrutura próxima à estação: hotéis, pensões, bares e restaurantes, lojas, além de instalações destinadas às cargas. A praça João Pessoa (Munhoz da Rocha até os anos 30), localizada em frente da Estação de Roxo de Rodrigues, tornou-se um espaço de convivência importante para a cidade. (DITZEL, 2004, p. 73-74).

Leonel Brizolla Monastirsky (2006) também problematiza a relevância da ferrovia como símbolo da modernização e do desenvolvimento, atuando como elemento integrador da sociedade, uma vez que:

A qualidade de instantaneidade da rede proporcionava uma interação muito mais eficaz aos fluxos de pessoas, cargas, notícias (jornais, correios e telégrafo) e cultura (filmes, moda, grupos de teatro etc.). Havia, assim, nas cidades assistidas pela ferrovia, diversificação e efervescência econômica e cultural, que não se reproduzia da mesma forma além do alcance dos trilhos. Esta conjuntura caracterizou a ferrovia como potencializadora das relações de produção, circulação e consumo urbanos. Caracterizou-a, também, como um elemento modificador da estrutura urbana, e caracterizou-a, principalmente, como um devir e depois causa do progresso e desenvolvimento social, econômico e cultural. (MONASTIRSKY, 2006, p. 73-74).

Thiago Luiz Bohatch da Silva (2017, p. 56), ao pesquisar os aspectos que favoreceriam o alcance da chamada urbanização associada à modernização e ao desenvolvimento do país, indica que “o progresso era o objetivo dos incipientes centros urbanos. Diferente das áreas rurais vistas como atrasadas, as cidades deveriam mirar a civilidade”. Assim, especificamente em relação ao desenvolvimento da urbanização de Ponta Grossa, podemos refletir sobre o exposto por Monastirsky (2006, p. 75):

A participação da ferrovia no processo de urbanização brasileiro está na formação de novas cidades provenientes das linhas de penetração para o interior, que surgiram em função das atividades econômicas pelas quais a ferrovia foi implantada e/ou por função logística do funcionamento da própria rede ferroviária. Também a ferrovia auxiliou na incrementação material e social de pequenas e médias cidades, que definitivamente substituíram o modelo rural ao urbanizarem-se.

¹⁸ Em relação à população pontagrossense do fim do século XIX e início do XX, Isaías Holowate (2018, p. 42), em sua dissertação de mestrado, explicita que: “A população da cidade passou, entre os anos de 1890 e 1920 por um significativo aumento populacional, tendo crescido de 4774 habitantes em 1890 para 20771 em 1920 (PINTO, 1980, p. 61). No ano de 1911, o almanaque Laemmert afirmava que Ponta Grossa tinha 10 mil habitantes, ou seja, a população do município havia mais do que duplicado nos últimos 20 anos e duplicaria novamente nos dez anos seguintes (ALMANAQUE LAEMMERT, 1911, p. 3480).”.

Elizabeth Fernanda Schimanski (2007, p. 100) também reforça o papel fundamental da implantação da ferrovia em Ponta Grossa, enaltecendo seu potencial de alicerçar o desenvolvimento da cidade:

A participação da ferrovia no processo de urbanização brasileiro está na formação de novas cidades provenientes das linhas de penetração para o interior, que surgiram em função das atividades econômicas pelas quais a ferrovia foi implantada e/ou por função logística do funcionamento da própria rede ferroviária. Também a ferrovia auxiliou na incrementação material e social de pequenas e médias cidades, que definitivamente substituíram o modelo rural ao urbanizarem-se.

Assim, a partir das exposições anteriores, constata-se a preocupação em se urbanizar as cidades brasileiras que se encontravam em expansão nos fins do século XIX e início do XX. Especificamente em relação a Ponta Grossa, a relevância da ferrovia nesse processo é compartilhada por inúmeros pesquisadores. Sobre esse debate, Juliana Pegoraro Kus (2015, p. 41) assinala que:

A modernização urbana impulsionada pelas ferrovias é perceptível também a partir dos melhoramentos urbanos realizados pela administração pública nos primeiros anos do século XX dentre os quais se destacam: a coleta de lixo que era realizada todos os sábados; a rede de telefonia; o calçamento de grande parte da Rua XV de Novembro com paralelepípedos; a construção da rede hidrossanitária; e a instalação de iluminação elétrica na cidade substituindo os lampiões a óleo da década de 1890.

Kus (2015, p. 51) ainda acrescenta que “além do aumento da área urbana, outros aspectos iam se alterando nesse início de século XX em Ponta Grossa: a forma como a cidade era organizada, espacial e socialmente, seguia os mesmos pressupostos predominantes nos maiores centros urbanos brasileiros”. Nesse sentido, Ditzel (2004, p. 74-75) salienta que todas essas mudanças dizem respeito ao processo de modernização das cidades e Ponta Grossa não ficou à parte, recebendo investimentos na industrialização, urbanização, entre outros setores:

O crescimento populacional de Ponta Grossa, o desenvolvimento industrial e a ampliação do uso da eletricidade tornavam o serviço de eletrificação indispensável. A dimensão dos benefícios gerados pela eletrificação na cidade é observada a partir de dados contidos no jornal "O Progresso". Cervejarias, cinemas, serrarias, carpintarias, torrefações, oficinas mecânicas, moinhos e fábricas de pregos, gelo, cigarros, caramelos, massas e frios etc., utilizavam-se da eletricidade. Assim como a ferrovia, o cinema e os automóveis, o sistema de eletrificação urbano simbolizou para Ponta Grossa sua definitiva inserção na modernidade capitalista.

Assim como assinalado por Kus (2015), nossa pesquisa também constatou que muitas empresas, indústrias e demais estabelecimentos que se organizavam em Ponta Grossa se utilizavam do DC para comunicar suas atividades, conforme já apontamos anteriormente,

demonstrando a interlocução do referido periódico com as mudanças que ocorriam na cidade. Dessa forma, entre os símbolos da modernização dos espaços urbanos, a autora Cristiana Ferreira Schilder (2016, p. 21) também aponta que:

A modernidade é caracterizada por uma rápida sucessão de acontecimentos proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico. Seus cenários trazem mudanças em amplas escalas, seja no caso do urbanismo, da rotina cotidiana dos seus sujeitos, como também em novas maneiras de morar, comer, vestir, etc. Nesse contexto, a cidade representa a contraposição ao campo, e é o lugar onde as coisas acontecem apresentadas por constantes novidades. É um processo entendido como uma ampla gama de transformações sociais e materiais. Ela se traduz no comportamento, nas sensações e expressões, sentidas pelos indivíduos que vivenciam aquele processo de mudança.

Assim sendo, em relação ao desenvolvimento urbano de Ponta Grossa, associado aos preceitos republicanos e à implantação dos signos que caracterizavam o modernismo, Schilder (2016, p. 114) explica que “os ideais do começo do século XX eram compostos de uma cultura científica, social e de políticas públicas que buscavam progresso, modernização e civilidade”. Além disso:

Nas duas primeiras décadas do século XX as transformações no cenário urbano foram bastante significativas, diversas ruas do centro da cidade ganharam calçamento, luz elétrica, nas praças foram plantados canteiros e gramas, o comércio havia se multiplicado, o centro repleto de estabelecimentos e moradias. [...]. A atmosfera colonial e seus respectivos costumes deveriam ser “superados”, uma vez que na cidade ainda podiam ser encontradas essas características. [...]. (SCHILDER, 2016, p. 112).

Assim, a Ponta Grossa das primeiras décadas do século XX vivenciava as tentativas dessas “superações”. Além disso, nesse contexto específico deve-se considerar a presença e participação dos diversos grupos étnicos, representados pelos imigrantes que se estabeleceram na região dos Campos Gerais. Sobre isso, Ditzel (2004) problematiza a influência desses imigrantes no processo de constituição da população urbana pontagrossense, ressaltando algumas particularidades dos chamados russos-alemães:

As dificuldades enfrentadas concorreram para mudar o rumo inicial da colonização. E muitos dos russos-alemães logo se deslocaram para a zona urbana. A concentração de investimento na atividade rural abria espaço para a inserção dos imigrantes em outros campos de trabalho. Assim, várias famílias que chegavam das estepes russas – como Justus, Hilgemberg, Albach etc. – ligaram-se ao comércio e à indústria ou mesmo adquiriram terras. Essas atividades também foram exercidas pelo expressivo grupo de imigrantes de outras nacionalidades que se instalou na cidade. Dessa forma, os imigrantes e seus descendentes contribuíram efetivamente para o aumento numérico e para a inversão da taxa de urbanização em Ponta Grossa. Além disso, foram fundamentais para o processo de dinamização da vida social, cultural e política. (DITZEL, 2004, p. 76).

Schimanski (2007, p. 100) também enfatiza a participação dos imigrantes, de forma geral, na constituição e desenvolvimento econômico dos Campos Gerais, uma vez que “a economia gerada pela comercialização de produtos como a erva-mate e a madeira, juntamente com a presença de imigrantes nacionais e estrangeiros, aceleram o desenvolvimento urbano de Ponta Grossa”. Além disso, de acordo com Ditzel (2004, p. 78), a participação dos imigrantes foi muito intensa no processo de urbanização e no desenvolvimento sócio-econômico-cultural de Ponta Grossa:

Tal como na área cultural, também nas atividades econômicas, a inserção e o envolvimento dos imigrantes foram se fortalecendo. Estudos feitos pelo Governo do Paraná, como a Estatística Industrial de 1914, apontam que a indústria e o comércio de Ponta Grossa solidificaram-se vinculados a sobrenomes estrangeiros como Thielen, Gambassi, Schuleter, Kluppel, Motti, Mansani, Bühner, Krocawskay, Metzentin etc. Os imigrantes e seus descendentes também estiveram presentes na fundação, em 1922, do Centro Comércio e Indústria (CCI), atual Associação Comercial, Cultural, Agrícola e Industrial de Ponta Grossa (ACCIPG). A entidade, que já naquele momento se propunha a defender os interesses dos empresários locais, tornou-se uma das mais representativas associações de classe de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Entre os membros da primeira diretoria do CCI estavam figuras como Frederico Lange, Alcides Bittencourt, Augusto Justus, Michel Farhat, Domingos Pitella, Jorge Nasser, João Hoffmann, Eugenio Gambassi, Eduardo Kluppel, Evaldo Kossatz, Rodolpho Osternack, José Bach, Chede Buffara e Henrique Thielen, demonstrando a rápida incorporação dos imigrantes na dinâmica produtiva pontagrossense.

O exposto acima demonstra a intensa participação dos diversos grupos de imigrantes na constituição da sociedade pontagrossense das primeiras décadas do século XX. Schimanski (2007, p. 101) corrobora essas observações, argumentando que:

Ponta Grossa ganha uma posição de destaque nos Campos Gerais, deixando de ser um vilarejo e assumindo a condição de uma das mais dinâmicas cidades do Estado do Paraná. As mudanças ocasionadas pela instalação de ferrovias não fizeram sentir-se apenas no que se refere ao progresso econômico da cidade, mas repercutiram no campo social e cultural. A população, desde 1905, já usufruía dos benefícios trazidos pela instalação da luz elétrica. Além do desenvolvimento urbano, comercial e industrial, Ponta Grossa, a partir da década de 1920, passa a contar com a existência de importantes construções como a estação ferroviária, escolas, hospitais, cine-teatros e clubes sociais.

Desse modo, Kus (2015, p. 52) ressalta que “as atividades desenvolvidas principalmente no centro na cidade estavam ganhando certo refinamento afinal, ainda no início do século XX, já existia em Ponta Grossa cinema, teatro, clubes desportivos e sociais etc., além dos melhoramentos urbanos [...]”.

A busca pela chamada “modernização” também contou com várias ações políticas, por meio dos dirigentes municipais que estiveram no poder durante o período analisado em nossa

pesquisa. Ditzel (2004, p. 82) cita que importantes atitudes foram protagonizadas nos primeiros anos da década de 1930, uma vez que:

De acordo com o relatório do prefeito Albary Guimarães, que administrou a cidade de 1934 a 1944, verificaram-se transformações evidenciadas por dados, tais como o aumento dos investimentos em educação, ampliação dos edifícios públicos, melhorias na saúde e no saneamento, reforma de logradouros, reordenação do quadro urbano, ampliação do serviço de iluminação pública, melhorias no sistema viário etc.

Nesse sentido, considerando o desenvolvimento de Ponta Grossa em consonância aos símbolos da modernidade, assim como, em relação aos embates políticos articulados à atuação do jornal “Diário dos Campos” como influenciador social, Ditzel (2004, p. 174) sintetiza que:

É possível afirmar, assim, que a imprensa, em particular esse jornal, configurou-se como um espaço de disputa dos diferentes projetos e de expressão dos imaginários que permearam a luta pelas instâncias do poder local. E esse jogo político reproduz os projetos delineados em outras esferas de poder articulando-o as particularidades da cidade e da região.

Dessa forma, a partir dos expostos, corroborando nossa escolha e discorrendo sobre o uso do jornal como fonte, Carlos Eduardo Vieira (2007, p. 13) explica que:

A imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. Talvez, nas sociedades modernas, urbanas e complexas [...], não tenhamos outro documento que forneça, ainda que de forma superficial e opaca, uma perspectiva tão ampla da sociedade e dos seus problemas. Em outras palavras são incomensuráveis as possibilidades de reconhecimento e de problematização do passado por meio das páginas da imprensa.

No excerto acima, Vieira (2007) conseguiu traduzir as vantagens em se utilizar o jornal como fonte para se estudar a sociedade, ou, no nosso caso, o gênero feminino, o qual faz parte dessa sociedade e com ela interage em vários sentidos, disputando espaços e conquistando direitos. Refletindo sobre o papel do jornal na vida dos indivíduos, Vieira (2007, p. 15) ainda acrescenta que:

O jornal impresso diário é parte de uma estrutura midiática de enorme impacto e, cada vez mais, diversificada ação política e cultural. Na Europa, sua presença na cena pública remonta ao século XVII, enquanto nos Estados Unidos ao XVIII e no Brasil ao início do XIX. O diário encarnou o principal ramo da chamada grande imprensa até a primeira metade do século XX no Brasil, ainda que o rádio, a televisão e a rede internet tenham, respectiva e gradativamente, assumido espaços significativos na esfera das comunicações, a partir da segunda metade do século XX.

A partir das informações fornecidas por Vieira (2007) no excerto anterior, pode-se refletir sobre a situação da imprensa em Ponta Grossa, a qual iniciou suas atividades no fim do século XIX, ou seja, quase 100 anos após o início da imprensa no Brasil, assim como o jornal “Diário dos Campos”, criado em 1907, conforme será melhor explicado adiante. Sobre o desenvolvimento da imprensa escrita no Paraná, Vieira (2007, p. 21) registra que:

Nos primeiros vinte anos do século XX, verificamos [...] a afirmação da tendência dos jornais empresariais diários, tecnicamente renovados e em via de profissionalização de seus agentes. Os suportes que encarnaram de forma mais nítida essas características foram o *Diário da Tarde* e a *Gazeta do Povo*, criados em 1899 e em 1919, respectivamente, e ainda hoje circulando no cenário paranaense. O desejo dessa imprensa empresarial moderna de permanecer atuante na esfera política levou-a a engajar-se em projetos sociais, com base na produção de *slogans* e de campanhas nas quais o grau de assentimento público fosse significativo. É nesse contexto que verificamos a adesão da imprensa à *causa educacional*, bem como a presença da elite letrada nos quadros do jornalismo na condição de arautos da inserção do País na modernidade com investimento em educação. (Grifos do autor).

As características descritas por Vieira (2007) em relação aos jornais paranaenses são também observadas nas páginas do jornal “Diário dos Campos” no período analisado por esta pesquisa, pois constatamos que especialmente a temática “educação”, esteve presente em inúmeras edições do DC.

Considerando o veículo de comunicação “jornal” como um modo de se propagar ideias e concepções, com ampla cobertura e, em determinados âmbitos, apresentando-se como uma das raras ou, talvez, a única forma de expressão de uma comunidade em determinado contexto, compreende-se mais um pouco sobre a escolha desse periódico para análise desse estudo.

Nesse sentido, para compreender as complexidades que envolvem os espaços sociais, compreendendo-se a imprensa como um desses espaços, Bourdieu (1996; 2008a) ressalta que as classes convivem em um ambiente social e as posições ocupadas nesse ambiente comandam as representações dele, no caso aqui, as mulheres e a sua educação.

Sobre o desenvolvimento do jornal “Diário dos Campos”, compreendido também como campo e como espaço público para a expressão das ideias dos agentes, os autores Maura Regina Petruski e Niltonci Batista Chaves (2013, p. 293-294) explicam que:

Devido à falta de outros veículos de comunicação na cidade, o DC [Diário dos Campos] se consolidou como um importante produtor de informações e discursos sobre o cotidiano ponta-grossense, mantendo-se, até a década de 1940, como o único órgão informativo local, situação que contribuiu para consolidá-lo como o mais popular veículo de comunicação da região dos Campos Gerais do Paraná. Em suas páginas, mesclavam-se temas internacionais, nacionais, regionais e locais, atendendo assim as expectativas de um público leitor carente de informações relacionadas aos

contextos mais amplos, mas, ao mesmo tempo, preocupado com a realidade mais próxima na qual se desenrolavam as tramas sociais, políticas e culturais cotidianas.

A autora Joana Maria Pedro, discorrendo sobre a história das mulheres no sul do Brasil, explica a organização dos jornais nos fins do século XIX e início do XX, por homens que representavam os grupos sociais mais favorecidos financeiramente, destacando o papel desses periódicos em conformar padrões, tanto de homens, quanto de mulheres:

[...] esses grupos iriam promover os jornais responsáveis pela divulgação de modelos de comportamento, especialmente para as mulheres. Os jornais pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos. [...].
Os jornais sulistas [...dessa época] não criaram os modelos ideais de mulher como boas mães, virtuosas esposas e dedicadas filhas. Esses modelos já faziam parte do imaginário ocidental, podiam ser encontrados na literatura, no sermão das missas, nos textos escolares, nas tradições locais. (PEDRO, 2015, p. 281).

Joana Pedro (2015) defende acima que, o ideário feminino de boa mãe e esposa não foi criado pelos jornais da região sul do Brasil, uma vez que esse ideário já circulava em outros meios sociais. De formar similar, em Ponta Grossa, o DC estampou um conjunto de ideias e concepções, por meio de reportagens e anúncios, possivelmente também não criados por esse jornal, como a exemplo das observações de Joana Pedro (2015), haja vista que essas concepções já circulavam por outros campos, incluindo o religioso e o político que, nesse contexto, buscavam o auxílio das mulheres para a conformação do novo modelo de nação. Assim, devemos lembrar que nas primeiras décadas do século XX, Ponta Grossa constituía-se em uma cidade do interior, com suas particularidades e costumes próprios. No entanto, situava-se também em uma importante rota ferroviária do Estado do Paraná, por onde passavam muitas pessoas, oriundas de diversos lugares e que traziam novidades, trocando assim, muitas impressões com os indivíduos que aqui viviam, incorporando e difundindo novas ideias e pensamentos. Além disso, o fundador do jornal “Diário dos Campos” – Jacob Holzmann – talvez não pudesse ser considerado um membro da elite, como assinalou Joana Pedro (2015) anteriormente, mas sim, um homem que sobrevivia de seu trabalho, mas que conseguiu acumular um certo capital simbólico e social ao longo do tempo.

Sobre isso, é importante também comentar que, em inúmeros momentos, o DC passou por problemas financeiros, vindo, por esse motivo, seu primeiro dono e fundador – Jacob Holzmann - a vendê-lo, demonstrando novamente, que seu maior capital não era o econômico, mas talvez, o simbólico e o social. No entanto, diante da recorrência de textos, imagens e propagandas destinadas às mulheres, tratando de temas associados à defesa da harmonia

familiar, das funções e responsabilidades da mulher como companheira fiel do marido e mãe dedicada, ou seja, tentando conformar um modelo, acreditamos que o DC tivesse como um de seus propósitos, vincular essas concepções que, se não objetivassem conformar as mulheres para esses padrões, justificando que eles já estavam postos, ainda assim, o DC poderia reafirmá-los, na esperança de que não fossem esquecidos.

Corroborando a pesquisa documental na qual essa dissertação se sustenta, Eliezer Felix de Souza (2010, p. 66), que também utilizou o “Diário dos Campos” como fonte para a elaboração de sua dissertação de mestrado, esclarece que:

O uso de periódicos como fonte de pesquisa está relacionado às mudanças nas concepções de documento. A história da educação se manteve por muito tempo afastada destas discussões. No entanto, nos últimos anos, perspectivas em ampliação dos campos temáticos têm aberto esta possibilidade.

Nesse contexto histórico analisado, muitos jornais surgiram em Ponta Grossa, porém, diante de dificuldades diversas, a maioria deles não conseguiu permanecer em circulação. Dentre esses empecilhos, destacam-se os fatores financeiros - insuficiência de capital econômico por parte dos leitores e dos proprietários dos jornais - e de capital cultural, pois, o acesso à cultura letrada ainda era baixo, haja vista o número de analfabetos nessa época.¹⁹

¹⁹ Dados do IBGE, sistematizados no texto Mapa do analfabetismo no Brasil, indicam que o analfabetismo no Brasil entre a população acima de 15 anos era o seguinte: em 1900, 65,3% da população; em 1920, 65%; em 1940, 56,1%; em 1950, 50,6%. O censo do Império de 1872 indicava que 82,3% da população acima de 5 anos eram analfabetos, conforme Alceu Ravanello Ferraro e Daniel Kreidlow (2004). Embora os critérios de corte etário sejam diferentes, esses dados ajudam o leitor a perceber as condições de escolarização do Brasil do final do Império até a primeira metade do século XX. De acordo com Ferraro e Kreidlow (2004, p. 182), “nesse ano [1872], a taxa de analfabetismo para o conjunto do País é de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais [...], situação esta que se mantém inalterada pelo menos até o segundo Censo, realizado em 1890 (82,6%), já no início da República. Tais taxas valeram ao Brasil, na época, a pecha de campeão mundial do analfabetismo”. É importante assinalar, conforme Ferraro e Kreidlow (2004) que “o analfabetismo ainda não se havia constituído como problema nacional, pela simples razão de que, ‘ao longo de grande parte da nossa história essa questão [do analfabetismo] não esteve posta’ (Paiva, 1990, p. 9). O analfabetismo surge como questão nacional somente com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), a qual ao ‘censo pecuniário’ acrescentou o ‘Censo literário’, que estabeleceu a proibição do voto do analfabeto. A Constituição republicana de 1891, que acabou com o Censo econômico, manteve o ‘Censo literário’. Observe-se que a questão, como diz Paiva, ‘se fortalece pela maior circulação de idéias ligadas ao liberalismo e se nutre também de sentimentos patrióticos’ (Paiva, 1990, p. 9-10), suscitados pela divulgação internacional da taxa de analfabetismo segundo o Censo de 1890, que dava para o Brasil a taxa mais alta (82,63% para a população de 5 anos e mais) entre os Países considerados. O analfabetismo, portanto, emergiu no Brasil como uma questão política, não como uma questão econômica. A Lei Saraiva de 1882, do final do Império, e todas as constituições republicanas, excetuada a de 1988, distinguiram-se, sob este aspecto, pelo caráter discriminatório, rotulador e excludente em relação ao analfabeto. O analfabetismo constituiu-se na grande vergonha nacional. O voto foi repetidamente negado aos analfabetos, sob o argumento principalmente de sua ‘incapacidade’”. Por fim, destacamos um dado indicador de alteração de tendência, pois “[...] há, no período, uma redução de 11 pontos percentuais na taxa de analfabetismo para o Brasil como um todo (de 82,3% em 1872 e 82,6% em 1890 para 71,2% em 1920). É, pois, no período 1890 a 1920 que tem início a tendência secular de queda do analfabetismo no Brasil” (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 185). A taxa de analfabetismo no Paraná, segundo Ferraro e Kreidlow (2004, p. 192), em 1872 e 1920, era de 71,1% e 53,8%, respectivamente, demonstrando, uma diminuição de 17,3% nesse índice.

Niltonci Chaves (2001, p. 34) sintetiza o contexto de criação de jornais em Ponta Grossa, explicando que:

Vários jornais, todos de existência efêmera e sob diversas orientações, foram sendo criados em Ponta Grossa na primeira década do século XX, como por exemplo: “O Comércio”, criado em 1904; “Luz Essência” (1905), órgão da Maçonaria pontagrossense era dirigido por Teixeira Coelho; “O Escalpello”, criado em 1908.

Dessa forma, constata-se que a imprensa escrita esteve presente na região dos Campos Gerais desde o final do século XIX. Ainda de acordo com Chaves (2001, p. 33).

O “Campos Gerais” foi o primeiro jornal produzido em Ponta Grossa. Era um semanário de quatro páginas no qual se alternavam espaços em branco, notícias sobre Ponta Grossa e poesias. Foi criado por João Rocha Bahls. Circulou pela primeira vez em 13 de maio de 1893 e encerrou pouco depois suas atividades.

Um pouco mais tarde, “no ano de 1899, foi a vez da ‘Gazeta dos Campos’, de propriedade de Joaquim Silva. Quando de sua origem, Ponta Grossa vivia um momento de euforia decorrente dos resultados produzidos pela ferrovia [...]” (CHAVES, 2001, p. 33). Interessante perceber que muitos desses periódicos tinham o intuito de retratar as características dos novos tempos que estavam se delineando após a Proclamação da República, em 1889, enfatizando variados aspectos ligados à modernidade, entre eles, encontrava-se a ferrovia.

O “Diário dos Campos” possuiu várias nomenclaturas durante seu desenvolvimento inicial. Eliezer Felix de Souza (2010, p. 75) demarca o início desse processo no excerto abaixo:

O jornal O Progresso foi fundado em 1907 [...]. Resultado do insucesso de muitos jornais que apareceram na cidade, O Progresso é uma extensão do jornal O Comércio. Com dificuldades para continuar e na iminência de fechamento, Jacob Holzmann o adquire e lhe batiza com esse novo nome [Diário dos Campos].

Alessandra Perrinchelli Bucholdz (2007, p. 25), em livro no qual discorre sobre a história do “Diário dos Campos” a partir de seu contato pessoal e profissional com o jornal, explica que:

O título O Progresso surgiu em uma roda de amigos. Inicialmente, pensou-se em chamar o jornal de O Pontagrossense. Todavia, além de extenso, o nome parecia dar uma conotação muito local à publicação, o que poderia não ser interessante no futuro. A denominação O Progresso parecia mais adequada, tanto à conjuntura econômica, histórica e cultural vivenciada pelo município como às expectativas que eram depositadas no negócio.

A sociedade brasileira foi se modificando ao longo do tempo, concomitantemente às mudanças de concepções dos donos do jornal, conforme demonstrado na citação acima. Sendo assim, lembrando que a temática dessa pesquisa envolve as questões travadas pelo/sobre o gênero feminino, Eliezer Felix de Souza (2010, p. 90) ressalta que o primeiro proprietário do “Diário dos Campos”, senhor Jacob Holzmann, “[...] se fez presente inclusive na organização da cultura feminina” nos Campos Gerais, por meio da formação de uma orquestra constituída apenas por mulheres, sob sua regência (SOUZA, 2010). Essa iniciativa demonstra a preocupação de Holzmann com o desenvolvimento do capital cultural das mulheres.

Niltonci Batista Chaves, historiador e importante pesquisador do jornal “Diário dos Campos”, ainda esclarece que:

O Diário dos Campos, fundado em 1907, foi adquirido, no início da década de 1930, por José Hoffmann. José Hoffmann pode ser caracterizado como uma figura polêmica tanto por suas idéias como por seus atos presentes no jornalismo e na política pontagrossense. Essa personalidade complexa, era descendente de um imigrante russo-alemão católico que obteve grande sucesso no comércio atacadista de Ponta Grossa. José Hoffmann pode ser visto como “tradutor” de fatos cotidianos, tensões, conflitos e representações presentes na sociedade pontagrossense. Os artigos que escrevia no Diário dos Campos, ao longo de toda década de 1930, confirmam essa afirmação. (CHAVES, 2001, p. 2).

Realmente é possível perceber algumas diferenças nas edições do “Diário dos Campos” que foram veiculadas na década de 1920 e na década de 1930, atestando o que Chaves (2001) expõe na citação anterior. Essas diferenças vão desde a disposição e organização das propagandas, imagens, colunas, classificados e anúncios, até o teor das reportagens que apresentavam na década de 1930 um tom mais incisivo, característico do proprietário dessa época, senhor José Hoffmann²⁰. Dessa forma, nos anos de 1930, “enquanto principal jornal de Ponta Grossa, o Diário dos Campos, por meio dos artigos escritos por Hoffmann, posicionava-se e irradiava seus valores junto à população local”. (CHAVES, 2001, p. 3).

Ainda na década de 1920, quando Hugo Borja dos Reis²¹ era o dono e José Cadilhe, o editor, o DC exibía uma organização diferente, caracterizando-se por apresentar poesias de autoria do próprio Cadilhe e muitas reportagens e esclarecimentos sobre a doutrina espírita, da

²⁰ Segundo Ditzel (2004, p. 146) “[...] José Hoffmann, [era] um católico liberal, descendente de russo-alemães, foi proprietário e principal cronista do Diário, [sob sua direção] o jornal caracterizou-se pelo combate às idéias ‘exóticas’ expressas por movimentos como o comunismo e o Integralismo, dos quais absteve-se de publicar artigos doutrinários e propagandas em suas páginas”.

²¹ De acordo com Ditzel (2004, p. 69) “Hugo Mendes de Borja Reis, carioca, anticlerical, socialista e espírita, participou ativamente da vida político-cultural de Ponta Grossa por mais de 20 anos. [...]. Seu envolvimento político com a causa operária e sua fidelidade à doutrina espírita geraram forte reação em alguns grupos da elite local”.

qual Hugo dos Reis era adepto. Corroborando nossos achados, Chaves (2001, p. 44) ainda explica que “outra característica própria do Diário dos Campos era a publicação de crônicas, poemas e poesias, escritos tanto por redatores do Diário quanto por escritores de renome como Camilo Castello Branco, Gustave Flaubert, Machado de Assis, entre outros”. Para evidenciar o que foi exposto, segue abaixo a transcrição de uma poesia de Hugo dos Reis, intitulada “Amôr do céu”, escrita em 07/01/1920 e publicada no DC dois dias depois.

Amôr do céu
 A alma de Zarstrusta
 O espírito o teu corpo abandonando,
 Ethereo corpo astral, mais bello anima;
 A ouvir, então, a luz que vae soando,
 A vêr o som que ao teu olhar amima.

Bebendo a luz, manná do céu baixando,
 Cheirando toda a luz que se rythima,
 Tacteando luz – arminho puro e brando –
 A alma os sentidos vae multiplicando.

E tu amor meu, almo amor! Voando,
 A luz das luzes, has de vêr, lá acima,
 Da graça a fonte, a graça entesourando!

E, lá – recorda-te! – eu aqui, ando, ando
 Na terra e peço á minha lyra rima
 Que cante o amor do céu que estou cantando. (DC, 09/01/1920).

Além disso, segundo Chaves (2001), o periódico mesclava notícias da região dos Campos Gerais com informações oriundas de outros veículos de comunicação que traziam novidades do contexto nacional e internacional. Um exemplo pode ser verificado a seguir, no qual o DC traz as notícias telegrafadas de países da Europa, sob o título “Resumo Telegraphico”. Nesta nota, o DC comenta sobre uma notícia de Roma e outra de Berlim, conforme evidenciado na transcrição a seguir:

Roma 8 - O primeiro dia de subscrição do sexto empréstimo nacional marcou um grande sucesso rendendo a subscrição desse primeiro dia mais de um bilhão de libras. Espera-se com entusiasmo que o empréstimo fortaleça a situação internacional.

Berlim 8 – Annuncia-se que a Allemanha perdeu na guerra 1.742.385 homens entre soldados e officiaes de terra e mar. [...]. (DC, 09/01/1920).

É importante comentar que o eixo editorial do jornal “Diário dos Campos”, o conteúdo das notícias, a linguagem e as formas de se apresentar e discutir os temas que movimentavam a sociedade nos anos de 1920 são bem distintos do que na década de 1930. Assim, nos primeiros anos do século XX, Hugo dos Reis, em parceria com José Cadilhe, era quem se situava à frente

do DC. Sobre esta relevante figura da imprensa pontagrossense, Isaías Holowate (2016, p. 30-31) esclarece que:

No ano de 1908, o jornalista carioca Hugo Mendes de Borja Reis chegou a cidade de Ponta Grossa, no Paraná. Tendo fixado residência, ele que já tinha experiência com o jornalismo no Rio de Janeiro, tratou de ligar-se ao periódico local O Progresso – que depois se chamaria Diário dos Campos – onde atuou entre os anos de 1908 e 1921, participando da equipe editorial do jornal. Sua atuação junto a imprensa pontagrossense é um dos principais responsáveis pela presença, no jornal, de uma diversidade de representações sobre a sociedade daquele período. O jornalista possuía uma formação cultural que em diversos aspectos se diferenciava dos princípios habitualmente defendidos pelos grupos locais e particularmente, a burguesia letrada urbana ao qual o jornalista buscou se inserir.

Ainda em relação à diagramação do jornal “Diário dos Campos”, Chaves (2001, p. 42) ressalta que:

Graficamente o jornal se manteve inalterado durante toda década de 1930. Na primeira página destacava-se o cabeçalho, na parte superior da folha. Logo abaixo destacava-se uma grande manchete sobre uma matéria que tanto podia ser a respeito da realidade local, nacional ou mesmo internacional.

Como já mencionado, a partir da década de 1930, o DC é vendido para José Hoffmann, popularmente conhecido como Juca, que esteve à frente do jornal, como dono e editor. Esse personagem teve grande expressão na história do jornal e também na sociedade pontagrossense, pois ele era detentor de capital simbólico e social significativos: “Por um período de quase meio século, José Hoffmann foi uma das pessoas de maior destaque na sociedade pontagrossense. Até hoje Hoffmann suscita discussões em torno de seu nome e de sua ação em Ponta Grossa” (CHAVES, 2001, p. 46).

Sendo assim, quando Juca Hoffman adquiriu o jornal “Diário dos Campos”, o tom do periódico modificou-se, pois, o novo dono participava ativamente da elaboração das matérias que estampavam as páginas do jornal, conferindo sua marca característica de criticidade sobre os assuntos que discorria, muitas vezes, criando atritos e desavenças com os citados em suas reportagens. Além disso, Floriano (2019, p. 25) explica que “uma das estratégias discursivas utilizada por jornais é a potencialização de notícias, sendo esta utilizada por Juca Hoffmann no Diário dos Campos, quando este optava por colocar uma manchete grande na primeira página do jornal, mesmo que a continuidade da matéria ocorresse nas próximas páginas”.

No entanto, alguns revezes vieram em decorrência da postura firme e muitas vezes contrária aos interesses de personagens influentes da cidade, numa clara demonstração de disputas pelo espaço social, pois, “ao comando do Diário dos Campos nos anos 30, Hoffmann

sempre utilizou um discurso segundo o qual o jornal se apresentava invariavelmente como o porta-voz da verdade [...]”. (CHAVES, 2001, p. 38). Além disso, Chaves (2001) ressalta que Juca não cedia às intimidações de qualquer setor social. Assim, “o Jornal apresentava-se como um dos principais formadores de opinião na cidade e suas abordagens discursivas se caracterizavam por um posicionamento amistoso em relação ao conjunto social” (CHAVES, 2001, p. 38).

Em relação à educação, o DC também mostrou-se engajado em informar à sociedade pontagrossense e dos Campos Gerais sobre os acontecimentos que ocorriam ao longo do tempo. Sobre as mulheres, esse periódico também demonstrou estar em constante diálogo com as novidades que surgiam, retratando cada avanço que o gênero feminino ia conquistando, principalmente no que diz respeito aos aspectos educacionais.

Dessa forma, o DC, em inúmeros momentos, mostrou-se simpatizante das questões relacionadas ao universo feminino, denunciando abusos e violências, mas também comemorando com elas, as vitórias e progressos das mulheres em todos os campos sociais em que elas, aos poucos, iam abrindo espaço. Além disso, em algumas situações, o DC também acabou promovendo a legitimação da dominação masculina, por meio da veiculação de reportagens e artigos que, de forma geral, defendiam o ideário de boa mãe e de esposa exemplar, e também de professora vocacionada para a docência. No campo público, o DC procurou manifestar as concepções que iam se delineando no Brasil e no mundo sobre a presença cada vez maior de mulheres nos cenários culturais e políticos.

1.2 “O ensino em Ponta Grossa”: a educação das mulheres dos Campos Gerais

O objetivo deste item, cujo título se inicia com “o ensino em Ponta Grossa”, manchete publicada pelo DC em 27/05/1935, é mostrar que o jornal “Diário dos Campos”, ao se apropriar da educação como discurso, procurava mostrar-se atualizado, acompanhando, assim, a pauta das principais cidades do Brasil e da Europa, caracterizando-se como um protagonista dos novos tempos. Ao defender a educação, seja a escolar (grupo escolar, escola normal) ou não escolar (representações do papel feminino), o DC se lançava como um dos principais protagonistas da história de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Assim, a temática das mulheres integrava a construção da cidade de Ponta Grossa, uma vez que a elas estavam reservadas as funções de professora, especialmente na interlocução com a Escola Normal, conforme veremos adiante, no sentido de que a educação estava alinhada às já citadas ideias de modernização e urbanização. Sobre isso, Souza (2010, p. 95) assegura que:

Ponta Grossa do início do século XX é uma cidade com sinais relativos de modernização. E uma cidade moderna exige serviços que atendam a população, dentre os quais podem ser destacados o saneamento, a industrialização, a iluminação e a instrução pública. Os discursos dos intelectuais direcionam-se neste sentido, ou seja, opõem-se ao analfabetismo e ao mesmo tempo postulam a instrução pública.

Sendo assim, procuramos reconstituir alguns aspectos da história da educação de Ponta Grossa, tentando articular as representações das mulheres ao desenvolvimento das principais instituições educacionais na região dos Campos Gerais nas primeiras décadas do século XX, como a criação e desenvolvimento da Escola Normal, do Colégio Regente Feijó, Colégio Senador Correia, das escolas particulares, entre outras instituições educacionais, compreendendo que “a escola passa a ser compreendida como sinônimo de civilização”. (SOUZA, 2010, p. 104). Destacam-se também as discussões em torno da instrução primária, a qual foi, por muitas vezes, objeto de questionamentos por parte do próprio DC às autoridades, assim como, a demarcação do modelo do grupo escolar como padrão educacional republicano. Souza (2010, p. 95) versa sobre isso, explicando que:

No período compreendido entre 1870 e 1889, prevaleceu a crença de que um país é o que a sua educação faz ser. Esse discurso continuou nas primeiras décadas do século XX, quando ocorreu um debate intenso em torno da escolarização da população. No jornal *Diário dos Campos* a causa educacional ganhou contornos relevantes. (Grifos do autor).

Como a educação faz parte de uma complexa dinâmica que envolve variados setores da sociedade, devemos considerar os muitos movimentos e acontecimentos que agitaram o Brasil e o mundo entre o fim dos anos de 1800 e o início dos 1900, conforme discorre França, Cezar e Calsa (2007, p. 129):

A transição do século XIX para o XX foi marcada por muitas transformações sociais, políticas econômicas e culturais: como a implantação do regime republicano no Brasil, as duas guerras mundiais, o processo de urbanização e industrialização, bem como conquistas tecnológicas que possibilitaram o início de protestos feministas como a reivindicação pelo voto, direito à educação e profissionalização.

Durante o percurso de análise dos dados desta pesquisa, percebemos que a preocupação com a chamada “Instrução publica”, foi tema recorrente nas páginas do jornal “Diário dos Campos” durante os anos de 1920 e 30. O investimento em educação também atinge o gênero feminino e, segundo Perrot (1998, p. 105) “a instrução abria de fato às moças as portas de

muitas profissões”. No entanto, França, Cezar e Calsa (2007, p. 128) salientam as complexidades da Primeira República, explicando que:

A sociedade nesse momento vivenciou contradições em relação aos valores vigentes, pois, por um lado, o sexo feminino encontrou dificuldades de acesso ao ensino, a educação formal não era vista como necessária para o desempenho da mulher nessa sociedade e, por outro lado, o exercício da mulher no magistério, especialmente voltado para a educação das crianças, era considerado um papel próprio desse gênero.

Para sustentar a preocupação do DC com a educação, trazemos a transcrição a seguir, de um artigo que se intitulava “Assumptos da cidade – Instrução publica” (DC, 13/09/1920), em que Hugo dos Reis questionava a tão esperada criação da Escola Normal em Ponta Grossa, prometida há longo tempo. O referido jornalista encerra seu artigo de crítica à falta de investimentos educacionais em Ponta Grossa, salientando que a criação dessa escola seria a única forma de se acabar com o analfabetismo no município:

A noticia official dada pelo Sr. Diretor do Ensino, anteontem, no baile do Pontagrossense, da próxima criação da Escola Normal, nesta cidade, vem a ser a cupola, a que bastas vezes nos temos referido, da nossa instrução publica. A evolução do conhecimento fica, dest’arte, perfeitamente seriada, entre nós, vindo do jardim da infância, o grupo modelo, a escola intermediaria, até á escola normal, representando esta o ensino superior. Falta-nos, no entretanto, uma escola de artífices. Possuimos cartas de representantes federaes, prometendo a Ponta Grossa este imprescindivel órgão da instrução publica, [...]. Só com decisões enérgicas, vontades firmes e inquebrantáveis, idéas fixas no futuro, fé na capacidade nossa de acção, é que Ponta Grossa poderá dizer ao resto do paiz, em 1922:
- Aqui não há analphabetos! (DC, 13/09/1920).

Nesse sentido:

Pode-se considerar que a escola pública brasileira em sua origem apresentou um perfil voltado para o período vivenciado com uma visão limitada no que diz respeito à coeducação dos sexos, pois o Brasil se fundamentava em discursos conservadoristas de acordo com a moral cristã. A partir disso, foi atribuído à educação das mulheres um papel secundário em relação à educação do homem. Todavia, a resistência e o discurso articulado entre os atores no decorrer da história permitiram algumas conquistas relevantes na história da educação das mulheres. Um exemplo foi a imprensa feminina que muito colaborou para a disseminação de novos valores para a época, dentre eles, o direito à educação e profissionalização feminina. (FRANÇA; CEZAR; CALSA, 2007, p. 128).

Ainda sobre a relevância da temática “Instrução Pública”, Eliezer Felix de Souza (2010, p. 99-100), também utilizando o DC como fonte para sua pesquisa, afirma que:

Nos discursos republicanos o que predominou efetivamente foi uma fé imensurável nas potencialidades humanas que poderiam ser aperfeiçoadas pelo desenvolvimento

da instrução pública. A visão da época, em relação à educação, era que a instrução pública era uma das vias pela qual se efetivariam as aspirações, ao mesmo tempo em que se configurariam uma experiência histórica que se propunha a realizar a felicidade do povo.

Assim, compreendendo a educação como símbolo da modernidade e da civilização, dialogamos com França, Cezar e Calsa (2007, p. 129) que discorrem sobre as mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XX:

Esse período foi marcado por ideais republicanos apoiados nas idéias positivistas que priorizaram a educação como uma forma de fortalecer a unidade educacional e planejar a ação do trabalho livre. A educação foi considerada o instrumento para solucionar os problemas existentes que as mudanças ocorridas trouxeram, pois se acreditava que as escolas poderiam difundir a cultura própria dos imigrantes que abrangia valores morais, costumes e posturas como determinantes para a época. Motivos como esses justificaram do ponto de vista político e econômico a criação de uma Escola Pública que instrísse o indivíduo para a sociedade em mudança. A necessidade de instruir e educar o cidadão estava vinculada a formação de um indivíduo produtivo ao país, ou seja, a instrução era considerada uma forma de “civilizar o povo” de acordo com os modelos hegemônicos predominantes que refletissem no desenvolvimento do país, uma intenção de dominação ideológica.

Desse modo, os protestos de Hugo dos Reis, veiculados no jornal “Diário dos Campos” na edição de 13/09/1920, não ecoaram em vão, pois, em 31/01/1934, ou seja, quase 14 anos após a publicação do referido artigo, em que ele criticava a ausência da Escola Normal em Ponta Grossa, a secretária dessa escola de formação de professores, senhora Eneida M. Albernaz, utilizava as páginas do DC para informar à população sobre os editais e avisos referentes à organização dessa instituição, comunicando aos alunos sobre os exames de 2ª época e admissão.

Importante ressaltar que as escolas de Ponta Grossa costumavam utilizar o DC como meio de comunicação com a sociedade, informando sobre datas de matrículas, exames, mudanças de endereço etc. Em um desses avisos, lia-se: “De ordem do Sr. Diretor da Escola faço ciente aos interessados que se acha aberta nesta Secretaria [...], a inscrição para os exames de 2ª época. [...]. Para a inscrição ao exame de admissão, o candidato terá de juntar certidão de idade, provando ter 14 annos completos. [...]” (DC, 31/01/1934).

A vinda da Escola Normal para Ponta Grossa foi muito aguardada e noticiada pelo DC como espaço de formação de professores. Sobre sua criação, Nascimento (2004, p. 123) assinala que:

A criação da primeira Escola de Professores dos Campos Gerais- PR representou a concretização, na região, do projeto de educação nacional liberal, com as contradições

próprias de uma sociedade que tinha a predominância de imigrantes, originários de diversas nacionalidades, além dos interesses de uma sociedade capitalista emergente.

Além disso, no contexto histórico das primeiras décadas do século XX, os grupos escolares constituíam-se como alguns dos locais destinados ao ensino, considerados como marcos da modernidade. Sobre isso, Nascimento (2004, p. 143) destaca que:

Na cidade de Ponta Grossa, o primeiro Grupo Escolar foi inaugurado com a denominação de Grupo nº 2, criada pela Lei nº 1201 de 28 de março de 1912. Esta escola nasceu da fusão de duas outras escolas isoladas, localizadas no centro da cidade, sendo oficialmente reconhecida em 18 de maio de 1912, com a denominação de " Casa Escolar Senador Correia".

Assim, o jornal “Diário dos Campos”, ao se apropriar da educação como discurso, procurava se mostrar em consonância com os preceitos republicanos e também com os ideais que simbolizavam a modernidade, conforme nos mostra Schilder (2016, p. 130-131):

A inauguração da Escola Normal Primária de Ponta Grossa em 1924, sediada em frente à Praça Barão do Rio Branco foi um dos momentos de grande realização na cidade. Esse espaço estava destinado a formar profissionais que serviriam às futuras gerações da cidade e da região, na transmissão do saber. O edifício de grande porte, possui dois andares, com muitos compartimentos, que com características da arquitetura Eclética destacava-se na paisagem.

A autora ainda comenta sobre a preocupação de se construir escolas e colégios nas áreas centrais da cidade, especialmente próximas às praças e largos, espaços considerados urbanizados, ressaltando a relevância da educação em alinhamento às concepções referenciadas como modernas:

[...em] outro edifício na Rua Dr. Colares estava sediado o Ginásio Regente Feijó desde o ano 1927. Durante uma reforma no prédio do Ginásio os alunos foram transferidos à Escola Normal e permaneceram ali alguns meses. Entretanto, com o aumento significativo da quantidade de alunos matriculados no Ginásio, cerca de 800, houve uma inversão e a Escola Normal passou a ocupar o prédio da Rua Dr. Colares. Assim o prédio vizinho da praça [atualmente conhecida como Barão do Rio Branco] tornou-se o tradicional Colégio Regente Feijó. Durante toda a década de 1930 o Colégio utilizou a porção urbanizada da praça para as aulas de Educação Física e outras atividades. (SCHILDER, 2016, p. 131).

Concomitantemente aos avisos sobre as novidades que envolviam as escolas, tanto no sentido de inauguração de novas instituições, como mudanças de endereço, período de matrículas, entre outros, percebemos o forte teor nacionalista que se articulava à educação desse período, conforme também observado por Floriano (2019, p. 47), ao ressaltar que “as

representações dos professores no Diário dos Campos eram fortemente perpassadas por questões de cunho patriótico, moral e cívico”.

Nesse sentido, a inauguração de novas escolas foi destaque constante nas páginas do DC. Nessas ocasiões, geralmente as notícias ocupavam um espaço considerável na diagramação desse impresso, demonstrando a valorização deste tipo de evento pelo periódico. Um exemplo do que foi exposto encontra-se transcrito logo abaixo, quando da inauguração do Grupo Escolar Professor Julio Theodorico, em que muitas autoridades estariam presentes, entre elas, o então governador do Estado do Paraná, senhor Manoel Ribas, o diretor geral do ensino, senhor Gaspar Velloso, o prefeito de Ponta Grossa, Albary Guimarães, entre outros. Essa notícia indica a relevância da criação dessa escola para a cidade de Ponta Grossa, demonstrando também a participação do jornal “Diário dos Campos” nos assuntos educacionais do município.

Assistirão ao acto os srs. Manoel Ribas, governador do Estado, e Gaspar Velloso, director geral do Ensino. [...] deverá ter lugar hoje, ás 10 horas da manhã, a inauguração do majestoso Grupo Escolar “Prof. Julio Theodorico”, construído na rua Balduino Taques e destinado a servir os populosos bairros de Nova Russia e das Orphãs, além de grande parte da cidade. [...] (DC, 31/07/1935).

Essa notícia ainda demonstra a consideração das autoridades em participar à redação do DC as informações sobre a inauguração do referido grupo escolar, pois, na porção final desta reportagem, consta que: “O ilustre director do Ensino teve a nimia gentileza de visitar hontem á noite a nossa redacção, para nos dar sciencia pessoalmente da hora em que se deverá dar a inauguração do Grupo Escolar ‘Prof. Theodorico’ [...]” (DC, 31/07/1935). Aqui também nota-se que havia interesse por parte das autoridades em garantir o registro da inauguração da escola pelo jornal “Diário dos Campos”, assegurando assim, que a população soubesse, por via impressa, que o Grupo Escolar Professor Júlio Theodorico seria inaugurado, uma vez que o DC também já havia noticiado inúmeras vezes os pedidos da população por investimentos na educação em Ponta Grossa.

Outro ponto importante sobre a educação em Ponta Grossa diz respeito às atividades realizadas por representantes da Igreja Católica. Por exemplo, em uma ocasião, na edição de 13/01/1933, o DC publicou um aviso, no qual lia-se que a direção do Colégio São José Castro estava à cargo da Irmã Superiora (seu nome não é citado), ou seja, uma mulher e religiosa, demonstrando o poder que a Igreja Católica detinha sobre os assuntos educacionais nesse período. Sobre isso, Eliane Marta Teixeira Lopes (2017), na obra “Da sagrada missão pedagógica” discorre sobre as relações entre Igreja Católica, educação e mulheres, ressaltando as oportunidades educacionais oferecidas às moças por meio das instituições educacionais

conduzidas por religiosas, as quais transmitiam e inculcavam valores como moral cristã, fé católica, missão feminina, principalmente no que dizia respeito à atuação da mulher como professora vocacionada, representação que exploraremos com mais detalhes no segundo capítulo desta dissertação. A referida nota trazia o seguinte comunicado: “Collegio São José Castro - A Irmã Superiora comunica aos srs. Paes e interessados, que as aulas do Collegio reabrir-se-ão no dia 7 de janeiro”. (DC, 13/01/1933).

Em relação a isso, podemos refletir sobre as disputas pelos campos do poder que envolveram vários setores da sociedade, assim como, diferentes instituições que defendiam concepções de educação diferentes, como demonstra Floriano (2019, p. 50):

O Estado, enquanto espaço de disputa, era perpassado por lutas de diversos grupos, visando a disseminação de seus ideais. A Igreja Católica buscava a implementação de uma moral cristã por meio do Ensino Religioso, enquanto que parte dos grupos republicanos visavam uma moral leiga. Esse foi um movimento complexo e contraditório.

Em meio aos esforços da Igreja Católica para angariar novos adeptos e manter os que já estavam sob sua influência, outro movimento educacional defendia valores diferentes e se apresentava como protagonista da história. Tratava-se do:

Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova difundido em 1932 [que] analisou o quadro educacional vigente como parte de um contexto social vinculado a fatores políticos, econômicos e culturais. Foi um documento político dirigido ao povo e ao governo que propôs a reconstrução da educação no Brasil. Baseou-se em propostas como: obrigatoriedade escolar, gratuidade, laicidade e co-educação. (FRANÇA; CEZAR; CALSA, 2007, p. 138).

Desse modo, para a educação feminina, certamente que a criação da Escola Normal em 1924 constituiu-se como uma referência para as mulheres de Ponta Grossa, uma vez que possibilitou que as professoras que aqui já lecionavam, pudessem trabalhar nessa instituição, ao mesmo tempo que proporcionou às moças de Ponta Grossa e região, que tivessem uma alternativa para formarem-se professoras, profissão essa, muito recomendada no contexto em que tratamos nesta dissertação. Sendo assim, lembrando que a temática deste trabalho envolve as questões travadas pelo/sobre o gênero feminino articuladas à educação, Eliezer Felix de Souza (2010, p. 95) ressalta que, em relação às concepções expostas nas páginas do jornal “Diário dos Campos”, no início do século XX, evidencia-se que:

[...] à medida que a sociedade brasileira crescia economicamente, a população passava a ver na educação um mecanismo de acesso às novas relações de trabalho. Com isso,

passou a prevalecer uma nova visão de educação. Assim, o processo educacional das mulheres também passava por modificações.

Nesse sentido, a presença dessas instituições educacionais na região dos Campos Gerais, denota a valorização da educação nesse contexto, estimulada pelos preceitos republicanos, os quais indicavam que a educação seria o caminho para o progresso, assim como, demonstra a crescente e sucessiva participação das mulheres nessas atividades. Esses achados também são corroborados por Mello (2018). Além disso, “essa ideia perpassava os fundamentos da Escola Normal, por meio de um discurso de que os professores deveriam ser formados nos âmbitos moral, intelectual e prático, sendo que a profissão deveria ser entendida como uma missão”. (FLORIANO, 2019, p. 49).

Sobre isso, pode-se observar as transcrições a seguir com notícias sobre duas escolas: Intermediária e Tiradentes. A Escola Intermediária comentava sobre a exposição de prendas domésticas, desenhos, bordados e demais trabalhos confeccionados por suas alunas. Importante salientar que essa escola apresentava um currículo direcionado para as mulheres e a exposição relatada enfatizava os trabalhos e prendas domésticos, numa clara alusão à diferenciação curricular que ainda era comumente realizada no período estudado para o gênero feminino. Já a notícia sobre a Escola Tiradentes trazia os resultados dos exames realizados sob a direção da professora Maria Luíza Routh²². Na notícia sobre essa escola, constam os nomes de muitas mulheres, entre elas: Emília Cercal, Maria de Lourdes Oliveira, Rosalina Almeida, Maria da Luz, Izaura Almeida, Maria Dolores Goetz, Lybia Gambassi, Yolanda Gambassi e Maria José Cordeiro. Seguem as transcrições das respectivas notícias:

Escola Intermediária

Tivemos o grato ensejo de visitar a bela exposição de prendas domesticas, desenho a cores, a creyon, etc, installada na sala principal do edificio onde funcionam as escolas reunidas “Dr. João Candido”. As provas exhibidas são de molde a honrar a Escola Intermediaria e as suas competentes Directoras. Vimos trabalhos delicados, bordados, pinturas finíssimas, serviços que satisfazem cabalmente.

Amanhã, na referida Escola, será feita a distribuição de diplomas e prêmios. Nossos cumprimentos às exmas. snras. d. Judith Silveira e Lucia Dechand, esforçadas Directora e Adjunta desse importante estabelecimento de ensino. (DC, 28/11/1921).

Escola Tiradentes

Este estabelecimento de ensino, que se acha sob a direção competente da professora Maria Luíza Routh, deu alunos a exame, com o seguinte resultado:

3º anno – Emília Cercal e Maria de Lourdes Oliveira, distinção grau 5, Adalberto Ribeiro, grau 4.9.

2º anno – Francisco Bach, Audson de B. Silva e Osmar Meleo, distincção grau 5; Rosalina Almeida e Maria da Luz, grau 4.9.

²² Há várias grafias para o sobrenome da professora Maria Luíza, dependendo da fonte consultada. Nesse caso específico, usamos a grafia publicada pelo DC na data da notícia a que nos referimos.

1º anno B – Ephigenio Antunes e Izaura Almeida, distincção grau 5; João Dias Ayres, Maria Dolores Goez e Lybia Gambassi, grau 4.9.

1º anno A – João Simão, Ewaldo Wolff, Yolanda Gambassi, Harvey de B. Silva e Maria José Cordeiro, distincção grau 5. (DC, 28/11/1921).

Seguindo a perspectiva do currículo escolar para meninas, pautado no ensino de trabalhos manuais, uma notícia publicada pelo DC versa sobre o convite, no qual o Colégio Santana (“Collegio Sant’Anna), comunicava aos pais e amigos sobre a exposição de trabalhos manuais e pinturas realizadas pelas alunas da instituição. Aqui, além da típica abordagem curricular voltada ao público feminino, nota-se novamente a utilização do DC como meio de comunicação entre a instituição escolar e a sociedade. Ressalte-se, também, que o Colégio Santana foi uma das primeiras escolas a se estabelecer em Ponta Grossa, constituindo-se em uma instituição com concepções católicas (CHORNOBAI, 2005). Novamente ressaltamos aqui a inegável presença da Igreja Católica nas questões educacionais em Ponta Grossa no período analisado, algo que também ocorria em muitas outras regiões do Brasil, conforme apontado por Lopes (2017) e Magaldi (2007), especialmente no que diz respeito às mulheres.

Justifica-se o exposto anteriormente, pois, nas primeiras décadas do século XX, era comum associar-se a imagem da mulher com os trabalhos domésticos, além da costura, bordado e pintura, e isso fica explícito em muitas notícias estampadas no “Diário dos Campos”, as quais relacionavam o processo educacional das mulheres com esses conhecimentos. No entanto, apesar dessas diferenciações dos currículos para meninos e meninas, o desenvolvimento educacional na região dos Campos Gerais aos poucos foi ocorrendo, como pode ser averiguado na transcrição a seguir, a qual enfatiza os investimentos do governador da época, senhor Caetano Munhoz da Rocha, no ensino primário no Paraná:

O ensino primario no Paraná

Com verdadeira satisfação verificamos o grande impulso, que ao ensino primario do Paraná, vae dando o benemérito governo do snr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha.

Homem de acção, homem pratico, o Snr. Presidente do Estado soube organizar a complicada machina da instrucção, abolindo abusos, aperfeiçoando methods, de forma que já se pode apreciar o real progresso obtido em tempo relativamente curto. [...]. O ensino primario é a base da instrucção em todas as suas modalidades; o ponto mais difficil da educação e, sem duvida alguma, o de fazer compreender a creança o grande mysterio do alphabeto, abri-lhe as portas desse tempo, augusto onde se cultua o saber. [...]. (DC, 07/11/1921).

O excerto anterior nos permite problematizar a redação do texto, no sentido de corroborar o ideário republicano pautado nos investimentos em educação, apontando que essa seria a salvação do Brasil, especialmente os esforços para se vencer o analfabetismo, considerado, nesse contexto, como o grande problema brasileiro, conforme também assinalado

por Mello (2018). Outra reflexão que esta transcrição nos oportuniza realizar é em relação ao discurso de enaltecimento da figura política que concede o “benefício” do “ensino primário no Paraná”, representada pelo então governador do Estado, o senhor Caetano Munhoz da Rocha.

Outro comunicado do jornal “Diário dos Campos” que segue essa tendência, comenta sobre a “satisfação” pelo fato de o Paraná ter recebido estímulos para que o ensino primário se desenvolvesse no Estado, explicando: “Triste, embora, necessário é dizer que o Paraná, tempos atrás, constituia como que um reducto do analfabetismo” (DC, 07/11/1921). Com isso, essa reportagem ressaltava os avanços em prol da diminuição dos índices de analfabetismo que, nesse contexto – década de 1920 – ainda eram enormes. Esses péssimos índices²³ pareciam incomodar as autoridades políticas, especialmente se lembrarmos que uma das promessas republicanas era, justamente, a de melhorar a educação como um todo. Sendo assim, a notícia enfatizava “o esforço do dr. Munhoz da Rocha, [que] convergindo inteiro para o problema da instrução, vae a golpes gigantescos desbastando a selva escura da ignorância, abrindo clareiras gloriosas, que nos vão libertando desse polvo repellente” (DC, 07/11/1921). Sobre a preocupação com o analfabetismo que figurava nas páginas do jornal “Diário dos Campos”, Souza (2010, p. 103), assinala que:

A alfabetização, na concepção republicana, era um fator essencial para a transformação da nação. Para os jornalistas, esta temática era também importante, uma vez que ela estava relacionada à formação do leitor. Nos periódicos da época, os leitores encontraram suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras. [...].

A temática da alfabetização nos remete às contribuições de Marlete dos Anjos Silva Schaffrath (2011, p. 2) que, ao pesquisar a Escola Normal nos anos de 1920, comenta sobre a reforma no ensino realizada por César Prieto Martinez, figura relevante no cenário educacional paranaense:

Cesar Pietro Martinez, professor paulista, escolhido para remodelar o ensino paranaense assume o cargo de Inspetor Geral do Ensino do estado do Paraná. Apresentou-se ao Governador Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924) no dia 08 de Abril de 1920. A nomeação de Martinez deu-se por meio do Decreto nº 474, de 13 de abril de 1920, conforme indica Ofício nº 47, em 17 de abril de 1920, da Inspeção Geral do Ensino do Paraná.

Acerca da atuação de César Prieto Martinez, Portela e Pinto (2015, p. 239) acrescentam que:

²³ Segundo a referida reportagem do DC, “a frequência escolar do Estado é de 24.496 alumnos, conforme dados exactos da respectiva estatística ultimamente levantada”. (DC, 07/11/1921).

Com o argumento de fazer do ensino público paranaense um aparelho escolar remodelado, Martinez que se destacou pela sua experiência profissional, investiu na expansão e melhoria da escola primária tendo como pano de fundo o discurso do progresso do estado alicerçado na formação do povo e no combate ao analfabetismo. Aumentando o número de estabelecimentos, elaborando novos documentos e orientando professores atuantes com vistas à condução do ensino e aplicação dos métodos que considerava adequados para alcançar seus objetivos, acelerou e deu ao ensino primário maior visibilidade.

Nesse sentido, o ensino das chamadas “primeiras letras”, foi tema constante no jornal “Diário dos Campos”, durante todo o período analisado. Essa recorrência pode ser compreendida a partir do exposto a seguir:

A escola primária de quatro séries, o denominado grupo escolar, teve início no estado do Paraná em 1903, dez anos depois de ter sido criado o primeiro, em São Paulo, estado difusor do modelo de ensino amplamente difundido no Brasil e cujas referências marcaram a educação primária do Paraná, desde as primeiras décadas do século XX. O primeiro deles, o Grupo Escolar Xavier da Silva, cujo nome homenageou Francisco Xavier da Silva, Diretor da Instrução Pública e Presidente do Estado por três mandatos no período entre 1892 e 1912, foi inaugurado na capital, no aniversário de 50 anos da Província do Paraná, em 19 de dezembro de 1903, passando a funcionar no ano seguinte. (PORTELA; PINTO, 2015, p. 238).

O “Diário dos Campos”, também, publicava notícias sobre a educação em outros municípios, especialmente no período anterior à consolidação da Escola Normal em Ponta Grossa, em 1924, como se pode constatar na transcrição a seguir, que trata de informações sobre o “Gymnasio Coritibano”, expondo os custos educacionais nos regimes de externato e semi-internato. Entre as disciplinas ofertadas por essa instituição, destacam-se a “Economia Política” e “Direito Pátrio” para a Escola Normal de Curitiba. No entanto, devemos nos perguntar quem seriam os sujeitos que teriam condições de arcar com os custos educacionais, de moradia, alimentação, entre outras despesas, na capital do Paraná. Possivelmente seriam os detentores de capital econômico dos Campos Gerais. Além disso, devemos nos perguntar quais pais, nos anos de 1920 e 1930, permitiriam que suas filhas solteiras morassem, sem a supervisão dos seus responsáveis, em outro município para estudar? Possivelmente, em um período ainda de dominação masculina, marcado por limites bastante precisos para as mulheres, poucos pais concordariam com isso. Perrot (1998) discorre sobre essas questões, comentando sobre a dificuldade de trânsito livre das mulheres até pouco tempo atrás. A referida notícia sobre o “Gymnasio Coritibano” (DC, 21/05/1921) encontra-se a seguir:

Gymnasio Coritibano - Acreditado estabelecimento de instrução primaria, secundaria e profissional fundado em 1886 pelo saudoso Dr. Claudino dos Santos, e

mais tarde desenvolvido pelos Drs. Marins Alves de Camargo, Flavio Ferreira da Luz e Savino Gasparini. [...].

Curso secundário

Portuguez, francez, arithemettica e Algebra, Geographia, [...] Cosmographia, Geometria e Trigonometria, Historia Natural, Physica e Chimica, Inglez, Allemão, Italiano, Latim, Grego, Historia Universal e do Brasil, Historia da filosofia, Psychologia, Moral, Logica (Para o curso de Direito), Economia Politica e Direito pátrio (Para a Escola Normal), Escripuração Mercantil e Historia da Navegação [...].

Director: Luiz Parigot de Souza

Rua Commendador Araujo, 24 – Curitiba (DC, 21/05/1921).

A notícia acima pode sugerir a preocupação do governo do Estado do Paraná em tentar diminuir os índices de analfabetismo no Estado, por meio de investimentos no chamado “Ensino Primário”. No entanto, a população pontagrossense também almejava que a educação se expandisse para outros níveis de ensino, por meio de oportunidades para a continuidade dos estudos sem precisar se deslocar para outros centros. Um exemplo disso são as reportagens sobre o Ginásio Regente Feijó, bastante noticiadas no DC, conforme demonstra a transcrição a seguir:

Gymnasio Regente Feijò

EDITAL

De ordem do sr. Diretor, levo ao conhecimento dos interessados que do dia 1º ao dia 15 de Fevereiro, estão abertas, na Secretaria deste Ginásio, as inscrições para os exames de admissão á primeira série do curso ginásial.

Secretaria do Ginasio Regente Feijó, 27 de Janeiro de 1933.

M. A. Cunha Neto, Secretario. (DC, 03/02/1933).

Sobre as contradições do período da Primeira República, contexto de grandes mudanças no Brasil, Lilia Schwarcz (2012, p. 61) explica que:

Momento caracterizado por grandes paradoxos sociais, o contexto foi marcado por reações em tudo distintas. Visto sob determinado ângulo, a Primeira República significou, de fato, um momento de institucionalização cidadã, acolheu a inclusão social e presenciou a eclosão de uma série de movimentos sociais. No entanto, e sob outra esquina, foi também nesse período que uma série de projetos científicos, capitaneados pelas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, assim como a voga do determinismo racial passaram a limitar biológica e cientificamente a ação do indivíduo e a própria noção de cidadania.

O excerto anterior demonstra que o ideário educacional da Primeira República era excludente, ou seja, a educação não se destinava a todos. Acima, Schwarcz (2012) enfatiza que as diferenças biológicas relacionadas à raça e à cor da pele dos indivíduos eram o fator que justificava o impedimento desses sujeitos à educação. Já em nossa pesquisa, observamos que,

muitas vezes, o fator de exclusão biológico devia-se ao fato de as pretendentes aos estudos serem mulheres, conforme também sugere Pereira (2017).

Nesse sentido, a criação da Escola Normal em 1924 e do Ginásio do Colégio Regente Feijó em 1927, vieram para atender às expectativas sobre novas oportunidades educacionais na região dos Campos Gerais. Ao pesquisar as primeiras instituições educacionais de Ponta Grossa, Silvana Maura Batista de Carvalho (2006, p. 3) destaca a criação do Colégio Regente Feijó, explicando que:

Esse colégio foi criado em 1924 como Ginásio, inaugurado, entra em funcionamento a partir de 1927, para atender à demanda da clientela escolar da cidade Ponta Grossa e do interior do estado, a qual matriculava-se, até então, no Ginásio Paranaense, na cidade de Curitiba, capital do Paraná. Em 1943, para atender essa mesma clientela, nesse colégio foi criado o primeiro curso secundário da cidade de Ponta Grossa, passando então de Ginásio a Colégio Estadual Regente Feijó.

Outra importante instituição educacional pontagrossense, fundada em 1937 foi a Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas, atualmente conhecida como Colégio Agrícola (ZANLORENSE; NASCIMENTO; SOUSA, 2012). Maria Joselia Zanlorense (2013, p. 74), pesquisando as escolas técnicas do Paraná, assinala que “a construção [da Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas], em Ponta Grossa, foi solicitada pela comunidade pontagrossense ao prefeito da época, Albary Guimarães, que auxiliou para que acontecesse a instalação da escola”. Além disso, em uma nota explicativa em sua dissertação de mestrado, Zanlorense (2013, p. 75) reitera que:

Atualmente em funcionamento, a Escola de Trabalhadores Rurais foi transformada em Escola Agrotécnica, pelo Decreto n. 27.925 de 1960 e pelo Decreto n. 5.211 de 1978, publicado no Diário Oficial n. 333 de 03 de julho, no mesmo ano denomina essa instituição de Colégio Agrícola. A partir de 1980, pela lei n. 7.307 do mesmo ano, publicado no Diário Oficial n. 796 de 15 de maio de 1980, passou a ser patrimônio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com suas instalações no Campus de Uvaranas.

As discussões em torno da criação dessas instituições foram noticiadas maciçamente pelo “Diário dos Campos” durante o período analisado, constituindo-se esse impresso em um meio de questionar as autoridades sobre a construção de novas escolas que propiciassem a expansão educacional da região dos Campos Gerais. Por exemplo: na edição do dia 17/04/1920, o DC publicou uma notícia sobre a possível vinda da Escola Normal para Ponta Grossa, sinalizando a preocupação com a educação dos Campos Gerais:

Escola Normal - Um funcionario estadual de responsabilidade informou a pessoa fidedigna que o Governo do Paraná cogita de fundar, nesta cidade, uma Escola Normal. De há muitos annos o “Diario dos Campos” falando em nome do povo, reclama esse melhoramento. Nem só de pão vive o homem. Não devemos cuidar só de ficar ricos. Parallelamente devemos cuidar, seriamente, com systema e methodo, da nossa instrucção e educação. (DC, 17/04/1920).

Mais de três anos depois, outra notícia traz a informação de que estava confirmada a vinda da Escola Normal para a cidade, “afirmando os grandes destinos de Ponta Grossa” (DC, 05/12/1923), demonstrando a valorização que o DC conferia à educação, conforme também apontado por Souza (2010), ao salientar a relação entre educação e modernidade. Além disso, essa sequência de notícias, observada em nossa pesquisa no DC, denota uma das funções sociais do periódico, ou seja, o questionamento sobre a criação de novas oportunidades educacionais no município e também a “cobrança” para que as promessas de instalação dessas escolas fossem concretizadas. Especificamente nesta notícia, o DC reafirmava seu apoio à educação:

Escola Normal - Um telegrama – A Escola vae funcionar
Graças á bôa vontade do governo do exmo. snr. dr. Caetano Munhoz da Rocha, està Ponta Grossa com a sua Escola Normal prompta a funcionar.
O elegante palácio da praça Rio Branco ergueu-se como por encanto e hoje ali se vê templo augusto da Instrucção, apto a inicio o grande apostolado do saber para o progresso intelectual e moral de nossa terra.
A Escola Normal vem afirmar os grandes destinos de Ponta Grossa.
Será o pallio de luz, a flammula sagrada que congregará a mocidade desta e das localidades visinhas para o combate á ignorância; a sementeira da alphabetização.
Della sahirão os operários da intelligência para a nobre tarefa, para o sublime trabalho de preparar as intelligencias juvenis; della sahirão os soldados para dar combate ao analphabetismo.
Será a forja onde se há de temperar todo o arsenal das armas da civilização; o ponto luminoso donde irradiará o facho intenso da sabedoria para iluminar a estrada do porvir, abrindo novos horizontes á intelligência, facilitando novas conquistas á nossa Patria pela sua mocidade instruída, pelo seu povo apto a enfrentar as lutas que se hão de ferir no terreno das competições dos povos.
Era uma aspiração da cidade. E hoje a cidade exulta por que vê realizada essa aspiração.
Dentre em pouco aquele templo estará cheio de vida, cheio do bulício da juventude e será mais um florão para o diadema de glorias da Princeza dos Campos. [...]. (DC, 05/12/1923).

O DC demonstrou, pelo menos no período analisado, um compromisso em publicar variadas notícias que se referiam à educação em Ponta Grossa e também na região dos Campos Gerais, enaltecendo os feitos de seus dirigentes e professores, reafirmando a associação entre os investimentos em educação como símbolos de civilização e modernidade, conforme já indicamos anteriormente. Outro exemplo disso vem a seguir: trata-se de uma notícia sobre o “Collegio Pontagrossense”, instituição particular que, na data da reportagem, 08/08/1923, era conduzido pela professora Esther Ferreira Ribas. A notícia assinala que essa educadora havia

elaborado um “livrinho” com músicas para seus alunos. O jornal destaca que esse livro trazia o Hino Nacional e a “Canção da Escola” - composta por José Cadilhe, editor do Diário dos Campos nos anos de 1920 -, numa clara demonstração da valorização dos preceitos republicanos desse contexto como a exaltação do patriotismo, conforme já sinalizado por Floriano (2019), assim como, da “missão” da escola como espaço de constituição desses valores, concepções essas observadas também pelas autoras Lopes (2017) e Magaldi (2007). Além disso, essa reportagem demonstra a boa interlocução que havia entre as docentes que atuavam na cidade e a equipe editorial do DC:

Collegio Pontagrossense

D. Esther Ferreira Ribas é uma dedicada educadora. O seu collegio particular acusa uma matricula considerável e os seus exames de fim de anno são sempre proveitosos, atestando a competencia da professora.

D. Esther acaba de mandar confeccionar um livrinho onde se encontram canções para serem entoadas pelos seus alunos, e teve a gentileza de pessoalmente brindar-nos com um exemplar da escolhida collectanea. Entre as poesias figuram Hymno à Escola, Hymno Nacional e Canção da Escola, esta última do nosso companheiro J. Cadilhe. Gratos à competente educadora. (DC, 08/08/1923).

A notícia a seguir novamente cita o Colégio Pontagrossense, tecendo elogios a essa instituição, que no ano de 1921, estava sob os cuidados de duas mulheres: a já citada diretora Esther Ferreira Ribas e a auxiliar Leontina Bonato. Ressalte-se que, muitas dessas mulheres, docentes da cidade de Ponta Grossa já citadas nos parágrafos antecedentes, surgiam frequentemente em anúncios, reportagens, avisos e notas no DC, demonstrando, com isso, um contato próximo com a equipe editorial do referido periódico. Especificamente nessa notícia, o DC ressalta a “competência” da professora Esther, defendendo sua “vocação para o ensino”, compreendido como um “sacerdócio”²⁴. Além disso, o DC também aponta que o “Collegio Pontagrossense” deveria ampliar suas atividades e que o poder municipal deveria ajudá-la nessa empreitada. Aqui novamente o DC comporta-se como porta-voz da educação, cobrando e questionando o poder público, propondo melhorias e auxílio às professoras e suas escolas, e justificando que o ensino seria uma “cruzada santa” (DC, 05/12/1921).

Collegio Pontagrossense - Tivemos a enorme satisfação de visitar o Collegio Pontagrossense, proficientemente dirigido pela provecta educadora, dona Esther Ferreira Ribas, que tem coo²⁵ inteligente e dedicada auxiliar a senhorinha Leontina Bonato. Foi-nos grato verificar o grande adiantamento dos alunos, pelas provas exhibidas. A língua portuguesa é uma das disciplinas mais severamente ensinadas no

²⁴ Essa concepção de professora com vocação para o ensino, abnegada, que se doa para os alunos, será discutida no Capítulo 2 desta dissertação.

²⁵ Conforme já indicamos anteriormente, optamos por manter a grafia original apresentada nas edições do DC que foram analisadas nesta pesquisa, apesar da presença de erros na composição das letras que compunham o periódico.

Collegio Pontagrossense e o que vimos nesse particular inteiramente nos satisfaz. Dezenhos já bem nítidos, de valor, figuram na bela exposição escolar, onde há, também, bellos trabalhos de agulha, bordados, etc.

D. Esther é, sem contestação, uma professora capaz, que reúne á sua competencia, um decedido amor á instrucção. É evidente a vocação que a conduz ao apostolado da Escola. A nosso ver, dona Esther devia ampliar o seu estabelecimento de ensino, a bem da instrucção entre nós. Os poderes municipais deviam auxilia-la nessa cruzada santa. [...]. (DC, 05/12/1921).

Nesse sentido, muitas foram as notícias veiculadas pelo jornal “Diário dos Campos” que salientaram a figura feminina, defendendo que as mulheres foram de fundamental importância para o desenvolvimento educacional no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Acerca desse posicionamento, Martiniak (2003, p. 64) explica que:

A profissionalização feminina no magistério público partiu do entendimento de que a educação escolar era uma extensão da educação dada em casa. Portanto, a função de mãe na família era estendida à escola pela pessoa da professora; com isso, criava-se o círculo que permitiria a profissionalização do magistério feminino. Nesse processo, o magistério consolidou-se não apenas numericamente como profissão feminina, mas também como forma respeitável e institucionalizada de emprego para as mulheres de classe média. (MARTINIAK, 2003, p. 64).

Constata-se, também, que, ao se referir às professoras de Ponta Grossa, o DC preocupou-se em caracterizá-las com termos distintos e elogiosos, como: “competente”, “esforçada”, “dedicada”, entre outros. Mas nem sempre as questões relacionadas ao perfil feminino louvável ilustraram as notícias sobre mulheres na época abordada em nossa pesquisa. Por exemplo: o “Diário dos Campos”, por meio da coluna “O que o povo reclama”, registrou questionamentos acerca da atitude de uma professora da Escola Normal – seu nome não é citado -, que teria enviado alguns alunos, filhos de operários, que estariam “mal vestidos”, para casa. Interessante perceber a postura dessa docente, uma vez que, agindo da forma relatada pelo jornal, ela acabava desconsiderando todas as questões sociais e econômicas dos alunos envolvidos na situação, pois, segundo a referida matéria, tratava-se de “filhos de operários”. Além disso, devemos discorrer sobre a atitude desses pais que assinam a reivindicação publicada pelo DC, os senhores João Francisco Alves e Pedro Lopes, os quais mostraram-se, pelo menos, nesse episódio, preocupados com os estudos e com o tratamento dado aos seus filhos e incomodados com o fato de a professora enviá-los para casa devido às roupas humildes que vestiam. Além disso, esses pais também questionaram o fato de a professora negar-se a repetir as lições, alegando que não recebia adicionais para isso, situação que nos proporciona outra reflexão: a de que, talvez, o discurso de missão, sacerdócio e vocação para o ensino não estivesse funcionando tão bem, pois percebe-se o descontentamento da referida professora.

O que o povo reclama – Com a Escola Normal

Recebemos:

Sr. Redactor.

“Vimos protestar contra a maneira com que certa professora da Escola Normal trata aos alunos, fazendo-os voltar para casa por não estarem bem vestidos! Isto se dá com os filhos de operários. Se fosse a boa roupa que aprendesse, nós, se podessemos compra-la, mandavamos apenas as roupas às escolas e não nossos filhos!

Pedimos a esse jornal chamar a atenção do sr. Segismundo Netto, M. D. Director da Escola para com esse facto. Uma das professoras disse, ha dias, que não estava disposta a repetir licções, porque ganhava a mesma cousa!

Ora, nos pagamos a Caixa Escolar, - não é esmola o ensino!

Somos com elevada estima, João Francisco Alves, Pedro Lopes”. (DC, 20/02/1932).

Em relação à essa matéria, publicada na coluna “O que o povo reclama”, na data de 20/02/1932, ainda podemos problematizar quem seria realmente o “povo” que a República do Brasil pretendia “educar”, pois, talvez esse novo projeto de nação não pretendesse abarcar realmente todos os brasileiros. Sobre isso, podemos refletir que foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 é que a chamada “Constituição Cidadã” passou a contar com algumas diretrizes que, pelo menos, na redação do texto da referida constituição, passaram a ser obrigatórias e a englobar realmente todos os sujeitos. Assim, no Título II, que versa sobre os “direitos e garantias fundamentais”, no artigo 5º, lê-se que “Todos são iguais perante a lei [...]” (BRASIL, 1988), tanto homens quanto mulheres, estabelecendo assim, alguns direitos que as mulheres do contexto das décadas de 1920 e 1930 ainda lutavam por conquistar e que hoje já estão estabelecidos por lei. Além disso, se nos voltarmos especificamente para a educação, no artigo 205 lê-se que “a educação, [é] direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988). O artigo 206 também traz no inciso I a “igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola [...]” (BRASIL, 1988). No inciso IV do mesmo artigo, lê-se que deverá haver “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais [...]” (BRASIL, 1988). A partir dessas observações, podemos compreender que, no período analisado em nossa pesquisa, a educação, infelizmente, não se destinava a todos os indivíduos. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9394/96), também veio para dispor de normas mais específicas para assegurar a chamada “educação para todos” (BRASIL, 1996).

Desse modo, em relação à década de 1930, período de grandes efervescências sociais no Brasil e no mundo, as quais repercutiram no campo da educação, Maria Cecília Marins de Oliveira (2006) esclarece que:

A Constituição de 1934, trazia em seu bojo este apelo, determinando a democratização do ensino brasileiro e abrindo um capítulo específico sobre a educação. A idéia de uma diretriz nacional para a educação cedeu lugar a novas reformas, inicialmente no

período do Ministério de Francisco Campos, frente à Pasta da Educação e Saúde, como ocorreu com a de 1931, para o ensino secundário. (OLIVEIRA, 2006, p. 43).

Assim sendo, a autora explica que as mudanças que ocorreram a partir dos anos de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, influenciaram vários setores da sociedade e a educação, como parte dela, também foi influenciada por essas transformações:

A criação de novos setores de produção no país, para o incentivo à atividade industrial e o incremento às atividades comercial e agropecuária, exigiram a retomada de posições em relação à educação, pretendendo a formação de pessoal qualificado para o desempenho de atividades ligadas àqueles setores. Assim também, as propostas de novas idéias circulantes no mundo europeu e nos Estados Unidos trouxeram uma nova forma de realizar o ensino, com base nos princípios da “escola nova”. Para esta perspectiva de formação escolar concorreram os defensores da renovação do ensino que apregoavam uma nova etapa de reconstrução educacional, por meio de um programa de realizações práticas ante a constatação da precariedade e das deploráveis condições físicas, materiais e humanas do ensino. (OLIVEIRA, 2006, p. 43).

Além disso, durante o período das décadas de 1920 e 1930 constatou-se que as recém-criadas escolas públicas de Ponta Grossa e as já estabelecidas escolas particulares utilizavam-se do jornal “Diário dos Campos”, conforme já assinalado anteriormente, para tornar público todo tipo de aviso, desde as datas de exames até os prazos para matrículas. Um desses inúmeros exemplos versa sobre um aviso da “Escola Tiradentes”, assinado pela diretora, professora Maria Luíza Ruth²⁶, sobre a data dos exames da instituição.

No final do ano de 1921, a “Escola Intermediária” utilizava o DC para expor a “Acta dos exames” da escola, a qual estava sob os cuidados da professora Judith Macedo Silveira, “auxiliada pela professora Lúcia V. Dechandt”, demonstrando assim, a relevância do periódico para a comunicação entre a instituição educacional e a sociedade. Destaca-se também que um dos membros da comissão examinadora das avaliações desta escola era uma mulher, a professora Maria José Faria Branco. Presume-se que esses avisos tanto poderiam servir para registrar os feitos das escolas, como também para fazer propaganda das instituições, com o objetivo de atrair novos alunos, haja vista a já comentada sofrível condição educacional nesse contexto.

Escola Intermediária

Acta dos exames deste anno

Aos vinte e oito dias do mez de Novembro de mil novecentos e vinte e um, nesta cidade de Ponta Grossa, no edificio onde funcçãoa a Escola Intermediária, dirigida pela professora Judith Macedo Silveira, auxiliada pela professora Lucia V. Dechandt, sob a presidencia do Sub-Inspetor do Ensino Henrique Ribeiro, Inspector Escolar Dr. Augusto Rocha, sendo a commissão examinadora composta dos mesmos e dos

²⁶ Nessa notícia do DC, o sobrenome da professora Maria Luíza foi grafado como “Ruth”.

professores Suetonio Bittencourt Junior e Maria José Faria Branco, estando presente o Cel. Brasílio Ribas, Prefeito Municipal, efectuaram-se os exames do 1º e 2º anno, [...]. (DC, 02/12/1921).

Em muitos dos expostos acima, constata-se a participação das mulheres em relação às atividades educacionais em Ponta Grossa, pois as notícias apresentadas demonstram que muitas professoras encontravam-se à frente de algumas instituições educacionais do município, ou então, atuando como professoras. Além disso, muitos dos avisos e notícias sobre as escolas, publicados no DC, eram assinados pelas secretárias desses estabelecimentos, ou seja, mulheres que estavam envolvidas com as atividades escolares. Sobre essa relação das mulheres com a educação, por meio da docência e da gestão escolar, Martiniak (2003, p. 64) assevera que:

O magistério, pouco a pouco, foi consolidando-se como carreira feminina. Em muitos casos, a profissão docente era exercida paralelamente à outra, devido a sua má remuneração. Os homens, considerados como “chefes de família”, buscavam outras profissões mais rentáveis e aqueles que permaneciam exercendo o magistério recebiam tratamento diferenciado em relação à carreira e à remuneração. O salário pouco compensador foi um fato que acarretou o afastamento dos homens da carreira docente.

Além disso, por meio das matérias do DC, também percebe-se que o magistério constituiu-se em uma área de disputa entre homens e mulheres, conformando-se em um espaço em que elas, aos poucos, a partir de tensionamentos, conflitos e também por outros inúmeros motivos, entre eles, a baixa remuneração, acabaram se inserindo. Entretanto, é curioso perceber que no período de sua criação, segundo Martiniak (2003, p. 81), a Escola Normal de Ponta Grossa:

[...] ficou sob a direção do Dr. Joaquim Meneleu de Almeida Torres, também responsável pela Escola de Aplicação e Escola Complementar. A inspeção escolar era realizada pelo professor Segismundo Antunes Netto e o Inspetor Geral desse período foi o professor Lysimaco Ferreira da Costa.

Constata-se pela citação anterior que, pelo menos no início de suas atividades, a Escola Normal de Ponta Grossa foi dirigida e inspecionada somente por homens. Porém, nossa pesquisa demonstra que, com o passar do tempo, conforme já exposto, as mulheres foram galgando lugares e alcançando posições de destaque no meio educacional, os quais, anteriormente, eram ocupados apenas por representantes do gênero masculino, assumindo assim, novos cargos, inclusive os de direção.

Sobre isso, Perrot (1998) comenta que, nas lavanderias, reduto de atividades tipicamente femininas, pois envolviam os cuidados com as roupas, ou seja, afazeres domésticos, geralmente

destinados às mulheres, elas deveriam obedecer aos comandos de homens, caracterizando assim, uma atividade mista. Nas escolas, ocorreu algo similar, pois inicialmente os homens ocupavam os cargos de chefia, os quais, paulatinamente foram também sendo ocupados por mulheres.

Nesse sentido, a autora Maria Isabel Moura Nascimento (2009, p. 6), pesquisando a história das instituições escolares públicas do Paraná, salienta os estabelecimentos educacionais que foram criados em Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX, portanto, contemporâneos ao nosso recorte temporal. São eles: a) Grupo Escolar “Senador Correia” em 1912; b) Escola Normal de Ponta Grossa em 1924; c) Grupo Escolar Regente Feijó em 1927; d) Grupo Escolar Júlio Teodorico em 1935; e) Grupo Escolar Professor Dr. Colares em 1937. Ressalte-se que essas escolas constituem-se em marcos da educação pontagrossense, tanto no sentido histórico, como social, encontrando-se em atividades até os dias atuais.

A educação na cidade de Ponta Grossa durante muitos anos ficou à cargo de escolas particulares, pequenas e que geralmente funcionavam nas casas das próprias professoras, as quais frequentemente eram originárias de outras cidades, uma vez que Ponta Grossa não oferecia a Escola Normal para a formação dos docentes até o ano de 1924 (VAZ, 2005). Muitas dessas escolas, conforme já assinalamos, utilizaram o espaço do DC para comunicar mudanças de endereço ou, como no exemplo a seguir, para avisar que uma nova instituição seria inaugurada.

Sobre isso, Nascimento (2004, p. 150) explica que:

A cidade de Ponta Grossa, a partir da metade do século XIX, contou com o funcionamento de escolas particulares que eram organizadas na própria casa do professor. Como exemplo, a casa da professora Zulmira Maciel em 1866; o de Agostinho Martins Colares; dos irmãos Alzira Braga dos Santos Ribas e do padre João Braga que, em 1876, lecionou numa sala de aula próxima à Catedral de Ponta Grossa. A partir de 1889, o número de casas-escolas particulares cresceu, quando foram criadas as seguintes escolas: a do Professor João de Barros na rua Pinheiro Machado; a de Celina Silva, na rua Sant’ Ana e a do professor Antônio Pedro Hoffmann, na rua Paula Xavier, onde lecionava pela manhã e à tarde dava aulas no lugar onde atualmente se encontra o Clube Operário de Vila Oficinas, onde funcionava uma escola conhecida como Colégio Alemão.

A situação penosa da educação de Ponta Grossa na Primeira República foi também muitas vezes denunciada pelo jornal “Diário dos Campos”, o qual retratava os pedidos da população para a instalação de escolas públicas no município. A falta de investimentos em educação contrastava aos anseios de tornar Ponta Grossa uma cidade moderna, uma vez que a educação fazia parte dos quesitos que indicavam a preocupação da sociedade da época em

urbanizar, civilizar e modernizar seus espaços. Sobre isso, Martiniak (2003, p. 45) ainda acrescenta que:

Durante os primeiros anos do século XX, a educação pontagrossense foi atendida por escolas particulares, subvencionadas ou mantidas por congregações religiosas. Somente em 1907, o então prefeito Ernesto Guimarães Vilela inaugurou o Instituto João Cândido Ferreira, de ensino primário. Mais tarde, em 1912, criou-se a Casa Escolar Senador Correia, que atendia a alunos de ambos os sexos, com a denominação de Escola Pública Promiscua. A instrução pública era obrigatória para os meninos, sendo que as escolas que davam atendimento a eles eram regidas por professores. Já as escolas mistas poderiam ser dirigidas por uma professora. No caso específico do Grupo Escolar Senador Correia, a primeira diretora foi a professora Luzia Fernandes.

Desse modo, podemos constatar algumas relações das mulheres com a educação em Ponta Grossa, representadas por professoras que já atuavam no município, como no excerto anterior, em que a autora cita a primeira diretora do Grupo Escolar Senador Correia, professora Luzia Fernandes como uma das pioneiras femininas na área da gestão escolar.

A educação no município de Ponta Grossa também esteve confiada aos cuidados de congregações religiosas como a do Verbo Divino e das Irmãs Servas do Espírito Santo, vinculadas ao já citado Colégio Sant’Ana. As autoras Magaldi (2007) e Lopes (2017) também apontam a relevância da influência religiosa católica na educação em outras regiões do Brasil, como Minas Gerais, por exemplo. O DC, ao longo de muitas edições, publicou vários anúncios sobre as instituições dirigidas por essas ordens religiosas, conforme o exemplo abaixo, o qual, especificamente, ressalta a vantagem de oferecer “preços modicos”:

Colegio Sant’Ana – dirigido pelas Irmãs Servas do Espírito Santo
Internato, Semi-internato, Externato
Cursos Primario e Complementar - Jardim de Infancia
Cursos especiais de Alemão, Musica, Desenho, Pintura e de todas as espécies de
Trabalhos Manuais e á Maquina
Preços modicos
Reabertura do ano letivo em 1º de fevereiro. Aceitamos alunas pensionistas que
frequentam a Escola Normal.
Ponta Grossa – Paraná. (DC, 18/11/1933).

Dessa forma, apesar de, nos anos de 1930 ter havido intensa circulação dos preceitos da “Escola Nova”, conforme salientado por Maria Cecília Oliveira (2006), ainda assim, o ideário católico era veiculado com intensidade em algumas regiões, como em Ponta Grossa. Acerca disso, podemos conjecturar que:

Com o Ministro Francisco Campos, defensor dos estreitos laços entre a Igreja e o Estado, o ensino religioso foi reintroduzido nas escolas públicas, ainda em 1931, na condição de ensino facultativo. No Paraná todavia, nenhuma referência se encontrou

sobre esta polêmica em Mensagens ou Relatórios de autoridades, havendo somente na Mensagem do Governo de 1936, breve referência à questão da formação moral da criança. Nestes primeiros anos de Governo de Manoel Ribas diversas medidas positivas foram tomadas em relação à educação, como maior liberdade didática aos professores, criação de associações escolares, assistência médica e dentária para os alunos, homogeneização das classes, festas cívicas, excursões entre outras. (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

Sobre a participação das congregações religiosas em prol do desenvolvimento educacional em Ponta Grossa, nas primeiras décadas do século XX, Martiniak (2003, p. 49) explica que:

As escolas particulares instaladas na cidade funcionavam, na maioria das vezes, na casa dos professores, e o ensino consistia nas primeiras letras e no curso secundário. Apesar dos esforços para oferecer o ensino primário na região, as famílias que tinham condições financeiras encaminhavam seus filhos para estudarem na capital ou em outras regiões mais desenvolvidas, como São Paulo. Além das escolas particulares, o município de Ponta Grossa contava ainda com as escolas mantidas por congregações, como é o caso dos padres do Verbo Divino e das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. Essa Congregação, que chegou em Ponta Grossa em 1905, fundou uma escola paroquial mista que mantém suas atividades até os dias de hoje. Nessa época, enfrentou ameaças frequentemente, por falta de licença oficial de funcionamento, ou por representar uma “ameaça” ao nacionalismo, pois as freiras eram de origem alemã. No ano seguinte, os padres do Verbo Divino fundaram o Colégio São Luiz. Em 1908 começou a funcionar a Escola Alemã, porém não existem dados mais precisos sobre seu funcionamento, sua organização e seu fechamento, que ocorreu em 1917. Neste mesmo ano também se iniciam as atividades da Escola Polonesa, que funcionou até 1932, passando os alunos em 1933 a frequentar o colégio das Irmãs da Sagrada Família.

Rosângela Wosiack Zulian (1998, p. 218), também pesquisou a educação em Ponta Grossa no início do século XX, chamando a atenção para o padrão de mulher pregado pelo advento da República no Brasil:

Essa mulher teria a responsabilidade de ser o futuro centro de uma família cristã, freio às transformações mais ousadas e baluarte doméstico frente ao vendaval de mudanças que os novos tempos apresentavam. Bem formada nos educandários católicos, possibilitou à sociedade o desabrochar de sucessivas gerações, reprodutora de preceitos e regras aí recebidos.

Nesse contexto, muitas regiões do sul do Brasil, incluindo os Campos Gerais, receberam grandes levas de imigrantes, destacando-se os poloneses, ucranianos, russos-alemães e italianos. Esses imigrantes tinham suas próprias concepções sobre educação, muitas vezes vinculados a propósitos religiosos. Em alguns momentos, a convivência com os brasileiros mostrou-se tensa. Em um episódio ocorrido na zona rural de Prudentópolis, distante cerca de 100 quilômetros de Ponta Grossa, uma professora foi impedida de assumir sua função em uma comunidade ucraniana. O senhor Alberto Carvalho assina o artigo jornalístico, demonstrando

sua indignação quanto ao tratamento destinado a essa professora. O título e subtítulo traziam: “E que tal esta? A professora não pode tomar posse em uma escola de Prudentópolis, por ser brasileira!” (DC, 23/08/1934). Assim, como esta comunidade era composta basicamente por imigrantes ucranianos e seus descendentes, já nascidos no Brasil, mas envoltos na cultura de seus parentes, os quais possuíam suas próprias concepções de mundo e de educação, a professora brasileira foi impedida de assumir seu posto como docente. Essa notícia apresenta o teor de espanto e até de ofensa por parte de seu autor e essa postura talvez se explique pelo patriotismo e nacionalismo que eram pregados como parte do momento histórico republicano.

Nesse contexto, três religiosas da ordem polonesa da Sagrada Família, trouxeram uma sensação de proximidade com a comunidade polonesa de Ponta Grossa, quando aqui chegaram para fundar uma escola. Sobre esse acontecimento que marcou o desenvolvimento educacional de Ponta Grossa, Capri (2003, p. 137) destaca que “as concepções vigentes da Igreja Católica sobre o papel da mulher cristã nesse momento são muito claras. Não apenas a mulher leiga, mas principalmente aquela que fez a opção pela vida religiosa, possuía um dever que a acompanhava por toda vida”. Esse excerto reforça o que já expusemos anteriormente sobre a vinculação da docência feminina com o “sacerdócio”, no sentido de doação e vocação, perspectiva essa que abordaremos com mais detalhes no próximo capítulo e que é corroborado por Magaldi (2007) e Lopes (2017).

Sendo assim, em síntese, esse tópico procurou apresentar alguns aspectos sobre o desenvolvimento do processo educacional em Ponta Grossa, a partir das principais instituições educacionais que surgiram no contexto abordado, além das que já se encontravam em atividade, articulando essas discussões com a problematização sobre a participação das mulheres com a educação em Ponta Grossa. Além disso, intencionou-se apresentar um panorama geral, porém sucinto, sobre a história da educação da região dos Campos Gerais nas primeiras décadas do século XX até o fim dos anos 1930, período que corresponde ao recorte temporal de nossa pesquisa, buscando abarcar as relações entre as mulheres e a educação, presente nas páginas do DC.

Desse modo, nossa pesquisa procura demonstrar que o jornal “Diário dos Campos”, na maior parte do período analisado, manifesta seu interesse em defender a necessidade da educação, compreendida como um dos pilares da modernidade e da civilização, a partir do modelo pregado pelo ideário republicano, o qual pauta-se na valorização do patriotismo, no civismo e na moral, apostando na superação do analfabetismo como forma de desenvolvimento, contando, para isso, com o auxílio das mulheres como professoras das primeiras letras.

Assim, percebe-se que o DC veicula em suas páginas as notícias relacionadas às diversas instituições educacionais de Ponta Grossa, questionando sobre a implantação de novas escolas e incitando melhorias nas que já existiam, além de avisos sobre matrículas, provas e exames. Além disso, em muitas das reportagens apresentadas neste tópico, constata-se o envolvimento das mulheres, seja como professoras, ou diretoras, alunas ou ainda como secretárias das instituições educacionais mencionadas, demonstrando alguma forma de participação no processo educacional de Ponta Grossa.

1.3 “Pagina Feminina – a mais gentil leitora desta secção”: mulheres no mundo das letras

O objetivo desse item é problematizar a participação das mulheres no mundo das letras. Com esse fim, apresentamos o subtítulo acima, o qual já foi exposto no primeiro item deste capítulo, trazendo a inscrição “Pagina Feminina”²⁷, complementado com a inscrição “A mais gentil leitora desta secção”, remetendo à representação das mulheres como leitoras do jornal “Diário dos Campos”. (DC, 26/11/1921). Essa representação de leitora feminina foi frequentemente observada no DC durante todo o período analisado. Já a presença das mulheres como autoras foi observada de forma pulverizada, conforme discutiremos na sequência.

Nesse sentido, essas representações femininas vêm ao encontro do que intencionamos discutir nesse tópico: a expressão e participação das mulheres no universo letrado, na maior parte do tempo como leitoras, mas também, em alguns casos, como autoras, demonstrando o protagonismo e a autoria femininos, em desenvolvimento ainda tímido no período analisado em nossa pesquisa.

Em relação aos campos da leitura e da escrita para as mulheres, Michelle Perrot (1998, p. 32) destaca que “a leitura, prazer tolerado ou furtivo, foi para muitas mulheres um jeito de se apropriar do mundo, do universo exótico das viagens e do universo erótico dos corações”.

Assim sendo, nosso objetivo aqui é compreender como as mulheres foram se inserindo nesse campo e, principalmente, como o DC fez parte da apropriação da leitura pelo gênero feminino e, de que forma, elas foram conseguindo alguns espaços no meio editorial desse periódico durante o período analisado.

Desse modo, em uma notícia do DC, o referido periódico agradece o recebimento do “primeiro número da ‘A Escola’, órgão littero pedagógico da Escola Normal desta cidade”,

²⁷ “Página Feminina” foi o título dado para a introdução a uma apresentação de uma poesia dedicada às mulheres que foi publicada no jornal “Diário dos Campos” na data de 26/11/1921.

elaborado pelas professoras Maria Eulina Schena, Ida Bentim de Lacerda e Arminda Frare (DC, 16/08/1933), conforme pode ser evidenciado pela transcrição a seguir:

“A Escola”

Com amável dedicatória das provetas professoras Maria Eulina Schena, Ida Bentim de Lacerda e Arminda Frare, recebemos hontem o primeiro numero da “A Escola”, órgão littero pedagógico da Escola Normal desta cidade.

“A Escola” revela a cultura ainda incipiente mas segura de alguns alunos, a admirável concepção de outros, a manifestação do talento que floresce da maioria; e revela, sobretudo, o zelo, a dedicação, o fino pedagógico da brilhante plêiade de professores de nossa Escola Normal.

Somos gratos pela gentileza a nós feita. (DC, 16/08/1933).

Esse exemplar é bastante significativo como indicação de um início de movimento de participação das mulheres como autoras de textos no jornal “Diário dos Campos”, no sentido de que, nossa pesquisa evidencia a existência de poucos registros de artigos, notícias e reportagens assinados por mulheres no DC durante o recorte temporal. É possível dizer que eles existiram, no entanto, como a maioria dos artigos do DC não continha assinatura e a equipe editorial que compunha o periódico era representada apenas por homens, presumimos que a autoria masculina era preponderante nesse periódico nas décadas de 1920 e 1930.

Sobre o início da atividade escrita pelas mulheres, Michelle Perrot (1998, p. 80) esclarece que:

As mulheres começam a escrever na Grã-Bretanha, mas também na França e na Itália, primeiro na imprensa da moda, como redatoras e até como diretoras. Ao lado da moda propriamente dita abrem-se outras rubricas, conselhos, narrativas de viagens, notícias... No século XIX, *Le Journal des Dames* e *Le Journal des Demoiselles* são autênticas revistas femininas, relativamente abertas e dotadas de correios das leitoras, que esboçam uma rede. É um processo clássico, que reencontramos nas grandes capitais europeias, é o caso de Atenas, onde a professora primária K. Parren transforma o *Journal des Dames* num centro eficiente de consciência feminina. Antes de ser colonizado pelos cosméticos e pela publicidade, esse tipo de revistas muitas vezes serviu de matriz e de tribuna para a expressão das mulheres. (Grifos da autora).

O excerto acima é muito relevante, pois corrobora e fundamenta muitos dos dados obtidos por nossa pesquisa e que serão problematizados na sequência. Por exemplo, constatamos que algumas das poucas mulheres que escreviam para o DC também abordavam as temáticas indicadas logo acima por Perrot (1998), como conselhos sobre maquiagem e dicas de saúde. Além disso, é interessante a citação que a autora faz sobre a participação de uma professora primária – K. Parren –, a qual se utiliza de um periódico para expor seu ideário e, assim, angariar adeptas. Isso também foi percebido, de forma similar, por nossa pesquisa, por

meio da participação de algumas professoras da Escola Normal de Ponta Grossa no jornal “Diário dos Campos”, conforme trataremos com mais detalhes no segundo capítulo.

Nesse sentido, a educação, compreendida de modo amplo, conforme já salientamos, nem sempre foi receptiva à presença de mulheres. De acordo com Norma Telles (2015, p. 409), “a conquista do território da escrita, da carreira de letras, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil”. De modo bem lento, às mulheres foram concedidos, aos poucos e com relutância por parte de alguns, certos direitos e oportunidades relacionados ao universo letrado. Um desses benefícios diz respeito à educação, compreendida, especificamente nesse caso, como o acesso à alfabetização e a todas as portas que ela pode abrir.

Assim sendo, torna-se importante compreender de onde se está falando. Ou então, quem está falando? Em que contexto histórico os acontecimentos narrados estão ocorrendo? Quais os valores que estão em jogo? Pois, muitos são os questionamentos e as possibilidades de análise sobre as relações entre a imprensa/universo da escrita e o gênero feminino.

Um desses focos de análise é sobre quem escrevia sobre/para as mulheres no jornal “Diário dos Campos”. Conforme já afirmado, nossa pesquisa sugere que a maior parte dos artigos e notícias publicados no DC eram assinados por homens, representados pela equipe editorial.

Nesse sentido, destacamos a relevância da leitura para o desenvolvimento de uma possível autoria, uma vez que percebemos em nossa pesquisa a existência de muitos artigos e matérias para as mulheres, no entanto, escritos para elas e não por elas. Desse modo, comungamos das afirmações de Norma Telles (2015, p. 402), quando ela assevera que:

A leitura é o que transforma em obra as letras, frases e enredos. E a leitura é sempre determinada pelo lugar ocupado por um leitor na sociedade, num dado momento histórico. Portanto, é feita através do crivo de classe, raça ou gênero. Essas mesmas noções, de classe, raça e gênero são mutáveis e construídas no decorrer da história. Sendo assim, cada romance é um local de interseção de toda uma teia de códigos culturais, convenções, citações, gestos e relações.

Entre as concepções vigentes sobre o gênero feminino e que circularam abertamente no DC, destaca-se a o chamado “fingimento feminino”, demonstrado pelo periódico em muitas edições, como a do dia 03/12/1932, na coluna “Notas Mundanas”²⁸, sob o título “As Evas e os Adões”, a qual trouxe uma crítica bastante ácida às mulheres, alegando que desde o tempo de

²⁸ “As colunas ‘Notas Mundanas’ e ‘Locaes’ eram espaços destinados pelo Diário dos Campos para informar aos leitores sobre fatos do cotidiano ponta-grossense. Informes sobre viagens, festas, nascimentos ou mortes, visitantes ilustres que chegavam à cidade, casamentos mesclavam-se com avisos de mudanças de endereço e muitas vezes com cobranças de dívidas pessoais”. (CHAVES, 2001, p. 42).

“Eva”, elas são falsas e dissimuladas. Essa nota apresenta como assinatura apenas as iniciais “H. M.”. Segue a transcrição do excerto:

A arte de enganar é a mais velha de todas as artes.
Basta dizer que ella data do tempo em que Deus organizou o mundo...
Logo nos primeiros dias da criação, a primeira coisa que fez a primeira mulher foi enganar aquelle que lhe dera a existência...
A mulher entrou na vida enganando e mentindo...
Eva enganou quando comeu a maçã e mentiu quando disse que não a havia comido.
[...]. (DC, 03/12/1932).

Já a transcrição a seguir traz na coluna “Maximas”²⁹ do DC, três frases atribuídas a Pope, Shakespeare e La Bruyere sobre as mulheres, denotando que elas seriam manipuladoras, diabólicas e inferiores aos homens, numa clara demonstração do ideário vigente sobre elas no período histórico analisado:

Maximas
As mulheres manejam os homens como os bons jogadores de xadrez manejam seus peões; não tocam num sem terem os olhos fixos no outro, que possa dar melhor resultado – POPE.

A mulher é um manjar digno dos deuses, quando o não cosinha o diabo – SHAKESPEARE.

O jesuita mais jesuita de todos os jesuítas é mil vezes menos jesuita que a mulher menos jesuita de todas as mulheres – LA BRUYERE. (DC, 30/08/1933).

Colaborando nesse debate, a autora Norma Telles (2019), pesquisou as representações associadas à imagem das hienas e descobriu que elas são vinculadas, desde longo tempo, a indivíduos ambíguos e falsos. E entre essas classificações encontrariam-se as mulheres.

Em outra matéria do jornal “Diário dos Campos”, na coluna “Notas Mundanas – Matinaes”, o título “Hypocrisia de mulher” também faz referência à imagem do gênero feminino como pouco confiável e volúvel, conforme demonstra a transcrição a seguir:

Hypocrisia de Mulher
Não chores. Não vês que tuas lágrimas não me enganam? Tudo passou, e também as ilusões e os desenganos. A vida me é completamente indiferente. Desde o dia em que te vi, como és despida daquela hypocrisia com a qual te mascaravas. [...]. (DC, 20/05/1933).

Sobre essas impressões que inferiorizam e desmoralizam o gênero feminino, Bourdieu (2017, p. 51) remete à comentada astúcia e intuição femininas:

²⁹ A coluna “Maximas” era veiculada no DC como espaço para apresentação de frases de autores famosos.

Forma peculiar da lucidez especial dos dominados, o que chamamos de “intuição feminina” é, em nosso universo mesmo, inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, a atenção, e as atenções, a observação e a vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos. Muitas pesquisas puseram em evidência a perspicácia peculiar dos dominados, sobretudo das mulheres [...]: mais sensíveis aos sinais não verbais (sobretudo à inflexão) que os homens, as mulheres sabem identificar melhor uma emoção não representada verbalmente e decifrar o que está implícito em um diálogo [...].

Nesse sentido, em algumas edições do DC, as concepções que expressam a dominação masculina foram publicadas pelo jornal, retratando as características desse período histórico em que as mulheres ainda lutavam por alguns direitos atualmente já estabelecidos, como: votar, escolher a profissão desejada, viajar sozinha, casar com alguém escolhido por ela mesma, divorciar-se sem precisar de motivo, não casar se assim desejar, ter filhos, não tê-los, enfim, nos dias atuais, as mulheres ainda lutam para serem tratadas com dignidade, no entanto, muitos avanços já ocorreram. Para sustentar o que foi exposto, apresenta-se a nota a seguir, a qual refere-se à mulher como dissimulada e causadora de problemas e transtornos na vida dos homens. A frase assinada por Deynns Bradeley³⁰, cujo título era “Adão e Eva”, dizia: “A mulher - A mulher é a eterna simuladora. Jamais encontrei uma que não tenha lamentado – com encantadora habilidade e arte para fingir o martyrio – não haver nascido homem. (“Deynns Bradeley, em “Adão e Eva”)” (DC, 28/07/1932).

A recorrência desse tipo de reportagem com teor depreciativo surge em outra matéria jornalística, na qual há comentários sobre as diferenças entre as mulheres belas e a simpatia percebida nas mulheres feias, numa clara demonstração de crítica às mulheres, utilizando a aparência física para classificá-las, desconsiderando, assim, suas propriedades intelectuais:

As mulheres feias – (Serviço da U. J. B., especial para o “Diário dos Campos” – por Francisco Pati)

[...] Em outro livro, “A arte de amar”, Julio Dantas³¹ enuncia este pensamento: “Quando nós, homens, fazemos desde a adolescência [...] a mulher que idealizamos – [...] – nunca é aquele typo de beleza esperta, vivaz, raciocinadora, intelectual que todo o mundo conhece tão bem; é, pelo contrario, a beleza triste, doce, calma, passiva [...], a mulher que sorri e não a mulher que pensa, a mulher que suspira e não a mulher que discute, a mulher que se abandona e não a mulher que raciocina [...]. (DC, 13/01/1933).

Sobre esse ideário, o qual baseia-se na construção de uma imagem feminina a partir de representações consideradas pejorativas, Bourdieu (2017, p. 52-53) assinala que:

³⁰ Filósofo inglês.

³¹ Escritor e médico português.

As mulheres, façam o que fizerem, estão, assim, condenadas a dar provas de sua malignidade e a justificar em troca as proibições e o preconceito que lhes atribui uma essência maléfica – segundo a lógica, obviamente trágica, que quer que a realidade social que produz a dominação venha muitas vezes a confirmar as representações que ela invoca a seu favor, para se exercer e se justificar.

Em relação às representações sobre as mulheres com o intuito de inferiorizá-las, desqualificando-as, a autora Alexandra Lima da Silva (2019, p. 301), pesquisando a trajetória de mulheres negras escravizadas, cita o exemplo de uma representante famosa dessa condição – Chica da Silva - explicando que “no olhar de Joaquim Felício dos Santos, homem branco do século XIX, Chica da Silva não possuía grandes virtudes, por ele retratada como ‘iletrada e feia’. A visão negativa e pejorativa sobre Chica da Silva permaneceu durante muito tempo, [...]”. A autora ainda completa, explicando que:

Outras construções sobre Chica da Silva dão conta do enriquecimento da liberta, que por meio da relação com um homem branco, tornou-se senhora. Essa é mais uma construção, pejorativa e preconceituosa, bastante difundida. Nascida escrava, Chica da Silva conquistou a liberdade, e tornou-se “Chica que manda”, senhora de muitos escravos. (SILVA, 2019, p. 301).

Outro caso em que a escrita foi utilizada pelos homens para “rotular” e tratar as mulheres com menosprezo encontra-se na sequência, em uma matéria, apresentada em uma nota avulsa, em que o autor afirma que “se pode conhecer uma mulher pela forma de andar”, novamente desconsiderando os aspectos intelectuais e salientando apenas as aparências com um tom julgador e depreciativo:

Conhecer as mulheres pelo andar. Um jornal hespanhol aprecia assim a mulher pelo andar: A mulher que bate com os tacões, deitando a casa abaixo, têm um gênio que nem o demônio lhe resiste; é dengosa, fastidiosa e precipitada. [...]. (DC, 04/08/1932).

Perrot (1998) também faz considerações sobre os rótulos constantemente aplicados às mulheres, aprofundando sua análise em relação às diferenciações entre os estratos sociais populares e os mais favorecidos economicamente, além de articular suas problematizações ao estado civil e a idade dessas mulheres:

[...] uma moça que, nos meios abastados, não poderia sair sem capuz, deve andar devagar, sem erguer a voz nem os olhos, sob o risco de cruzar o olhar de um homem. A mulher casada é mais livre e, mais ainda, a mulher “de certa idade”, sem a atração sexual, sua deambulação importa menos. O mesmo acontece com a mulher do povo, a mais “pública” de todas. [...]. (PERROT, 1998, p. 46-47).

Aqui novamente cabe a reflexão sobre quem seria o “povo”. Para Perrot (1998), o “povo” poderia ser representado pelos estratos sociais menos favorecidos financeiramente. Desse modo, em relação às mulheres, segundo os termos da própria autora, a chamada “mulher do povo” seria a mulher que goza de mais liberdade, que anda pelas ruas sem tantos “cuidados”, quando comparada às mulheres pertencentes aos estratos com maior poder aquisitivo, as quais, por exemplo, não devem sair à noite desacompanhadas de um homem da família ou de confiança. Já a “mulher do povo”, presumivelmente, devido à necessidade de buscar seu sustento, acaba transitando mais pelos espaços sociais tipicamente masculinos, como as vias urbanas (PERROT, 1998, p. 47).

Sobre isso, Pierre Bourdieu (2017, p. 46) acrescenta a relevância social da educação postural às mulheres, salientando o perfil submisso contido nesses ensinamentos:

Essa aprendizagem é ainda mais eficaz por se manter, no essencial, tácita: a moral feminina se impõe, sobretudo, através de uma disciplina incessante, relativa a todas as partes do corpo, e que se faz lembrar e se exerce continuamente através da coação quanto aos trajos ou aos penteados. [...]. A educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo, [...], a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou, pelo contrário, abaixá-los para os pés etc., maneiras que estão prenhes de uma ética, sem falar em nossa estética [...].

Muitas das notas, reportagens e notícias veiculadas pelo jornal “Diário dos Campos”, em grande parte escritas por homens, ou ainda, muitas sem assinatura, conforme já assinalamos, podendo levar ao raciocínio de que se tratavam da opinião da equipe editorial do DC, remetendo à imagem de Eva, como dissimuladas, falsas e perigosas, hipócritas, entre outros adjetivos pejorativos, surgiram em inúmeros momentos durante a pesquisa no referido periódico. Esses textos e reportagens seguiam o que comumente era propagado como ideia sobre as mulheres desde tempos muito antigos, reportando aos preceitos bíblicos, pautados na moral e no pecado. Essas reportagens sugerem que as mulheres se constituíram, em grande parte, como leitoras do jornal e não como autoras. No entanto, devemos relativizar essas reflexões, pois, possivelmente, nem todas as mulheres do período que elencamos para pesquisa identificavam-se com esse perfil de comportamento mais progressista. Ou seja, talvez muitas dessas mulheres concordassem com o teor dessas matérias, uma vez que devemos compreender que as mudanças socioculturais não se modificam de modo rápido e automático, ainda mais, se considerarmos a dominação histórica que o gênero feminino enfrentou e ainda enfrenta. Assim, em relação ao papel de autoras, a análise no jornal “Diário dos Campos” sobre essa forma de representação das mulheres, demonstra que o volume, conforme já mencionado, de artigos assinados por elas, era bem inferior ao dos homens.

Nesse contexto, uma forma de escrita bastante comum e utilizada pelas autoras do início do século XX foi a poesia. Sobre essa e outras modalidades de escrita feminina, Adélia Maria Woellner (2007, p. 22) destaca que, o Paraná foi palco para a expressão de algumas poetisas e de “algumas poucas [mulheres] e, na maioria, dedicadas à literatura infantil ou às crônicas e, é claro, à autoria de livros didáticos, técnicos e científicos, que têm proporcionado grande desenvolvimento e evolução em todas as áreas do saber humano”. Além disso, no Paraná, a poetisa Helena Kolody, cuja vida e obra foi pesquisada por Karina Araújo (2018), foi uma figura de destaque nesse gênero textual, além de ter sido professora, função da qual, muitas vezes, pouco se comenta em sua trajetória.

Nesse sentido, sobre o gênero textual “poesia”, denota-se que o jornal “Diário dos Campos” estampou em suas páginas algumas contribuições femininas. Na transcrição a seguir, observa-se uma poesia, publicada na coluna “Notas Mundanas”³², cujo tema versava sobre a cidade de Ponta Grossa, assinada por Mary Camargo:

Ponta Grossa – Especial para “O Diario dos Campos”

É a risonha cidade campesina
Que possui um encanto sem igual,
Ao longe, n’ampidão d’essas colinas
Vê se-lhes o porte altivo triunfal!

Qual sedutora faixa esmeraldina,
Sob um céu azul, puro de cristal...
Exalta-a, o poeta, em musica divina,
N’um transporte sublime, espiritual!

Na verde ondulação d’essas campinas
Há do Progresso, a linda marcha, ideal,
Nas esmolas, na imprensa e oficinas.

N’essa lide formosa, que culmina,
Do trabalho, o remanso perenal,
É a Princesa adorável, que fascina. (DC, 21/02/1934).

A autora da poesia transcrita acima – Mary Camargo – era prima de uma normalista e também poetisa que atuou em Ponta Grossa no contexto que tratamos nesta dissertação, de acordo com Denis Rafael Albach e Luísa Cristina dos Santos Fontes (2004), conforme pode ser verificado no excerto a seguir. Seu nome era Eleonora Amaral de Angelis. Infelizmente, em nossa pesquisa, não encontramos poesias atribuídas a essa docente, estampadas nas páginas do DC. Sobre a professora Eleonora, mencionaremos seu nome novamente no terceiro capítulo, ao problematizarmos a questão do voto feminino:

³² Conforme já explicamos anteriormente, a coluna “Notas Mundanas”, de acordo com Chaves (2001, p. 42), tratava das notícias cotidianas da região de Ponta Grossa.

Eleonora Amaral de Angelis vem de uma geração de antecedentes caracterizados por laços poéticos. Nascida na cidade de Guarapuava no dia oito de julho de 1905, Eleonora era licenciada em Letras Neolatinas em Ponta Grossa e foi professora pela Escola Normal. Lecionou Latim, Português e História. Foi também diretora do Grupo Escolar Prof. Júlio Teodorico. Descendente da decana das poetisas paranaenses Maria Cândida de Jesus Camargo, é irmã do poeta Otávio Camargo e prima da acadêmica Mary Camargo. Autora de dois livros de poesias sob o mesmo título *Cristais Sonoros*, é também autora de várias poesias da antologia pontagrossense. Eleonora engloba em sua obra temas que remetem a sua vivência e a sua descoberta pela região dos campos gerais. Descreve e comenta em seus poemas as cidades pelas quais se encantou, deixando registrado na beleza de suas poesias a cidade de Guarapuava, Guaratuba, Vila Velha, Tibagi, as praças de Curitiba, Camboriú, etc., e outras regiões dos Campos Gerais. Dessa forma, de sua obra se pode resgatar a contemplação da beleza e do encanto que existem nas terras do Paraná. (ALBACH; FONTES, 2004, p. 261).

Na sequência, consta mais um exemplo de poesia com autoria feminina, publicada em uma nota avulsa na primeira página do DC, contrariando o grande volume de notícias sobre mulheres que geralmente surgiam em locais de menor apelo visual, conforme já comentamos.

A referida poesia, cujo título é “Mal de Amor”, de autoria de Anna Amelia Carneiro de Mendonça, versa sobre as desventuras do amor, defendendo que ele supera todas as adversidades. Essa poesia demonstra um exemplo de iniciativa autoral de uma mulher, aventurando-se em um terreno complexo como o dos sentimentos humanos. No entanto, nesse contexto era aceitável que as mulheres escrevessem versos, principalmente sobre sentimentos, pois a imagem da mulher era associada às emoções (WOELLNER, 2007).

Sobre isso, Norma Telles (2015, p. 401-402), ao pesquisar o processo de escrita das mulheres, explica que:

É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em particular o romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram, em geral, ligados ao poder e funcionam como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinadas situações.

Em relação às contribuições das mulheres no campo da escrita, devemos ressaltar as autoras que souberam mediar suas oportunidades, atendendo ao que se esperava delas, enquanto influenciadoras de outras mulheres, especialmente no que se refere aos aspectos educacionais. Segundo Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2008), a revista católica “A Ordem”, a partir do ano de 1932, após a autorização de voto pelas mulheres, direito esse, alcançado após muitas discussões e lutas, conforme trataremos no terceiro capítulo, passa a contar com a participação de colaboradoras, mulheres católicas que expressavam suas opiniões em uma coluna especialmente criada para as contribuições femininas. Essa coluna chamava-se “Crônica

Feminina” e estava sob o comando de Lúcia Miguel Pereira (MAGALDI, 2008). A autora ainda destaca a preocupação dessas escritoras, principalmente da chefe da coluna, em relação aos aspectos educacionais das mulheres, pois:

Se os efeitos da modernização da sociedade eram considerados ameaçadores em vários aspectos e, em especial, para a vida feminina, a falta de uma educação consistente da mulher para lidar com as novidades que se apresentavam era considerada um problema muito mais grave do que as próprias mudanças vivenciadas. (MAGALDI, 2008, p. 93).

Em outra oportunidade, na edição de 02/02/1935, o DC publicou um conto de autoria de Zuleika Lintz, em que uma mãe explica para o filho sobre os símbolos da Semana Santa, período importante para a Igreja Católica. O menino então responde, olhando para o crucifixo, que se Jesus foi crucificado, deveria ser por haver cometido alguma falta grave. A partir dessa resposta, a mãe aproveita para problematizar a questão com o filho. A representação dessa abordagem nos leva a refletir sobre a já indicada função feminina em relação ao cuidado com a família, no sentido de orientação, de missão, de formação moral de bons indivíduos, conforme também apontado por Magaldi (2007) e Lopes (2017).

Magaldi (2008) também salienta a postura da revista católica “A Ordem”, no sentido de direcionamento das representações e comportamentos das mulheres, a partir das mudanças ocasionadas pelos novos tempos, especialmente a década de 1930. Magaldi (2008) analisou os artigos de algumas mulheres que colaboravam com a referida publicação, ressaltando as contribuições de Nair de Andrade:

Reafirmando posições defendidas por aquele movimento [de recatolização da sociedade], referentes ao papel feminino na sociedade, esses artigos opinativos, direta ou indiretamente, forneciam orientações a seu público leitor e, de modo particular, às leitoras, no sentido de estas se adequarem às novas demandas e de se conduzirem de modo a servir à sociedade em bases apropriadas. E, nesse cenário de modernização, marcado pela urbanização e industrialização progressivas, a noção de movimento, de ação, adquiria uma valorização significativa na vida social, devendo ser considerada também no caso da vida feminina e na formação da mulher. (MAGALDI, 2008, p. 94).

O interesse da Igreja Católica pela educação foi intenso nas primeiras décadas do século XX, com o objetivo de angariar novos adeptos para suas causas e também manter os que já comungavam delas. (OLIVEIRA, 2016). Assim, o alto escalão católico do Brasil estabeleceu estratégias para concretizar seus intentos. Entre essas estratégias, encontravam-se a organização de atividades e grupos conduzidos por mulheres, as quais eram escolhidas pelos dirigentes católicos por suas respeitadas qualidades morais. Uma dessas mulheres chamava-se Stella de

Faro, a qual, por meio da participação em diversos órgãos da Igreja Católica, inclusive, impressos, teve uma influência muito grande em diversos setores educacionais, atingindo, especialmente, mulheres. Peri Mesquida (2017, p. 110), especifica algumas de suas ações:

Stella fez parte das Filhas de Maria de Sion e colaborou com diversas revistas das Filhas de Maria, como *Salve Regina* e *Apostolado das Filhas de Maria do Brasil*. [...]. Nesse mesmo ano [1922], Stella de Faro, como Presidente da Ação Católica, representou a Igreja Católica brasileira no Congresso da União Internacional das Ligas Femininas Católicas, na cidade de Lucerna, na Suíça. Stella estará à frente da Seção Feminina da Confederação durante 22 anos e será a Presidente da Liga Feminina de Ação Católica, também conhecida como Liga das Senhoras Católicas, cujos estatutos foram elaborados por ela sob a supervisão de Dom Leme³³. (Grifos do autor).

A influência e relevância da Igreja Católica também foram notadas em Ponta Grossa, pois, conforme já assinalamos, algumas ordens religiosas estabeleceram-se aqui e fundaram escolas que encontram-se em atividade até os dias atuais. Algumas dessas escolas tiveram especial relação com a educação feminina, pois direcionaram suas atenções para o ensino das moças (MARTINIAK, 2003; CAPRI, 2003). Lopes (2017) também ressalta a relevância do catolicismo para a educação das mulheres, explicando que o estudo nos colégios católicos se mostrou uma oportunidade interessante para o gênero feminino já nos fins do século XIX.

Conforme já mencionado, no jornal “Diário dos Campos”, pelo menos no período avaliado nesta pesquisa, não se constatou tanta expressão de mulheres como autoras dos artigos publicados. Exceção à essa condição se faz à Anita Philipovsky³⁴, a qual contribuiu com vários textos não só no jornal “Diário dos Campos”, mas também em outros periódicos da capital paranaense. Sobre os questionamentos de Anita Philipovsky, Souza (2010, p. 108) argumenta que:

O pensamento de Annita Philipowski é adiantado em relação a sua época. Ela comenta sobre a fragilidade da escola de primeiras letras destinada às mulheres e afirma que poucos pais podiam financiar o curso secundário na capital. Com isso, a única alternativa apontada por ela refere-se à Escola Normal. Esta, por sua vez, oferecia curso de formação de professores, mas segundo Annita, eram poucas as mulheres que tinham vocação para esta função. Por isso ela nem cogitava exigir ensino universitário na cidade.

Assim, incorporando um *habitus* singular, contrariando o percurso normalmente traçado para as mulheres de sua época e contando com um apoio incomum para o contexto histórico

³³ Para maiores informações sobre Dom Sebastião Leme, consultar OLIVEIRA (2016).

³⁴ A grafia do nome de Anita Philipovsky é apresentada de variadas formas pelo DC e também por alguns autores. Aqui utilizaremos a grafia indicada por Oliveira (2018), justificando essa escolha pela consulta à certidão de óbito dessa personagem, realizada pela autora.

em que viveu, Anita Philipovsky “foi uma filha muito apegada ao pai, que demonstrava ser inteligente e possuidor de grande cultura. Foi o maior incentivador da filha nos estudos, o qual também estimulou a leitura de forma significativa, por meio de uma rica biblioteca que possuía em casa” (OLIVEIRA, 2018, p. 65). Isso demonstra que o capital econômico e cultural da família de Anita Philipovsky, representados principalmente por seu pai, favoreceu sua incursão no mundo da escrita, assim como, possivelmente, o desenvolvimento de sua postura crítica e questionadora frente às injustiças do mundo, especialmente as relacionadas com o universo feminino, demonstrando desde os primeiros escritos, uma criticidade que ia além dos assuntos meramente femininos, como moda, filhos, casamento, receitas culinárias e bordados, entre outros assuntos considerados adequados para as mulheres nesse contexto específico, conforme assinalado anteriormente por Perrot (1998).

Desse modo, Anita conseguiu alçar um lugar de destaque e de respeito no meio literário, conforme demonstra a transcrição abaixo, na qual o DC felicita a escritora pelo seu aniversário:

Annita Philipowski

A ephemeride que hoje transcorre assignala a passagem do anniversario natalício da talentosa literata pontagrossense, sta. Annita Philipowski, - filha do saudoso cidadão sr. Carlos Leopoldo Philipowski, e grandemente conhecida em os meios intellectuaes paranaenses, pelos seus primorosos [...] intellectuaes. (DC, 02/08/1934).

Além disso, devemos considerar a relevância do apoio masculino, representado pela figura do pai na vida de Anita Philipovsky. Outras mulheres também souberam matizar a aproximação com o gênero masculino, no sentido de aproveitar esses contatos para poder participar, de alguma forma, da vida pública. Uma dessas mulheres foi Helena Kolody (ARAÚJO, 2018). Anita Philipovsky também contou com o apoio de outra mulher para compor seu espírito empreendedor, crítico e questionador acerca dos empecilhos impostos à concretização dos estudos pelas mulheres, conforme explicitado pelo excerto abaixo:

A residência da família era distante da cidade, o que dificultava para Anita frequentar alguma escola urbana. Com isso, sua família contratou professores que eram em sua maioria estrangeiros, os quais passaram a residir na fazenda. Esses professores foram responsáveis pelo ensino básico, ensino de alemão e francês, artes, música (cítara) e pintura, sendo sua professora de pintura a italiana Giovanina Bianchi, que também circulou no meio literário e foi sua grande incentivadora na publicação de suas produções. O contato com Giovanina revelou-se de extrema importância para que Philipovsky despontasse no meio letrado. (OLIVEIRA, 2018, p. 102).

A atuação da italiana Giovanina Bianchi como professora de Anita Philipovsky, explicita um comportamento feminino problematizado por Perrot (1998, p. 86):

As mulheres do século XIX [e também do início do século XX] movem-se mais do que se pensa. Participam de migrações, camponesas vindas à cidade como domésticas ou costureiras, burguesas médias contratadas como preceptoras, não raro muito longe de seus pais. Elas viajam e (às vezes) exploram. O mundo muda, modificam-se as fronteiras, também entre os sexos.

Em uma reportagem de 01/06/1921, o *Diário dos Campos* comenta sobre os elogios tecidos à “Annita Philipowsky” – grafia usada pelo DC nessa nota – pelo periódico “*A República*”, regozijando-se de ter publicado os primeiros textos de Anita.

“*A Republica*” noticiando a estada da distincta escriptora pontagrossense na capital, tecem-lhe os mais justos e merecidos elogios. Annita Philipowsky não é apenas uma impressionista de supercialidades, como em regra são as escriptoras. Annita Philipowsky pensa, philosòpha, e aborda questões sociaes com superioridade vistas. [...]. Nós que lhe acompanhamos os primeiros passos [...] temos muito prazer registrando esta noticia [...]. (DC, 01/06/1921).

Alguns desses escritos questionadores de Anita ficaram registrados nas páginas do jornal “*Diário dos Campos*” da década de 1910 e 1920, como o famoso texto transcrito abaixo e publicado no então jornal “*O Progresso*”, na edição 595, de 08 de agosto de 1912, no qual Anita critica a falta de opções em relação à educação para as moças de Ponta Grossa. Esse tipo de publicação teve repercussão, possivelmente devido ao capital simbólico e social adquiridos por Anita ao longo de sua formação educacional:

Nós moças de Ponta Grossa, que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebíamos o ensino das matérias elementares, e este mesmo interrompido pelos impedimentos da professora, e nada mais [...]. Quando se abriu o instituto “Dr. João Candido”, em nossa cidade podia estabelecer se também um curso secundário para meninas ensinando com especialidade geografia geral, eletricidade, escripturação mercantil, contabilidade, tachigrafia e uma das línguas mais geralmente faladas como a franceza, inglesa ou allemã. Ficariam, com o preparo nessas matérias, habilitadas para ocuparem cargos no correio, telegrapho, telephone, ou como guarda livros e correspondentes commerciaes [...]. Ponta Grossa; porém, a segunda cidade em população e progresso comercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundário para meninas, que as preparasse para a lucta, pela vida, porque aquella de entre nós que quiser, abandonando a rotina comum, sahir desse circulozinho estreito e opressor, adquirir os meios para se lançar n’uma esfera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim, há de recuar vencida entre a importância de ver realizada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe daculte para esse fim o saber necessário.

Além disso, Oliveira (2018), corroborando nossos achados de pesquisa sobre a representação das mulheres no jornal “*Diário dos Campos*” nas décadas de 1920 e 1930, especialmente no que diz respeito aos aspectos educacionais, esclarece que:

[... o] baixo nível de educação feminina reafirmava a visão conservadora da sociedade e a distinção entre o homem e a mulher, perpetuando a supremacia masculina; o “destino” das mulheres era o casamento e a maternidade; poucas mulheres circulavam em espaços predominantemente masculinos e a profissão “melhor vista” pela sociedade, foi a docência; as próprias leis colocavam as mulheres como submissas; ao referenciar-se à alguma mulher, era comum que tal referência estivesse ligada ao marido, ou ao pai, quando solteira. (OLIVEIRA, 2018, p. 100-101).

Oliveira (2018, p. 101) ainda destaca a luta de Anita Philipovsky por meio de seus escritos em prol da independência da mulher em qualquer setor da vida, seja social, econômico ou artístico, defendendo que o gênero feminino deveria ter o direito de optar por atividades fora do lar que não se limitassem “apenas” à docência de crianças pequenas:

Philipovsky defendeu que as mulheres poderiam alcançar a “autonomia”, ou seja, poderiam ser menos dependentes por meio do trabalho, que não só o magistério. Entretanto, existiram as próprias mulheres que “eram fruto de seu tempo”, e defendiam que sua função social era a mulher mãe e esposa. (OLIVEIRA, 2018, p. 101).

Outro exemplo de mulher questionadora e atípica para sua época foi Júlia Lopes de Almeida. Na pesquisa sobre a vida e a obra de Júlia, Luzia Margareth Rago e Gabriela Simonetti Trevisan esclarecem que:

O talento não tem sexo, defende Júlia Lopes de Almeida, embora o mundo insista em vesti-lo de calças. Escritora de sucesso em sua época, ela acreditava na existência de uma desigualdade entre homens e mulheres no mundo das artes: para elas conseguirem na área a mesma posição que eles, deviam fazer o décuplo de esforço. Contudo ela observa que os tempos mudavam e, com ele, as mulheres cada vez mais se faziam presentes na literatura, na pintura, no teatro e na música. A arte se feminizava. (RAGO, TREVISAN, 2019, p. 347).

Corroborando alguns de nossos achados de pesquisa, Norma Telles (2015, p. 435) também destaca a trajetória de Júlia Lopes de Almeida como uma mulher que tensionou muitos dos costumes considerados adequados para as mulheres de seu tempo:

Júlia Lopes de Almeida [...] foi jornalista e autora de livros de sucesso. Quando começou sua longa carreira de mais de quarenta anos como jornalista e escritora, ainda encontrou grande oposição, mas foi adquirindo renome e prestígio. [...]. Escreveu em vários periódicos e, por mais de trinta anos, no jornal *O Paiz*. Em suas crônicas fez campanhas em defesa da cidade, da educação da mulher, do divórcio, da exposição de flores, assim como fizera a defesa da Abolição e da República. (Grifo da autora).

Júlia Lopes de Almeida foi, portanto, uma mulher ativa em relações às questões sociais que a inquietavam, utilizando seus textos como forma de denúncia e protesto, assim como Anita

Philipovsky. As autoras Rago e Trevisan (2019, p. 348), destacam o pioneirismo e a coragem de Júlia Lopes de Almeida, explicando que:

Júlia era uma autora que se destacava no mundo das artes entre o final do século XIX e o início do século XX. Aos 19 anos de idade, em 1881, após o pai descobrir que escrevia escondida, é incentivada por ele a publicar pela primeira vez na *Gazeta de Campinas*, periódico do interior de São Paulo, onde morou durante sua juventude. A carreira como literata deslanchou: publicou quase 40 obras de diversos gêneros literários, contribuiu em diversos jornais de grande circulação da época, como *O País*, onde manteve uma coluna por décadas, e escreveu em jornais feministas, como *A família*, de Josephina Álvares de Azevedo. Preocupada com as questões políticas e sociais de sua época, Júlia tratou sobre o mundo rural e também sobre os processos de urbanização que ocorriam naquele momento, assim como sobre as mudanças culturais em meio à consolidação da República. (Grifos da autora).

Pelo excerto acima constata-se que Júlia, assim como Anita Philipovsky, recebeu apoio de seu pai para firmar-se como escritora, algo incomum para sua época, pois nesse cenário, as poucas mulheres que estudavam além do nível elementar, não o faziam com o intuito de constituírem-se como sujeitos críticos, uma vez que os programas de estudos para as meninas focavam nas prendas domésticas, bordados e demais trabalhos relacionados ao lar. Além disso, conforme já salientado a partir da trajetória das escritoras citadas nos parágrafos antecedentes, Júlia Lopes de Almeida também utilizou sua história pessoal e as particularidades do momento em que vivia para denunciar e criticar a situação de vida das mulheres, transformando-se em uma figura de destaque na sociedade da qual fazia parte.

No entanto, devemos relativizar a postura progressista de Júlia Lopes de Almeida, uma vez que, para firmar-se como autora, escritora e crítica social, em muitos momentos, ela precisou modular seu discurso e aliviar seu posicionamento contestador, buscando formas mais amenas para conviver em um mundo em que os homens decidiam por todos. Essa postura mediadora de Júlia também a ajudou a inserir-se em alguns campos, pelo menos, no início de sua trajetória pública. (MAGALDI, 2007).

Contrariando a boa recepção dos escritos de Anita Philipovsky, Norma Telles (2019), pesquisando a obra da escritora inglesa Mary Wollstonecraft³⁵, descobriu que seu sucesso durou até a impressão da segunda edição da obra “*Vindication of the rights of men*”, na qual a autora tecia críticas às ideias de Edmund Burke³⁶. Repentinamente:

Desastre, os críticos mudaram de tom, fizeram-se severos ao constatar a autoria feminina; o livro se tornou de uma hora para outra “incoerente e absurdo, cheio de erros”. Uma das críticas mais ferozes se tornou um anátema público e uma sentença

³⁵ Mary Wollstonecraft foi uma famosa defensora dos direitos femininos (TELLES, N., 2019).

³⁶ Edmund Burke foi um filósofo irlandês, defensor do conservadorismo (O’GORMAN, 2004).

notória repetida por séculos: “Mary é uma hiena de anáguas” escreveu o historiador da arte ultra conservador Horacio Walpole, conde de Orford, filho caçula de um Primeiro Ministro inglês, à sua amiga Hannah More. Walpole apoiava as ideias e elogiava o livro de Burke, detestava a Revolução Francesa. Então, ele ataca não só a mulher como escritora, mas também suas ideias das quais discorda com fervor. Para outra amiga, Lady Ossory, em janeiro de 1793, quando soube da decapitação de Luiz XVI, enviou carta onde dizia não ter palavras para descrever o que estava sentindo, para ele era quase o fim do mundo. Até então “selvagens, bárbaros, & companhia, eram termos para os pobres e ignorantes índios ou negros ou hienas”. Observa-se então que hiena para ele é uma categoria de pessoa marginal, colocada, na hierarquia social, abaixo de todos os outros ditos marginais, à margem das margens da sociedade. Em caso de ser mulher era dita, além de desclassificada, prostituta. (TELLES, N. 2019, p. 22-23).

O excerto acima demonstra o preconceito da sociedade europeia do fim do século XVIII, ao constatar como a repercussão de uma obra de autoria feminina - criticando ideias de um homem – poderia oferecer riscos. Outro ponto de análise importante dessa citação versa sobre as palavras ásperas provindas das próprias mulheres – com quem o crítico trocava cartas, depreciando os escritos de Mary - e não somente dos homens. Ainda podemos relacionar a citação anterior com o conceito de subalternidade de Spivak (2014).

Corroborando esses expostos, onde se evidencia um exemplo de postura crítica feminina, Luana Saturnino Tvardovskas, ao discutir sobre a produção intelectual realizada por mulheres, na introdução da revista “História: questões e debates”, edição de janeiro a junho de 2019, destaca que:

Pensadoras feministas têm demonstrado que as poéticas das mulheres no passado e no presente constituem potentes críticas culturais, instigando a desconstrução de discursos binários e hierárquicos, inventando, sobretudo, narrativas e espaços relacionais para a atualidade. (TVARDOVSKAS, 2019, p. 8).

Além de Anita Philipovsky, tem-se o registro de algumas outras mulheres que contribuíram com suas produções escritas para os periódicos, especialmente na capital do Paraná. Uma dessas exceções foi a professora curitibana Annette Macedo, a qual, segundo a pesquisadora Cristiane dos Santos Souza (2007, p. 245) “[...] é mais uma figura de destaque entre os intelectuais que marcaram o debate educacional do início do século XX no Paraná”. Sobre sua história, a autora ainda acrescenta que Annette Macedo nasceu em 1894, concluiu a Escola Normal em 1911 e teve muito apoio de seu pai para seguir a carreira docente, a exemplo de Anita Philipovsky e de Júlia Lopes de Almeida (OLIVEIRA, 2018; RAGO; TREVISAN, 2019). Foi diretora do Grupo Escolar Rio Branco e publicou diversos “artigos nas revistas Senhorita, Fanal, A Escola e no jornal Diário da Tarde”. (SOUZA, 2007, p. 245-246).

Sobre a professora Annette Macedo, Cristiane dos Santos Souza destaca que:

Ainda é possível encontrar escritos sobre essa professora em pronunciamentos públicos de alguns homens ligados à instrução pública paranaense do século XX, e cabe ressaltar os de Raul Gomes, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Oswaldo Pilotto, Leoncio Correia e Panfilo de Assunção. (SOUZA, 2007, p. 246).

Isso demonstra que, apesar de algumas mulheres, a exemplo da professora Annette Macedo, terem conseguido transpor essa barreira ligada à questão de gênero, em relação à autonomia e autoria dos escritos, o usual naquela época é que elas não tivessem muito espaço para expor os princípios em que acreditavam, demonstrando o pouco capital simbólico de que dispunham. Isso é evidenciado na seguinte passagem: “é importante considerar as falas masculinas sobre a trajetória de Annette Macedo, visto que, em função do anonimato esperado das mulheres nesse período, muitas vezes a única possibilidade de traçar a história das professoras dava-se pela voz dos homens”. (SOUZA, 2007, p. 246).

Cristiane dos Santos Souza (2007, p. 247) ainda enfatiza que Annette Macedo admirava outra professora de renome no período, a saber: Julia Wanderley, no entanto, discordava do ato de ocultar seu nome em seus escritos. Segundo Souza (2007), para a professora Annette Macedo, a questão da autoria era ponto fundamental para a afirmação da mulher em um contexto majoritariamente masculino.

Souza (2007, p. 248) destaca que no discurso da professora Annette Macedo era possível perceber contradições, pois, ao mesmo tempo em que ela defendia a educação para as mulheres de forma equalizada ao modelo oferecido aos homens, ela também pregava que à mulher reservavam-se as tarefas domésticas e as funções de mãe e esposa. Isso pode ser explicado, talvez, pelo fato de que os avanços geralmente não ocorrem de um momento para o outro, havendo, normalmente, períodos de transição, permeados de tensionamentos e ambiguidades.

Todas essas questões demonstram a complexidade das relações humanas, especificamente no contexto do início do século XX, especialmente no que versa sobre os assuntos educacionais articulados às relações de gênero, tanto nos espaços públicos como nos privados.

Sobre isso, em relação ao envolvimento das mulheres com a imprensa, temática articulada ao nosso objeto de pesquisa, Bucholdz (2007, p. 40) explica que:

A participação feminina na imprensa no início do século XIX era bastante tímida e descontinuada. Poucas mulheres ousavam romper os limites estabelecidos pela sociedade ainda tipicamente machista, que via seu papel reduzido à obediência ao marido e ao cuidado exemplar dos filhos e da casa.

Importante ressaltar que a participação das mulheres, nos mais diversos meios sociais, ocorreu de forma lenta e gradativa. Além disso, nas primeiras décadas do século XX, os costumes e hábitos eram outros, por isso a importância de se considerar o contexto no qual os acontecimentos estão imersos. Sobre isso, Bucholdz (2007, p. 40-41) acrescenta que:

Um fenômeno perceptível no período é que, mesmo quando a mulher conseguia romper a rotina familiar e usar o jornal como meio de comunicação e diálogo com a comunidade, na sua expressão muitas acabavam evocando e reiterando o discurso da submissão, sem trazer novas contribuições para o debate.

É curioso perceber que a grande parte das pesquisas sobre as mulheres que tiveram expressão no mundo das letras e nas artes em geral são realizadas também por mulheres, ou seja, o interesse para investigar as ações exercidas por mulheres geralmente parte das próprias representantes do gênero feminino. Talvez isso possa ser explicado pelo fato de que essas pesquisadoras podem ter vivenciado em suas próprias trajetórias, as dificuldades, impedimentos e injustiças nos mais variados meios sociais, identificando-se, portanto, com essas situações. E isso pode ter ocorrido devido ao fato de serem mulheres, despertando o interesse em pesquisar as histórias de vida de outras mulheres que tiveram alguma expressão em espaços considerados, inicialmente, inapropriados para elas.

A partir dos dados obtidos em nossa pesquisa no jornal “Diário dos Campos”, constata-se que, sobre as “campanhas pela educação da mulher”, o periódico pontagrossense realizou essa ação nas décadas de 1920 e 1930, porém, ela é descontínua e não apresenta foco específico no gênero feminino. Sobre isso, Norma Telles (2015, p. 426-427) afirma que alguns periódicos brasileiros, como o “Corymbo”, além da “Tribuna Feminina”, “Partenon”, “Sexo Feminino”, “A República”, “A Família”, além da revista “A Mensageira”, dentre outros, destacam as ações das mulheres e suas lutas pela conquista de direitos. A autora ainda esclarece que:

Esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher. Muitas vezes essas campanhas apareceram ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa. No contexto, no entanto, a contribuição é valiosa e era importante enaltecer a mulher dentro quanto fora de casa. [...]. A questão do voto feminino ainda não era tratada diretamente, mas os jornais contornavam noticiando amplamente lutas e conquistas em outros países. Em todos os números, havia uma grande quantidade de textos literários escritos por mulheres. A profissionalização começava a se abrir para as mulheres e as articulistas estavam atentas para todas as possibilidades, bem como para todos os obstáculos e entraves. Júlia Lopes de Almeida [já citada anteriormente] fazia até mesmo uma campanha por creches e jardins de infância. (TELLES, N., 2015, p. 427).

Próximo ao período da Proclamação da República, surge a contestação de outra mulher que lutava pela educação do gênero feminino, retratada por Guacira Lopes Louro (2015, p. 443): “[...] Nísia Floresta, uma voz feminina revolucionária, denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada”.

Tanto Nísia Floresta, assim como, tantas outras mulheres que lutavam pelos direitos femininos, constituem-se como exemplos de mulheres que utilizaram o capital social e simbólico de que dispunham para defender seus ideais. Especificamente em Ponta Grossa, como autoras, o DC demonstra a participação das mulheres como escritoras de poesias e contos – gêneros textuais até então considerados adequados para serem assinados por uma mulher. No entanto, o jornal “Diário dos Campos” também publicou artigos jornalísticos de cunho crítico e questionador, acerca das oportunidades oferecidas às mulheres nas primeiras décadas do século XX, sendo que a maior representante desse modelo diz respeito à participação da já citada escritora pontagrossense Anita Philipovsky.

Como leitoras, a elas eram destinados inúmeros artigos e propagandas que idealizavam o papel de mãe ideal, preocupada com o bem-estar da família e a de professora dedicada, ressaltando nessa última, a ideia de “mãe espiritual”, a qual possuía vocação para a docência. Em contrapartida, o DC também preocupou-se em representar a imagem de mulher, cujos dotes não eram apreciados pela sociedade do momento, indicando aquela que seria indigna de conduzir um lar e de ser mãe, caracterizando-se como a mulher criminosa, sem virtudes, desqualificada para ser a “rainha do lar”, mãe dos filhos que conduziriam o futuro do Brasil.

Além disso, arrisca-se apontar que, em inúmeras oportunidades, o DC comportou-se como um porta-voz da cultura da dominação masculina, devendo-se compreender essa postura, considerando as características e concepções da sociedade daquela época. No entanto, em outros inúmeros momentos, o DC fez questão de defender os direitos femininos, denunciando abusos e apresentando defesas públicas em favor das mulheres. Sobre isso, podemos considerar que essa postura do DC de, em alguns momentos defender as mulheres e, em outros, julgá-las e desqualificá-las, demonstra que não havia um uníssono de opiniões, situação essa, característica de uma sociedade complexa e que passava por mudanças, influenciada por inúmeros fatores, como concepções provindas de outros países, presença de imigrantes com ideias variadas, novo regime político de governo, entre outros .

Sendo assim, entre avanços e recuos, na maior parte das vezes, essas características sobre as mulheres, desde o fim do século XIX até as primeiras décadas do século XX, demarcam as mudanças da sociedade ao longo do tempo e o gênero feminino acompanhou essas

transformações, abrindo espaço em setores até então dominados pelos homens. Um desses ambientes, ou campos, é a educação, por meio da qual as mulheres obtiveram novas oportunidades e traçaram novos caminhos.

Nesse sentido, os três tópicos que compõem o primeiro capítulo desta dissertação, intencionaram apresentar e discutir alguns pontos referentes à articulação das mulheres com o jornal “Diário dos Campos”, versando sobre as origens do DC, além de discorrer sobre alguns aspectos da educação em Ponta Grossa, especialmente no que diz respeito à participação do gênero feminino. Assim, procuramos mostrar como as questões de gênero integravam um comportamento de uma cidade ou de um jornal que desejava acompanhar os debates que ocorriam em outros lugares do mundo, procurando alinhar-se ao que seriam os símbolos da modernização. Além disso, buscou-se problematizar a presença das mulheres como autoras e, principalmente, como leitoras das páginas do DC durante o recorte temporal proposto. Dessa forma, esses três tópicos objetivaram compreender o delineamento das representações das mulheres e de sua educação, temática que norteará a organização do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

“Um grande exemplo da mulher brasileira”: modelos femininos tradicionais

O título entre aspas acima, o qual norteará este segundo capítulo, publicado pelo DC em 23/06/1934, nos fornece uma ideia sobre a intenção do jornal “Diário dos Campos” em conformar alguns modelos, ou nos termos de Chartier, algumas representações da mulher e de sua educação nos anos de 1920 e 30. Pesquisa similar foi também desenvolvida por Eliane Marta Teixeira Lopes (2017).

Sendo assim, a partir dos dados obtidos no DC, podemos elencar alguns modelos de comportamento direcionados às mulheres, considerando as recorrências e similitudes entre os artigos, textos, comentários e propagandas que circularam neste periódico no período abordado. Dessa forma, neste capítulo, optamos por problematizar os modelos femininos tecidos com teor mais tradicional, expressos por meio do delineamento dos modelos de mãe e esposa ideais, professora exemplar e educadora sanitaria/higienista.

Santos (2011, p. 148), a partir de sua pesquisa, corrobora nossos achados, salientando a representação “de ‘mulher do lar’, [que] contemplava a dimensão do cuidado da casa e da família, observada nos discursos que valorizavam a manutenção dos laços matrimoniais, que traziam dicas e orientações para a educação dos filhos e que enfatizavam os cuidados médicos e higiênicos”.

Essas concepções de exemplos femininos a serem seguidos, foram veiculadas pela imprensa da época e objetivavam conformar as mulheres para os novos preceitos que surgiam após a mudança de regime político no Brasil, a partir de 1889, com a implantação da República. Sobre isso, Joana Pedro (2015, p. 291) afirma que:

A Proclamação da República pode ser vista como o momento a partir do qual os novos modelos femininos passaram a ser mais reforçados. [...]. Muitas das imagens idealizadas das mulheres sofreram mudanças e intensificações por conta das transformações que se operaram com a Proclamação da República.

Os anos de 1920 foram marcados por inúmeros e importantes acontecimentos nacionais e internacionais, destacando-se “o impacto causado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) [que] tornou-se decisivo para as novas configurações que se fizeram presentes em vários países do mundo e na sociedade brasileira” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 11). Em termos regionais, em relação às mulheres e ao contexto educacional, destaca-se a criação da Escola Normal, em Ponta Grossa, em 1924, como um marco de novas oportunidades culturais e profissionais para as mulheres da região dos Campos Gerais (VAZ, 2005).

Já nos anos de 1930 ocorrem movimentos e discussões que começam a transformar a visão da mulher submissa e passiva em mulher atuante em vários setores da sociedade. No entanto, como esse movimento não é uniforme, constata-se que, na década de 1930, a visão conservadora sobre a mulher ainda encontrou espaço para se expressar.

2.1 “A esposa ideal” e “Conselho às mães”

Os subtítulos que nomeiam este tópico, publicados, respectivamente, em 21/10/1932 e em 10/08/1932, traduzem uma das representações femininas veiculadas em volume significativo nas páginas do jornal “Diário dos Campos” nas primeiras décadas do século XX, demonstrando a preocupação deste impresso - e certamente expressando um ideário maior que envolvia amplos setores da sociedade da época - na conformação de um modelo de mulher ideal que favorecesse ao alcance dos princípios almejados pela República. A educação das mulheres desse período esteve alinhada ao desenvolvimento de um padrão feminino, pautado na defesa das virtudes de esposa dedicada e de mãe abnegada (SANTOS, 2011). Reitera-se, portanto, o que sugerimos no capítulo anterior, no qual indicamos que as mulheres podem ser consideradas como leitoras do “Diário dos Campos”, uma vez que, grande parte das matérias do DC estavam direcionadas para o público feminino. Para evidenciar o que foi exposto, destacamos a transcrição do poema a seguir, sob o título “Resignada”, a uma alusão ao comportamento esperado das mulheres:

Resignada
Bebe o cálix de fel do soffrimento
Que chega aos labios teus a mão da Sorte.
Leva a cruz ao Calvario, sem lamento,
E no martyrio mostra-te mais forte.

Não procures fugir nunca ao tormeto
E nem queiras saber qual o teu Norte...
Nós somos nesta vida a folha e o vento
É o Destino que vai do berço à morte.

Si foi o teu nesta maldosa vida
Ver sò de longe a Terra Prometida.
Ter só trevas, sonhando rosi leres.

Soffre serena a dor que te apunhala
E ninguém saiba por tua propria fala
Que és a mais infeliz dentre as mulheres.
Helvidio Silva (DC, 14/08/1921).

O poema acima traduz, em parte, o ideário que cercava a imagem da mulher no período analisado nessa pesquisa. O título da poesia – “Resignada” -, de autoria de Helvidio Silva³⁷, expressa o comportamento que uma mulher deveria ter nesse contexto, “suportando” os sofrimentos com serenidade e sem revoltas. Além disso, o “Diário dos Campos” também trouxe, em inúmeros artigos, textos, imagens e poesias de autores variados, a demonstração de que a principal função da mulher era a maternidade, em uma nítida alusão à conformação desse *habitus* para as mulheres. A seguir, encontra-se outro exemplo disso, uma poesia cujo título é “Ser mãe”, assinado por Vênus:

Ser mãe
 Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
 O coração! Ser mãe é ter no alheio,
 Labio que suga o pedestal no seio.
 Onde a vida, onde o amor cantando vibra.

Ser mãe é ser um anjo que se libra,
 Sobre um berço dormido; é ser anseio,
 É ser temeridade, é ser receio,
 É ser força que os males equilibra!

Todo o bem que a mãe gosa é bem do filho,
 Espelho em que se mira afortunada,
 Luz que lhe põe nos olhos novo brilho!

Ser mãe é andar chorando e, num sorri
 Aconselhar às suas filhas delicadas,
 O uso constante do creme de beleza Rosely!!!
 Venus (DC, 10/06/1932).

Esse ideário feminino pregado pela sociedade da época, inclusive por meio das páginas do “Diário dos Campos”, remete nossa análise para as questões que envolvem as mulheres públicas e as do ambiente privado, como o lar. Sobre isso, a autora Michelle Perrot (1998, p. 7), na obra “Mulheres Públicas”, problematiza habilmente essas situações, explicando que:

No espaço público, aquele da Cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe dêem um enterro com honras nacionais. É candidato em potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhecida homenageia.

Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se diz a “rapariga” – pública é uma “criatura”, mulher comum que pertence a todos.

O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria.

³⁷ Poeta, jornalista e professor paranaense.

Além dos textos escritos, muitas imagens, apresentadas na forma de propagandas, também foram veiculadas pelo “Diário dos Campos”, com a intenção de retratar o modelo ideal de mãe e esposa, assumindo o papel daquela que cuidaria do bem-estar de sua família, corroborando o ideário republicano sobre a relevância do papel da mulher para o progresso da nação. Dados similares também foram obtidos por Santos (2011). É importante informar que muitas dessas matérias e propagandas com imagens não se constituíam em produções próprias do DC, mas em publicações nacionais que eram veiculadas pelo periódico.

Muitas dessas propagandas traziam a imagem da esposa, junto ao marido e aos filhos, numa alusão à imagem da mulher como a responsável pela harmonia e felicidade do lar. Em uma dessas publicações, sobre o medicamento “Ross”, a própria redação da propaganda traz uma frase com esse teor: “O sorriso ‘Ross’ – A alegria do lar” (DC, 08/08/1924).

A veiculação dessas imagens, propagandas e textos direcionados para a conformação desse modelo de mulher ideal, constituindo-a como a primeira educadora dos filhos, cumpridora de seus deveres para com a sociedade e com a nação, por meio de suas condutas impecáveis, remetem ao já citado conceito de *habitus*, desenvolvido por Bourdieu (1989).

No jornal “Diário dos Campos” apelou-se, portanto, repetidamente, por meio de inúmeros artigos e afins, para que a mulher assumisse o papel de mãe e esposa comprometida com sua família, comportando-se como a companheira exemplar do marido e também como mãe cuidadosa. Para fundamentar esse exposto, cita-se uma pequena nota, veiculada na edição de 01/11/1933, na qual se defende o papel da mulher como a “companheira ideal”, configurada como a esposa que auxilia o marido de forma generosa: “Companheira fiel, que tantas vezes me auxiliaste na luta pela vida, eu te agradeço o auxílio desinteressado que me vens prestando pelos dias em fora”.

Essa representação feminina vinculada à família, aos filhos e ao marido foi pregada durante muito tempo ao longo da história, pois, conforme indicado por Perrot (1998, p. 142), devemos considerar que “o casamento de antigamente, mais aliança do que amor, resolvia os problemas da vida das mulheres, ao mesmo tempo que os da transmissão e da reprodução”.

Sobre isso, em uma propaganda, veiculada na edição de 13/09/1932, observa-se a mulher, possivelmente uma mãe, que prepara “um lanche substancial e delicioso” para os filhos e o marido. A imagem dessa propaganda encontra-se a seguir:

Figura 1 - “Um lanche substancial e delicioso”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 13/09/1932.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Em uma outra propaganda, há a referência aos cuidados que a mulher deveria ter durante a gravidez, desenvolvendo a consciência sobre a responsabilidade em relação ao ser humano que se encontra em formação em seu ventre.

Nesse sentido, é recorrente a presença de propagandas que prometiam trazer “a felicidade e saúde à mulher”, permitindo, assim, que elas estivessem saudáveis para cuidar do lar, do marido e dos filhos, conforme demonstram inúmeras propagandas do medicamento “Emulsão de Scott”, veiculadas abundantemente pelo DC. Segundo a bula desse medicamento, o qual encontra-se no mercado desde 1830 até os dias atuais, a “Emulsão de Scott” consiste em um suprimento que contém as vitaminas A e D.

Na transcrição de uma das propagandas desse fortificante lê-se: “Saúde e Robustez - são as qualidades que conservam o atractivo bem como o bem estar da mulher. A Emulsão de Scott manterá a louçama da juventude através dos annos, fortalecendo o organismo em todos os períodos da existência”. (DC, 05/10/1922).

Em outra propaganda do mesmo medicamento, lê-se: “Saúde, Vivacidade, Bôas Cores formam o atractivo que encerra a felicidade da mulher. Consegui-as tomando a legítima Emulsão de Scott”. (DC, 17/07/1920).

Em relação a esse ideário sobre a relevância em manter a boa saúde feminina e, conseqüentemente, a dos demais membros da família e, assim, possibilitar a formação de

homens saudáveis para o desenvolvimento do Brasil, Conceição (2012, p. 24), ao tratar, especificamente, sobre as condições da mulher em Curitiba, assinala que:

Gozar de boa saúde, nos anos de 1920, representava para a mulher curitibana a força necessária para cumprir sua missão social de boa mãe, esposa dedicada, dona de casa exemplar, defensora da moral e dos bons costumes, responsável pela formação da raça, atenta e vigilante com relação à saúde da família.

Nesse sentido, o DC preocupou-se em publicar, frequentemente, propagandas e indicações de variados produtos que prometiam a cura e o fortalecimento da saúde. No caso da transcrição a seguir, verifica-se a indicação de medicamentos para as crianças, numa alusão ao papel de mãe atenciosa:

Cure e Fortaleça seu filho

Lactargyl [...] Syphilis hereditaria, ulcera, feridas, furunculose, rachtismo, moléstias da pelle e sangue em geral. Especifico infantil – Restabelece as crianças – Unico no gênero.

Lactovermil [...] Vermifugo receitado pelos médicos mais distintos e adaptado pelo Departamento Nacional de Saude Publica. Polyvermecida Efficaz e Inoffensivo.

Creme Infantil O melhor auxiliar da amamentação ou alimentação. [...].

Nutramina (Aminas de Nutrição) Farinha Fresca, polyvitaminosa do crescimento, mineralisadora dos tecidos, calcificante dos ossos e estimulante do apetite.

Tonico infantil [...] Reconstituente vitaminoso, Anemia, lymphatismo, rachtismo, escrofulose, fraqueza, falta de apetite. Após a cura das verminoses para augmentar o sangue. [...]. (DC, 08/08/1924).

Seguindo essa concepção, no que diz respeito à valorização da mulher como mãe, Conceição (2012, p. 73) ainda destaca que “o enaltecimento da maternidade como a principal função feminina exprimiui, na década de 1920, um aspecto fundamental do desejo da construção da nação brasileira”. Além disso, os achados de Santos (2011, p. 149) mostram-se muito semelhantes aos nossos, principalmente quando a autora destaca:

[...] a presença de um discurso de caráter prescritivo, especialmente nas propagandas que valorizavam o papel social feminino ligado ao âmbito doméstico e ao cuidado da família e naquelas em que a aparência feminina bela e juvenil era estimada como elemento demonstrativo da feminilidade da mulher.

Desse modo, a preocupação com o corpo feminino e seus cuidados é também expressa por Bourdieu (2017, p. 92), ao afirmar que “tudo, na gênese do *habitus* feminino e nas condições sociais de sua realização, concorre para fazer da experiência feminina do corpo o limite da

experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros”.

Sobre isso, destacam-se dois textos publicados pelo DC sobre a “satisfação em ser mulher”. Note-se que esses dois excertos foram escritos por mulheres - algo raro para esse contexto histórico no “Diário dos Campos” - sendo que um deles é assinado por Marjorie Bowen e o outro é assinado por Mrs. Beloc Lowndes. Nessas duas citações é possível perceber a imagem que as próprias mulheres tinham sobre o gênero feminino, num *habitus* conformado em ser útil, submissa, prendada, dedicada ao lar, contente em realizar suas obrigações domésticas.

No primeiro texto lê-se: “estou satisfeitiíssima de ser mulher, porque a nossa condição representa um caracter tranquillo, serviçal e paciente. Prefiro coser bonézinhos de bebés a pintar, cozinhar a escrever, saber que me amas, à ser formosa, util ou poderosa. Já vês o que é ser mulher – Marjorie Bowen”. (DC, 28/07/1932).

Já na outra passagem encontra-se que: “não ha para o ser humano sentimento mais delicado que o de saber que se fez a felicidade da pessoa amada. É um sentimento cuja perfeição só conhecem os que amam – Mrs. Beloc Lowndes. (DC, 28/07/1932).

Nesse sentido, é recorrente no “Diário dos Campos” a alusão às virtudes das mulheres como mães dedicadas e esposas preocupadas com o bem-estar da família. Um desses exemplos pode ser observado a seguir, onde é possível ler que a senhora Carolina Xavier, viúva do coronel Joaquim de Paula Xavier, figura masculina detentora de capital econômico, social e simbólico na Ponta Grossa do início do século XX, é referenciada como “dama de excelsas virtudes”:

Natalícios

D. Carolina Xavier

Aniversaria-se hoje a veneranda senhora D. Carolina Xavier, viuva do saudoso paranaense cel. Joaquim de Paula Xavier.

D. Carolina, dama de excelsas virtudes, é mãe dos srs. João de Paula, Therezio, Miguel, Olympo e Joaquim de Paulo Xavier. (DC, 24/03/1933).

Outra recorrência apresentada pelo “Diário dos Campos” versa sobre receitas culinárias direcionadas às “dedicadas” donas de casa, então leitoras do DC. Como exemplo disso, apresenta-se a transcrição a seguir, composta por duas receitas endereçadas às “rainhas do lar”, as quais são assinadas por “Madame Z, Z”. Como não há referência ao nome completo da autora, não há como saber se ela mantinha o hábito de escrever para o DC como colaboradora frequente. No entanto, presume-se que realmente se trate de uma autora do gênero feminino, devido ao uso do pronome de tratamento “madame”.

Outras propagandas direcionadas às mulheres também apresentavam produtos de higiene e remédios, além de gêneros alimentícios, destinados a fortalecer a alimentação da família, em especial das crianças, como no exemplo de indicação da “Farinha Surpresa” para fazer o pão para a família (DC, 28/05/1932).

Esse perfil da mulher relacionado ao cuidado com o outro, manifestou-se também em relação aos hospitais mantidos por ordens religiosas. Nesses casos, talvez o raciocínio fosse o de que, se a mulher não era casada, ou era uma religiosa, ainda assim, ela, sendo mulher, poderia ajudar a cuidar dos doentes.

Seguindo por essa ótica, destaca-se uma notícia que comentava sobre a virtuosidade das irmãs que dirigiam o “Hospital de Caridade” e das “damas da sociedade” que também ajudavam no manejo com os doentes, mais uma vez em referência à “natureza feminina do cuidado”, a um *habitus* cuidador. No entanto, devemos nos atentar no sentido de que essa dita “natureza” constitui-se em uma construção histórica e cultural sobre as mulheres, a uma representação. Nessa nota, lê-se: “Damas de Caridade – Apesar de extinta esta associação religiosa, algumas damas caritativas, ainda concorreram com seus donativos, [...]” (DC, 13/03/1920).

Sobre essa análise acerca das atividades sem remuneração realizadas por mulheres, como os trabalhos no lar e ainda sobre os cuidados com o outro, seja em casa ou nos hospitais de caridade, Bourdieu (2017, p. 136-137) ainda acrescenta que:

Esse trabalho doméstico passa, em sua maior parte, despercebido, ou mesmo malvisto [...] e, quando ele se impõe ao olhar, é desrealizado, transferido ao plano da espiritualidade, da moral e do sentimento, o que facilita seu caráter não lucrativo e “desinteressado”. O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e sobretudo às crianças [...], mas também externamente, em tarefas de beneficência, sobretudo para a Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais, em associações ou partidos. Não raro confinadas nessas atividades não remuneradas, e pouco inclinadas, por isso, a pensar em termos de equivalência entre o trabalho e o dinheiro, as mulheres estão, muito mais que os homens, dispostos à *beneficência*, sobretudo religiosa ou de caridade. (Grifos do autor).

Essas concepções acerca das posturas e atitudes que deveriam ser apresentadas pelas mulheres chegaram também aos anos de 1930. Inclusive, a reportagem a seguir trata de uma comissão húngara organizada para enumerar as virtudes morais que uma moça deveria ter para se casar. Preconiza-se que, além da beleza física, essas moças soubessem cozinhar, costurar, cuidar de crianças e do lar, como se ele fosse um santuário da família. A transcrição a seguir demonstra como esse ideário foi apresentado no “Diário dos Campos”:

A esposa ideal

A iniciativa tomada por comissão húngara de personalidades importantes tem interessado vivamente o mundo feminino. Trata-se da organização de um concurso cuja vencedora será a jovem que possuir em mais alto grau as virtudes de esposa ideal. [...] E o comitê em questão fez publicar uma longa lista de predicados que deve possuir “a moça que se vae casar”. Ella deve entender de cozinha e conhecer ainda melhor a arte de Terpsichore³⁸. A dança não impedirá, naturalmente, de serzir suas meias e o piano ser-lhe-á um instrumento familiar e de sons harmoniosos, quando dedilhado pelas mãosinhas de fada. [...]. (DC, 21/10/1932).

A próxima transcrição traz os “mandamentos” para as mulheres casadas, numa clara demonstração das concepções da dominação masculina dos anos de 1920 e 1930, como tentativa de conformação de um *habitus*. O título da reportagem já fornece subsídios para problematizá-la, uma vez que o termo “mandamentos” já pressupõe a ideia de obediência, dominação, castigo. Essa forma de organização de normas para as mulheres casadas também remete ao ideário dos 10 mandamentos da Igreja Católica, numa alusão ao poder de deus sobre os homens e dos homens sobre as mulheres. Especificamente sobre o 1º mandamento, ao invés de “Deus”, tem-se o marido como o centro de tudo. Além disso, o fato de a reportagem enumerar os tais “mandamentos”, em forma de lista, já denota a concepção de manual a ser seguido e respeitado sem questionamentos. Santos (2011) enfatiza esse perfil prescritivo e com finalidade educativa dos periódicos, também observado em suas pesquisas.

Mandamentos da mulher casada

- 1º Amar o marido sobre todas as coisas e não sobre todos os indivíduos, o que é inteiramente diferente.
- 2º Não o tentar em vão.
- 3º Guardai-o das outras mulheres e ... das pulgas.
- 4º Honrai-o, penteal-o e trazel-o limpo.
- 5º Não lhe fazer demasiadas cocegas, para não o matar.
- 6º Guardal-o da má vizinhança e ... das creadas.
- 7º Não lhe furtar nada que dê nas vistas.
- 8º Não levantar a voz diante dele, nem falsos testemunhos.
- 9º Não desejar o marido d’outrem.
- 10º Não cobiçar os vestidos e o pó de arroz alheio. (DC, 26/11/1921).

Magaldi (2007) acrescenta que a já citada Júlia Lopes de Almeida, autora bastante crítica e que elaborou vários textos com teor questionador sobre os direitos e oportunidades oferecidos às mulheres, também se preocupou em escrever textos direcionados para meninas com conselhos e orientações que seguiam o padrão que apontamos nos excertos anteriores. Isso pode

³⁸ Segundo o minidicionário compacto de Mitologia, organizado por Nadia Julien (2002, p. 30), “Terpsichore” ou Terpsícore representa “uma das nove Musas, que personifica a dança e o canto, representada por uma jovem sorridente coroada com um diadema [...]”.

sinalizar que, mesmo as autoras tidas como mais progressistas, algumas vezes, também precisavam moderar seus apontamentos, mostrando-se, em alguns momentos, menos assertivas e mais flexíveis, até, talvez, como estratégia de sobrevivência em um campo de supremacia masculina, como o da escrita.

Seguindo essa perspectiva de orientações para as mulheres, o DC trouxe em inúmeras edições, a propaganda de um livro, chamado “O Manual da doceira de Roberto Bube”, alegando que essa publicação deveria ser do conhecimento de todas as moças, a partir do slogan “O que toda Senhorinha deve saber”. Destaca-se que esse era um livro destinado às mulheres, em um campo destinado a elas – cozinha -, porém, essa publicação tinha como autor um homem. A recorrência dessa propaganda no “Diário dos Campos”, aliado ao texto de sua apresentação, demonstram a concepção formativa destinada às mulheres desse período.

Articulando esse ideário feminino que enfatizava o papel de mulher e esposa exemplares, o jornal “Diário dos Campos” também retratou em muitos momentos, artigos e anúncios sobre as atividades que as mulheres realizavam para sobreviver, muitas vezes, ocupações destinadas apenas a elas, seja pelo fator tradicional ligado às atividades domésticas e de cuidados com crianças, seja pelo baixo prestígio e rentabilidade financeira. Entre esses anúncios constata-se a recorrência de alguns, como: empregada, cozinheira, pajem (cuidadora de crianças), modista, ama de leite, entre outros.

Especificamente sobre um desses anúncios, veiculado pelo DC na data de 09/08/1924, no qual se solicitava o serviço de uma “menina” para cuidar de uma criança, cabe a problematização de que essas “meninas”, desde muito cedo eram direcionadas para os trabalhos domésticos, ou então, para os cuidados de crianças, como no exemplo, reiterando o *habitus* conformador de que as mulheres gostam de crianças.

Outras ocupações, como a de costureira e modista, também foram veiculadas pelo DC durante as décadas de 1920 e 30, corroborando a oferta de disciplinas desse cunho, oferecidas pelas escolas que atendiam meninas, configurando assim, ocupações consideradas apropriadas para o gênero feminino.

Dessa forma, as representações das mulheres desse período vão se constituindo entre os modelos que já estavam postos e os que vão surgindo, alguns com características consideradas mais virtuosas, enquanto outras não eram tão apreciadas moralmente pela sociedade da época:

[...] entre a dona de casa e mãe de família, concepção ideal que a sociedade de então veicula, e a meretriz socialmente desqualificada, vai-se encontrar um sem-número de mulheres empenhadas nas mais variadas atividades e situações, do lazer ao trabalho e do trabalho à marginalidade. Elas são sensíveis aos momentos de abertura que a

sociedade lhes concede e cautelosas às possibilidades de fechamento. (TRINDADE, 1996, p. 16).

O reforço dos papéis de mãe de família e esposa dedicada, tão recorrentes no período analisado, talvez tenha levado a acontecimentos não tão harmoniosos e felizes, quanto os esperados. Em uma reportagem da edição de 12/03/1932, encontra-se a notícia de uma mulher que, tendo ficado viúva recentemente, sensibilizou-se ao rever a foto do marido e se suicidou. Aqui cabe a problematização sobre o que poderia ter levado essa mulher ao suicídio. Uma hipótese pode ser a de que, vivendo em uma realidade de poucas oportunidades para o gênero feminino e sendo o casamento uma instituição considerada “segura” para as mulheres, ao perceber-se sem o marido, essa mulher foi tomada por sentimentos de desamparo e insegurança financeira, por exemplo.

Ao mesmo tempo, o “Diário dos Campos” estampava em suas páginas, histórias de mulheres que iam contra “sua natureza, sua vocação”, contra o referido *habitus* de serem mães dedicadas, abnegadas e resignadas. Em uma notícia publicada no dia 23/01/1932, registra-se o caso de uma mãe que abandonou seu filho recém-nascido na rua. Geralmente, nesse tipo de notícia, bastante comuns no DC, tanto na década de 1920, quanto na de 1930, há a referência a essas mulheres como “desnaturadas, imorais, monstros”, entre outros termos que criticavam as violências e abandono em relação aos filhos:

Ainda sobre as críticas às mães “desnaturadas”, o DC noticiou que em uma fazenda do interior de Barretos, São Paulo, uma jovem mãe teria jogado sua filha recém-nascida a cães que quase a devoraram. O bebê foi salvo por uma moça que, ouvindo o choro do bebê, correu e, com a ajuda de outras pessoas que moravam na fazenda, conseguiu fazer com que os cães soltassem a criança. O título e subtítulo da notícia traziam: “Oh! Mãe: tu não és mãe, és uma fera! – Abandona o fructo de suas entranhas à voracidade de cães famintos” (DC, 04/07/1924).

Ousamos dizer que toda essa preocupação com a formação de um ideário feminino voltado para a harmonia do lar intensificou-se, conforme já apontado, com a Proclamação da República no Brasil, em 1889, momento em que houve mudanças no pensamento dos membros da sociedade e a mulher passou a ser compreendida como fator essencial para a efetivação do novo regime, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de modelos considerados adequados para serem seguidos. Além disso, segundo Antonia Marlene Vilaca Telles (2015, p. 21):

Para o positivismo, a mulher era quem melhor representava o ideal para humanidade. É por isso que os pensadores e políticos positivistas foram tão incisivos sobre o papel da mulher na nova sociedade, que então, se almejava. Ela deveria ser a educadora

primeira da criança, do seu filho, cuidando assim do marido e da casa, no papel de educadora da humanidade.

Magaldi (2007) também enfatiza o papel da mãe como a primeira educadora dos filhos no ambiente doméstico, ressaltando a função da família nesse processo socializador inicial. Assim, essa ampla gama de mudanças transformaram o papel da mulher e, então, ela:

[...] passou a ser ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar. Ou o oposto, as mulheres fatais e as decaídas. Sem dúvida, tanto anjo/perversa quanto “bom selvagem”/selvagem traiçoeiro eram tipos ideais sem correspondência no vivido. A cultura burguesa se fundava em binarismos e oposições tais como natureza/cultura, pai/mãe, homem/mulher, superior/inferior, que relacionam em última instância a mulher com o outro, a terra, a natureza, o inferior a ser dominado ou guiado pela razão superior e cultura masculina. (TELLES, A. 2015, p. 402-403).

No entanto, em alguns poucos momentos, as mulheres foram retratadas de modo diferente ao que expusemos até então. A imagem de esposa e mãe perfeitas, assexuadas, como anjos, cedeu espaço para propagandas em que o corpo da mulher surgia com maior apelo visual. Não sabemos como esses anúncios foram recebidos pelos leitores, contudo, pela raridade dessas aparições, podemos supor que as representações que prevaleceram foram as de mulheres que se dedicavam a seus lares, a seus esposos e filhos. Na sequência apresenta-se um exemplo desse estilo de propaganda de que estamos tratando, sobre as “tintas Bayer”, em que pernas femininas são apresentadas em grande extensão, inclusive com o uso de sapatos de salto alto.

Figura 2 - “Tintas Bayer”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 28/07/1924.
Acervo: Casa da Memória.

Seguindo esse perfil que fugia ao tradicional *habitus* incentivado às mulheres para esse contexto, Anita Philipovsky, relevante autora e poetisa, já citada anteriormente, contribuiu com inúmeros artigos para o então jornal “O Progresso/Diário dos Campos”, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, num exemplo ímpar de mulher que conseguiu abrir espaço em um mundo até então dominado pelos homens. (OLIVEIRA, 2018). Importante ressaltar que Anita Philipovsky nunca se casou nem teve filhos. Não se conhecem os motivos de suas escolhas, talvez tenham sido por convicção, no entanto, essa é apenas uma hipótese, pois não dispomos de fontes para discutir essas questões.

Assim, entre avanços e retrocessos, o gênero feminino, também pesquisado por Trindade (1996), representado por ela, especificamente pela mulher curitibana “[...] aproveita os espaços que a República positivista e o livre-pensamento lhe oferecem, recebendo muitas vezes, nas escolas, a educação de cunho científico e liberal e participando ativamente dos momentos cívicos e sociais da cidade [...]” (TRINDADE, 1996, p. 16). Além disso, a mulher desse contexto convive com contradições, pois, precisa articular:

[...] os apelos feministas em sua face emancipadora, manifestação de teses mais liberais entre os sexos, e busca conciliar as possibilidades que eles lhe oferecem, em

contraposição às restrições que a Igreja lhe faz. Dessa forma, insere-se corajosamente, em um contexto pleno de conflitos, insinuando-se nas brechas que o sistema entreabre e ocupando posições que a sua educação pode incentivar e sua experiência consegue efetuar. (TRINDADE, 1996, p. 16).

Desse modo, nas décadas de 1920 e 1930, as atribuições de mãe e esposa, veiculadas pelo ideário republicano e expressas em muitos momentos nos jornais da época, a exemplo do “Diário dos Campos”, foram articuladas com as funções de professora, conforme veremos no tópico seguinte.

2.2. “A mulher nasceu para ensinar, e o ensino é nella a segunda função da maternidade”

O título desse subtópico, escrito por Mantegazza³⁹ e veiculado no jornal “Diário dos Campos” na edição de 26/08/1933, sintetiza o que pretendemos expor nesse item sobre as articulações entre os papéis das mulheres em relação à educação, explicitando o modelo de professora, com a conformação de um novo *habitus* no período analisado.

Corroborando essa ideia, Araújo (2015, p. 156) explica que “o magistério feminino também estava atrelado à ideia de extensão da maternidade, onde cada aluno deveria ser visto como um filho espiritual, sendo o magistério primário representado como uma profissão de amor, de entrega e doação [...]”.

Sobre isso, Antonia Telles, (2015, p. 67) ainda facilita a compreensão da importante articulação entre os papéis de esposa-mãe-professora, explicando que:

Os discursos pedagógicos procuraram demonstrar como as atividades escolares estão relacionadas às atividades familiares, permeadas pelo afeto e confiança, e que essas educadoras devem agir semelhantemente à ação das mulheres no lar, ou seja, como pilar fundamental ao processo de formação do cidadão.

Nas décadas de 1920 e 30, vários nomes de mulheres envolvidas com a história educacional de Ponta Grossa foram citados pelo jornal “Diário dos Campos”, seja por seus envolvimento com conhecidas instituições de ensino do município de Ponta Grossa, seja por suas ações como professoras, compreendidas como “segundas mães”, ou ainda, como “mães espirituais”.

A Escola Normal em Ponta Grossa foi criada em 1924. Antes da inauguração dessa importante escola de formação de professores, muitas docentes que aqui atuavam, vinham de cidades que ofereciam essa opção de estudos, as chamadas normalistas. Assim, a grande parte

³⁹ Paolo Mantegazza foi um médico e antropólogo italiano.

dessas professoras exercia suas atividades em escolas particulares que geralmente funcionavam em suas próprias casas.

Muitas dessas professoras, conforme já assinalamos no primeiro capítulo desta dissertação, tinham o hábito de publicar avisos sobre as atividades realizadas por suas escolas no “Diário dos Campos”. A seguir consta um exemplo desse tipo de anúncio, sobre o encerramento das aulas do “Jardim da Infancia”, sob a direção da professora Balbina Branco, em 1923:

Jardim da Infancia

Encerraram-se hontem, ás 14 horas, as aulas do Jardim da Infancia, sob a criteriosa direção da professora, dona Balbina Branco. O edificio achava-se repleto de exmas. Famílias, realizando-se interessantes números de cantos pela petizada. Gratos pelo convite que nos foi endereçado. (DC, 16/11/1923).

Outro exemplo da participação do jornal “Diário dos Campos” na vida profissional de normalistas que ofereciam seus serviços como professoras, em forma de aulas particulares, pode ser constatado na transcrição do seguinte anúncio: “Professora - A normalista, Olavina Eleuterio Luz, diplomada pela Escola Normal de São Paulo dá aulas a domicílio, seguindo o curso da Escola Modelo e Intermediaria da mesma capital, com lições de francez, tendo aberto uma escola particular [...]”. (DC, 04/03/1921).

Sobre a profusão de professoras atuantes, principalmente, nos primeiros anos de escolarização, a autora Marlete dos Anjos Silva Schaffrath (2000, p. 10) explica que:

A profissionalização da mulher no magistério público deu-se em meio ao entendimento de que a educação escolar era uma extensão da educação dada em casa. Logo, a função de mãe na família era estendida à escola pela pessoa da professora. Estava assim criado o círculo que permitiria a profissionalização do magistério feminino.

Ressaltamos que, após a criação da Escola Normal em Ponta Grossa, as professoras normalistas participaram mais das páginas do DC, passando, portanto, a influenciar a educação da região dos Campos Gerais de forma mais marcante, utilizando, mais frequentemente, o DC para comunicar seus feitos. Podemos indicar isso, uma vez que percebemos, a partir da análise dos dados disponíveis, a partir de nossa fonte, que a década de 1930 apresenta um volume maior de material em comparação com o apresentado na década de 1920. No entanto, devemos salientar que, em relação à década de 1920, temos fontes apenas de 1921 a 1924, retornando somente após 1932. Contudo, ainda assim, se compararmos os materiais referentes a esses dois períodos, constatamos uma frequência muito superior de avisos, notas e reportagens em que as

professoras interagem com o DC no período de 1932 a 1937, do que entre 1921 a 1924. Talvez isso se explique pelo movimento feminista em curso no Brasil e no mundo, movimento esse que atravessou o nosso período de análise para essa pesquisa e que contou com o início de atuação das mulheres em variados setores sociais, conforme trataremos com maiores detalhes no terceiro capítulo.

Importante salientar que a Escola Normal de Ponta Grossa, assim como, outras escolas desse segmento, localizadas em outras regiões, com o tempo, acabaram por formar mais mulheres do que homens, caracterizando-se, assim, a Escola Normal como um reduto tipicamente feminino. Sobre o maior número de mulheres nas Escolas Normais em comparação com os homens, Louro (2015, p. 454-455) observa que:

As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhe uma tarefa. A formação docente também se feminiza.

Além disso, segundo Antonia Telles (2015, p. 45), “as novas atribuições dadas à mulher, excederam o espaço privado, no papel de mãe e primeira educadora; para educar deveria ser educada, dessa forma, primeiramente, ela adentrou na escola como aluna e, posteriormente, como professora”.

Maria Isabel Moura Nascimento (2004), em sua tese de doutorado, destaca a relevância das Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, consequentemente paranaense e, especificamente, pontagrossense, pois esse segmento de ensino mostrou ao longo da história educacional das mulheres, uma estreita relação com a progressiva atuação do gênero feminino nos meios sociais. Fato esse, corroborado por Perrot (1998, p. 108), quando a autora afirma que:

O prestígio das professoras primárias, principalmente, foi considerável entre as moças das classes populares. Mestras da infância, elas foram muitas vezes pedagogas atentas, como a italiana Maria Montessori, as francesas Marie Pape-Carpantier, a primeira mulher a dar uma conferência na Sorbonne, ou Pauline Kergomard, que fundou verdadeiramente a escola maternal. Assim, elas exerciam em público as qualidades maternas das mulheres. Mas foram mais adiante, forneceram ao feminismo uma parte de seus quadros e de suas tropas e se alçaram, com a guerra, à condição de “intelectuais”, qualidade tão raramente reconhecida nas mulheres. As escolas normais foram as primeiras universidades das mulheres.

Uma dessas professoras que tiveram relevância para a educação em Ponta Grossa foi a senhora Leontina Bonato, a qual, durante a década de 1920 manteve-se em comunicação com o DC, por intermédio de José Cadilhe, jornalista e editor desse impresso, num claro exemplo de relacionamento amistoso com um homem, talvez até como estratégia para inserir-se no espaço público do referido periódico. Essa postura também foi adotada por Helena Kolody (ARAÚJO, 2018) e Anita Philipovsky (OLIVEIRA, 2018), conforme já apontamos anteriormente. Além disso, Leontina Bonato desenvolveu uma extensa rede de contatos, indo muito além de suas atividades docentes, envolvendo-se com a arte dramática e também defendendo a proteção infantil na área da saúde. A seguir, vê-se a notícia sobre um prêmio conquistado pela referida educadora, em razão de seu trabalho como professora e enaltecido pelo DC. Esse prêmio foi entregue em Curitiba pelo Inspetor Geral de Ensino da época, o senhor Cesar Prieto Martinez:

Premio a uma professora

[...] A professora Leontina seguiu hoje para a Capital, onde vae receber o premio alcançado pelo seu esforço e competencia nos árduos misteres do magistério.

A distribuição de premios aos professores que se distinguiram durante o anno será feita a 19 de Dezembro, comemorando dessa forma a data da emancipação do nosso Estado. (DC, 18/12/1923).

Sobre as contribuições da professora Leontina Bonato para a educação pontagrossense, o autor Joselfredo Cercal de Oliveira (2002, p. 147-148), em sua obra memorialista intitulada “Educadores ponta-grossenses: 1850-1950”, ainda assinala que ela:

Exerceu o magistério público e particular em Ponta Grossa, iniciando suas atividades na escola primária particular da professora Esther Ferreira. Após seu trabalho ser inspecionado e aprovado com distinção pela Secretaria de Educação do Paraná, foi nomeada professora adjunta do Grupo Escolar Senador Correia [...]. [recebeu muitos prêmios] e foi promovida, com transferência para a Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Primária. Promoveu, com êxito, festivais de teatro e coreográficos, pois integrava o Grupo de Teatro Amador dirigido pelo jornalista José Cadilhe⁴⁰. Como uma das fundadoras da Sociedade Protetora do Recém-Nascido e do Hospital Infantil Getúlio Vargas, participou ativamente dos trabalhos de entidades assistenciais.

É importante considerar que, no contexto das primeiras décadas do século XX, o incentivo para a atuação das mulheres como professoras foi extremamente apreciado por vários segmentos sociais, pois havia a forte ideia de que elas seriam as primeiras educadoras do lar (MAGALDI, 2007), conforme expusemos no item anterior sobre o modelo de mãe e esposa

⁴⁰ José Cadilhe, editor do DC nos anos de 1920, já citado no Capítulo 1, além de poeta e escritor, foi também teatrólogo.

extremosas. Dessa forma, a partir de sua atuação no ambiente doméstico, desenvolveu-se a concepção de que elas também seriam adequadas na escola, conforme explicado por Rabelo e Martins (2006, p. 6172), ao assinalarem que:

O magistério era o caminho possível para a maioria das mulheres brasileiras, principalmente para aquelas das camadas médias da população, pois, até os anos de 1930, era o único trabalho considerado digno para elas, e que podia ser atrelado às tarefas domésticas. A sua instrução deveria ser “aproveitada” pelo marido e pelos filhos, portanto, teria que estar atrelada às atividades do lar [...].

Essa também foi a forma que o Estado encontrou para resolver inúmeros problemas, pois como professoras, as mulheres poderiam colaborar com o bem-estar da nação, recebendo, inclusive, salários menores que os homens, economizando, portanto, além de terem a possibilidade de aplicar seus conhecimentos no lar, junto à família, articulando assim, trabalho e afazeres domésticos. Além disso, Floriano (2019, p. 76) também afirma que sua pesquisa sobre as representações de professores no “Diário dos Campos” sinaliza o “discurso do magistério como missão e sacerdócio, ou seja, deveria ser um ato de entrega e doação, sendo que a nobreza do ato de educar deveria compensar os problemas de ordem material”. Nesse sentido, sobre a histórica e sofrível questão salarial feminina, Perrot (1998, p. 99) questiona:

As mulheres passaram por reais dificuldades para obterem o direito ao salário, tanto por essas razões práticas de economia familiar quanto por questões de princípio: podia-se, sem correr riscos, reconhecer para as mulheres, membros de uma família a que estavam incorporadas, esse estatuto de indivíduo que o regime assalariado estabelecia?

Nesse sentido, na História da Educação das mulheres no Paraná surge um nome relevante: Julia Wanderley. Certamente que seu pioneirismo e sua iniciativa em pedir permissão para frequentar a Escola Normal em Curitiba foram fundamentais para que novas oportunidades se abrissem para as mulheres das gerações seguintes, mesmo considerando “que a profissão docente era demarcada pela forte cobrança da sociedade e do Estado, ao mesmo tempo em que não propiciava condições dignas de trabalho e de remuneração, o que fazia com que o magistério, em certa medida, não fosse uma profissão atrativa”. (FLORIANO, 2019, p. 73).

Sobre o acesso feminino à docência no Paraná, Araújo enfatiza que “a trajetória de Julia Wanderley revela um período significativo na história da educação do Paraná em termos da valorização da formação dos professores e presença feminina na escola normal e na direção escolar”. (ARAÚJO, 2015, p. 160). Nesse sentido, a autora ainda acrescenta que:

Não se pode negar a contribuição de Julia Wanderley e de suas colegas de turma para a consolidação da presença feminina na Escola Normal do Paraná, tornando-a promíscua, mesmo que essa tenha sido uma adequação aos modelos e ideias republicanas vigentes. Julia Wanderley bem representou o modelo de mulher e professora de seu tempo: mulher exemplar, mulher republicana. A trajetória escolar e profissional de Julia Wanderley tem significativa importância para se entender com maior amplitude a identidade feminina e a consolidação da feminização do magistério no Paraná. (ARAÚJO, 2015, p. 160).

Nesse sentido, em Ponta Grossa, outra professora destacou-se especialmente por manter boas relações com a imprensa, principalmente por intermédio de José Cadilhe, dialogando ativamente com o jornal “Diário dos Campos”. Trata-se da senhora Maria José Faria Branco. Em uma nota, essa educadora faz um agradecimento público ao apoio prestado pelo referido jornalista, quando do término das aulas do Grupo Escolar Senador Correia. Essa notícia expressa o bom relacionamento que o DC mantinha com as educadoras pontagrossenses.

Uma gentileza

Da esforçada professora, dona Maria José F. Branco, recebemos:

“Exmo. Snr. José Cadilhe.

Respeitosas saudações.

Em meu nome, e no de minhas collegas, professoras do Grupo Escolar Senador Correia, venho agradecer a V. Ex^a as animadoras palavras que nos dirigiu pelas columnas do ‘Diario dos Campos’ por ocasião do encerramento das aulas. Fique certo, Exmo. Snr, que si até aqui, temos nos esforçado para melhor desempenhar a nossa árdua, quão difficil tarefa, esforça-nos-emos muitissimo mais certas de que, ha espíritos grandemente alevantados que nos encorajam, para que façamos do ensino verdadeiro sacerdócio, afim de que os homens e as mães de familia de amanhã, a nos confiados, desempenhem galhardamente os seus papeis, no engrandecimento da nossa linda e muito amada Patria. [...]. (DC, 20/11/1923).

A professora Lúcia Dechandt também foi uma figura importante que atuou nesse contexto histórico. Ela foi uma das primeiras normalistas que lecionaram em Ponta Grossa, anteriormente à fundação da Escola Normal na cidade, trabalhando inclusive nessa instituição após 1924, ano de sua criação. Na sequência, encontra-se uma notícia sobre as atividades da professora Lúcia na “Escola Intermediária”, em Ponta Grossa, em que ela convida os jornalistas do DC para prestigiarem a entrega dos diplomas para os alunos dessa instituição: “Escola Intermediaria - A illustrada professora d. Lucia Dechandt, Adjunta da Escola Intermediaria, honrou-nos com um convite verbal para assistirmos a entrega de diplomas aos alumnos da referida Escola. [...]”. (DC, 29/11/1921).

Oliveira (2002, p. 148-149), discorrendo sobre os educadores pontagrossenses, também ressalta a vida profissional da professora Lúcia Dechant, assinalando que ela:

[...] Lecionou por três décadas em Ponta Grossa, alfabetizando e educando muitas gerações que ocuparam posições de destaque na vida pública e empresarial da região.

Foi professora do Grupo Escolar Senador Correia e, posteriormente, da Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Primária. Transferida para Curitiba, trabalhou o restante de sua vida no Instituto de Educação do Paraná. [...] Somente se aposentou nos últimos meses de vida, em atendimento a conselho médico e em virtude de sua idade avançada. (OLIVEIRA, 2002, p. 148-149).

O jornal “Diário dos Campos” também publicava notícias sobre professoras que, além de atuarem nas escolas, ainda conseguiam expressar suas ideias por meio de obras escritas. Uma expoente desse tipo de atitude foi Mariana Coelho, a qual foi citada pelo DC em uma nota sobre o lançamento de seu livro intitulado “Evolução do feminismo”, conforme mostra a transcrição da notícia a seguir:

Evolução do Feminismo

É um livro que vem contribuir generosamente, pelas suas eloquentes opiniões e commentarios, para difundir entre nós o feminismo que segundo a opinião da maioria dos homens que já estudaram a questão com carinho, é a reconstrução moral da sociedade e é mais uma questão de justiça que de sexo.

De sua autora, a exma. snra. d. Marianna Coelho, recebemos, gentilmente, um exemplar, que muito agradecemos. (DC, 22/09/1933).

Nesse sentido, deve-se ressaltar que as contribuições de Mariana Coelho para o campo educacional foram diversas, pois como pode ser observado no excerto anterior, ela foi uma escritora que, por meio de seu capital social, conseguiu ganhar expressão no campo literário – espaço ainda dominado por homens no início do século XX – e também ministrou aulas no Colégio Santos Dumont em Curitiba, buscando sempre a autonomia da mulher por meio da educação (BUENO, 2015).

Mariana Coelho, ao presentear a equipe do DC com seu livro, conseguiu que seu nome e sua obra fossem citados nas páginas do jornal, favorecendo a divulgação de suas ideias. Constata-se também a preocupação do DC em comunicar à população sobre os movimentos que ocorriam em relação ao universo feminino. Além disso, esta importante educadora, ao romper com o papel de mulher apenas como esposa e mãe, vislumbrou novos horizontes para o gênero feminino, delineando um novo *habitus*.

Mesmo depois da criação da Escola Normal em Ponta Grossa, o DC publicava, frequentemente, notícias sobre escolas particulares da cidade. A maioria dessas escolas era dirigida por mulheres. Para sustentar o exposto, segue uma notícia com um aviso sobre um novo estabelecimento de ensino particular, sob a direção da professora Ernestina Silveira, que acabava de ser criado em Ponta Grossa, constituindo-se em mais uma opção de ensino para aqueles que podiam arcar com os custos educacionais:

Novo estabelecimento de ensino

Sob a direção da distinta normalista professora Dona Ernestina Silveira, acaba de ser fundado nesta cidade mais um estabelecimento particular de ensino. O novo educandário foi, hontem, inaugurado á rua Santos Dumont n. 52, em pavilhão especialmente construído, com a presença de grande numero de novos alunos. (DC, 13/09/1933).

Comportando-se como um porta-voz das novidades educacionais da região dos Campos Gerais, também em 1933, o DC faz referência a outra escola dirigida por uma mulher, a professora Tharcilla A. Chapou, a qual utilizava-se frequentemente do DC para comunicar as novidades sobre seu estabelecimento educacional. No caso específico abaixo, ela avisa sobre a mudança de endereço de sua instituição educacional:

Escola Cosmopolita

A directora deste estabelecimento avisa ao publico em geral e aos seus alunos que transferiu o seu estabelecimento de ensino para a rua Comendador Miró n. 116 e 120 a onde deverá ser procurada para as novas matriculas, que as aulas se acham reabertas. Tharcilla A. Chapou. (DC, 18/01/1933).

Já a notícia a seguir, assinada por Aurora Serra Ribeiro, secretária da “Associação de Professores Normalistas – sede em Ponta Grossa”, explicita o convite para uma reunião com todos os professores normalistas efetivos e os que ainda não tinham sido nomeados, com o intuito de unir a classe profissional de educadores em prol de interesses comuns.

Associação de Professores Normalistas

(Sede em Ponta Grossa)

Convido o professorado normalista e igualmente todo o professorado efetivo para uma reunião no Centro Comercio e Industria [...] afim de se tratar de assuntos de maior importancia para a classe. Este convite é extensivo aos professores que ainda não foram nomeados, e que, embora livres do pagamento de mensalidade, gozarão de todos os direitos assegurados pela sociedade.

Ponta Grossa, 28 de Maio de 1932.

Aurora Serra Ribeiro

2ª Secretaria (DC, 29/05/1932).

Refletindo sobre as questões que levaram as mulheres a se sobrepor em número em relação aos homens, no que diz respeito à carreira docente, Nilvan Laurindo de Sousa (2016, p. 155), assinala que “o baixo prestígio profissional, a pouca valorização do magistério e o processo de industrialização impulsionando outras demandas de trabalho e formação culminam na evasão do sexo masculino do magistério”. Essas afirmações são corroboradas por Araújo (2015). Rabelo e Martins (2006, p. 6171), também conjecturam sobre essas questões, uma vez que:

[...] houve também um objetivo político na ampliação da participação feminina no magistério: as mulheres ganhavam menos e, para que se pudesse expandir o ensino para todos, era necessário que o governo gastasse menos com os professores. Os homens não aceitariam um salário menor, então era necessário que a mulher assumisse esse posto, não pelo salário, mas por sua suposta “vocação” natural para essa profissão.

De qualquer forma, percebe-se que essas concepções que incitavam a mulher a dedicar-se à docência por amor, por vocação, despreocupando-se com a remuneração, marcaram fortemente o magistério e repercutem até os dias atuais, se considerarmos a desvalorização docente praticada pelas políticas públicas em vigor, constituindo-se num *habitus* fortemente arraigado no campo da educação feminina, principalmente. No entanto, apesar de todos os obstáculos concretos e ideológicos, as conquistas educacionais femininas seguiram adiante.

O “Diário dos Campos” também noticiou em incontáveis oportunidades as informações sobre as escolas dirigidas por representantes do gênero feminino em articulação com os preceitos da Igreja Católica, especialmente o Colégio Sant’Ana, instituição essa sob os cuidados das Irmãs Servas do Espírito Santo. O anúncio a seguir evidencia um exemplo disso, enfatizando a oferta de “Cursos especiais de Alemão, Musica, Desenho, Pintura e de todas as espécies de Trabalhos Manuais e á Maquina” (DC, 18/11/1933). A propaganda completa estampava:

Colegio Sant’Ana – dirigido pelas Irmãs Servas do Espírito Santo
Internato, Semi-Internato – Externato
Cursos Primario e Complementar
Jardim da Infancia
Cursos especiais de Alemão, Musica, Desenho, Pintura e de todas as espécies de
Trabalhos Manuais e á Maquina
Preços modicos
Reabertura de ano letivo em 1º de fevereiro.
Aceitam-se alunas pensionistas que frequentam a Escola Normal
Ponta Grossa Parana (DC, 18/11/1933).

No entanto, de modo geral, a formação educacional feminina visava à aquisição de conhecimentos que tornassem a mulher uma aliada para a concretização dos ideais republicanos. Para isso, era primordial “a atuação de professores com sólida formação moral, sobrepondo-se à formação intelectual, [assim] constituía-se o cerne das Escolas Normais” (HERVATINI, 2011, p. 33). Desse modo, buscou-se desenvolver:

[essa] “sólida formação moral”, que frequentemente era traduzida por uma continuada orientação religiosa, [que] seria feita a partir de uma já revelada e comprovada boa conduta e de “bons costumes” exigidos nos regulamentos de admissão de estudantes. [...]. A profissão mantinha, de muitos modos, laços com suas origens religiosas. [...]. (LOURO, 2015, p. 462).

A questão da moral tornou-se, portanto, ponto basilar no processo de construção da professora ideal que iria guiar os passos da nação rumo ao progresso. Floriano (2019) também observou, em sua pesquisa, a ênfase no ensino da moral, especialmente às professoras. Segundo a autora, “era imperativo a ideia de que quem fosse professor deveria tomar cuidado com suas atitudes, mesmo que se tratasse de sua vida pessoal, uma vez que em qualquer ambiente poderia encontrar alunos, que estariam a observar sua forma de conduta” (FLORIANO, 2019, p. 51).

No DC, os adjetivos que caracterizavam as professoras faziam referências a esses preceitos, destacando-as como: criteriosas, esforçadas, competentes, distintas, ilustradas, gentis, entre outros elogios. Desse modo:

Além de tudo, às mulheres eram requisitadas condições diferenciadas que atestassem ainda mais a sua ética e seus bons costumes, como: certidão de casamento, se casada; certidão de óbito do cônjuge, se viúva; sentença de separação, para se avaliar o motivo que gerou a separação, no caso da mulher separada; vestuário “decente”. A mulher só poderia exercer o magistério público com 25 anos, salvo se ensinasse na casa dos pais e estes forem de reconhecida moralidade. Ou seja, todos poderiam realizar o curso de formação a partir dos 18 anos, mas havia uma diferenciação na hora de entrar no mercado de trabalho. (RABELO; MARTINS, 2006, p. 6171).

Além disso, Floriano (2019, p. 65) também atesta que as questões que envolviam as posturas e condutas femininas foram tema recorrente entre os círculos que compunham a sociedade das primeiras décadas do século XX:

Os discursos sobre as formas de conduta das mulheres em geral eram bastante conservadores, isso se agravava quando se referia às professoras. Essa normatização de comportamentos era reafirmada pelos currículos das Escolas Normais. Com a feminização do magistério constituiu-se uma ética e uma estética próprias para os cursos normais, assim surgiam mudanças nas normas, uniformes, etc. Os uniformes deveriam ser discretos, de modo que escondessem os corpos das alunas, que deveriam manter uma postura séria e recatada. Isso valia também para as professoras, que deveriam evitar falar sobre sua vida pessoal. Durante as aulas, além dos conteúdos disciplinares, as alunas aprendiam o modo correto de se portar, de falar e escrever. Aprendiam também a se comportar, as formas apropriadas de olhar, caminhar e sentar.

Rabelo e Martins (2006, p. 6171) ainda assinalam que “essa valorização da moral tinha como objetivo tornar o ensino das mulheres voltado não à instrução, entendida como formação intelectual, mas como uma tentativa adicional de disciplinar sua conduta”, conformando um *habitus* (BOURDIEU, 1989).

Louro (2015, p. 466) aborda melhor esse assunto, ao tratar da alusão às professoras que não casavam, mantendo-se solteiras durante a vida, podendo, teoricamente, dedicar-se inteiramente à docência:

Essa representação de professora solteirona é, então, muito adequada para fabricar e justificar a completa entrega das mulheres à atividade docente, serve para reforçar o caráter de doação e para *desprofissionalizar* a atividade. A boa professora estaria muito pouco preocupada com seu salário, já que toda a sua energia seria colocada na formação de seus alunos e alunas. Esses constituiriam sua família; a escola seria o seu lar e, como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor. De certa forma essa mulher deixa de viver sua própria vida e vive através de seus alunos e alunas; ela esquece de si. (Grifos da autora).

No entanto, apesar desses pontos negativos relacionados ao processo educacional das mulheres, ainda assim, elas conseguiram driblar as adversidades e extrair vantagens de sua inserção nesse campo. Por exemplo, em uma nota de 19/01/1932, o DC publicou que a turma de “professorandas de 1931”, da Escola Normal de Ponta Grossa, ofereceu “uma festinha” no “Club Pontagrossense”, como forma de comemoração pela formatura, demonstrando o contentamento com essa conquista: “As professorandas de 1931 - Despedindo-se dos seus mestres a turma de professorandas recém-formadas pela nossa Escola Normal, ofereceu-lhes sabbado ultimo, no Club Pontagrossense uma festinha que transcorreu cheia de cordialidade”. (DC, 19/01/1932).

Aqui temos que problematizar quem seriam essas “professorandas” e a que estratos sociais elas pertenciam, a julgar pelos ambientes que frequentavam, uma vez que o “Club Pontagrossense” representava um espaço associado aos detentores de capital social, simbólico e econômico de Ponta Grossa, demonstrando assim, que a formatura na Escola Normal consistia em um evento social valorizado pelos estratos mais abastados da cidade.

Como singularidades dessas primeiras turmas de normalistas, ressalta-se o fato de que, no primeiro grupo, concluinte em 1928, havia apenas um homem entre quinze formandas. Já na turma de 1929, havia apenas formandas mulheres, em número de nove. Na turma concluinte do ano de 1930 havia mais homens, em comparação com as duas primeiras, porém não foi possível precisar o número exato de homens e mulheres nessa turma (OLIVEIRA, 2002).

A turma pioneira de professoras que se formaram em 1928, na Escola Normal em Ponta Grossa foi composta por:

Maria Antônia Andrade, Aurora Serra, Ana Rita Sant’Ana, Amélia Almeida, Arida Silva, Célia Válio, Nair Cavallin, Amélia Ribas, Maria Luiza Roth Junqueira, Lúcia Dechandt, Eutalina Antunes Rodrigues, Maria Augusta Antunes Rodrigues, Cota Azevedo, Maria Eulina Santos Schena e Balbina Branco (OLIVEIRA, 2002, p. 76).

Já as formandas da turma de 1929 foram: “Liz Cidreira Pinto Mendes, Aracy Rolim Ayres, Áurea César, Helena Silva, Flora Holzmänn, Leonor Blanck, Nenê Pinkowski, Emília Dantas Ribas e Judith Santos” (OLIVEIRA, 2002, p. 77).

Em relação aos primeiros professores que lecionaram na turma inaugural da Escola Normal de Ponta Grossa, Nascimento (2004, p. 162) destaca que:

O corpo docente inicial da Escola Normal [de Ponta Grossa], de acordo com a ata inaugural, era composto dos seguintes professores: Nicolau Meira de Angelis, Português; José Brasil Valério, Matemática; Joaquim Meneleu de Almeida Torres, Física, Química e História Natural; João Anastácio Delê, Geografia e História Natural do Brasil; Otávio Guimarães, Desenho; Maria Galvão, Trabalhos Manuais; Roberto Emílio Mongruel, Pedagogia e Francês; Maria Cercal Correia, Música e Maria Luiza Ruth, na Cadeira de Educação Física. [...].

Constata-se que, dos nove professores que compuseram o corpo docente da primeira turma da Escola Normal em Ponta Grossa, apenas três eram mulheres, ou seja, um terço do total. No entanto, passado algum tempo, elas tornaram-se maioria. Mas, observe-se que as mulheres eram responsáveis por disciplinas de Trabalhos Manuais, Música e Educação Física. As demais matérias, particularmente aquelas caracterizadas como expressão das ciências modernas, estavam sob a responsabilidade de homens.

Sendo assim, as notícias e reportagens apresentadas nesse tópico sugerem que, aos poucos, as mulheres foram ocupando novos locais e posições sociais, especialmente os relacionados com a educação, inclusive, utilizando-se dos espaços do “Diário dos Campos” para interagir com a população, apresentando as novidades, discutindo e trazendo novos posicionamentos. Além disso, constata-se que o DC também procurou essa articulação com os setores educacionais de Ponta Grossa, especialmente pela atuação de um de seus jornalistas – José Cadilhe - principalmente na década de 1920.

Percebe-se, portanto, nas páginas do DC, o delineamento de uma representação feminina e de educação da mulher, condizentes com a conformação de um *habitus* professoral que vislumbrava a carreira docente como indicada e adequada para as mulheres, pautando-se em um modelo de professora abnegada, com vocação sacerdotal para a docência.

2.3. “Conselhos às mães: de um medico higienista”

Conforme discutimos nos tópicos anteriores deste segundo capítulo, no contexto histórico das primeiras décadas do século XX, os preceitos republicanos pregaram fortemente o ideário de mulher pautado na conformação de um modelo de esposa e mãe, comprometidas

com a harmonia familiar, conforme expressa o título deste subcapítulo, publicado pelo DC em 10/08/1932. Outro padrão que ecoou com amplitude nessa época, muito relacionado com o papel de mãe, foi a chamada “vocação natural” da mulher para a docência, desenhando-se a Escola Normal como o espaço educacional de excelência para o gênero feminino, tanto como alunas, mas também como professoras. Além disso, articulado a essas duas representações de mulher e de educação feminina, delineou-se também o modelo sanitarista, também chamado de higienista, o qual tentava convencer a sociedade de que a mulher seria a figura principal no desenvolvimento de um perfil de educação em saúde, argumentando que ela deveria cuidar de sua própria, mas também da saúde dos filhos e do marido, em prol do progresso da nação. Assim, Caroline de Lara (2016, p. 113) considera que “as mulheres foram elementos fundamentais nesse processo de absorver e inculcar valores referentes ao progresso individual e coletivo”. Essa representação feminina que aliava educação e saúde também foi observada por Magaldi (2007) e Meireles (2019).

Moacyr Scliar (2007, p. 30), em um artigo em que discorre sobre a história do conceito de saúde, abordando os inúmeros aspectos que compuseram e estruturaram sua compreensão ao longo do tempo, explica que:

O conceito de saúde reflete a conjuntura social, econômica, política e cultural. Ou seja: saúde não representa a mesma coisa para todas as pessoas. Dependerá da época, do lugar, da classe social. Dependerá de valores individuais, dependerá de concepções científicas, religiosas, filosóficas. O mesmo, aliás, pode ser dito das doenças. Aquilo que é considerado doença varia muito.

Assim, a partir do exposto acima, poderemos compreender as abordagens sobre a saúde das mulheres veiculadas pelo DC e, por extensão, dos demais membros da família, considerando, portanto, o contexto histórico que nos interessa nesta dissertação. Além disso, são interessantes os esclarecimentos de Scliar (2007, p. 39), quando ele enfatiza que:

Os cuidados primários de saúde, adaptados às condições econômicas, socioculturais e políticas de uma região deveriam incluir pelo menos: educação em saúde, nutrição adequada, saneamento básico, cuidados materno-infantis, planejamento familiar, imunizações, prevenção e controle de doenças endêmicas e de outros frequentes agravos à saúde, provisão de medicamentos essenciais. Deveria haver uma integração entre o setor de saúde e os demais, como agricultura e indústria.

Desse modo, corroborando as indicações acima, acrescentaríamos também a educação, tomada em um sentido amplo, a qual, de acordo com Magaldi (2007) e Meireles (2019), está intimamente relacionada com a saúde. Sendo assim, de acordo com França (2015), o fim da 1ª Guerra Mundial em 1918, trouxe algumas mudanças nas questões sanitárias, com um novo

modo de se compreender a saúde, por meio da educação, empregando os ensinamentos e orientações como forma de se evitar muitas moléstias. Sobre isso, o autor ainda esclarece que:

O fim da epidemia [da gripe espanhola] também marcava o fim da guerra, anunciando uma época de grandes transformações. A Higiene transformava-se em um sanitarismo “científico”, passando a desenvolver-se de modo importante junto aos laboratórios. [...] aproximando-se de disciplinas como fisiologia, virologia e imunologia. (FRANÇA, 2015, p. 35).

Além disso, Tânia Soares da Silva (2003, p. 2), pesquisando os dispositivos higienistas no mesmo período histórico que o de nossa pesquisa, ou seja, as décadas de 1920 e 30, porém, no Estado de São Paulo, aponta que:

A confiança no progresso do país foi revigorada com o desenvolvimento científico - o microscópio, a microbiologia, bioquímica, farmacologia, a medicina, a higiene e a profilaxia - tornaram a possibilidade de controle das doenças. No Brasil, isso significou a redenção do homem brasileiro, que estando doente não conseguia desempenhar com vigor o seu potencial produtivo exigido pela “modernidade”. Mas se o problema eram as doenças, a ação para resolvê-lo estaria na cura e sobretudo na prevenção como apregoavam os apóstolos do discurso higienizador. Por isso os “homens da ciência” eram os considerados mais indicados para reabilitar o brasileiro e torná-lo capaz de concretizar as inúmeras potencialidades da terra.

Sendo assim, o jornal “Diário dos Campos”, atuando como porta-voz de variadas camadas sociais da população de Ponta Grossa, especialmente as que tinham acesso à cultura letrada, fez jus a esse papel, publicando inúmeras reportagens e artigos sobre os cuidados que as mulheres deveriam ter em relação à saúde, conforme veremos mais adiante ainda nesse tópico, uma vez que:

Era no espaço privado que a mulher daria a sua contribuição social, organizando ordeira e harmonicamente a família, fazendo desta a célula mater do corpo social, higiênico e sem conflitos. Portanto ela precisaria ser educada em torno dos afazeres domésticos da criação dos filhos, gerenciamento do lar, conforme as mais modernas técnicas racionalizadoras. (SILVA, 2003, p. 5).

Um desses itens versava sobre a importância das vacinas, como forma de se evitar doenças, especialmente para as crianças. Essa conscientização foi tão incisiva que, até hoje, a figura das mulheres, enquanto mães e cuidadoras, está associada à aplicação de vacinas em crianças nos primeiros anos de vida.

A indicação de vacinas ainda era polêmica no início do século XX, devido a algumas reações adversas que ocorreram nas primeiras aplicações. Nesse sentido, o apoio das mulheres para modificar esse ideário, superando os receios quanto às vacinas, foi primordial para que as

campanhas tivessem sucesso. No contexto dos anos de 1920 e 30, o foco principal dessas campanhas de saúde pública era em relação à imunização contra a varíola, conforme demonstra a transcrição a seguir:

A vaccina

Apesar dos insistentes pedidos da Delegacia de Hygiene, desta cidade, ás repartições de hygiene do Estado, até hoje não chegaram tubos de vacina em quantidade sufficiente para a vaccinação da população, que tem accorrido ao Posto de Prophylaxia afim de immunizar-se contra a variola.

Não se comprehendendo o descaso da Repartição de Hygiene do Estado, que não attende os insistentes pedidos da Delegacia, desta cidade.

Hoje ainda grande numero de pessoas teve de voltar do Posto, em vista de não haver vaccinas. No Hospital da Estrada de Ferro està installado um posto vaccínico, que funcçiona diariamente. (DC, 13/10/1923).

Além da defesa da aplicação das vacinas, realizada por meio de avisos e textos de teor instrucional, como também assinalado por Santos (2011), o jornal “Diário dos Campos” também publicou em muitas edições, artigos com orientações sobre saúde de crianças e mulheres. É importante salientar que havia pouca informação relacionada à saúde destinada especificamente aos homens, indicando que o foco de atenção era, realmente, para as mulheres. Essa impressão foi também verificada por Meireles (2019). Sobre isso, destaca-se uma nota, na qual um “médico higienista” faz recomendações para as mães, defendendo que ao “cuidado inato” deveria ser acrescentado o conhecimento da ciência: “Conselho ás mães – de um medico higienista - Parece que o cuidado materno, innato, espontaneo, prescinde de recommendações da sciencia”. (DC, 10/08/1932).

Essa valorização dos saberes médicos foi ressaltada por Caroline de Lara (2016), ao pesquisar propagandas e formas de educação sanitária nos almanaques de farmácia entre os anos de 1900 a 1945. A autora explica que:

[...] na transição do século XIX para o século XX, a medicina assumiu a capacidade de cuidado e orientação dos corpos enfermos, bem como de combate e compreensão dos malefícios sociais, no qual os médicos, embasados em seus saberes, direcionariam suas atenções, ao mesmo tempo, para o indivíduo e para o bom desenvolvimento e fortalecimento do país, ou seja, para a coletividade, tendo em vista, a formação da nacionalidade brasileira. Haja vista, a jovem Nação teria na orientação e controle médico, plausibilidade para seu fortalecimento, pois a partir da modernização desta pelo saber médico, poderia ser uma possibilidade para o rompimento com o passado escravocrata e colonial ao qual o país até então estava subjugado. (LARA, 2016, p. 84-85).

Esse ideário que consistia em constituir a mulher como peça fundamental no processo de disseminação de informações e cuidados com a saúde, relacionava-se também com a imagem ideal de mãe, esposa e, também de professora, conforme já apontamos, como a cuidadora de

todos e a responsável pelo bem-estar da nação, iniciando esse zelo pelo lar e estendendo-o para a escola. Sobre isso, Petruski e Chaves (2013, p. 295) contextualizam, explicando que:

A partir da década de 1930, e da política varguista que aproximou oficialmente educação e saúde, os jornais passaram a disseminar sistematicamente as políticas governamentais no campo da educação sanitária, mantendo-se como importantes órgãos de informação em todo o território nacional. [...].

Em Ponta Grossa, as páginas do jornal “Diário dos Campos” também promoveram e propagaram essas concepções sobre a missão da mulher no âmbito da saúde, seja com a indicação de remédios, quanto a de alimentos, conforme pode ser observado no seguinte excerto: “As mães - Avisamos que recebemos a “Farinha Integrols Vigor para alimentação de seus bebês. [...]”. (DC, 26/01/1933).

Especificamente sobre a comunicação da “Farinha Vigor”, constata-se que a referida propaganda se destinava às mães, no sentido de que a progenitora deveria preocupar-se com a alimentação das crianças pequenas e bebês. Outras propagandas similares estiveram presentes em muitas edições do “Diário dos Campos”. Outro exemplo é apresentado a seguir, na coluna “As mães sabem”, na qual ressaltavam-se os cuidados com o acondicionamento do leite, como forma de se evitar diarreias e outras doenças nas crianças pequenas:

As mães sabem

As mães sabem que no verão o leite se altera com mais facilidade, tornando-se, por isso, indispensável o máximo cuidado para mantê-lo em bom estado. Sabem também, que nesta estação do ano as crianças são muito sujeitas às diarreias de causa alimentar. [...]. (DC, 27/01/1933).

Em uma pesquisa sobre a constituição e desenvolvimento do curso de educador sanitário da Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo⁴¹, curso esse, criado em um contexto em que se aguardava um grande desenvolvimento para o Brasil, o pesquisador Thiago Eduardo de França (2015, p. 12) explica que “as questões de saúde e educação ressurgem como base de nova preocupação na década de 20, período de grande tensão, efervescência de ideias e de crise da hegemonia das oligarquias representantes dos interesses agroexportadores dominantes”.

Estando Ponta Grossa localizada na região dos Campos Gerais, constituindo-se ainda nos dias atuais, em uma região economicamente agrícola, pode-se conjecturar que as mesmas preocupações que afligiam a elite agrária de São Paulo, atingiam também a de Ponta Grossa e região. Além disso:

⁴¹ Nesse contexto histórico, o Ministério da Educação e da Saúde faziam parte de uma única pasta. (FRANÇA, 2015).

Na visão dos higienistas, as camadas trabalhadoras urbanas são ignorantes, doentes, portadoras de hábitos viciados e não civilizados. É necessário um trabalho de “domesticação” dos seus hábitos de vida. Desloca-se a ênfase das ações coercitivas e autoritárias para ações educativas, com vistas à formação de consciência sanitária da coletividade. Desse modo, a educação sanitária transformaria os conhecimentos sobre saúde em formas desejáveis de comportamento individual e coletivo, através do processo educativo. (FRANÇA, 2015, p. 15).

Seguindo por essa perspectiva, em uma pesquisa sobre as representações sobre saúde e educação da mulher nas décadas de 1920 e 1930, ou seja, o mesmo período tratado pela nossa pesquisa, Sarasvati Yakchini Zridevi Conceição (2015, p. 295-296) considera que:

[...] Neste contexto, a mulher receberia atenção singular, notadamente por ser percebida como uma importante aliada para as mudanças dos hábitos e costumes considerados pouco higiênicos e insalubres da população, que acarretavam na transmissão das doenças. Desde o final do século XIX, na Europa e também no Brasil, com o desenvolvimento de uma medicina da família, preocupada com a higiene do corpo e do ambiente, os clínicos já visualizavam a mulher como uma aliada, uma mensageira das orientações e aconselhamentos médicos. Essa era uma estratégia para que os clínicos pudessem circular no interior do seio familiar, já que cabia à figura feminina gerenciar os eventos relacionados à saúde. [...].

Apelando para a tão famosa “vocação materna” das mulheres, grande ênfase foi dada para os cuidados tanto no que dizia respeito à alimentação, quanto à higiene (MEIRELES, 2019). Para sustentar isso, segue um exemplo de propaganda de um sabão indicado para uso de toda a família, tanto para a pele do bebê, quanto para a barba do marido:

Para o banho
Para aformosear a pelle
Para banho das crianças
Para a barba
Use sempre
Sabão Aristolino (DC, 18/07/1924).

Especificamente sobre os cuidados necessários com os bebês e crianças pequenas, Conceição (2012, p. 73) aponta que “a puericultura tornou-se o carro-chefe da maternidade científica ao procurar incorporar, na prática cotidiana das mães, os conhecimentos técnicos no cuidado e criação adequada das crianças em relação à alimentação, ao vestuário, à higiene”. Meireles (2019) também aponta essa relação. Além disso:

[...] por ser considerada a responsável pelo bem-estar da família, bem como uma “educadora nata”, a mulher conseguiria disseminar no seio familiar os preceitos higiênicos necessários para elevar o país à condição de nação civilizada. Mas, para que pudesse difundir os conhecimentos científicos relacionados à saúde, a mulher

precisava ser educada e “transformada”: seu corpo torna-se alvo redobrado de discursos e prescrições médicas, a fim de torná-lo mais saudável, principalmente porque nele seriam gerados os futuros cidadãos, de quem dependia o progresso do país. (CONCEIÇÃO, 2015, p. 296).

Nesse sentido, houve grande incentivo para que as mães amamentassem seus filhos e o DC contribuiu com a propagação desse comportamento, publicando vários artigos que expressavam as estratégias para que as mães se convencessem de que a amamentação materna seria a melhor indicação para seus bebês. Além disso, nessa matéria ainda há a indicação explícita de que somente os médicos poderiam orientar as mães e fornecer as informações necessárias sobre amamentação materna, incentivando, com isso, as mulheres a desconsiderarem os conhecimentos oriundos da prática e da vivência com suas mães, irmãs e avós, por exemplo, reforçando o ideário de que os homens, ou melhor, os médicos é que detinham esses conhecimentos (MARTINS, 2004). Segue a transcrição de um exemplo dessa prática, publicada na coluna “Notem bem: conselho às mães”:

Notem bem

Conselho às mães

Raras as crianças de peito que adoecem quando regularmente alimentadas no seio. O aleitamento artificial é causa frequente de diarréias cujo tratamento consiste, muitas vezes, em simples regime alimentar, no sentido de evitar excesso ou deficiência de certos alimentos.

Só os médicos poderão ensinar as mães nesse particular. (DC, 07/02/1933).

Entre várias propagandas veiculadas no DC sobre produtos indicados para nutrir e tornar as crianças “fortes”, destaca-se a “Emulsão de Scott”, a qual foi citada anteriormente no tópico em que discorremos sobre o modelo de mãe e esposa exemplares. A propaganda desse produto foi publicada no DC de forma frequente durante todo o período de nossa análise. No entanto, essas propagandas se diferenciavam ao longo do tempo, pois em alguns momentos a emulsão era indicada para as mulheres, em outras era indicada para as crianças, entre outros grupos de indivíduos. A partir disso, constata-se que a famosa “Emulsão de Scott” seria indicada, de forma genérica, para o bem-estar de toda a família, constituindo-se em um produto de “confiança”. Aqui, destacamos a sua indicação para as crianças: “Até as crianças - Sabem qual é o medicamento de inteira confiança para dar-lhes saúde e robustez: A incomparável Emulsão de Scott. Recusem-se os substitutos”. (DC, 11/05/1921).

Outra propaganda veiculada pelo DC de modo recorrente e que era direcionada para a dona de casa, a cuidadora da família, era sobre a “Pomada Minancora”, a qual prometia curar inúmeros incômodos do corpo, dizendo-se servir “Para bem de todos” (DC, 19/01/1932), conforme verifica-se na transcrição a seguir:

Para bem de todos

Laboratorio “Minancora”, Joinville, Santa Catharina, que não faz producto para concurrencia, mas sim para valerem mais do que o que custa e merecerem a confiança medica e do publico, recommenda os seguintes:

Pomada Minancora para feridas, é como os canhões de longo alcance vence os grandes combates e liquida, summariamente, os pequenos. Doenças da pelle e da cabeça; creme para damas e para depois da barba. Não tem igual no mundo. [...]. (DC, 19/01/1932).

Outra propaganda de medicamento que frequentemente circulou pelas páginas do jornal “Diário dos Campos” durante as décadas de 1920 e 30, foi a chamada “Cafiaspirina”, prometendo alívio para diversas dores e problemas de saúde, alegando que seria “absolutamente inoffensiva” e que só faria o bem. Esse produto também apresentou inúmeras versões de propaganda nas páginas do periódico e em muitas delas, as mulheres eram apresentadas ao lado dos maridos e dos filhos, sempre com um sorriso, numa tentativa de demonstração de harmonia e contentamento. No exemplo a seguir, o *slogan* apresentado diz “Proteção que inspira confiança”, sugerindo que seu uso traria essa sensação:

Proteção que inspira confiança

Não ha doença que não mereça attenção: a mais simples dôr pôde affectar o organismo e enfraquecel-o. Para afastar essa ameaça, quando sentir dôres de cabeça, de dentes, de ouvido, nevralgias, enxaquecas, dôres rheumaticas, etc, recorra ao seu melhor amigo e protector.

CAFIASPIRINA – o remedio de confiança

Que allivia promptamente as dôres, restituindo as forças e o bem estar no organismo É absolutamente inoffensiva. (DC, 24/03/1932).

Figura 3- “Proteção que inspira confiança” – Cafiaspirina.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 24/03/1932.
Acervo: Museu Campos Gerais.

Em algumas oportunidades, as propagandas do medicamento “Cafiaspirina” eram dirigidas diretamente para as mulheres e prometiam alívio “Contra a dor de cabeça, cólicas, e o mal estar nervoso que as senhoras sofrem durante os períodos physiologicos mensais, não ha nada que se compara com a Cafiaspirina.” (DC, 30/10/1923).

Ainda sobre o alívio dos característicos “problemas mensais” das mulheres, outro medicamento, chamado “pílulas reguladoras do dr. Victor”, também prometia amenizar os “desarranjos” femininos, conforme demonstra a seguinte transcrição: “Pilulas reguladoras do Dr. Victor - São prompto allivio das senhoras e senhoritas que sofrem collicas e outros desarranjos em suas funções menstruaes”. (DC, 22/07/1921).

Santos (2011) também pesquisou as propagandas veiculadas pela imprensa periódica direcionada para as mulheres, destacando a finalidade educativa desses veículos de comunicação, indicando o poder do impresso para educar e ajudar na conformação desses *habitus* femininos, pautados em modelos culturais que visavam promover a saúde da mulher e dos membros da família, por intermédio das mães e esposas.

Dessa forma, muitos outros medicamentos e produtos indicados para as mulheres foram veiculados insistentemente nas páginas do jornal “Diário dos Campos”, assegurando a

manutenção da saúde e apaziguando os sintomas do período menstrual. Entre esses medicamentos, destacam-se: “Regulador Sant’Anna”, o qual era indicado para aliviar os distúrbios hormonais “típicos” das mulheres (DC, 30/06/1933); “Phosphovitamina Granado”, apresentado como “Tonico Geral”, com a apresentação de duas mulheres. A propaganda trazia: “Phosphoro vegetal e vitaminas – Phosphovitamina ‘Granado’ – Tonico Geral”. (DC, 06/04/1932). Já o medicamento chamado de “Gynosedol”, apresentava em sua embalagem a promessa de que seria: “O remédio das senhoras – regulador por excellencia dos incômodos da mulher” (DC, 26/01/1932). A seguir, tem-se a imagem da referida propaganda:

Figura 4 - “Gynosedol – o remédio das senhoras”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 26/01/1932.
Acervo: Museu Campos Gerais.

Assim sendo, o DC constituiu-se em um veículo importante de divulgação desses medicamentos, os quais remetiam a uma representação feminina, delineada pelas diferenças externas – corpo feminino – e também internas – intelecto. Sobre isso, Ana Paulo Vosne Martins (2004, p. 266) esclarece que:

Se a ciência sexual havia estabelecido que a principal diferença entre homens e mulheres residia no predomínio da razão entre aqueles e do corpo e das emoções entre estas, a medicina da mulher vai além ao afirmar que a Mulher é prisioneira do seu corpo, e que este, por sua natureza, é instável e nervoso.

Outra propaganda, veiculada no DC em 09/03/1932, trazia a imagem de uma nadadora, com o texto: “Conserve a saúde energia vigor agilidade por meio de uma boa alimentação”, aludindo, portanto, aos bons hábitos de saúde, corroborando os preceitos dessa época.

Figura 5 - “Boa alimentação”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 09/03/1932.
Acervo: Museu Campos Gerais.

Já outro anúncio que ocupava praticamente uma página inteira do DC, trazia a imagem de um medicamento chamado “A Saúde da Mulher”, o qual seria indicado para as “doenças do útero”. Essa e as demais propagandas citadas anteriormente, demonstram a preocupação vigente nesse contexto histórico com a manutenção da saúde da mulher, sustentadas pelo grande volume de referências que o DC publicava sobre os ditos “problemas femininos”. Especificamente sobre as “doenças do útero”, podemos inferir que essa inquietação relacionava-se com o fato de que, para gerar filhos saudáveis, era necessário que esse importante órgão que compõe o sistema reprodutor feminino estivesse em perfeitas condições. Sobre isso, a imagem a seguir apresenta duas senhoras conversando no alto do que seria o frasco do produto propagandeado, chamado “A Saúde da Mulher”. No lado direito da imagem havia um texto que dizia:

A primeira coisa que se deve ensinar a uma senhorita – logo que ella se torne uma moça feita é a seguinte verdade: A Saúde da Mulher cura todos os incommodos de senhoras – desde os accidentes da puberdade (mudanças da idade) até os males da idade critica. Todas as doenças do utero – flores brancas, corrimento, suspensões, colicas uterinas, etc, curara-se com A Saude da Mulher. (DC, 18/02/1920).

Figura 6 - “A saúde da mulher – para doenças do útero”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 18/02/1920.

Acervo: Casa da Memória.

Nesse sentido, essas propagandas objetivavam diminuir os incômodos femininos, assegurando conforto e maior disposição. Isso pode indicar uma intenção de que as mulheres deveriam estar saudáveis sistemicamente para cumprir com sua missão de bem cuidar e bem educar, pois se as mulheres estivessem com dores ou doentes, seus lares estariam ameaçados e a desordem familiar poderia se instalar.

Além disso, percebe-se que, muitos desses anúncios e propagandas eram apenas direcionados às mulheres, não sendo elaborados por representantes do gênero feminino. Inclusive denota-se que as questões sobre a sexualidade feminina eram tratadas majoritariamente por homens, principalmente os médicos. Dessa forma, grande parte dos anúncios sobre os indicadores profissionais veiculados pelo DC, mencionavam apenas nomes de homens. No que diz respeito aos profissionais de saúde, é importante destacar que durante o período analisado, constatamos que todos os médicos que anunciavam seus serviços para o atendimento de senhoras, eram homens.

Desse modo, assim como ocorreu com o “Diário dos Campos”, Conceição (2012, p. 44) assinala que “dentre os médicos que anunciavam seus serviços e consultórios nos jornais de Curitiba, a grande maioria era de especialistas no trato das moléstias femininas”. Ana Paula Vosne Martins (2004, p. 14) explica essas representações sobre as mulheres e suas relações com a medicina voltada para o feminino, uma vez que:

Mais do que afirmar que as mulheres foram destinadas pela Natureza ao exercício da função reprodutiva, a medicina da mulher provava com dados estatísticos e argumentos materialistas o fardo do corpo sobre as existências femininas; em contrapartida, acenava com as delícias reservadas àquelas que seguissem seu destino natural, promovendo a mulher-mãe e o exercício da maternidade a uma função não só natural, mas de ordem moral e política. Contudo, tais idéias não surtiriam efeitos se não houvesse reconhecimento da autoridade dos discursos médico e científico.

Sobre os indicadores profissionais publicados nos periódicos, Conceição (2015, p. 297), ainda assinala que “[...] na primeira edição da Gazeta do Povo, mais de 50% do jornal consistia de anúncios e classificados, vários deles direcionados para a saúde do público feminino, das crianças ou da infância”. No “Diário dos Campos” também encontramos páginas inteiras dedicadas a publicações organizadas nesses moldes.

É importante salientar que as parteiras representaram, durante muitos anos das décadas de 1920 e 1930, o único espaço profissional ocupado por mulheres nas páginas do jornal “Diário dos Campos”, na coluna dos “Indicadores Profissionais”, na qual encontravam-se anúncios de estabelecimentos comerciais como farmácias - “Pharmacia e Drogaria ‘Minerva’”, Farmacia Silveira; engenheiros – Dr. Benjamim Mourão e Carlos Bonfilt; Dentistas – Joanino Sabatella e Rivadavia Oliveira; Parteiras – Alayde M. Silva, D. Albertina Rentschler e D. Hermine Pusch Fonseca – as únicas representantes do gênero feminina nesta seção do DC, como, por exemplo, na edição de 09/12/1932.

É notável nesse período uma crescente desqualificação dos saberes populares, nesse caso específico, das parteiras, em prol da valorização dos saberes científicos, característicos dos médicos. Em alguns períodos dos anos de 1932 e 1933 é possível constatar que o DC deixa de anunciar – momentaneamente - o trabalho das parteiras, restando somente, os anúncios de médicos e demais profissionais diplomados, excluindo, portanto, as mulheres dessa coluna.⁴²

Uma das parteiras que anunciavam seus serviços no DC de modo frequente foi a senhora Alayde M. da Silva, a qual salientava que era licenciada pelo Departamento de Saúde Pública do Estado e que possuía larga experiência. Já outra parteira, chamada Albertina Rentschler,

⁴² Trataremos das causas dessa situação na sequência.

apresentava-se como diplomada pela Maternidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina. No entanto, apesar de serem licenciada e diplomada, respectivamente, elas não eram médicas. Esse exemplo ilustra bem a relevância do capital cultural institucionalizado por meio do diploma do curso de Medicina, como forma de impedir a atuação das parteiras, todas mulheres. Os anúncios indicavam:

Parteiras

Alayde M. da Silva: Licenciada pelo Departamento Geral de Saude Publica do Estado, com longa pratica na Maternidade Victor do Amaral, atende chamados a qualquer hora do dia ou da noite [...].

D. Albertina Rentschler: Parteira diplomada pela Maternidade de Blumenau, Estado de Santa Catharina [...]. (DC, 27/11/1932).

Ressalta-se que nas primeiras décadas do século XX, uma das principais ocupações das mulheres em relação ao campo da saúde referia-se às atividades de cuidado de doentes e o atendimento às parturientes. No entanto, muitas parteiras possuíam pouca, ou nenhuma formação formal. Por outro lado, algumas dessas parteiras se apresentavam como “diplomadas”, novamente remetendo ao capital cultural institucionalizado, capital esse, que elas utilizavam como forma de legitimar sua atuação profissional.

Sobre a atuação do gênero feminino nesse campo, Elisabeth Juliska Rago (2000, p. 204) assinala que, “apesar da exigüidade de dados, alguns estudos mostram que as mulheres praticaram a medicina e a obstetrícia desde a antiguidade”, possibilitando assim, a indicação de que essas áreas possam ser consideradas como femininas.

Sobre o tão polêmico ofício das parteiras nesse contexto das primeiras décadas do século XX, considerando essa atuação como profissão predominantemente feminina, é importante refletir sobre o que afirmam as autoras Osawa, Riesco e Tsunechiro (2006, p. 701):

Como em outras partes do mundo, também, no Brasil, os médicos estavam empenhados em estabelecer sua hegemonia no campo da saúde e disputar a clientela da parteira. Durante muito tempo, a participação do cirurgião no parto era vista como algo degradante, e o ofício de parteiro, considerado desonroso e vil, porque lidava com secreções e odores femininos.

No entanto, com o tempo,

Ao objetivar o corpo feminino no interior de um saber especializado, [os médicos] passaram a se autodenominar “especialistas da mulher” e a afirmar que sua natureza específica, sua particularidade sexual, demandava não só explicações científicas, mas também um regime de regulações para que a natureza feminina não se desvirtuasse, já que o corpo feminino deveria ser regulado, porque os médicos acreditavam que, além de ser mais frágil, era impressionável a qualquer motivação, fosse ela causada

por emoções, pela visão, pelo tato, enfim, um corpo sensível a qualquer impressão. (MARTINS, 2004, p. 15).

Nesse sentido, as páginas do DC noticiaram as muitas discussões que ocorreram entre os médicos pontagrossenses e as parteiras, quando aqueles as impediram de atuar. No entanto, as parteiras que se diziam “diplomadas” ou “licenciadas”, cujos títulos já haviam sido registrados pela Diretoria de Saúde do Estado, poderiam continuar com suas atividades profissionais. Sobre a formação das parteiras e a dominação do campo da medicina, Osawa, Riesco e Tsunechiro (2006, p. 701) explicam que:

De 1832 até 1949, toda a legislação do ensino da parteira estava contida na legislação da medicina. Em 1931 os cursos de partos foram anexados à cadeira de clínica obstétrica das faculdades de medicina e deixaram de ser um curso em paralelo aos de medicina e farmácia, para serem reduzidos a um curso subordinado a uma área da medicina.

O jornal “Diário dos Campos” publicou os conflitos travados entre os médicos da região e as parteiras, as quais foram impedidas de atuar, sob alegação de que não teriam preparo suficiente, devendo apenas os médicos serem os responsáveis pelos partos. Essa situação explicita as disputas pelo campo de poder e de atuação na Obstetrícia. Sobre isso, Martins (2004) reflete sobre a questão de os homens discorrerem sobre as questões do corpo feminino, ressaltando a atuação dos médicos, a partir da chamada ciência sexual.

Os médicos que atuavam em Ponta Grossa nessa época estavam organizados na Associação Médica Pontagrossense, entidade que foi pesquisada por Niltonci Batista Chaves, autor que organizou a obra “Medicina em Ponta Grossa: histórias da Associação Médica”, dividida em dois volumes. No primeiro volume, Chaves (2006, p. 23) explica que:

Foi no contexto da década de 1930, caracterizado tanto pelos avanços técnico-urbanísticos como pela existência de uma série de problemas de ordem sanitária, que um grupo de médicos ponta-grossenses reuniu-se com o objetivo de discutir a criação de um organismo que representasse a categoria. Assim, em 18 de agosto de 1931 surgiu a Sociedade Médica Pontagrossense.

Nessa mesma obra, porém, em um capítulo assinado por Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz e José Augusto Leandro (2006), os autores esclarecem que a preocupação com a atuação das parteiras e demais profissionais que, porventura, não dominassem todos os conhecimentos necessários para tratar das questões de saúde dos pacientes, era recorrente, pois:

Em agosto de 1931, na segunda reunião da recém-criada Sociedade, foram levantadas questões que exemplificavam a direção e formatavam a identidade da agremiação.

Nessa sessão tratou-se do problema do charlatanismo, contra o qual a nova agremiação assumia compromisso de travar rigorosa campanha, visando, especialmente, o esclarecimento dos farmacêuticos e das parteiras. (CRUZ; LEANDRO, 2006, p. 32-33).

Em uma reportagem sobre essa temática, cujo título é “A importante reunião de medicos e parteiras”, lia-se:

[...] Sabbado ultimo a Sociedade Medica Pontagrossense reuniu seus membros para uma importantissima sessão para a qual foram convidadas as senhoras parteiras da cidade. Á referida sessão foram presentes os drs. Azevedo Macedo, Francisco Burzio, Alvaro Rocha, Haroldo Beltrão, Alfredo Ciniello, Joaquim Loyola, Pinto Rosas, Carlos Macedo, Waldemar Bocchi, academico Campos Mello, as parteiras Caetana Pierri, Erminia Puschi Fonseca, Elisa Bodenbach, Olivia Tadliche, Magdalena Backmann, Piarina Guzzoni e Bertha Wendet, e o representante desta folha. O dr. presidente [Azevedo Macedo] abriu a sessão, expondo os motivos da mesma, proferindo a seguinte oração:

“Collegas e senhoras.

A reunião de hoje é extraordinária, e representa o grito de revolta da Sociedade Medica contra a acção infame e indigna de duas parteiras curiosas e falsas, que, com toda a pequenez de sua alma, provocam audaciosamente abortos, matando mulheres, como se matam animaes inferiores.

A parteira deve, como muito medico pensa, somente saber aparar? Não. Porque apara nos casos normaes? E nos casos anômalos, nas distocias? Dirão chamará o medico. [...]. (DC, 11/02/1932).

A partir do excerto anterior, publicado na edição de 11/02/1932, sobre a reunião entre médicos e parteiras realizada no dia 06/02/1932, podemos refletir sobre alguns questionamentos, por exemplo: quem organiza essa reunião é a Sociedade Medica Pontagrossense, entidade representada apenas por homens e as parteiras são convidadas para “participarem” da exposição de argumentos contra suas colegas de profissão – “duas parteiras curiosas e falsas” - segundo o discurso do presidente dessa associação, reproduzido pelo DC. Será que elas tiveram direito à palavra? Tem-se a impressão que não. Presume-se que a decisão de impedi-las de atuar profissionalmente já estava tomada e que elas foram convocadas para essa reunião para serem comunicadas disso.

Ademais, a reportagem apresenta inicialmente os nomes de todos os “doutores” dessa sociedade, ou seja, os médicos. Até mesmo o nome do único acadêmico do grupo (Campos Mello) é citado antes dos nomes das parteiras. Será que isso tem relevância? Talvez a ordem dos nomes seja um indicativo da valorização do capital cultural, social e simbólico desses médicos. Pode ser que signifique que os “doutores” é que detêm o conhecimento formal, enquanto as parteiras são apenas “práticas”.

Outro ponto importante versa sobre a questão de que esses médicos enfatizaram negativamente a atuação das duas parteiras “curiosas”, expondo alegações que as vinculavam

à morte de mulheres e ao aborto, temática essa, bastante polêmica no contexto dessa época e também na atual.

Outra hipótese é a de que essas acusações fossem direcionadas apenas às parteiras sem formação e não às parteiras que participavam dessa reunião. Talvez o intuito da Sociedade Médica Pontagrossense fosse o de contar com o apoio das parteiras habilitadas contra as parteiras que atuavam sem qualquer formação. Enfim, muitas são as possibilidades de análise acerca desse encontro entre médicos e parteiras. No entanto, nossas fontes não nos permitem afirmar exatamente quais eram as intenções dos sujeitos envolvidos nessa questão.

Cruz e Leandro (2006, p. 35) também discorrem sobre as relações entre a Sociedade Médica Pontagrossense e as parteiras, analisando, inclusive, muitas das reportagens do DC, das quais fazemos referência nesta dissertação. Segundos os autores:

Outro tema de grande repercussão em que a Sociedade Médica se envolveu já no início de sua existência produzindo um intenso debate na cidade – dizia respeito à postura de determinadas parteiras que atuavam constantemente na prática do aborto. Na reunião ordinária de seis de fevereiro de 1932 foram chamadas para uma conversa diversas parteiras que atuavam em Ponta Grossa. Sete delas estiveram presentes no evento: Caetana Pierri, Ermínia Push Fonseca, Elisa Bodenbach, Olívia Tadliche, Magdalena Bockmann, Piarina Guzzoni e Bertha Wendt. (CRUZ; LEANDRO, 2006, p. 35).

Cruz e Leandro (2006) ressaltam que a intenção da Sociedade Médica Pontagrossense, ao convidar as parteiras para uma reunião, justificava-se pela preocupação com a atividade ilegal de algumas parteiras que envolviam-se com a prática do aborto e também quanto às questões de higiene, tanto em relação à parturiente, quanto ao recém-nascido. No entanto, os autores afirmam que “esta reunião teve o claro intuito de demarcação do território dos médicos sobre as parteiras. Os associados presentes reforçaram ‘a importância do médico como detentor do conhecimento de hábitos de higiene’”. (CRUZ; LEANDRO, 2006, p. 35-36).

É importante ressaltar que as chamadas “parteiras diplomadas e licenciadas” estavam habilitadas legalmente a atuarem nessa época. Nesse sentido, em muitas das propagandas sobre os serviços oferecidos pelas parteiras, elas enfatizavam essas informações, conforme já assinalamos. Além disso, essas parteiras anunciavam que eram formadas por universidades, pelo Departamento Geral de Saúde Pública do Estado ou por maternidades tradicionais. Essas discussões renderam muitas reportagens ao DC, conforme podemos ver na sequência desses acontecimentos.

A reportagem a seguir trata da denúncia das parteiras habilitadas contra as que não possuíam qualquer tipo de diplomação na área. No entanto, a partir dessa reclamação, a

Diretoria de Saúde Pública do Estado proibiu a atuação de qualquer parteira, habilitada ou não. E assim, todas se prejudicaram. Essa notícia é bastante importante, pois a partir dela podemos discutir a relevância do capital cultural institucionalizado, aqui, no caso, a titulação das parteiras com formação em alguma instituição referenciada. No entanto, a partir da proibição de atuação de todas as parteiras, os títulos acadêmicos que elas possuíam deixaram de ter valor. Além disso, essa reportagem explicita que todas as parteiras teriam que passar por avaliações elaboradas pelos médicos da Sociedade Médica Pontagrossense, para poderem ter a chance de voltar a atuar, numa clara demonstração de que quem detinha o poder nesse campo eram os médicos e nesse contexto específico, na cidade de Ponta Grossa, essa classe era representada apenas por homens. Segue a transcrição da reportagem:

As parteiras de P. Grossa não estão habilitadas a exercer a Profissão
Há pouco tempo, as principais parteiras da cidade dirigiram uma representação á Directoria de Saude Publica do Estado, denunciando outras, não diplomadas, que estavam exercendo illegitimamente a profissão. Aquelle departamento estadual, levando em consideração a denuncia, determinou rigorosa syndicancia a respeito. O resultado da mesma não fora previsto nem siquer pelas accusadoras. Chegou-se á conclusão que nenhuma parteira está em Ponta Grossa, habilitada a exercer a profissão, nem as denunciadas, nem as denunciadoras, ou por falta do registro dos respectivos diplomas, ou por motivos outros. O snr. Delegado nesta Cidade da Directoria da Saude Publica já se entendeu nesse sentido com a Sociedade Medica Pontagrossense, parecendo que esta entidade vae preliminarmente, submeter a um exame a todas as parteiras para, depois, cada uma das julgadas aptas a se habilitar de accordo com o que preceitua a lei. (DC, 02/02/1933).

Essas discussões seguiram e foram noticiadas pelo DC. Como forma de resistência, as parteiras que possuíam formação específica na área e/ou já possuíam experiência profissional, além de se enquadrarem nos dispositivos legais anteriormente aceitos, procuraram ressaltar esses detalhes nos anúncios do DC a partir de 1933, numa tentativa de legitimar seu direito de atuação na área. A transcrição a seguir sustenta isso:

Duas parteiras diplomadas
Com relação á nota que demos, baseadas em informações fidedignas, de que a Sociedade Medica Pontagrossense iria submeter a um exame as parteiras locaes, com o fim de verificar quaes as diplomadas e quaes as reconhecidamente aptas para exercer a profissão, devemos dizer que a sra. d. Bertha Wendt, [...], está nessas condições. Essa distincta parteira esteve hontem em nossa redacção e exhibiu-nos o seu diploma, devidamente registrado na Directoria de Saude Publica do Estado. É diplomada pela famosa Universidade de Kiel, na Allemanha, com curso e diploma prestado perante a Faculdade de Medicina do Paraná. [...]. Esteve também em nossa redacção a exma. sra. d. Herminia Joanna Pusch Fonseca, [...], que nos exhibiu tambem o seu diploma devidamente registrado na Directoria de Saude Publica do Estado (DC, 05/02/1933).

Dessa forma, esses dados mostram que, após o impedimento de atuação profissional das parteiras, a Sociedade Médica Pontagrossense – entidade composta somente por homens no contexto dos anos de 1920 e 30, conforme já indicamos – organizaria exames para verificar quais parteiras da região estariam aptas para atuar profissionalmente. Isso indica a disputa pelo poder e domínio no campo da Obstetrícia, podendo, inclusive, sugerir que essas questões estivessem para além de um mero impedimento profissional, mas talvez, relacionadas com as questões de gênero.

Desse modo, supõe-se que a grande procura por parteiras, além das questões culturais, justificava-se também por questões financeiras. No entanto, nossas fontes não nos fornecem dados suficiente para essas afirmações. Por outro lado, é importante ressaltar que os serviços médicos oferecidos nas páginas dos classificados do jornal “Diários dos Campos” não faziam menção a atendimentos gratuitos, portanto, eles estariam disponíveis apenas para quem pudesse pagar pelos honorários médicos, especialmente os atendimentos a gestantes no momento do parto, procedimento que, nesse contexto histórico, impossibilitava o atendimento com horário e data marcados. Ou seja, o médico deveria estar disponível para atender a paciente a qualquer hora do dia ou da noite, porém, somente as famílias com condições financeiras suficientes poderiam pagar por essa disponibilidade.

Conceição (2012, p. 46) assinala algo muito similar aos nossos achados, uma vez que “[...] os estabelecimentos particulares não anunciavam atendimento gratuito, estes eram voltados às mulheres que podiam pagar pela consulta ou pelo parto feito na clínica. Boa parte da população feminina recorria ao auxílio das parteiras [...]”.

Outro grave problema de saúde que envolvia as mulheres e que foi exaustivamente abordado pelo “Diário dos Campos”, foi a sífilis. Em uma das reportagens sobre essa doença, o periódico a conceitua como “um dos flagelos da humanidade”, alertando para seus riscos e complicações, conforme pode ser verificado a seguir:

Um dos Flagellos da Humanidade – Defendei-vos da Syphilis
Com as primeiras noções sobre a gravidade do mal, tivestes a noticia feliz da existência de recursos scientificos capazes de defender-vos em caso de um contacto com uma fonte suspeita. A prophylaxia individual é uma das melhores conquistas para a proteção da nossa raça [...]. (DC, 29/11/1923).

Dessa forma, era muito comum a apresentação de artigos sobre formas de combater essa doença. A seguir, lê-se a transcrição e a imagem de uma propaganda de um remédio contra a sífilis, chamado “Elixir bi-iodado arseniado”. Importante destacar que essa propaganda apresentava uma mulher com as manchas características dessa moléstia. Esse anúncio ainda

trazia informações sobre os riscos da sífilis congênita, a qual é transmitida durante a gestação, numa referência à necessidade do cuidado da mulher com sua saúde e, consequentemente, de seus futuros filhos. Sobre isso, é interessante problematizar a razão de uma propaganda dessa modalidade utilizar a imagem de uma mulher e não a de um homem. Podemos supor que, talvez, a ideia fosse justamente atingir as mulheres com propagandas desse tipo, conforme corroborado pelas pesquisas de Santos (2011).

Elixir bi-iodado arseniado

Leivas Leite

Arsenico-Iodo-Hydrargyrio

É só com estes 3 medicamentos que se consegue a cura da syphilis adquirida ou hereditária. Seu efeito é rápido e não prejudica o organismo mesmo das crianças fracas de pais shyphiliticos, o que torna preferido aos seus congêneres. (DC, 13/01/1932).

Figura 7 - “Elixir bi-iodado arseniado”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 13/01/1932.

Acervo: Museu Campos Gerais.

Ainda sobre o controle das doenças sexualmente transmissíveis, chamadas na época de “doenças venéreas”, o DC traz o anúncio sobre a realização dos exames e tratamentos gratuitos para essas doenças. O curioso desse anúncio é que ele apresenta horários diferenciados para atendimentos a homens e a mulheres, talvez com o intuito de diminuir o constrangimento e incentivar a procura por esse tipo de serviço. Interessante destacar que o referido “dispensário” funciona no local onde, até hoje, há a oferta de serviços públicos de saúde em Ponta Grossa, situado na rua Engenheiro Schamber. Segue a transcrição desse anúncio:

Dispensario Anti-Venereo

Rua Engenheiro Schamber (prédio onde funcionou a Associação Democrata)

Exame e tratamento gratuitos das manifestações contagiosas das doenças venéreas. Diariamente das 14 as 15 (consultas para homens) e das 15 as 17 (consultas para senhoras).
Vaccinação contra a variola das 13 as 14 horas. (DC, 03/01/1922).

Sobre a discrição e o constrangimento que geralmente envolvem as doenças sexualmente transmissíveis, Lara (2016, p. 99), em propagandas especificamente destinadas para o combate à sífilis, assevera que “o que era até então assunto não tão presente nas pautas de discussões medicinais e sanitárias, devido sua característica relacionada com a lascívia moral, chegou ao limite da ocultação, pois a sífilis tomou uma enorme proporção de disseminação no país do início do século XX”.

Nesse sentido, Conceição (2015, p. 311), afirma que:

Investigando a representação de mulher saudável, percebeu-se que as notícias, as imagens e os textos publicitários contidos nas páginas dos jornais contribuíram para a disseminação de ideias propaladas pelos médicos, que colocavam a mulher como alvo principal da educação para a saúde, pois, devido aos filhos que gerava e criava, a mãe era considerada responsável pelo futuro de sua família e, indiretamente, do próprio país. Entretanto, a imagem/representação de mulher e mãe ideal (recatada, dedicada ao lar) difundida pelas páginas da imprensa diária não esteve isenta de ambiguidades e contradições. Embora a função materna fosse considerada inerente à natureza da mulher, devido às características tidas como femininas: cuidado, dedicação, abnegação, paciência, a mulher nem sempre era considerada capacitada para realizar tal tarefa, necessitando ser educada pelos doutores, que tinham como importantes aliados os jornais diários e seus representantes, bem como a divulgação do conhecimento científico pela publicidade, que tinham em particular o interesse de lucrar com os medicamentos e as fórmulas mágicas que anunciavam para combater os males que afligiam o corpo feminino.

Essas impressões fornecidas por Conceição (2015) vão ao encontro das obtidas por nossa pesquisa. Além disso, outras propagandas prometiam embelezar as mulheres, sugerindo o uso de produtos estéticos e também alimentícios. Algumas dessas propagandas eram destinadas para as mulheres solteiras e jovens, destacando-se o uso do pronome de tratamento “Senhorita” e outras eram dirigidas para as mulheres em geral, sem especificação.

Em uma dessas propagandas, apresenta-se o chamado “pó de arroz”, item de maquiagem bastante difundido nesta época. A transcrição assinala: “Senhorita! Experimente o excelente Pó de Arroz ADORAÇÃO, o melhor, e mais aderente e o mais perfumado. Em todas as cores e em dois tamanhos. Só na CASA PROGRESSO. [...]”. (DC, 03/05/1933).

Figura 8 - “Belleza que não necessita artificios”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 30/01/1932.

Acervo: Museu Campos Gerais.

A imagem anterior, com o rosto de uma mulher, associa a beleza feminina à alimentação, sugerindo que a ingestão de determinado alimento, traria a “formosura” de modo natural. Dizia a propaganda:

Belleza que não necessita de artificios

A BELLEZA que se baseia em um regimen racional de vida, com um systema de alimentação apropriado, não murcha facilmente.

O Quaker Oats, tomado diariamente, enriquece o sangue, dá côr às faces, dá um aspecto encantador de saude e proporciona abundancia de energia, combatendo o cansaço, o maior inimigo da belleza. É um alimento equilibrado que nutre os nervos e os dentes. [...]. (DC, 30/01/1932).

Santos (2011, p. 148-149), a partir de suas pesquisas sobre as representações femininas em artigos direcionados para as mulheres, afirma que “a beleza feminina era caracterizada por uma aparência natural, jovial, sedutora e ao mesmo tempo, discreta, e era colocada como um atributo indispensável para a vida da mulher moderna, sendo prescrita e valorizada em artigos que continham dicas de embelezamento e de moda”. Lara (2016) corrobora essa associação entre as propagandas e a imagem de boa saúde. Sobre isso, Conceição (2012, p. 59) explica que, similarmente ao que foi observado no “Diário dos Campos”:

[...] muitas vezes nas propagandas dos jornais saúde e felicidade no lar eram associadas para vender um medicamento, explicitando um modelo ideal de família e da mulher como “rainha do lar”; a relação íntima entre saúde e beleza feminina também esteve presente em diversos anúncios publicados nos anos 1920 nos periódicos curitibanos.

Sobre a veiculação dos produtos de beleza nos jornais nas primeiras décadas do século XX, Conceição (2012, p. 67) esclarece que “[...] o embelezamento físico da mulher, importante para garantir a felicidade no casamento (evitaria que o marido se perdesse com prostitutas, jogos e álcool), também seria alcançado com atividades físicas”. Dessa forma, constata-se uma possível intenção de conter os chamados impulsos masculinos e reforçar a relevância da manutenção do núcleo familiar tradicional com as mulheres dedicando-se aos cuidados com a casa, com os filhos e com o marido, o qual deveria dispor de todas as condições para estar apto a trabalhar e, assim, todos juntos construiriam um novo Brasil.

Já sobre a relevância dos investimentos na educação em saúde para a mulher nesse contexto, Lara (2016, p. 118) assegura que “a mulher é elemento inerente à disseminação do discurso do progresso pelo viés da medicina, pois com sua função definida no seio da família e também da sociedade, tem em seu organismo o foco da reprodução saudável, gerando indivíduos fortes para o trabalho”.

O apelo aos benefícios das atividades físicas também foi observado na pesquisa de Lara (2016, p. 113), uma vez que:

As práticas esportivas adentraram o país com maior intensidade, principalmente no início do século XX, juntamente com as demais novidades dos modos de vida. [...]. Assim, o hábito a prática de esporte fora estimulada pelo Estado Novo desde a infância, pois desta forma, acreditava-se na formação de uma população com corpos fortes, sadios e preparados para o trabalho.

Já outras propagandas responsabilizavam a mulher por seus problemas estéticos, os quais seriam evitados se os produtos indicados nas propagandas fossem utilizados, conforme também apontado por Santos (2011). A seguir verifica-se um exemplo disso, em que o anúncio acusa a mulher de ser a culpada por ter acne e manchas na pele:

Você é a culpada!
De ter a pele cheia de Espinhas e manchada
Isso não aconteceria se usasse sempre o “Sabão Russo”
Use-o: Para ter a cabeça limpa de caspas, os cabelos macios, brilhantes e ondulados.
Use-o: Contra cravos, rugas, frieiras, golpes ou quaisquer affecções cutâneas. [...].
(DC, 04/05/1933).

Outra questão importante sobre os artigos e propagandas direcionados para a saúde da mulher, considerando-a como a transmissora desses ensinamentos para o restante da família, reside nas reportagens que condenavam os maus hábitos de saúde, como o fumo, por exemplo. No entanto, deve-se lembrar que, no contexto dos anos de 1920 e 30, as discussões sobre os malefícios do cigarro para a saúde ainda eram tímidas. Além disso, nesse exemplo, cabe a problematização de que, a crítica do “Diário dos Campos” destinava-se à vitória das feministas, no sentido do direito de fumar, criticando esse hábito, até então, tipicamente masculino. A preocupação com a saúde, nesse caso, parecia ser secundária. É interessante perceber que dentre os três médicos que defendiam a postura de que as mulheres não deveriam fumar, alegando que elas teriam a saúde delicada em comparação aos homens, assim como, ainda segundo esses médicos, elas portariam um sistema nervoso frágil e propenso à histeria, além de prejudicar a gestação, encontrava-se uma médica, ou seja, uma mulher, a qual se alinhava ao discurso de seus colegas do gênero masculino. A transcrição a seguir sustenta o que foi exposto:

Uma victoria negativa do feminismo

As mulheres inglezas dominadas pelo tabagismo

Londres, setembro (U. P.)

Quando aqui na Inglaterra as senhoras começaram a fumar, ninguém ligou maior importancia ao facto. A guerra tudo mudara e o cigarro, aos olhos da maioria, não passava de uma distracção innocente embora não muito conveniente, que dentro em pouco cahiria em desuso. Mas, o tempo passou sem quem mães e filhas diminuíssem o seu entusiasmo pelo fumo. O signal de alarme foi dado agora. A ingleza está se excedendo. A distracção transformou-se em vicio. Os medicos londrinos estão agindo com energia contra o mal, que affirmam ser a causa de molestias graves.

Damos a seguir alguns exemplos:

Dr. Bernard Hollander, especialista de doenças mentaes, diz:

“As mulheres estão levando a extremo o habito de fumar. No organismo feminino predominam os nervos emocionaes. A mulher tem assim muito mais probabilidades de ficar hysterica em consecuencia de doses demasiadamente fortes de nicotina-veneno, do que um homem. Além disso, a mulher não gosa tanto o fumar como o homem, e a maior parte das mulheres fuma apenas por ser moda e afim de attrahir a attenção das outras pessoas sobre si”.

Diz a dra. Octavia Lewin:

“A mulher em geral já tem bastantes aborrecimentos a suportar. O dever de cuidar de muitas creanças fortalece talvez os seus nervos, mas ella não deve fazer seu systema nervoso arcar a mais com o fardo das grandes doses de nicotina. Além disso o habito forçosamente prejudicará a maternidade. Quasi nenhuma mulher realmente gosta de fumar e fuma apenas afim de seguir a moda”.

Diz um medico no “Times”: “A absorpção de nicotina produz um estado nervoso, que causa pena aos observadores. A victima soffre de palpitações e esgotamento, tornando-se ás vezes hysterica, e ameaçada em suas faculdades mentaes. “O delicado systema nervoso da mulher não foi feito para arcar com grandes doses de ‘veneno-nicotina’”. (DC, 24/10/1922).

Ainda sobre o ato de fumar por parte das mulheres, Perrot (1998, p. 43) destaca que esse seria um movimento de independência e liberdade delas:

As mulheres também não devem fumar em público, o que, no entanto, algumas delas faziam normalmente nos séculos XVII-XVIII, a acreditar em documentos daquela época. O uso do tabaco masculiniza-se nos séculos XVIII-XIX. [...]. Foi com a chegada do cigarro inglês ou americano, fumado em particular e depois nos terraços dos cafés, graças principalmente à piteira, acessório elegante dos anos 1930, que as mulheres recomeçaram a fumar. Elas até fizeram disso um emblema de sua emancipação, como, na mesma época, o corte dos cabelos.

Retomando a questão sobre as possíveis desvantagens biológicas das mulheres, tanto por questões hormonais, como pela gestação, entre outras alegações, Laura Sánchez Pereira (2017, p. 49), ao pesquisar a trajetória de Nísia Floresta – grande defensora dos direitos femininos - discute que uma das justificativas dos homens para impedir ou dificultar o acesso das mulheres aos estudos, sustentava-se na suposta inferioridade biológica delas, argumentando que elas “não teriam condições de receber instrução intelectual”.

Sendo assim, a partir do que foi discutido até aqui, muitos pontos podem ser problematizados, por exemplo: a) O acesso médico às parturientes possivelmente é oferecido preferencialmente para quem pode pagar por ele; b) O ideal de mulher – pura, casta, boa mãe, dedicada ao lar – continua a ser pregado; c) A imagem da mulher continua sendo a de submissa; d) A ciência tenta provar que a mulher é inferior ao homem, apelando para o desequilíbrio hormonal, ocasionado pelo período menstrual; e) Os conhecimentos formais e científicos são valorizados em detrimento dos informais e populares, como os das parteiras. Enfim, muitas outras análises podem ser realizadas a partir do que foi discutido.

Constata-se, portanto, que, por meio dos dados expostos nesse tópico, o jornal “Diário dos Campos” colaborou com a conformação de um *habitus*, pautado no modelo educacional sanitarista ou higienista para o gênero feminino, constituindo a mulher como foco desses ensinamentos, os quais deveriam ser, por ela transmitidos para a família, contribuindo assim, para a construção da nação, seguindo os preceitos republicanos. Além disso, é possível sustentar que o DC defendeu, na maior parte das edições analisadas, uma visão mais tradicional de mulher, caracterizada pelo recato e pelo vínculo ao espaço privado do lar.

Ademais, observou-se uma forte valorização da imagem da mulher no papel de professora, especialmente após a criação da Escola Normal em Ponta Grossa em 1924. Antes desta data, o DC já demonstrava um profundo respeito pelas docentes que atuavam na região dos Campos Gerais, no entanto, constata-se que essa admiração cresceu, assim como, o número de referências às ações dessas professoras na cidade. É importante salientar que a imagem de professora veiculada pelo DC corresponde a uma configuração que apresentava a mulher como a “mãe espiritual”, abnegada, com vocação para a docência.

Em relação à representação da educação das mulheres, podemos dizer que o DC apresentou em suas páginas, um modelo de educação voltado para os trabalhos manuais, direcionado para os cuidados com a casa e com a família, num padrão de curricularização escolar diferente do oferecido aos homens, uma vez que para elas eram destinados os ensinamentos que envolviam trabalhos como pintura, costura e bordado, cuidados domésticos, e economia domiciliar, entre outros. Já para os homens estavam reservadas as chamadas ciências duras, como os cálculos, a matemática, a física. Além disso, postulou-se a ideia de investimento na educação em saúde, como forma de que as mulheres cuidassem de si mesmas, gerando filhos fortes e também no que diz respeito aos demais membros da família, especialmente o marido, atentando para que ele tivesse boas condições físicas e mentais que o possibilitassem ser o provedor da casa.

No entanto, com as transformações que ocorriam no mundo nas primeiras décadas do século XX, no Brasil e também em Ponta Grossa, circularam novas ideias, novas concepções e novas posturas que acabaram delineando novas representações femininas e de sua educação, que se somaram às que já existiam. Sobre esses novos comportamentos e as novas representações do gênero feminino que foram se conformando para elas e também por elas, nesse contexto, trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

“A mulher desperta”: inserção do gênero feminino em espaços sociais quase nunca antes imaginados

O título acima, publicado em uma reportagem pelo DC em 25/10/1920, assinado por Vianna de Carvalho, representa o que pretendemos expor nesse terceiro capítulo, ou seja, que as mulheres, aos poucos, foram se inserindo nos diversos espaços sociais, participando das discussões que se desenvolviam na sociedade das décadas de 1920 e 30, expondo suas opiniões e lutando pela aquisição de novos direitos que elas acreditavam que mereciam alcançar. Dessa forma, na transcrição dessa reportagem pode-se ler:

A mulher desperta

O incidente ocorrido na primeira assembléa da “Legião da Mulher Brasileira”, tem maior significação do que se possa depreender dos commentarios traçados pela imprensa. Como está no conhecimento publico, algumas senhoras bem intencionadas formaram o projecto de organizar-se um gremio feminino de protecção ao sexo e de desenvolvimento moral e intellectual de suas associadas. [...]. Ella acorda agora do mutismo intellectual em que a conservou, durante seculos, a nefasta ministration dos dogmas, capciosamente inventados pela theologia. Começa a se convencer de que para servir a Deus e á humanidade não é preciso ajoelhar-se deante de ídolos, nem no tribunal iniquo do confessional, nem sobre as lages estioladoras de um claustro escuro. [...]. O lugar de sua actividade bem fazeja fica junto aos berços carecidos de affecto, próximo à viuvez contristada e à indigencia do corpo e da alma, tão generalizada no seio das nações modernas. [...]. (DC, 25/10/1920).

O artigo acima trata das discussões e desentendimentos ocorridos na primeira assembleia da “Legião da Mulher Brasileira”, entidade criada por um grupo de mulheres, segundo o Diário dos Campos, “bem intencionadas”, com o intuito de “[...] organizar um grupo feminino de proteção ao sexo e ao desenvolvimento moral e intelectual de suas associadas” (DC, 25/10/1920).

Nesse sentido, este capítulo pretende apresentar três posições principais que foram adotadas pelas mulheres e constatadas durante esta pesquisa, a saber: a) Novas possibilidades de atuação para o gênero feminino, indo além das atividades relacionadas ao lar e, posteriormente, com a docência, compreendida como uma profissão adequada para as mulheres; b) Protagonismo cultural das mulheres, evidenciado pela participação das mesmas em várias atividades artísticas e culturais, como teatro, música, canto, literatura, entre outras; c) Participação política do gênero feminino, a partir do alcance do direito ao voto pelas mulheres.

Desde o final do século XIX com a Proclamação da República e no início do século XX, as mulheres receberam a incumbência de guiar os “filhos da nação”, por meio da educação,

como professoras. Além disso, ao gênero feminino foram inculcadas as ideias de esposas perfeitas e mães zelosas, preocupadas com o bem-estar de suas famílias, pois, a educação deveria começar no lar e as mulheres tinham o perfil adequado para essa missão. As questões sanitárias e de saúde também estiveram fortemente associadas ao *habitus* das mulheres nesse contexto.

As características e modelos educacionais femininos mencionados anteriormente foram, em grande parte, encontrados durante a década de 1920 e também de 1930, estampando as páginas do jornal “Diário dos Campos”. No entanto, também constatamos que as mulheres foram conseguindo alçar voos mais altos, conquistando novos ambientes, posições, cargos e responsabilidades, até então destinados apenas aos homens, gerando outras representações que podem ser observadas nas publicações do DC. Isso remete às diferentes representações das mulheres ditas respeitáveis e as condenáveis. Sobre isso, Perrot (1998, p. 41) problematiza que:

Os gestos obedecem a códigos de urbanidade que ditam o que uma mulher “decente” deve evitar fazer. A coerção pesava com mais força sobre as mulheres “da sociedade”, em razão de sua função de representação, do que sobre as mulheres do povo, infinitamente mais leves em seus movimentos, pelo menos enquanto não educadas. A escola ou a moda certamente desempenharam, sob este aspecto, certo papel.

Desse modo, procuramos perceber a relevância da criação da Escola Normal nesses processos e podemos considerar que, com a implantação dessa escola de formação de professores, certamente as possibilidades para as mulheres pontagrossenses e da região dos Campos Gerais aumentaram, proporcionando que novos espaços pudessem ser atingidos.

3.1. “O trabalho e a mulher”: novas possibilidades de atuação feminina

As primeiras décadas do século XX constituíram-se como anos de muitas mudanças para o Brasil e para o mundo, e, também para Ponta Grossa. E as mulheres não ficaram de fora dessas transformações, conforme expressa a parte inicial do título desse item, publicado pelo DC em 04/08/1932. Sobre isso, Chaves (2001, p. 14) assinala que “a partir de 1920, o desenvolvimento urbano de Ponta Grossa tomou forte impulso. Ao longo da década de 1920 registrou-se uma ocupação ocorrida sobretudo ao longo dos trilhos da estrada de ferro, que seguiam os espigões do relevo”. Esse desenvolvimento retratado pelo autor pode ser expresso também pelo movimento educacional ocorrido no período e também na atuação das mulheres em novos espaços sociais até então ocupados majoritariamente por homens. Sobre isso, Santos (2011, p. 149) sinaliza que, em sua pesquisa:

[...] os artigos sobre o trabalho feminino fora do âmbito doméstico e sobre sua atuação no campo da política continham elementos que permitiram perceber um movimento de negociação entre os valores mais estabilizados socialmente e aqueles próximos de uma perspectiva moderna, revelando que a própria ideia de emancipação feminina já não podia ser negada e que, de modo crescente, ia tomando as páginas dos periódicos analisados.

Os fatos salientados por Santos (2011) e apontados na citação anterior, também foram observados em nossa pesquisa. Assim, concomitantemente à atuação como professoras, desenvolvendo, muitas vezes, suas atividades docentes em escolas particulares, algumas funcionando na própria casa das professoras, as mulheres também exerciam outras atividades nos anos de 1920 e 1930, sendo o ano de 1924 – ano da inauguração da Escola Normal em Ponta Grossa – um marco na vida da população feminina dos Campos Gerais. Com a criação dessa escola, muitas mulheres puderam sonhar em exercer uma atividade fora do lar, haja vista que a docência feminina, nesse contexto, era algo apreciado pela sociedade e até apoiado pelo ideário republicano. Sobre isso, no fim de 1932, o jornal “Diário dos Campos” noticiou a colação de grau dos normalistas e, inclusive, cita os nomes dos formandos, dentre estes, encontravam-se os nomes de muitas mulheres:

Pela educação

Colação de Grau

No salão nobre da Escola Normal, terá lugar a 17 do mez corrente, ás 20 horas, a solemnidade da colação dos professorando de 1932 desse conceituado estabelecimento de ensino. A seguir, em regozijo a esse auspicioso acontecimento, será promovido grandioso sarau dançante. Os professorandos que ora se vêm gloriando por meritorios diplomas são os seguintes: Zilda Cavallin; Sezinando de Andrade; Alice Andrade; Zidah Guimarães; Humberto Schena; Diva Cunha; Maria de Souza; Mitila Rodrigues; Edla Ferraz; Mary Prado; Wanda Sá; Maria de Lourdes B. Macedo; Clementina Lona; Eudoxia Gonçalves; Herondina Gonçalves; Frieda Mayer; Nidia Del Claro; M. Lourdes Pinto; Claudinora Santos; Ruth Guasque; Placido Cardon; Hamilton Oliveira; Cacilda Bone; Azize Mattar; Marcelina Dantas; Otoniel Santos; Julita Cardoso; Izabel Andrade; Onelio Bascovia; Teodosia Stracheska; Sebastião Moura; Magdalena Kruger; Maria Clara Guimarães; Edith Novais Ribas; Lorys Jorge; Maria Zenita Teigão. (DC, 13/12/1932).

Esse movimento das mulheres em direção a novos desafios em espaços públicos também foi problematizado pela autora Danielle Gross de Freitas (2011, p. 20), ao pesquisar a Escola Profissional de Curitiba, apontando que:

A história da instalação da Escola Profissional Feminina de Curitiba insere-se num contexto macro-histórico de consolidação de um regime político republicano, baseado nas doutrinas do liberalismo que, dentre outras ações, visava estrategicamente alargar a participação política e garantir maior liberdade à população. No entanto, essa ampliação cívica abrangia a representatividade de certa parcela da população,

encontrando-se grande parte das mulheres descartadas de papéis participativos na sociedade, o que repercutia numa condição de afirmação de diferenças estabelecidas entre homens e mulheres: àquele cabia o provento da família e a representação frente à sociedade e a estas a função de garantir os afazeres domésticos, cuidar e educar os filhos, bem como, eventualmente, extrapolar as barreiras do lar quando necessário para complementar a renda familiar. A educação e a escolarização desenvolvidas no período em destaque, grandes motes responsáveis por referendar a atuação do governo republicano diante de sua população, caminhavam em consonância com tal divisão dos papéis desempenhados por homens e mulheres, bem como endossavam as distinções relacionadas à sua circulação nos espaços público e privado.

Nesse sentido, percebemos que no jornal “Diário dos Campos”, em meio a reportagens, notícias e propagandas de cunho mais tradicional, que representavam as mulheres nos já citados papéis de mãe, esposa, professora e missionária dos preceitos higienistas, foram surgindo outras notícias que retratavam as mulheres por um viés mais autossuficiente e emancipado. Pode-se conjecturar que essa autonomia não se deu de forma completa já nos primeiros tempos, devendo, portanto, ser compreendida como um processo longo, moroso e repleto de resistências, tensionamentos e embates. No entanto, alguns avanços já puderam ser visíveis. Muitas discussões giravam em torno do fato das mulheres adquirirem maior liberdade de escolha, seja na educação como um todo, mas também na cultura e, principalmente, na política com a conquista do direito ao voto. Sobre isso, Freitas (2011, p. 38) assinala que:

Reconhecido está o lugar de destaque ocupado pelas mulheres nos discursos veiculados, principalmente pela imprensa. No entanto, essa mobilização de articulistas em cunhar as situações de conquistas por elas experienciadas, não coloca em xeque a representação feminina de coexistência entre mundo do trabalho e doméstico.

Dessa forma, segundo Norma Telles, (2015, p. 66-67), “a ocupação feminina no magistério constituiu-se no ponto de partida para a transição do espaço privado para o público, para a emancipação social e foi o possível, no momento histórico, em que viveram”. Sobre isso, Freitas (2011, p. 24), destaca que:

Em uma análise acerca da mulher dos primeiros decênios do século XX de maneira geral, é possível diferenciar aquelas que apresentavam comportamentos mais restritos e introspectivos daquelas que se arriscavam em transpor as barreiras do lar. Isto é, gradualmente, a roupagem romântica atrelada à mulher, que deveria apenas restringir-se ao âmbito doméstico, estava dando lugar a uma preocupação e ao desejo de ver a mulher educada, preparada para enfrentar uma vida social mais ampla, ainda que restrita a algumas atividades.

Perrot (1998, p. 37) contribui com esse debate, esclarecendo que:

No século XIX, as mulheres se mexem, viajam. Migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades, onde acham emprego principalmente como empregadas domésticas. [...]. Existem lugares praticamente proibidos às mulheres – políticos, judiciários, intelectuais, e até esportivos... -, e outros que lhes são quase exclusivamente reservados – lavanderias, grandes magazines, salões de chá...

Assim, paulatinamente, as professoras normalistas foram adquirindo maior espaço social, passando a utilizar o DC com maior frequência para noticiar as novidades sobre suas escolas, conforme já apontamos. Um exemplo disso é um pequeno, porém importante artigo sobre a formatura da Escola Cosmopolita, salientando o nome de sua dirigente, a professora Tharcylla Chapout. Alguns dos nomes femininos ligados à educação nos Campos Gerais puderam ser acompanhados no jornal “Diário dos Campos”, durante o período analisado por esta pesquisa e a professora Tharcylla é uma dessas personagens, numa demonstração de continuidade e desenvolvimento das atividades educacionais dessas mulheres: “Pela educação - Terá lugar, no salão nobre exames dos alumnos da Escola ‘Cosmopolita’. Os alumnos desta escola, dirigidos pela illustrada professora Tharcylla Chapout, lograram obter bom êxito em seus exames”. (DC, 16/12/1932).

Constata-se, também, que as mulheres passaram a ocupar, além do cargo de professoras, a função de diretoras das escolas pontagrossenses. Essa atuação já ocorria com as docentes que lecionavam em suas próprias casas. No entanto, elas também vão assumindo as funções de gestão das escolas públicas, posto que anteriormente competia somente aos homens. Um exemplo disso é a publicação que se refere a uma diretora de escola, no caso, do Grupo Escolar Senador Corrêa, chamada Myrian de França Souza, que encontra-se na sequência:

Grupo Escolar “Senador Corrêa”

Aviso aos srs. Pais que a matricula, para as diversas classes deste grupo, acha-se aberta desde o dia 6 do corrente mês, das 12 horas em diante devendo o mês de março, de acordo com o novo Regulamento em vigor.

Ponta Grossa, 2 de fevereiro de 1933.

A diretora: Myriam de França Souza. (DC,03/02/1933).

Sobre o fato de as mulheres ocuparem cargos de chefia no campo da educação, deve-se lembrar que, no início de suas atividades educacionais, as mulheres foram impedidas de atuar livremente, conforme assinalam Rabelo e Martins (2006, p. 6172):

[...] [no início] a condução da educação não era exercida pelas mulheres, elas apenas lecionavam. A estruturação da mesma, os cargos administrativos e de liderança, eram geridos pelos homens. Dessa forma, havia um grande controle sobre a atuação das professoras, inclusive sobre sua sexualidade. A escola continuava relegando a mulher a um plano secundário, perpetuando a submissão existente na sociedade patriarcal.

Dessa forma, além de atuarem na Escola Normal, muitas mulheres assumiram outros postos de trabalho, exercendo atividades de docência em outros campos. Um exemplo disso é a nota a seguir, em que uma professora – não há menção ao nome dela – de “piano, bordado à mão e à machina, pintura americana e outros trabalhos” oferecia seus serviços no jornal “Diário dos Campos” (DC, 22/04/1921). Pode-se pressupor que esses serviços eram endereçados às mulheres, especialmente os de pintura e bordado, pois eles remetiam ao ambiente doméstico, espaço social ainda destinado exclusivamente ao gênero feminino nesse contexto, numa clara demonstração das contradições que caracterizavam esse período, pois ora as mulheres estariam destinadas ao lar, ora estariam buscando novos desafios.

Outra mulher que se apresentava no “Diário dos Campos” na edição de 19/05/1921 como Madame Blanche Lapalu, também oferecia aulas de piano, solfejo e francês. Ela salientava que era “diplomada pela Universidade da França”, aludindo à relevância do capital cultural institucionalizado, ressaltando sua formação acadêmica no campo da música.

Percebe-se que muitas dessas mulheres que ofereciam seus serviços educacionais no DC eram possuidoras de capital cultural, pois ofertavam o ensino de línguas (Inglês, Francês) e de música (piano, solfejo, violão). Muitas delas, inclusive, eram diplomadas por universidades, como a professora referenciada no parágrafo anterior, ou seja, possuíam educação formal em diferentes áreas do conhecimento, ou seja, capital cultural institucionalizado que lhes possibilitava meios de garantir a autonomia por meio do trabalho.

Em outro anúncio da edição de 20/10/1932, havia a oferta de aulas de “inglez” com uma professora que se apresentava como: “Senhora com perfeito conhecimento do inglez, leciona essa língua em praso curto”. Porém, não há referência sobre o nome dessa docente no anúncio, constando apenas seu endereço.

Ainda em relação ao domínio de idiomas, em outra ocasião, na edição de 11/08/1933, o “Diário dos Campos” anunciou as aulas de Francês, oferecidas pelas professoras Leonor Tellier e Lygia Pinheiro Machado, demonstrando, novamente, o capital cultural sendo explorado como forma de trabalho pelas referidas docentes.

Outra ocupação bastante comum nesse período foi a de datilógrafa, profissão bastante apreciada para mulheres, assim como, o cargo de secretária, tanto de empresas, como de escolas. Em uma propaganda veiculada na edição de 24/01/1922, a “Escola Remington – Curso de Dactylographia”, esclarecia que sua direção estava a cargo da professora Sylvia Wey. Em outro anúncio de 25/01/1933, há menção a outra mulher que também oferecia seus serviços

como datilógrafa, com preferência para trabalhar no comércio. Infelizmente não há a referência ao seu nome, apenas consta o endereço para correspondência.

Além das profissões consideradas mais convencionais para as mulheres desse contexto histórico, extrapolando a docência, outras um pouco menos tradicionais também surgiram e foram noticiadas pelo “Diário dos Campos”. Um exemplo é o caso da aviadora Anésia Pinheiro Machado, citada na edição de 07/09/1922, explicitando a atuação de uma mulher em um campo ocupado majoritariamente por homens.

Esse fato ocorreu no Rio de Janeiro e, conforme já explicamos, o DC tinha o hábito de reproduzir notícias e reportagens de outros jornais. Assim, apesar de o caso da aviadora Anésia não estar relacionado diretamente com a cidade de Ponta Grossa, podemos refletir sobre o fato de que a notícia de uma mulher pilotando, sozinha, um avião no ano de 1922, possivelmente tenha causado algum sentimento – seja de espanto, de admiração, de crítica etc - nos sujeitos que leram essa reportagem em Ponta Grossa. A circulação dessa notícia demonstra que uma mulher, em alguma região, perto ou longe, estava se atrevendo a exercer uma atividade, até então, nunca imaginada para uma mulher. Assim, a partir desse acontecimento, a ideia de possibilidade, de ousadia, de iniciativa, de encorajamento e também de atrevimento, poderia, de repente, estimular sonhos e anseios nos leitores, mulheres talvez.

Sobre isso, Claudia Musa Fay e Geneci Guimarães de Oliveira (2013, p. 1) atestam que, desde muito tempo, “as mulheres ao direcionarem suas carreiras profissionais para a aviação, em particular à cabine de comando, se deparam com um mundo predominantemente masculino, o que, por si só, representa quebra de paradigmas”. A transcrição do feito da aviadora Anesia está a seguir:

A aviadora Anesia

Rio, 6. A aviadora Anesia Pinheiro Machado, que propoz executar o raid S. Paulo – Rio levantou vôo anteontem, do campo de Hygienopolis, escalando em Guaratinguetá, onde pernitoiu. Hontem levantou vôo novamente, aterrando no Campo dos Affonso, aqui, á tarde. (DC, 07/09/1922).

Alguns anos mais tarde, já em 1935, o DC noticiou as atividades de outra aviadora, chamada somente como “aviadora Batlen”, expressando novamente, a circulação de novas ideias e de novas possibilidades, talvez ainda, não concretas, no entanto, demonstrando que havia quem se aventurasse em novos desafios. Dizia o comunicado:

Notícias desta noite, procedentes de Natal, adeantam que chegou alli ao entardecer a aviadora Batlen, que partira do aeródromo de Dakar, á hora 5,30 da manhã. A referida aviadora declarou que o vôo se fez sem qualquer obstáculo, mostrando-se ella radiante

pelo sucesso alcançado e pelo espetáculo que lhe ofereceu a travessia. (DC, 14/11/1935).

Perrot (1998, p. 93) contribui com esse debate, discorrendo sobre a relevância das mulheres nos momentos de conflitos, a partir da reflexão em relação às ocupações tidas como típicas do gênero feminino ou do masculino:

Em tempo de guerra, os homens estão na frente da batalha, as mulheres na retaguarda. Fazem tarefas masculinas e, com isso, invadem espaços que antes não ocupavam. Durante a Grande Guerra, elas dirigem bondes ou táxis, entram nas usinas metalúrgicas onde, principalmente na Inglaterra, elas pouco trabalhavam; moldam obuses, ajustam peças, manejam o maçarico, às vezes com alegria.

Ainda sobre a ação das representantes do gênero feminino em áreas tradicionalmente dominadas por homens, o DC trouxe a palavra de uma mulher chamada Noemy Valle Rocha, a qual é apresentada como “Dra.”. Nesse anúncio, a “Dra. Noemy”, possivelmente uma médica, indica o “Elixir de Nogueira” para o tratamento da sífilis. Aqui cabe a problematização sobre o fato de uma mulher ter o aval para indicar um medicamento para o tratamento da sífilis – grave doença que muito preocupava as autoridades da época e que geralmente é transmitida sexualmente – e também pelo fato de haver a presença de uma mulher na área da saúde, com referenciais para indicar algo, ou seja, com capital simbólico para tal ação. Segundo essa nota, a “Dra. Noemy” seria do Rio Grande do Sul e, aqui novamente, o DC reproduzia um anúncio de uma outra região, confirmando o que já apontamos anteriormente: que o DC veiculava anúncios de outras localidades, assim como, reportagens e textos de outros jornais. Além disso, nessa nota, verifica-se a circulação de um nome feminino associado a um campo que, pelo menos na cidade de Ponta Grossa, no contexto que elencamos para nossa pesquisa, só havia médicos e nenhuma médica.

Sobre isso, segundo Elisabeth Juliska Rago (2000, p. 204), “em meados do século XIX, a oposição às mulheres que optavam pela medicina era muito maior do que aquela feita em relação às profissões de menor prestígio como a enfermagem e o magistério”. Fato esse que não se modificou tão rapidamente. Nesse sentido, a referida notícia sobre o “elixir” da Dra. Noemy trazia:

Dra. Noemy Valle Rocha
No Rio Grande do Sul
Attesto que o preparado ELIXIR DE NOGUEIRA, do Pharmaceutico chimico João da Silva Silveira, é um optimo depurativo, que tenho usado na minha clinica, com resultados satisfactorios, nas afecções de origem syphilitica. [...]. (DC, 23/10/1923).

Sobre a relação entre as mulheres e a Medicina, Rago (2000) explica que uma das primeiras médicas brasileiras, chamada Maria Augusta Generoso Estrela, oriunda de uma família de posses do Rio de Janeiro, moça culta, leitora habitual de jornais e impressos da época, pediu ao seu pai, senhor Albino Generoso Estrela, para cursar Medicina: “[ele] pediu a filha que não se preocupasse tanto com o futuro, além disso, a medicina não era uma profissão apropriada para mulheres. Porém, ao que parece, Maria Augusta Generoso Estrela já estava decidida a estudar medicina”. (RAGO, 2000, p. 205).

Assim, a corajosa jovem convenceu seu pai a deixá-la estudar Medicina nos Estados Unidos. Esse intento foi possível devido à família de Maria Augusta ser detentora de capital econômico suficiente para arcar com os custos dessa empreitada, além do capital simbólico e social que permitiram o acesso da jovem a uma universidade americana. Além disso, o fato de Maria Augusta ser culta e dispor das “credenciais” necessárias, segundo terminologia utilizada por Vieira (2001), certamente a favoreceram para que alcançasse seu objetivo. O apoio do pai também foi fundamental nesse processo.

Sempre que pode, seu progenitor apoiou as iniciativas da menina, mas, desta vez, ele teria de convencê-la a mudar de idéia. Afinal, Maria Augusta ainda era muito jovem para viver sozinha por tanto tempo, num país estranho além de ser elevadíssimo o custo de estudar numa faculdade no exterior naquela época. Os argumentos de Maria Augusta Estrela venceram a resistência do pai. A jovem carioca embarcou para os Estados Unidos em 1875, com apenas 15 anos de idade, para inscrever-se no curso preparatório, na Academia St. Louis, em Oswego, que a levaria ao New York Medical College and Hospital for Women, onde se formou no dia 29 de março de 1881. (RAGO, 2000, p. 206).

Perrot (1998, p. 109-110) também discorre sobre as dificuldades que as mulheres enfrentaram para tornarem-se médicas:

[...] houve em cada escalão, em cada especialidade conquistada, conflitos de saber e de poder. Contudo, já antes de 1914, existem algumas centenas de médicas na Grã-Bretanha e na França. As primeiras foram judias russas e polonesas expulsas pelo *pogroms*⁴³ e que se haviam beneficiado de uma abertura precoce da universidade às moças na Rússia dos czares. Elas inicialmente se introduziram na ginecologia, na puericultura, enquanto as especialidades mais técnicas, e especialmente a cirurgia, resistiram a elas durante muito tempo, e ainda hoje, mesmo num setor médico já amplamente feminizado. O hospital oferece um bom exemplo da incessante recomposição das fronteiras entre profissões masculinas e femininas. (Grifos da autora).

Além disso, em uma pequena nota que quase passou despercebida durante a pesquisa nas páginas do jornal “Diário dos Campos”, há a referência a uma médica – profissão rara entre

⁴³ O termo *pogrom* significa, em russo, perseguição a determinados grupos humanos, como os judeus, por exemplo.

as mulheres nas primeiras décadas do século XX – que se inscreveu no concurso da “Directoria de Saúde do Ministério da Guerra”. O intuito dessa médica era formar-se como a primeira tenente do Exército brasileiro – outra raridade desse contexto histórico para o gênero feminino, pois a área militar foi tradicionalmente ocupada por homens. Essa é uma demonstração de inserção das mulheres em um campo ainda dominado pelo gênero masculino. Essa mulher foi apresentada pelo DC como dra. Olga Gervasia Cavalcanti Vieira. Essa importante notícia sobre a ousadia e os avanços das mulheres na sociedade está apresentada na sequência:

Uma mulher tenente medico!

Rio, 9 (U.) – A dra. Em Medicina Olga Gervasia Cavalcanti Vieira inscreveu-se no concurso aberto na Directoria de Saude do Ministerio da Guerra, para matricula na Escola de Saude do Exercito. Sendo deferido teremos brevemente a primeira mulher te. Medico em serviço do Exercito. (DC, 10/02/1933).

Ainda em relação ao setor militar, em uma nota de pequeno tamanho, há a notícia de que uma mulher, chamada pelo “Diário dos Campos” de “Doutora Walkyria⁴⁴ Moreira da Silva Naked, conhecida causídica e revolucionária”, estaria comandando um batalhão no Estado de São Paulo. Essa notícia nos pareceu bastante desconcertante, haja vista o contexto histórico de lutas pelo voto feminino, por exemplo, e também pela tentativa de inserção na carreira militar, além do fato de a doutora Walkyria ser uma advogada – “causídica” – algo incomum para o contexto em questão. No entanto, a pequena nota não oferece maiores detalhes. A circulação das proezas dessas mulheres nas páginas do “Diário dos Campos”, conforme já apontamos, demonstra que os limites, anteriormente demarcados para o gênero feminino, estavam sendo tensionados.

A Dr Walkiria commanda um batalhão paulista

Consta que a srª Drª Walkyria Moreira da Silva Naked, conhecida causídica e revolucionaria, que por algum tempo residiu entre nos está commandando um batalhão na frente paulista de além Faxina. (DC, 25/07/1932).

Sobre isso, Perrot (1998, p. 136-137) afirma que “o serviço militar era considerado um equivalente da maternidade, o que justificava a isenção das mulheres”. Ainda sobre as mulheres no universo militar, o “Diário dos Campos” registrou que uma jovem de 17 anos ocupou a posição de sargento durante alguns dias em João Pessoa, na Paraíba, disfarçada de homem. Ela fez isso após cortar os cabelos e fugir de casa, apresentando-se ao quartel vestida com roupas masculinas e alegando chamar-se Mario Gonçalves – nome de seu irmão. Tão logo foi

⁴⁴ A grafia do nome dessa advogada é apresentada de duas formas no DC, na mesma notícia: Walkyria e Walkiria.

descoberta, retornou ao lar acompanhada de seu pai. Essa notícia, transcrita a seguir e tratada com grande admiração pelo periódico, demonstra que, aos poucos, as mulheres começavam a ultrapassar os limites que lhe eram impostos pela sociedade:

Sensacional!

Uma moça de 17 annos, era sargento do Batalhão João Pessoa – Uma mystificação bem urdida e melhor realizada.

O facto, realmente sensacional, que vamos narrar em seguida [...] é mais uma prova eloquente de que o feminismo cada vez mais se aproxima das possibilidades de victoria. O caso não é inedito em algumas partes do mundo, mas o é para a nossa capital.

Sargento no Batalhão João Pessoa

Desde sabbado pela manhã que fazia parte como sargento do Batalhão “João Pessoa”, uma senhorita de 17 annos de idade, que ali se apresentara em trages masculinos, sendo alistada e graduada no posto de sargento depois de mostrar habilidades nos exercícios militares que se realizou em conjunto.

Quem é a heroína

Trata-se da senhorita Mirgueta Gonçalves de Oliveira, filha do sr. Benedicto Gonçalves de Oliveira, conhecido commerciante na cidade. [...]. (DC, 02/09/1932).

Ainda sobre a inserção das mulheres na carreira militar, espaço historicamente caracterizado como masculino, Maria Celina D’Araujo (2003, p. 3) assinala que:

Tradicionalmente, a vida militar tem sido associada a risco, alta mobilidade geográfica, separação temporária da família, necessidade de praticar a violência, exposição a perigos, treinamentos intensivos, disciplina férrea, exercícios físicos pesados, solidez moral e obediência profissional acima de qualquer direito ou dever pessoal.

O exposto acima é corroborado por Perrot (1998, p. 137), quando a autora afirma que “a profissionalização e a relativa feminização dos exércitos modernos não abolem representações de longa duração”.

Nesse sentido, essa vida cheia de riscos e perigos foi considerada inadequada para o gênero feminino durante muito tempo. Por outro lado, “este enfoque sobre as mulheres e as Forças Armadas começou a mudar na medida em que novos direitos foram emergindo, entre eles o de a mulher poder escolher uma profissão vinculada às polícias e às próprias Forças Armadas”. (D’ARAÚJO, 2003, p. 3). Além disso, a autora ainda explica que:

Na década de 1980 [ou seja, algumas décadas após nosso recorte temporal] as portas da caserna foram abertas para as mulheres. Foram aceitas inicialmente nos quadros complementares de apoio administrativo e passaram a exercer funções nos quadros de médicos, dentistas, farmacêuticos veterinários, professores, economistas, advogados e outros. Foram depois incorporadas aos quadros permanentes, não exclusivamente femininos mas, mesmo nesta condição, não têm as mesmas oportunidades dos homens para galgar o topo da carreira. Muitos dos postos superiores estão condicionados ao exercício do comando, área ainda limitada para as mulheres. A presença da mulher

em missões bélicas está associada normalmente a momentos excepcionais. Fora disso, sua imagem está mais referenciada ao lar, aos filhos, à maternidade, à ternura do que à violência e ao mundo rude e cruel da guerra ou mesmo ao mundo impessoal e frio da caserna. Há exceções como Joana D’Arc que confirmam a regra de que mulheres guerreiras são mais comuns em tempos de guerra. Por isso mesmo são normalmente figuras lendárias, temas para filmes e mitologias. Por essas percepções sua entrada na vida militar se deu de forma muito especial e no Brasil não seria diferente: são admitidas, em geral, desde que limitadas a funções administrativas. Não podem ser deslocadas para funções de combate e na Marinha de vários países estão impedidas de embarcar. As restrições vão caindo com o passar do tempo mas ainda são objeto de intenso debate pois os desafios da luta e do combate continuam associados ao mundo masculino. (D’ARAUJO, 2003, p. 4).

Retornando a discussão ao campo da saúde, algumas mulheres também foram apresentadas pelo DC, oferecendo seus serviços como massagistas, ressaltando suas habilidades e experiências práticas, ou seja, valorizando os conhecimentos informais, em uma época em que ainda não havia, por exemplo, cursos de graduação em Fisioterapia⁴⁵, os quais somente seriam criados muitas décadas depois. Em um exemplo em particular, a senhora Anna Tavares publica seu anúncio com o título “Massagista alemã” (DC, 03/05/1933).

Em outra publicação há a referência a uma famosa psiquiatra da época que se encontrava em passagem pela região dos Campos Gerais. Era chamada pelo jornal por Madame Marozzine. É interessante perceber que o DC fazia questão de enfatizar que os conhecimentos dessa médica não eram populares, mas embasados na ciência, conforme demonstrado pela transcrição abaixo:

Uma palestra com Mme. Marozzine

Esteve anteontem á tarde em visita á nossa redacção a renomada psychiatra Madame Marozzine. [...]. Madame Marozzine não é uma cartomante vulgar. Seu trabalho tem fundamento scientifico. Faz, pela sugestão, curas maravilhosas. Mostrou-nos documentos importantes, que attestam a sua proficiencia. Muitos foram os doentes mentaes e nervosos e alcoolatras que conseguiram curar-se com Mme. Marozzine. (DC, 24/03/1933).

Ainda sobre a atuação das mulheres na área da saúde, o DC, na edição de 11/12/1923, também trouxe a notícia de que a “senhorita Vicentina de Mello Cunha, dillecta filha do snr. Irineo Cunha, concluiu com distincção o seu curso de pharmacia em S. Paulo”. Como era raridade nesse contexto que as mulheres tivessem formação superior – capital cultural institucionalizado –, possivelmente a notícia de que uma mulher concluía o curso de Farmácia, constituía-se num grande feito.

A imagem apresentada na sequência também apresenta algo incomum para a época, pois trata-se de uma propaganda de máquinas fotográficas, em que duas meninas se preparam para

⁴⁵ Segundo Cavalcante *et al* (2011, p. 513), “em 13 de outubro de 1969 com o Decreto-Lei 938, a fisioterapia se legitimou como profissão e desde então vem evoluindo a prática clínica com a pesquisa científica”.

fotografar uma senhora. Devemos considerar nessa imagem que, até então, geralmente os homens dominavam essa tecnologia e que, em 1922, expor duas “mocinhas”, senhoritas talvez, em um anúncio deste estilo, poderia ser considerado como algo inovador. No entanto, antes desta data, outras mulheres já se utilizavam da fotografia como meio de sobrevivência, desbravando novos campos para o gênero feminino, como, por exemplo, Fanny Paul Volk. Essa mulher fazia valer “[...] o ofício fotográfico em Curitiba em um momento histórico no qual tal profissão era incipiente nesta cidade, como também era uma profissão incomum e pioneira para a atuação de uma mulher”. (SIMÃO, 2010, p. 16). Dessa forma, a autora Giovana Terezinha Simão (2010, p. 138), pesquisando a vida e obra dessa pioneira do universo fotográfico feminino, ainda assinala que:

[...] no início do século XX, coube a Fanny conseguir existir socialmente sozinha em Curitiba carregando e administrando um estúdio fotográfico em meio a todos os elementos sociais que naquela época a inferiorizavam socialmente. Ou seja, era imigrante alemã, assim pela religião era considerada herege; pela conduta de ordem sexual era uma germânica, ou seja, uma mulher de moral duvidosa à sociedade receptora; soma-se o fato de ter se casado com o possível amante da mãe, isto - segundo o respeitável padre - que para a época valia mais que uma autoridade. Ainda, anos depois ela foi abandonada pelo marido, ficando com uma filha de dezesseis anos para terminar de criar e encaminhar para um casamento. Então, o principal desafio enfrentado por Fanny se inscreve no fato de ser uma mulher inserida em um ofício considerado masculino para época, mas que garantia o sustento de si e da sua filha. [...].

Figura 9 - “Fotógrafas”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 26/09/1922.
Acervo: Casa da Memória.

Todos esses achados confirmam as muitas transformações que foram ocorrendo na sociedade, marcando o desenvolvimento social, educacional e profissional das mulheres por muitas contradições e complexidades. Sobre isso, Niltonci Batista Chaves (2001, p. 2), em sua pesquisa sobre as representações sociais no jornal “Diário dos Campos”, destaca que “a sociedade ponta-grossense na década de 1930 pode ser definida como uma sociedade marcada pela pluralidade no campo das idéias e das manifestações culturais, religiosas, políticas e ideológicas”.

Chaves (2001) ressalta essa pluralidade de ideias e concepções nos anos de 1930, no entanto, é importante enfatizar que essas mudanças foram se delineando ao longo do tempo e não ocorreram de forma linear e sistemática, mas, por meio de enfrentamentos, discussões e movimentos provindos de vários âmbitos.

Assim, aos poucos, as mulheres foram conquistando novos espaços, articulando posições na sociedade, conforme apontado por Freitas (2011, p. 32), a qual avalia que “ainda que as atividades ligadas à sua função doméstica fossem muito ressaltadas em alguns momentos, vestígios de um desprendimento à tamanha rigorosidade quanto à função de dona-

de-casa vão aparecendo”. Como exemplo disso, na notícia a seguir percebe-se a valorização do DC em relação à ação de algumas senhoras de Ponta Grossa, cujos nomes eram: Irinéia Martins, Balbina Branco, Mariquinhas Sabatella e Elvira Naumann, as quais organizaram o “dia de Natal” aos indivíduos com menos recursos financeiros:

Como há dias noticiamos, as exmas. senhoras dona Irinesia Martins, Balbina Branco, Mariquinhas Sabatella e Elvira Naumann, tomaram o encargo de proporcionar aos pobrezinhos o seu dia de Natal. Os bons exemplos fructificam e é com prazer que noticiamos o auspicioso facto, dando a nossa solidariedade às exmas, senhoras, ornamentos da nossa melhor sociedade. (DC, 24/11/1921).

A seguir encontra-se o anúncio da “Professora de commercio”, chamada Irene Adam Machado, a qual oferece suas aulas de alta costura pelo método de corte francês e americano. A partir desse exemplo, percebe-se que as mulheres nessa época diversificavam seus meios de atuação. Essa professora também dizia-se “diplomada”. Aqui novamente ocorre a valorização do capital cultural institucionalizado, por meio da exposição da aquisição de conhecimentos por via formal em uma instituição de ensino:

Professora de commercio

A abaixo assignada Professora Diplomada communica que fixou residencia nesta cidade á Rua General Carneiro n. 80, onde aceita encomendas para confecção de flores, chapéos e alta Costura. Leciona-se o Corte pelo methodo Francez e Americano. Irene Adam Machado. (DC, 13/01/1934).

Os dados de pesquisa apresentados nos parágrafos antecedentes são muito representativos, pois demonstram algumas mulheres exercendo atividades de docência em diferentes campos, além do Ensino Primário, conforme nomenclatura da época. Ou seja, além da atuação como “professoras primárias”, as mulheres também começavam a se arriscar em áreas consideradas técnicas ou práticas, como datilografia, alta costura, fotografia, massagens, além de campos que exigiam formação superior, conforme já mencionado e áreas tradicionalmente masculinas, como a militar.

Outro ponto relevante nessa análise diz respeito à já mencionada igualdade de direitos entre mulheres casadas e solteiras, haja vista que muitos anúncios de emprego no “Diário dos Campos”, salientavam que a preferência das vagas era para mulheres viúvas ou solteiras, dificultando, portanto, o acesso das mulheres casadas ao mundo do trabalho, mesmo que essa oportunidade de emprego estivesse vinculada ao universo dos afazeres domésticos. Outra suposição para tentar explicar essa situação pode ser a de que, sendo a mulher casada, ela já tivesse seus próprios compromissos domésticos, como esposa e mãe e, possivelmente não teria

tempo e condições para trabalhar fora do lar. Outra questão poderia ser o fato de que o marido talvez não permitisse que a esposa tivesse um emprego, pois isso poderia significar autonomia financeira e a oportunidade de uma vida pública. Em um exemplo dessa modalidade de anúncio, lia-se: “Cosinheira - Precisa-se duma mulher viuva ou solteira para tomar conta da casa de um negociante. Para tratar à rua Balduino Taques, 19, das 11 às 12, e das 19 em diante”. (DC. 08/03/1921).

Em contrapartida, outra notícia mencionou o número considerado elevado de contribuições fiscais de mulheres em Nova Iorque, correspondendo a um quinto do total referenciado pela reportagem do DC. A notícia ainda destacou que, dentre essas mulheres, muitas eram solteiras, ou seja, seu capital econômico provinha de suas próprias famílias ou de si mesmas, e não da família dos maridos. A partir dessa notícia podemos refletir sobre a questão da dependência financeira da mulher, associada à figura masculina do esposo, pois, se, de acordo com a reportagem, as mulheres – sozinhas – pagavam seus impostos e eram responsáveis por suas finanças, isso significava um avanço em termos de autonomia e de independência, ou seja, elas eram detentoras de algum capital econômico: “Mulheres como contribuintes do Fisco - Os algarismos do imposto de rendas relativo á cidade de Nova York revela uma notável proporção de contribuintes do sexo feminino. [...]”. (DC, 07/04/1921).

Muitas mulheres também ofereciam seus serviços profissionais no DC como costureiras ou modistas. Perrot (1998) também destacou o campo da costura e da alta costura como universos femininos. O anúncio a seguir, por exemplo, apresentava Madame Olinda Renault, como sendo diplomada em Montevideú, novamente remetendo à valorização do capital cultural na forma institucionalizada, destacando que ela trabalhava com alta costura. Além disso, em relação às diferenças entre a alta costura – propagandeada pelo anúncio de Madame Olinda Renault - e a costura comum, compreendendo o universo da costura como um campo em que formas de distinção são desenvolvidas como estratégias para sustentar o prestígio desse campo, Pierre Bourdieu (1983, p. 2) problematiza que:

Começarei descrevendo muito rapidamente a estrutura do campo de produção da alta costura. Chamo de campo um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto. Neste campo particular que é o campo da alta costura, os dominantes são aqueles que detêm em maior grau o poder de constituir objetos raros pelo procedimento da "griffe"; aqueles cuja "griffe" tem o maior preço. Num campo, e esta é a lei geral dos campos, os detentores da posição dominante, os que têm maior capital específico, se opõem por uma série de meios aos entrantes (emprego de propósito esta metáfora emprestada da economia), recém-chegados, chegados-tarde, arrivistas que chegaram sem possuir muito capital específico.

Dessa forma, segundo Freitas (2011, p. 36), “a mulher moderna configurou-se com um toque de liberdade e ousadia, preocupada com a moda, reivindicadora de seus direitos, interessada em expandir-se para além do âmbito doméstico, frequentando escolas, inserindo-se no mercado de trabalho”.

Sendo assim, a pesquisa nas páginas do jornal “Diário dos Campos” fecundou em alguns achados que demonstram uma lenta, porém, progressiva inserção social das mulheres nas mais diversas atividades, envolvendo o mundo do trabalho e também da educação, como professoras de outras áreas do conhecimento, além das primeiras letras.

Nesse sentido, as representações tradicionais das mulheres e de sua educação dizem respeito à participação delas em atividades ainda relacionadas ao ambiente doméstico, nas funções de mãe e esposa. No entanto, conseguimos perceber que, aos poucos, elas vão se arriscando e se aventurando em atividades em outros espaços públicos, como pioneiras em áreas até então ocupadas majoritariamente pelos homens. Ou então, em outras palavras: as mulheres inserem-se em outros campos, inclusive, procurando se distinguir dos homens e também de outras mulheres, por meio de formação educacional e apropriação de capital cultural e simbólico, diplomando-se e investindo em formação institucionalizada e reconhecida.

Desse modo, o próximo tópico pretende apresentar a atuação cada vez mais crescente das mulheres nos mais diversos meios culturais, especialmente como protagonistas dessas atividades.

3.2 “Mulher sem algemas”: protagonismo feminino nas mais diversas atividades culturais

O título desse subtópico foi extraído da propaganda de um filme que circulou pelo jornal “Diário dos Campos” no fim do ano de 1932, especificamente na data de 03/12/1932, chamado “Mulher sem algemas”. Esse filme foi lançado em 1931 nos Estados Unidos, dirigido por W. First e com Barbara Stanwyck no papel principal. Na sequência, trataremos melhor dos detalhes desse filme. No entanto, optamos por nomeá-lo como título desse tópico, o qual trata do protagonismo cultural feminino, como forma de representar as mulheres que se lançaram no mundo das artes e da cultura, quebrando modelos e atuando nesses espaços públicos. Sobre isso, Júlia Lopes de Almeida (2019, p. 353) assevera que:

Por mais imperiosa que seja a vocação das mulheres na arte, quando a professam ficam quasi sempre em meio do caminho. [...]. O excesso da emotividade na mulher, as contingências físicas do seu organismo, o sentimento perturbador da maternidade, cujos instintos se anunciam nela desde criança, e, mais do que tudo, a sua falta de instrução e de liberdade, opõem-se a que o seu vôo se desprenda com ímpeto e as

arrebate até á altura das suas aspirações. Para uma mulher conseguir em arte metade do que consegue um homem, de igual talento e de igual vontade, tem que despende o décuplo do esforço, não só porque o mundo preparou melhor a competência masculina desenvolvendo-lhe progressivamente e constantemente a inteligência, como também porque ele conta com maior simpatia das populações e o estímulo sugestivo dessa predisposição - é também uma força!

Dessa forma, no recorte temporal que compõe esta pesquisa, percebe-se uma razoável participação das mulheres como protagonistas e como membros ativos de eventos e obras culturais, atuando nas mais variadas áreas, como poetisas, atrizes, cantoras, musicistas, entre outras atividades. Supõe-se que o maior acesso ao universo educacional, primeiramente como alunas e, posteriormente, como professoras, diretoras, secretárias, entre outras ocupações relacionadas à área da educação, possibilitaram novas oportunidades culturais para essas mulheres (TELLES, 1989; DUARTE, 1990; VENANCIO FILHO, 2006).

Sobre isso, é importante destacar novamente a já citada pouca presença de autoras no jornal “Diário dos Campos” no contexto histórico analisado, pois durante essa pesquisa constatou-se as raras contribuições de mulheres – escritoras/autoras - para com as páginas desse jornal. No entanto, como exceção a essa situação, destacam-se os textos de Anita Philipovsky, famosa autora pontagrossense já mencionada anteriormente nesta dissertação, a qual era possuidora de condições financeiras favoráveis, provindas de sua família, as quais lhe possibilitaram uma educação esmerada (OLIVEIRA, 2018).

Um ponto importante que favoreceu a entrada das mulheres no mundo da cultura e da educação foi a formação de grupos femininos, nos quais elas discutiam questões da sociedade, trocavam impressões e organizavam ações encabeçadas por elas mesmas. Em Ponta Grossa, a Associação das Damas de Caridade talvez se configurasse em uma forma aproximada desse tipo de associação, uma vez que, em diversas oportunidades, o “Diário dos Campos” noticiou os eventos promovidos pelas associadas com o objetivo de angariar fundos para suas causas, como a veiculada na edição de 08/06/1932.

Perrot (1998) também destaca que, principalmente as senhoras das camadas mais altas da sociedade eram as que mais se envolviam com essas questões, a exemplo das senhoras que compunham a associação que citamos no parágrafo anterior.

Assim, Trindade (1996) explica que, aos poucos, as mulheres foram se organizando e buscando autoria e protagonismo em suas ações, por meio desse tipo de organização feminina, muitas vezes, ligada à filantropia:

Introduzida na sociedade do século XIX, mercê da evolução das formas de considerar a questão assistencial, a prática da filantropia acaba por superar a caridade pura e

simples, distinguindo-se dela pela escolha dos objetivos e por sua preocupação pragmática, estribada na intervenção direta. [...]. (TRINDADE, 1996, p. 254).

Um exemplo disso é a notícia sobre a nova diretoria do “Grêmio União”, grupo de mulheres de Guarapuava - PR, cidade localizada na região centro-sul do Estado do Paraná, distante cerca de 100 quilômetros de Ponta Grossa, cuja diretora se chamava Ita S. Correa e a secretária era Ondina S. Araújo, conforme se evidencia na transcrição a seguir:

“Gremio União”

À Redação do “Diario dos Campos”

Temos o praser de comunicar a V. Ex^a. que o “Gremio Filhas do Guayra” filiado ao Club Casino, em vista da dilliberação da assembléa, passou a denominar-se “Gremio União”. Tambem temos a comunicar a V. Ex^a. que foi eleita a nova Directoria que tem de dirigir este Gremio durante o anno social de 1920 a 1921. Assim composta: - Presidente, Ita Saldanha Corrêa. Vice Presidente, Luiza Amaral Araujo. 1^a Secretaria, Ondina Saldanha Araujo. 2^a Secretaria, Marietta Keche. 1^a Thesoureira, Orvalina O. Araujo. 2^a Thesoureira, Nair Camargo. 1^o Orador, José F. Abreu. 2^o Orador, Olvidio Saldanha Araujo. Aproveitando a oportunidade, temos a honra de convidar-vos para assistir á sessão magna, posse da nova Directoria e baile que terão logar no dia 23 do corrente, ás 21 horas, nos salões do Club Casino Guarapuavano.

A Presidente - Ita S. Correa.

A Secretaria – Ondina S. Araujo (DC, 26/05/1920).

A capital do Paraná também foi palco de atuação das mulheres organizadas em grêmios e associações. Sobre isso, Trindade (1996, p. 255) assinala que:

Em Curitiba, embora o noticiário da imprensa utilize indiscriminadamente as expressões caridade e filantropia, também se nota – à medida que o período avança – um movimento cada vez mais significativo em direção à filantropia propriamente dita. Dá-se, conseqüentemente, uma aprovação social à criação e disseminação de grêmios e associações beneficentes, com participação muito frequente (e quase exclusiva) de mulheres que dirigem e participam ativamente desses empreendimentos.

A seguir há outro exemplo de agrupamento feminino intitulado “Gremio das Crysalias”, o qual publicou durante o período analisado nessa pesquisa muitos artigos, avisos e opiniões no DC. Especificamente na transcrição da reportagem localizada na sequência, o referido grêmio comunicava sobre o “Festival Litero-Musical” que seria realizado em “comemoração ao Centenario da Freguezia de Ponta Grossa”, demonstrando a participação social dessa associação nas atividades do município. Ademais, esse evento abarcava um programa literário e musical, comprovando que o gênero feminino estava preocupado com esses assuntos. Além disso, nessa mesma reportagem, o tal grêmio se apresentava como um “selecto pugilo de senhorinhas, que dia a dia vem se impondo á admiração do nosso meio social pelas brilhantíssimas festas, que organiza e executa [...]” (DC, 31/08/1923):

Gremio das Crysalidas

Festival Litero-Musical em comemoração ao Centenario da Freguezia de Ponta Grossa.

O Gremio das Crysalidas, selecto pugilo de senhorinhas, que dia a dia vem se impondo á admiração do nosso meio social pelas brilhantissimas festas, que organiza e executa, effectuará amanhã, nos salões do Club Campos Geraes mais uma das suas magnificas veladas de arte, iniciando assim as comemorações do Centenario de Ponta Grossa. Será de triumpho para o esforçado Gremio a noite de amanhã. O Festival Litero-musical obedecerá ao seguinte programma: [...].

Antecipamos os nossos parabens á dedicada directoria do Gremio das Crysalidas. (DC, 31/08/1923).

Nesse sentido, sobre o sentido da palavra “grêmio”, Trindade (1996, p. 255) argumenta que:

Na primeira década do século [XX], a palavra grêmio definia tão-somente uma entidade promotora de uma série de atividades de lazer descompromissado: bailes, festas carnavalescas, chás, saraus, serões de arte, ou simples sessões de dança, praticadas no círculo do high Society curitibano. O próprio nome de batismo, por assim dizer, desse tipo de associação, evocando as flores – Violetas, Glicínias, Camélias, Bouquet – sugere o caráter efêmero de suas intenções.

Assim, aos poucos, as mulheres foram se organizando e se mobilizando em agremiações, associações e grupos com ideias comuns e o DC noticiava esses fatos, apresentando as movimentações que ocorriam em associações de outros lugares, além de Ponta Grossa. Como exemplo, destaca-se a notícia de 23/02/1921, em que o “Diário dos Campos” publicou que, em Buenos Aires, criou-se a “Confederação Social Feminina”, cuja presidenta e também diretora da Escola Normal era a senhora Gisberta S. de Kurt e a vice-presidenta chamava-se Mathilde Mujica. Essa confederação se autointitulava como nem beneficente, nem de caridade, nem “propriamente política”, mas sim, como uma “organização social” que, entre suas propostas, pretendia montar oficinas de trabalhos manuais nos bairros da capital argentina e de outras cidades do interior (DC, 23/02/1921).

Perrot (1998) também enaltece as reuniões femininas, destacando a relevância da conversação nesses grupos, no sentido do desenvolvimento das mulheres como sujeitos com direito à exposição da palavra e de opiniões próprias:

Esse domínio [o da conversação] afirmou-se nos salões do século XVII, os da marquesa de Rambouillet e das “preciosas ridículas”, conscientes do poder das palavras. No século XVIII, os salões ganham um aspecto mais político. Pela conversação, circula a informação e se elabora a crítica da monarquia. As mulheres ocupam aí um lugar importante, não em igualdade com os homens, que são os únicos a serem escritores e filósofos, mas sim como donas de casa informadas, ouvintes atentas e curiosas, que discutem sobre tudo. [...]. (PERROT, 1998, p. 60).

Essas agremiações foram importantes para a constituição das mulheres como grupo social. Uma representação importante desses grupos femininos foi a que unia filantropia à ação das mulheres em prol dos menos favorecidos. Sobre isso, Maria Lucia Mott (2003, p. 22), em uma pesquisa sobre Pérola Byington, fundadora do Hospital Cruzada Pró-Infância, em São Paulo, em 1930, assevera que:

[...] poucas pessoas sabem quem foi Pérola Byington, bem como desconhecem o nome de dezenas de mulheres “vestidas como donas de casa” que tiveram um papel fundamental na criação, organização, administração e manutenção de entidades filantrópicas destinadas à assistência sanitária, médica, social e cultural no Brasil. [...].

Indo ao encontro do que Mott (2003) assinala, Ana Paula Vosne Martins (2017, p. 188) traz uma reflexão sobre o envolvimento das mulheres com a caridade e a filantropia:

Uma leitura em detalhe da história da assistência no Brasil revela como a memória da assistência (caritativa e filantrópica) é profundamente marcada pelo gênero. Os nomes lembrados pela memória da caridade e da filantropia são os nomes dos homens benemerentes registrados nas placas de bronze e à frente dos hospitais, fundações, museus e institutos. São raros os nomes de mulheres lembrados em instituições criadas pela prática assistencial, a não ser algumas escolas, mas mesmo assim são bem poucas.

Nesse sentido, Mott (2003) explica a relevante questão da filantropia entre as mulheres dos estratos mais favorecidos social e economicamente da sociedade paulistana, quando da criação do Hospital Cruzada Pró-Infância, explicitando que “o grupo inicial foi composto por Madalena Sampaio de Oliveira e Maria Conceição Cardoso de Mello” (MOTT, 2003, p. 25). Sendo assim:

Em 12 de agosto de 1930, fundaram a entidade, dirigida e administrada exclusivamente por mulheres, sendo que várias entre elas possuíam um perfil próximo do das fundadoras: pertenciam às camadas médias e elites, tinham experiência em trabalho voluntário e/ou formação profissional. Pérola Byington foi, então, escolhida diretora-geral, cargo que exerceu até 1963. [...]. Pérola Byington trouxe a experiência adquirida junto à Cruz Vermelha americana e brasileira, a boa relação com as elites, os recursos financeiros da família e passou a se dedicar de corpo e alma à administração, realizando um trabalho diuturno por mais de 30 anos. [...]. (MOTT, 2003, p. 25).

Os assuntos culturais uniram algumas mulheres nas atividades do chamado “Grêmio das Violetas”, o qual, segundo Avanzini (2011, p. 7), foi “[...] fundado ainda no século XIX [...]”, em Curitiba. A autora ainda aponta que o jornal “Gazeta do Povo”, da capital do Paraná, também publicava várias notícias sobre o referido grêmio. Nesse sentido, no ano de 1933, a presidente desse grêmio era Jacyra Rolim Ayres e a secretária era Anna Rita Sant’Anna. As

atividades do referido grêmio também foram noticiadas frequentemente pelo “Diário dos Campos” durante o período analisado.

Trindade (1996, p. 256) também aponta que, “as associações filantrópicas são, enfim, um recurso de que lançam mão as mulheres ao se verem privadas do exercício mais ativo de sua cidadania, utilizando-as como elo entre o mundo doméstico e certa participação social e política”.

Além das agremiações culturais que reuniam mulheres, a publicação de outras manifestações artísticas protagonizadas por representantes do gênero feminino foram frequentemente veiculadas no DC. Desse modo, compreendendo o circo como atividade artística, o DC publicava essas propagandas circenses, geralmente a partir de imagens com mulheres que apareciam em locais de destaque no periódico. Em uma dessas propagandas, o “Circo Nelson” salienta que “Miss Celia Minerva” era uma “destimida domadora de leões” que produzia “prodígios com a sua leoa Judith” (DC, 21/10/1921). A imagem a seguir, também do “Circo Nelson”, apresentava “Miss May” como uma “exímia ciclista” (DC, 25/10/1921):

Figura 10 - “Circo Nelson: Miss May” – ciclista.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 25/10/1921.
Acervo: Casa da Memória.

Nesse sentido, os autores Oliveira e Cavedon (2013, p. 88) explicam que, “as artes circenses são consideradas atividades seculares, para as quais não é possível estabelecer um

marco em relação ao surgimento”. Além disso, “o circo configurou-se a partir de uma estrutura itinerante, pois os deslocamentos espaciais proporcionavam a captação de novos públicos” (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013, p. 88). Dessa forma, o DC tinha por hábito noticiar a passagem dos circos por Ponta Grossa e, conforme já apontamos, em muitas dessas propagandas, viam-se as imagens das artistas circenses nas mais variadas atuações. Essa representação feminina vai de encontro à tradicional representação da mulher do lar, dedicada à família, numa concepção de *habitus* totalmente diferente, uma vez que o circo, não possuindo endereço fixo, mantinha mulheres que viajavam por muitos lugares, vivendo de sua arte itinerante. Sobre o desenvolvimento das atividades circenses, Bortoleto (2017, p. 106) esclarece que:

No decorrer de todo século XIX, até com certeza a chegada da televisão em meados do XX, os palcos/picadeiros circenses se constituíram num dos principais espaços de visibilidade da maioria das expressões artísticas existentes em cada período. No final do XIX e início do seguinte, foi um período de consolidação e surgimento de inovações tecnológicas – eletricidade, telégrafo, telefone, transportes coletivos.

Especificamente sobre a participação feminina como corpo artístico dos circos, Maria do Nascimento (2018) ressalta a atuação das palhaças, algo pouco comum até os dias atuais. Segundo a autora, “as palhaças estão presentes em diversos locais: teatros, circos, praças, hospitais. Porém, a figura da palhaça ainda causa certo estranhamento. Isso porque no imaginário coletivo e na história das artes cênicas, o palhaço se consolidou como figura prioritariamente masculina”. (NASCIMENTO, 2018, p. 125-126). Além disso:

Há uma latente necessidade de (re)construir as narrativas acerca do lugar das mulheres na comicidade em geral e na arte da palhaçaria em particular. Entre os aspectos que merecem consideração estão: a visibilidade e a divulgação de referências; a criação e a adaptação de repertório; o entendimento de processos de ensino/aprendizagem; as barreiras enfrentadas pelo gênero feminino; a história das mulheres no circo e no teatro e a importância de eventos com foco em questões de gênero visando à troca de experiências e à criação de uma rede de artistas que valorize a arte da palhaçaria feita por mulheres. (NASCIMENTO, 2018, p. 131-132).

Isso fomenta a problematização sobre as relações entre o corpo e a arte circense. Sobre isso, Hauffe e Góis Júnior (2014, p. 548) explicam que, “as representações de um corpo identificado com as partes parecem ser característica das atividades circenses. O corpo era instrumento de espetáculo no teatro, na dança, nas acrobacias [...]”. Nesse sentido:

A extensa discussão sobre as questões de gênero traz a reflexão de que a presença das mulheres nessa arte modifica seus significados em diferentes níveis. Uma vez que as mulheres se colocam como sujeitos atuantes na palhaçaria, elas trazem novas

corporalidades, novos motes para o improviso, a crítica ao local da mulher como o “outro” dentro da palhaçaria. Por fim, considerando a ambivalência do riso, a comicidade feminista tem a possibilidade de romper com as imposições das normas sociais para mulheres e, assim, produzir novas representações de gênero e reflexões para o público. (NASCIMENTO, 2018, p. 133).

Oliveira e Cavedon (2013) também assinalam que nos países europeus, a arte circense já se desenvolvia há muitos séculos. Nesse sentido, como evidência do envolvimento das mulheres com o circo, trazemos outro registro do DC sobre a artista Maria Solovofe, filha de Rasputin⁴⁶, que se tornou uma artista circense e se apresentaria em Paris. Sua participação no espetáculo circense na capital francesa foi noticiada pelo “Diário dos Campos”, em 19/10/1932, demonstrando a preocupação do periódico em comunicar aos seus leitores não somente o que se passava na cidade, mas procurando deixá-los a par do que ocorria no mundo.

Os apontamentos anteriores apresentam personagens femininas em situações incomuns para as mulheres nas primeiras décadas do século XX. Sobre isso, pesquisando a vida e a obra de Júlia Lopes de Almeida, as autoras Rago e Trevisan (2019), descobriram que Júlia escrevia desde o início do século XX, procurando retratar a imagem da mulher que não correspondia aos estereótipos desse contexto histórico. Alguns desses estereótipos já foram, inclusive, problematizados em tópicos anteriores nesse trabalho, assim como, a modulação da escrita de Júlia na elaboração de orientações para meninas (MAGALDI, 2007). Desse modo, “Em ‘A mulher e a arte’, por exemplo, Júlia apresenta ao leitor um espaço outro que cada vez mais passava a ser ocupado pelas mulheres, isto é, o das artes. Texto sem data, estima-se que tenha sido escrito entre 1926 e 1934, ano de sua morte, [...]” (RAGO, TREVISAN, 2019, p. 349).

Nesse sentido, talvez como forma de valorização da cultura, o jornal “Diário dos Campos” também retratou em inúmeras ocasiões a passagem de artistas femininas por Ponta Grossa, provenientes de vários setores culturais, como a música, dança, teatro, poesia, entre outros, conforme veremos a seguir.

Na reportagem transcrita na sequência, verifica-se que o DC publicou a notícia da apresentação de uma bailarina brasileira, chamada Yara, que se realizaria no Rio de Janeiro. A notícia ainda ressalta que essa bailarina já havia se apresentado em vários lugares da Europa, tendo conquistado grande sucesso por onde passou. Interessante problematizar o quanto essa notícia é importante, pois, se considerarmos o contexto da década de 1920, é de se admirar que uma mulher, ainda por cima, bailarina, tivesse condições para viajar pela Europa, apresentando sua arte – o balé –, considerando as condições ainda hoje sofríveis que o Brasil enfrenta, no que

⁴⁶ Rasputin era russo, considerado um místico, constitui-se em uma figura polêmica do século XX.

diz respeito ao desenvolvimento da cultura. Além disso, a nota a seguir destaca a postura “modesta, leal” da referida bailarina, referindo-se à representação da mulher como respeitável, honrada e que dispensa maiores elogios aos seus esforços:

Uma bailarina brasileira
Os cariocas vão aplaudir, em breve, uma discipula da afamada Pia Fosti.
Rio, 28. Yara, é o nome de uma bailarina brasileira que tem causado o maior sucesso nos centros mais importantes do velho mundo. Não é ella de todo desconhecida do publico carioca, que já teve oportunidade de applaudil-a, quando ella aqui esteve com a sua mestra, a afamada Pia Tosti, celebre primeira dansarina do Scala, de Milão. É ella ainda muito jovem e, modesta e leal, quando esteve na capital de sua patria, não consentiu que se lhe fizessem os louvores que merecia, porque não queria ver desmerecido o destaque daquela de que fora discipula, embora não mais tivesse que lhe invejar. [...]. (DC, 28/09/1923).

Sobre as relações do balé com a feminilidade, Tatiana Mielczarski dos Santos (2009, p. 13), em sua dissertação de Mestrado, constatou que “[...] dançar balé (pode) significar (r) dar-se a ver bela e feminina e que o aprendizado da dança se caracteriza como aprendizado de ser menina”. Isso remete a uma forma frequente de representação feminina – a de bailarina. Nesse sentido, a autora ainda acrescenta a necessária problematização sobre a “[...] noção do balé como performance artística que se converte em performance de gênero, se consideramos a relação entre os aspectos técnicos, estéticos e culturais da dança clássica e a construção da feminilidade na infância [...]”. (SANTOS, 2009, p. 13).

Além disso, o DC, praticamente durante todo o período analisado, publicou a programação dos teatros da cidade, especialmente do “Renascença”⁴⁷ e do “Éden”⁴⁸. Muitas das peças teatrais apresentadas, versavam sobre aspectos que envolviam, de alguma forma, as mulheres, fosse no título, ou no enredo, ou no elenco, ou na temática. A transcrição a seguir sustenta o que foi exposto, apresentando o espetáculo “Casta Suzanna”, em que a protagonista era a atriz Anni Taldter:

Casta Suzanna!
Opereta em 3 Actos [...]
Direcção e Mis-en-scène de Jorge Wucherpfenning.
A Grande Orchestra obedecerá a regencia do competentíssimo Maestro Leo Kessler

⁴⁷ Segundo Nelson Silva Junior (2008, p. 71), “[...] em 1911, pelas mãos do músico Jacob Holzmman, homem intensamente relacionado com a arte, Ponta Grossa ganha seu segundo cinema, o Cine Renascença”, o qual também fazia as vezes de teatro.

⁴⁸ “Alguns anos após a fundação do Cine Renascença, já na década de 20, é fundado o Cine Teatro Éden, um sucessor do Teatro Sant’Anna. Inicialmente o Cine Éden funcionou na praça Barão do Rio Branco e posteriormente no encontro das ruas Augusto Ribas e XV de Novembro, onde ficou até o final da década de 40, dando, então, espaço para o Cine Ópera. São esses dois cinemas que irão garantir para a cidade de Ponta Grossa, até o final dos anos 30, o acesso da população às produções cinematográficas, em sua grande maioria, criações hollywoodianas”. (SILVA JUNIOR, 2008, p. 71-72).

Director do Conservatorio de Musica do Parana
Casta Suzama: Srta. Anni Taldter do Conservatorio Brahma de Hamburgo [...]. (DC, 02/12/1921).

As colunas do DC chamadas de “Notas Mundanas” e “Locaes”⁴⁹, também traziam notícias de mulheres que se apresentariam em teatros e circos, numa clara valorização da arte a partir dos escritos desse jornal. Essas colunas eram veiculadas em todas as edições do jornal “Diário dos Campos”. Nelas, os nomes das mulheres eram escritos de forma completa e, conforme já apresentado em alguns exemplos anteriormente, muitos casos vinham acompanhados das fotos das artistas. As representantes do gênero feminino citadas nessas notas geralmente eram mulheres estrangeiras ou de outras cidades, ou seja, raramente essas artistas eram pontagrossenses, numa clara alusão ao perfil tradicionalista e patriarcal característico da região dos Campos Gerais. Segue um exemplo de anúncio de um espetáculo teatral em que a protagonista é apresentada na foto como representante da “Troupe Todor”, um grupo teatral que se apresentaria em Ponta Grossa no Teatro Renascença:

⁴⁹ As informações sobre algumas colunas do DC, como: “Notas Mundanas” e “Locaes” já foram mencionadas no primeiro capítulo desta dissertação.

Figura 11 - Anúncio de espetáculo no Teatro Renascença com a imagem de uma das atrizes do grupo.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 12/11/1932.
Acervo: Museu Campos Gerais.

A valorização da arte protagonizada por mulheres surgiu em muitos momentos no “Diário dos Campos”, como no caso em que as atrizes Aurélia Mendes e Marieta Fild são citadas no periódico como “artistas”, componentes da “Cia. Walkyria Moreira” e que tinham se apresentado no “Éden Theatro”: “Festival das Artistas Aurelia Mendes e Marieta Fild - Realiza-se hoje, as 9 1/2 da noite, o festival artístico das graciosas artistas Aurelia Mendes e Marieta Fild, e que é o espectáculo de despedida da Cia. Walkyria Moreira, que tanto exito tem alcançado no Eden Theatro”. (DC, 10/03/1932).

Constata-se, de forma geral, que o jornal “Diário dos Campos” procurou valorizar a arte e a cultura, apresentando-as em várias modalidades e sempre com uma postura respeitosa em relação aos artistas. Sendo assim, outra atriz chamada Ruth Chatterton, também foi elogiada pelo “Diário dos Campos”, como “a linda estrela”. Resta saber se o elogio era sobre sua performance como atriz ou a referência era sobre sua beleza física: “Cinemas Renascença - Ruth Chatterton a linda estrela da Paramount nos aparecerá hoje no Renascença atravez da

assombrosa película sonora ‘O Direito de Amar’. Um fortíssimo drama da vida real no qual deixa patente a grande força do amor”. (DC, 09/03/1932).

As mulheres também surgiam como temas dos filmes e das peças de teatro que eram anunciados no periódico e isso foi recorrente no “Diário dos Campos” em todo o período analisado, conforme se vê nos dois exemplos a seguir. O primeiro exemplo, intitulado “Conquista tua mulher”, foi protagonizado por Brigitte Helm:

Cinemas

Conquista tua mulher

É o sugestivo título do filme que o Renascença vai exhibir hoje.

Filme de enredo forte e atraente, esta produção da Ufa, desempenhada por Brigitte Helm, a heroína de “Metropolis”, e André Laguet, um aviador destemido, agradecerá em cheio à distinta plateia do confortável cinema da rua 7. (DC, 03/06/1933).

No filme “Conquista tua mulher”, de 1931, cuja direção era de Hans Behrendt, a famosa atriz alemã Brigitte Helm, segundo o site “IMDb”, interpreta uma mulher casada com um aviador. Essa mulher convence o marido a interromper sua carreira, devido ao perigo constante de sua profissão, porém, ela continua admirando as manobras de outro piloto, deixando o marido muito incomodado com a situação.

A transcrição a seguir, da edição de 04/12/1932, do jornal “Diário dos Campos” retrata a propaganda do filme “Mulher sem algemas”, apresentado no “Eden Theatro”, numa clara alusão às lutas do gênero feminino pela conquista de direitos. Segundo o site “Cine Players”, este filme foi produzido nos Estados Unidos em 1931, com direção de Archie Mayo, gênero drama e é baseado na história de:

Um jovem casal [que] vive junto sem que sejam casados oficialmente. Anne é uma jovem com idéias escandalosamente avançadas que vive ao lado de seu amante Dick, um rapaz de boa família, mas convicto de que o casamento acabaria com seu amor. Finalmente a pressão social obriga-os a casarem-se. (CINE PLAYERS, s/d).

A partir desse exposto, constata-se que o filme “Mulher sem algemas” apresentava uma concepção bastante ousada para o contexto dos anos 1930, pois o enredo baseava-se no relacionamento de um casal que não possuía uma união oficial, algo bastante condenado para a época, tanto que eles acabam cedendo às influências sociais e casam-se formalmente.

Ainda sobre a temática “mulher”, a edição do DC de 28/02/1932, traz o anúncio do filme “A divorciada”, novamente referenciando discussões sobre o universo feminino que começavam a circular na sociedade. Além disso, segundo a reportagem, a grande estrela desse filme é a atriz Norma Shrearer, ganhadora de um importante prêmio por sua atuação. Segundo

o site “Cine Players”, esse filme, gênero drama e romance, foi lançado em 1930 nos Estados Unidos e contava com a direção de Robert Z. Leonard. Baseava-se nos conflitos entre um marido que traiu sua esposa, a qual, após a descoberta da traição, acaba se envolvendo com outro homem. Segundo o anúncio do DC:

Renascença – Amanhã – Domingo [...] Norma Shearer, Chester Morris, Conrado Nagel e Roberto Montgomery em A divorciada
É o filme que rendeu a Norma Shearer um premio de ouro, pela maior interpretação do anno. Um filme sonóro da Metro Goldvvin Mayer. (DC, 28/02/1932).

Dessa forma, os títulos de alguns dos filmes apresentados demonstram que as questões que se relacionavam com o gênero feminino estavam em voga na sociedade dos anos de 1920 e 1930, sendo o cinema e o teatro, juntamente com o jornal impresso, algumas das formas de discussão e circulação de ideias acerca desses assuntos. Sobre isso, Almeida e Soares (2012, p. 565) afirmam que:

Nos anos 1940/50, em seguimento aos anos iniciais do século XX, o pensamento feminista encerrava a proposta de possibilitar para as jovens o acesso à educação, juntamente com o direito ao voto, porém não se questionava seu papel de esposas e mães. Nesses anos, na esfera cultural, o cinema, as revistas, a televisão, o rádio, (como hoje), impregnavam a cultura e influenciavam nos modos de pensar individual e coletivo. O imaginário de Hollywood traçava os padrões e se estendia a todos os que tinham acesso à exibição nas telas, desde os anos iniciais do século, estendendo-se para as décadas seguintes [...].

Na sequência encontra-se a propaganda do filme “Coragem de amar”, protagonizado por Kay Francis, uma atriz bastante conhecida nos anos 1930. Assim, constata-se que, além das temáticas, as mulheres também surgiam como protagonistas de histórias que retratavam outras mulheres, suas vidas, lutas, conquistas e decepções. Segundo o site “Inter Filmes”, essa obra cinematográfica, do gênero drama, foi lançada nos Estados Unidos, em 1930 e dirigido por Georg Cukor e Louis J. Gasnier:

Coragem de amar
É o expoente maximo da setima arte, na qual veremos se desenrolar um lindo romance de amor passado na corte dos Czares da Russia. Uma obra de real beleza e de grande luxo que o elegante Renascença apresentará amanhã à noite, em soirée chic. Kay Francis a mais insinuante mulher da capital da Cinelandia, interpretará o principal papel em “Coragem de amar”. (DC, 08/10/1932).

O campo da música também foi bastante explorado pelo “Diário dos Campos”, o qual estampou frequentemente em suas páginas, entrevistas e anúncios das atividades desse âmbito

que seriam realizadas em Ponta Grossa. Muitas musicistas fizeram parte dessas reportagens, como a que segue abaixo, sobre o concerto que “D. Aida Poggetti” realizaria na cidade. Interessante destacar a crítica que o DC faz, ao enfatizar a falta de valorização da população pontagrossense, ao não prestigiar em toda a sua plenitude, a apresentação de Aida Poggetti. Além disso, o “Diário dos Campos” ainda comenta sobre a falta de preocupação do município de Ponta Grossa com a arte como um todo. O DC ainda enfatiza a graciosidade da voz de Aida Poggetti e seu porte elegante, revelando uma forma especial de representação feminina, ligada às artes musicais, aqui, no caso, música erudita e também à feminilidade, característica muito valorizada em uma mulher nesse contexto. Segundo a reportagem:

Concerto de D. Aida Poggetti

Realisou-se hontem, como estava anunciado o concerto da exma. sra. dona Aida Poggetti Hermann. [...]. D. Aida Poggetti é, sem contestação, uma grande virtuose do canto, uma artista de real merecimento. Sua voz educada, veludoso, possui admirável registro, modulação harmoniosa, afinação completa. No palco, a distincção do seu porte, o seu perfil romano, duma elegância severa, casa-se perfeitamente á bellesa de sua voz, num conjunto agradabilíssimo, que seduz o espectador. [...]. Lamentamos que o nosso povo não proste ao verdadeiro talento dessa nossa patricia todo o apoio de que é merecedor, pois que a concorrência ao concerto de hontem, apesar de selecta foi relativamente pequena. P. Grossa e, de facto, a segunda cidade do Estado e já tem necessidade de firmar os seus créditos, prestando homenagem á Arte, que é a pedra de toque do adiantamento do povo. [...]. (DC, 21/12/1921).

Bourdieu (2008a, p. 18-19) também colabora com essa discussão, por meio do conceito de distinção, em referência à música clássica, considerada como de bom gosto pela sociedade, segundo o autor francês:

[...] o que comumente chamamos de distinção, uma certa qualidade, mais frequentemente considerada como inata (fala-se de “distinção natural”), de porte e de maneiras, é de fato diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades. Essa idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre [...].

Outro exemplo de anúncio publicado pelo DC relacionado à música e protagonizado por uma mulher é evidenciado a seguir, sobre o concerto de uma harpista famosa, chamada Rosa Ferraiol. Esses exemplos demonstram o capital cultural apropriado por essas mulheres, constituindo-se em fatos singulares, se lembrarmos novamente, que as oportunidades culturais ainda na atualidade são precárias. Ficamos com os questionamentos: Quais as condições materiais, familiares e culturais que essas mulheres tiveram acesso para proporcionar-lhes essa formação? Além disso, no contexto da década de 1920 e 1930, como elas conseguiram

notoriedade em um campo cultural dominado por homens? Segundo a referida nota, “Rosa Ferraiol - Brevemente estreará nesta cidade a artista brasileira Rosa Ferraiol, harpista notável, que vem precedida de grandes recommendações da imprensa”. (DC, 05/01/1921).

Ainda sobre a articulação das mulheres à música, o jornal “Diário dos Campos” noticiou o concerto da senhorita Nene Ferreira, uma cantora, que se apresentou na cidade de Castro, Paraná. O DC comentou que foi convidado para este espetáculo e teceu muitos elogios à cantora, conforme demonstrado na seguinte transcrição:

Como foi apreciado em Castro um concerto da srta. Nene Ferreira
“Fomos assistir ao concerto de Nenê Ferreira.

Levâramos a convicção agradável dos momentos deliciosos que nos proporcionaria a distinta cantora pontagrossense. Fomos com essa convicção e não nos enganamos. Nenê Ferreira, cujo nome conhecíamos de sobejo, pelos applausos recebidos em muitas platéas cultas, fez jus às entusiásticas palmas que recebeu da selecta assistência [...]. O programma magnifico que organizou constituiu uma hora de arte deliciosa em que a voz encantadora da linda patricia fez a delicia da fina assistencia que compareceu na noite de 5 do corrente no Theatro Odeon. [...]. (DC, 17/12/1932).

No ano seguinte, em 1933, a cantora Nene Ferreira organizou um festival para arrecadar fundos para o Hospital de Caridade. Nessa notícia, o DC informou a seus leitores que Nene Ferreira apresentaria seus alunos, entre eles, algumas mulheres, a saber: Adelina Buffara, Dulce Marques, Nahyr Serra e Carol Ferreira. Essa reportagem é interessante, pois nos proporciona perceber o uso do capital social da referida cantora, como forma de angariar fundos para o hospital, numa demonstração de seu perfil ativista. A atitude da cantora Nene Ferreira remete ao ideário sobre a postura das mulheres que se envolviam em atividades filantrópicas, conforme já comentamos anteriormente:

Festival de arte em beneficio do Hospital de Caridade

A gentil senhorita Nenê Ferreira, consagrada cantora conterranea, organizou para amanhã, segunda feira, um grandioso festival, em beneficio do nosso Hospital de Caridade. Nesse festival, que será levado a efeito no elegante Theatro Renascença, a senhorita Nenê Ferreira apresentará ao publico pontagrossense seus intelligentes alumnos, stas. Adelina Buffara, Dulce Marques, Nahyr Serra e Carol Ferreira, e o sr. Luiz Ferreira, todos elles applicados alumnos do seu curso de musica. (DC, 04/06/1933).

Durante as décadas de 1920 e 1930, muitas foram as mulheres – cantoras e musicistas – que se apresentaram em Ponta Grossa. Na edição do DC de 01/10/1933, noticiou-se a apresentação de outra cantora famosa chamada Margarida Rinata. Nesta notícia, o jornal “Diário dos Campos” ressalta, novamente, a pequena plateia que acompanhou o concerto da referida cantora, numa clara referência à pouca valorização da arte pela população

pontagrossense. No entanto, devemos analisar quais os grupos sociais que realmente tinham condições materiais e também culturais para poder frequentar os teatros, cinemas e salas de apresentações de Ponta Grossa nessa época. Dessa forma, segundo esta nota: “Com pouco numerosa, porem selecta assistencia, realizou-se sexta feira passada nos salões do fidalgo Clube Pontagrossense, a noite de arte da eximia cantora Margarita Rinata, que obteve o maior successo, tendo sido applaudidissima”. (DC, 01/10/1933). Aqui, novamente Bourdieu (2008a) nos ajuda a problematizar a situação, por meio do conceito de distinção, pois é possível que o jornal se referisse à elite de Ponta Grossa que, mesmo sendo possuidora de capital econômico, não tivesse um gosto distintivo, ou um capital cultural que lhes possibilitasse a valorização dos espetáculos culturais que eram apresentados na cidade.

Em uma reportagem que ocupou grande parte de uma página do DC, noticiou-se a apresentação da cantora polonesa Adelina Korytko, a qual faria uma única apresentação no “Theatro Renascença”. Essa notícia evidencia o apreço que o jornal “Diário dos Campos” destinava aos eventos culturais que ocorriam em Ponta Grossa, valorizando os espetáculos:

Adelina Korytko em visita a Ponta Grossa

A notavel cantora poloneza realizará um unico concerto, hoje, no Theatro Renascença. Interessantes trechos de sua vida, através de uma entrevista. Acompanhada pelo distincto “gentleman” sr. Zbigniew Domaniewski e pelo sr. José Las, este do alto commercio de nossa praça, deu-nos a honra de sua visita, hontem, a consagrada cantora poloneza Adelina Korytko. [...]. (DC, 01/09/1933).

Outra musicista de renome que foi noticiada durante várias edições consecutivas do DC, inclusive com fotos de tamanho considerável, foi a violinista Bianca Bianchi. Em uma dessas reportagens, o DC faz referência à influência da mãe de Bianca Bianchi, d. Gina Bianchi, explicando que ela também foi uma artista, a qual fundou a primeira escola de pintura de Ponta Grossa, justificando assim, o talento da filha, no campo da música, pelo fator familiar e hereditário. Essa análise é corroborada pelas pesquisas de Bourdieu (1989), quando o autor indica como essa espécie de contato, ou então, como essa forma de sugestão, na qual a família interfere nas escolhas profissionais dos filhos, pode persuadi-los a seguirem um determinado caminho, no caso aqui específico, a arte. A transcrição desta notícia pode ser visualizada a seguir:

Ponta Grossa vae ouvir a Arte divinal de Bianca Bianchi

Desde hontem, acha-se nesta cidade a distinctissima artista paranaense, sta. Bianca Bianchi, a Musa do violino. Bianca Bianchi aqui viveu a sua primeira infância, quando a sua exma. progenitora, d. Gina Bianchi, tambem artista de merito manteve, á rua Dr. Collares, o primeiro Curso de Pintura de Ponta Grossa, donde saíram discipulas como Noemia Solano da Cunha, cuja exposição pictorica tanto admiramos, ainda não faz

muito. Bianca Bianchi, filha de artista, expressou a sua hereditariedade esthetica na invulgar vocação musical. Foi á Italia, ao paiz onde a Arte é um culto, e onde as vocações se annullam ou se immortalizam pela consagração. Bianca Bianchi esteve neste segundo caso, como todo Paraná confiava. [...]. (DC, 16/06/1932).

Nesse sentido, em relação ao envolvimento das mulheres com o campo da música, as autoras Vanda Lima Belland Freire e Angela Celis H. Portella, em um artigo intitulado “Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro (1870-1930), publicado em 2010, ou seja, pesquisando um contexto histórico similar ao nosso, no entanto, constituindo-se como *locus* o Rio de Janeiro, assinalam que:

É curioso observar que são relativamente raros os registros na literatura especializada que revelem participação de mulheres, sobretudo como compositoras e regentes, nos teatros da época. Essa função não era bem aceita para atuação feminina pela sociedade da época, que parecia ver com desconfiança a presença feminina nos palcos. A classe social a que pertenciam as mulheres musicistas que atuaram nos teatros, [...], não era necessariamente a aristocracia, abrangendo espectro social um pouco mais amplo, embora caiba ressaltar que as poucas mulheres sobre as quais encontramos informações sobre sua atuação como compositoras ou regentes nesses espaços eram, na maioria das vezes, “bem nascidas”. (FREIRE; PORTELLA, 2010, p. 64).

Os achados de pesquisa de Freire e Portella (2010) vêm ao encontro dos nossos, no entanto, devemos lembrar que, nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro constituía-se – como ainda se constitui – em um centro urbano com maior diversidade de espaços culturais, se comparado com Ponta Grossa. Além disso:

O grande sucesso da ópera na época influenciava o repertório ouvido nos salões, por isso todos queriam adquirir as partituras de suas árias preferidas ou cantar como os cantores do momento. As modinhas, canções tradicionais, passavam a incorporar várias características das óperas, cuja presença era bastante intensa nos teatros da cidade. (FREIRE; PORTELLA, 2010, p. 69).

Dessa forma, denota-se a valorização da cultura pelo DC, salientando o envolvimento das mulheres com as diversas atividades que compõem esse campo. Sendo assim, além das musicistas citadas anteriormente, havia também as professoras de música, como a senhora Célia de Milasch que também se utilizou do “Diário dos Campos” para avisar suas alunas do início de suas aulas. Em seus anúncios, a professora declarava que era formada pelo Conservatório de Música de Buenos Aires, num exemplo de enaltecimento do capital simbólico e cultural por ela apropriados:

Célia de Milasch - Professora diplomada pelo Conservatorio de Musica de Buenos Aires, avisa a suas alumnas que reabrirá as aulas de piano, solfejo e teoria desde o dia

1º de Junho, na rua Santos Dumont n. 82 (quase em frente á Casa Vilela). (DC, 27/05/1933).

Conservatorio de Musica

Communica-nos a exma. senhora Celia Diniz Milasch, distincta directora do Conservatorio Musical Pontagrossense, que esse conceituado estabelecimento transferiu-se para a rua Augusto Ribas, esquina da rua Saldanha Marinho (praça Rio Branco). (DC, 26/05/1932).

Na edição de 23/07/1933, a professora de piano Lucia Fernandes Lopes também oferecia seus serviços por meio do “Diário dos Campos”, informando que aceitava “alunos de ambos os sexos” e que possuía mais de trinta anos de “prática”.

Outra mulher citada em diversos momentos pelo DC sobre suas ações docentes foi a professora Maria Theresa Cercal Correia. Entre variadas atividades, ela também procurou desenvolver seus ideais profissionais nesse contexto por meio da música. Constituindo-se como “dona de preciosos dotes musicais, [...] foi professora do Ginásio Regente Feijó e da Escola Normal Primária de Ponta Grossa na década de 1930” (OLIVEIRA, 2002, p. 181). Um ponto interessante da história dessa professora é que seus pais também eram docentes e certamente influenciaram na condução educacional da filha, corroborando a relevância do meio familiar na composição do capital cultural (BOURDIEU, 1989; 2004). Sendo assim: “Com a fundação da Escola Normal Primária (1924) e do Ginásio Regente Feijó (1927), tornou-se professora de música nos dois estabelecimentos. Participou ativamente da vida artística e cultural pontagrossense [...]” (OLIVEIRA, 2002, p. 181-182).

Conforme já apontamos no terceiro tópico do primeiro capítulo, algumas poetisas colaboraram, de forma tímida e pouco frequente, com o jornal “Diário dos Campos”. Geralmente suas temáticas abordavam o campo dos sentimentos, universo até então considerado apropriado para as mulheres, pela associação à tão difundida fragilidade feminina. O poema a seguir, intitulado “Duvida”, de Virginia Victorino, corresponde ao que foi assinalado:

Duvida
O teu amor inda me não conhece
Duvida mais de mim: Tudo o que eu sinto,
É para ti profundo labyrintho
Onde lancei á prova o teu interesse...

Não podes entender. Falta de instincto...
Dirás talvez: ”Nem sei onde comece”.
E o teu desejo, aos poucos, esmorece.
Nem sabes se te quero ou se te minto.

Despresa-me. Duvida. N’um tormento
Tambem se pode achar contentamento

Quero sofrer por ti, por mais ninguém!

Um grande amor é doido, é desigual.
Se há qualquer bem que às vezes nos faz mal,
Há sempre um grande mal que nos faz bem.
Virginia Victorino. (DC, 27/10/1923).

Celina era outra poetisa que participava com certa frequência das páginas do “Diário dos Campos”. Não há menção ao seu sobrenome. Na sequência encontram-se dois de seus poemas, um deles dedicado a José Cadilhe - editor do DC e grande mediador entre as mulheres autoras e professoras e o jornal “Diário dos Campos” -, intitulado “Alouette: Ao Rostand⁵⁰ paranaense J. Cadilhe”. Nesse primeiro poema, Celina chama José Cadilhe de pássaro, exaltando sua liberdade e alegando que admira seus escritos. Além disso, a seguir consta também um poema escrito por José Cadilhe e dedicado à poetisa Celina, elogiando sua capacidade literária. A partir do título do poema citado – Talento – constata-se o apreço que Cadilhe tecia pelos predicados intelectuais de Celina, ressaltando sua modéstia, algo também admirado na postura das mulheres, conforme nos elucida Araújo (2018), a partir de sua pesquisa sobre a vida e obra de Helena Kolody.

Alouette
Ao Rostand paranaense J. Cadilhe
Como eu te invejo, avesinha!
Cotovia pequenina
Que canta sobre as estrelas!
Do abysmo azul, Colombina,

Inspirada artistazinha
Talvez sonhes commovêl-as...

Luz, paz, silencio, grandeza...
Nessa esphéra de alabastros,
De camafeus de turquesa,
Empoleirada nos astros

Como és livre, como ès léve...
“Pierrette” de pennas... brève...

Quanto eu peso, prisioneira
Desta existencia rasteira
Acorrentada na dôr!
Escrava triste do amor,

Como te invejo, a voar,
A subir e a cantar!

Riso vibrante do Sol,
Voz de Crystal do Arreból,
Como eu te invejo, avesita

⁵⁰ Rostand referia-se ao poeta e dramaturgo francês Edmond Eugène Alexis Rostand.

- Alma no céu – cotovita

Livre, o voar quando quer...
- Muito te enganas, mulher.

Escondida no Infinito,
Sobre os planetas, afflicto,
Vem gemer meu peito cheio...
Ironia que bem sôa...

O meu gemido é um... gorgheio.
Quer na Terra, quer na Altura

Sou um coração que vôa,
Lôgo...uma alada amargura
Trinando como Arlequim ...
Requinte de crueldade!

Trago grilhões como os teus...
Livre, eu? Livre? Pois sim...
Livre... como a Liberdade
Cativa na Mão de Deus!
Celina. (DC, 11/06/1921).

Talento
À D. Celina, inspirada e erudita poetisa brasileira, cuja modéstia não logra penumbrar
lhe o formoso talento.
Na misteriosa gênese dos astros,
Na matéria incoercível - seiva e lama –
Quer dos céus em demanda, quer de rastros
- Sempre a artéria do Genio se derrama.

Força motriz que os fracos apavora,
Valor que doma as rochas e os metaes,
Luz que renasce á luz de cada aurora
Desde os heroicos tempos ancestraes;
[...]
J. Cadilhe. (DC, 28/06/1921).

O agradecimento pela colaboração das mulheres ao “Diário dos Campos” com artigos e poesias foi exposto em alguns momentos. Um deles foi citado anteriormente com a homenagem de um poema de José Cadilhe à poetisa Celina. Outra homenagem foi endereçada à autora Annita Philipovsky, por meio do texto intitulado “O carinho”, escrito por Antonio L. Albuquerque, numa demonstração da amizade de Anita com os editores do “Diário dos Campos”, impresso com o qual, ela muito contribuiu. Assim, essa reportagem demonstra a valorização dos escritos de Anita, grande representante das mulheres autoras de Ponta Grossa:

O carinho
Para Annita Philipowsky
No enorme turbilhão da vida, em que o homem numa eterna incompreensão, aspira
ainda construir a infinda Babel, quando temos o aceno bondoso de um carinho, um
sopro de animo nos invade o ser e nos alenta uma grande esperança, como que a dizer:
- Não desanimeis, ide sempre avante na pratica do Bem, no culto à Verdade, porque

si o mundo um dia sumir-se no vácuo do nada, as vossas boas acções crystalisadas numa oração, dar-vos ão do Supremo Juiz o perdão e com o perdão a eternidade... – Na garrididice da infância, na ingenuidade da juventude, na phase rispida da maturidade e nas cans da velhice, o carinho é sempre uma luz fagueira, á prometer nos em rythmos sagrados, a victoria na vida e a paz na morte...

- Bemdicto seja eternamente o carinho! –

Antonio L. Albuquerque.

Agosto de 1924. (DC, 07/08/1924).

Araújo (2018) também ressalta a rede de contatos de Helena Kolody com vários homens, alguns sendo colegas de trabalho docente, os quais muito a favoreceram em suas empreitadas literárias e poéticas. Essas amizades, pautadas no respeito e na admiração mútuos, possivelmente colaboraram para aumentar a circulação de suas obras e também para patrocinar a impressão de alguns de seus livros, quando a autora já se encontrava no auge da carreira e com uma idade considerável. Assim, antes desse apoio literário masculino, Araújo (2018) salienta que Kolody assumiu os custos de publicação de muitas de suas obras, possivelmente na tentativa de firmar-se como poetisa, a partir da impressão e distribuição de seus livros, incluindo, o envio dessas obras para avaliação de autores renomados, muitos deles, fora do Brasil.

Nesse sentido, retornando às trocas de elogios entre os editores do DC com algumas mulheres – poetisas como Celina e Anita Philipovsky, citadas anteriormente – devemos assinalar que esse comportamento gentil, observado pela equipe editorial que compunha o DC, não consistia em regra geral adotada por outros representantes da sociedade, pois, conforme assinalado por Norma Telles (2015, p. 403):

Tal qual um Deus Pai que criou o mundo e nomeou as coisas, o artista torna-se progenitor e procriador de seu texto. À mulher é negada a autonomia, a subjetividade necessária à criação. [...] O que lhe cabe é uma vida de sacrifícios e servidão, uma vida sem história própria. [...]. É musa ou criatura, nunca criadora.

Desse modo, o excerto anterior novamente nos remete às estratégias adotadas por Helena Kolody para se consolidar como autora, além de atuar como professora. Sobre isso, Araújo (2018), analisa as formas, por meio das quais Kolody foi conseguindo conquistar esses disputados espaços de autoria feminina, demonstrando uma habilidade excepcional de estabelecer contatos e parcerias, e transitar por lugares bastante diferenciados, talvez até, à primeira vista, incompatíveis. Kolody constitui-se, assim, em uma figura com grande capacidade articuladora para estabelecer afetos e, com isso, expandir a circulação de suas obras. (ARAÚJO, 2018).

No “Diário dos Campos”, as representantes da Escola Normal também estiveram presentes nas atividades culturais publicadas pelo jornal. Em uma oportunidade, as professoras Maria Eulina Schena, Ida Bentim de Lacerda e Arminda Frare elaboraram uma publicação intitulada “A Escola”, denominada pelo DC como “órgão litero-pedagógico” da Escola Normal. Nessa reportagem, denota-se a relevância que essa instituição tinha junto ao DC, a contar pela frequência com que este impresso veiculava notícias sobre a escola e também pela forma de escrita do DC, confirmando nossa afirmação de proximidade e amizade entre os editores e as professoras, ao referir-se como “nossa Escola Normal”:

A Escola

Com amável dedicatória das provetas professoras Maria Eulina Schena, Ida Bentim de Lacerda e Arminda Frare, recebemos hontem o primeiro numero da “A Escola”, órgão littero-pedagogico da Escola Normal desta cidade. “A Escola” revela a cultura ainda incipiente mas segura de alguns alumnos, a admiravel concepção de outros, a manifestação do talento que floresce da maioria; e revela, sobretudo, o zelo, a dedicação, o fino pedagogico da brilhante pleiade de professores de nossa Escola Normal. (DC, 16/08/1933).

Na transcrição anterior, constata-se, a partir dos próprios termos utilizados na notícia – “órgão litero-pedagogico” – tratar-se de uma obra de cunho pedagógico, talvez até didático, elaborada por algumas professoras da Escola Normal de Ponta Grossa, demonstrando uma preocupação com esse tipo de produção por parte das referidas docentes.

Sobre isso, a pesquisa de Yolanda Lôbo (2010) sobre Cecília Meireles a apresenta também com essa preocupação em relação à educação, especialmente com as formas de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais interessante, a partir da valorização das contribuições dos alunos. Lôbo (2010) apresenta Cecília Meireles como educadora, demonstrando que esta personagem que sempre se mostrou ligada ao universo da escrita - pelo menos, essa é a representação mais famosa dela - também teve atuação importante como professora, integrando o corpo docente de diversas escolas do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX e também atuando no Ensino Superior. Portanto, Cecília detinha conhecimento sobre o cotidiano escolar, legitimando-a, assim, para opinar e escrever criticamente sobre a docência, além da educação como um todo. (LÔBO, 2010).

A preocupação de Cecília Meireles com a educação era notável por meio de seus inúmeros artigos e colunas em diversos jornais cariocas, num claro exemplo de autoria feminina respeitada em um universo, até então, masculino. Pautada nos ideais da Escola Nova, Cecília versava sobre o ambiente escolar, formação de professores, universo infantil, reorganização pedagógica, entre outras temáticas relacionadas à educação. Além disso, Cecília também esteve

à frente da organização da Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco, inaugurada no Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1934 e renomeada por Anísio Teixeira como “Casa da Criança”. Esse projeto, infelizmente, foi fechado pouco tempo depois pelo regime do Estado Novo. No entanto, essa iniciativa nos permite refletir sobre a determinação de Cecília Meireles em proporcionar um ambiente cultural infantil que incentivasse o hábito da leitura, concomitantemente a todos os benefícios advindos com essa prática. (LÔBO, 2010).

Assim sendo, sobre as iniciativas femininas em prol da educação e da cultura, na edição de 12/12/1933, o DC noticiou a realização do festival da Escola Normal que ocorreu no “Cine Theatro Renascença”, em Ponta Grossa, organizado pelos professores dessa instituição, numa clara demonstração ao incentivo e valorização à articulação entre cultura e educação. Nessa reportagem, o DC enfatiza que esse festival foi realizado para arrecadar fundos para a Caixa Escolar 15 de Setembro, referindo-se à estratégia utilizada pelas escolas para manterem suas funções por meio de doações e eventos. Além disso, o nome 15 de setembro remete à data do aniversário do município de Ponta Grossa. Salienta-se também a valorização do desempenho dos alunos na referida apresentação:

Transcorreu brilhantemente o festival da Escola Normal
Conforme havíamos preanunciado, teve lugar hontem, no Cine Theatro Renascença, o magnifico festival que, organizado pelos professores da Escola Normal desta cidade, com o concurso dos alumnos desse estabelecimento de ensino, foi levado a efeito em benefício da “Caixa Escolar 15 de Setembro”. [...]. Todos os alumnos tiveram actuação admiravel em seus papeis, notadamente Nely Meira de Angelis, Ruth Tulchiniski, Ruth Pucci, Nely Meira, Ritta Solano Cunha, Irene Lass. O prazente festival foi, em summa, uma demonstração eloquente do aproveitamento nos estudos dos alumnos e das qualidades pedagogicas dos professores daquele estabelecimento de ensino. (DC, 12/12/1933).

No entanto, o processo das mulheres para constituírem-se como autoras e/ou protagonistas culturais não foi tão simples. Sobre isso, Norma Telles (2015, p. 408) indica que as mulheres precisaram percorrer um árduo caminho, pois:

Excluídas do processo de criação cultural, as mulheres estavam sujeitas à autoridade/autoria masculina. [...] A mulher serviu também de espelho mágico entre o artista e o Desconhecido, tornando-se Musa inspiradora e criatura. Para poder tornar-se criadora, a mulher teria de matar o anjo do lar, a doce criatura que segura o espelho de aumento, e teria de enfrentar a sombra, o outro lado do anjo, o monstro da rebeldia ou da desobediência. O processo de matar o anjo ou o monstro refere-se à percepção das prescrições culturais e das imagens literárias que de tão ubíquas acabam também aparecendo no texto das escritoras.

Sobre isso, Norma Telles (2015, p. 410) completa que: “Essa conquista, essa luta, [...], foi travada, desde Nísia Floresta, por algumas mulheres que não colocaram em primeiro lugar

‘o que os outros vão dizer’ e que tentaram se livrar da tirania do alfabeto, tendo primeiro de aprendê-lo para depois deslindar os mecanismos de dominação nele contidos”.

No início dos anos de 1930, houve uma campanha no jornal “Diário dos Campos” para a eleição da rainha do carnaval de 1933. Houve publicações recorrentes para que os leitores indicassem qual a candidata que deveria ganhar o concurso. Se compreendermos que o carnaval é a maior festa popular brasileira, representante, portanto, da cultura de um povo, podemos considerar, então, que as mulheres participaram dessa manifestação cultural.

Os quesitos para a escolha da rainha não eram claros, devendo, os leitores, apenas escrever o nome da candidata escolhida no espaço destinado no próprio jornal, entregando-o na redação do DC. Geralmente as candidatas eram apresentadas como gentis, prestimosas, delicadas e prendadas, numa clara referência aos já citados princípios morais, remetendo aos *habitus* que as futuras esposas e mães deveriam apresentar, pois as candidatas eram, via de regra, senhoritas, ou seja, mulheres solteiras. Além disso, esta votação movimentava a população, a qual era incentivada a votar em uma das candidatas concorrentes ao título. Um exemplo dessas matérias é apresentado a seguir:

Secção Carnavalesca
Quem será a rainha do carnaval de 1933?
[...]
Já recebemos hoje o primeiro voto para o concurso que ontem iniciamos.
Foi para a senhorita Odila Justus. O sr. João da Costa disse-nos que “vae fazer fogo” para que a srta. Julinha Mayer, “Rainha do Carnaval do Thalia”, vença o certame, por signal que ficou de mandar o seu “votosinho”, mas esqueceu-se provavelmente... [...].
(DC, 29/01/1933).

Finalmente, a edição de 19/02/1933 do “Diário dos Campos”, estampou, reservando um espaço e uma posição de destaque dentro da diagramação do jornal – primeira página - a imagem da vencedora do referido concurso da Rainha do Carnaval de 1933. A moça foi referenciada como sendo a “gentilíssima senhorita Adelina Buffara”. A imagem a seguir retrata o exposto:

Figura 12 - “Rainha do Carnaval de 1933 – Adelina Buffara”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 19/02/1933.
Acervo: Museu Campos Gerais.

Em 1934, o “Diário dos Campos” também promoveu o Concurso da Rainha do Carnaval, aos moldes do concurso do ano anterior, sendo eleita a senhorita “Oliria Justus”, conforme demonstra a imagem a seguir:

Figura 13 - “Rainha do Carnaval de 1934 – Oliria Justus”.



Fonte: Jornal “Diário dos Campos”, 07/02/1934.
Acervo: Museu Campos Gerais.

Um ponto em comum entre as rainhas do carnaval de 1933 e 1934 é que ambas pertenciam a famílias tradicionais dos Campos Gerais, ou seja, elas possuíam capital social e, certamente, capital econômico, sendo que as demais candidatas também se enquadravam nesse perfil. Isso nos leva a refletir que, de forma geral, as mulheres que estampavam as páginas do jornal “Diário dos Campos”, tanto como autoras, ou como atrizes, ou cantoras, ou então, vinculadas a movimentos culturais de ordens diversas, eram mulheres que possuíam, de uma forma ou de outra, acesso aos capitais culturais, geralmente proporcionados inicialmente pela posse de capital econômico.

No entanto, percebe-se que, a partir da implantação da Escola Normal em Ponta Grossa, em 1924, a participação das mulheres, evidenciada por artigos, avisos, recados, textos diversos, assim como, pela constatação da ocupação de outros cargos por elas, aumentou consideravelmente na década de 1930.

Em síntese, este tópico procurou demonstrar as formas que as mulheres foram encontrando para adentrar a vida pública, traçando estratégias, estabelecendo-se em campos em

que conseguiam alguma abertura, envolvendo a educação e a cultura nas suas mais diversas modalidades. Perrot (1998, p. 91) oferece uma excelente avaliação sobre essa dinâmica feminina, refletindo que:

Entender as proibições é também compreender a força das resistências e a maneira de contorná-las ou de subvertê-las. As frentes de luta das mulheres, suas tentativas de atravessar os limiares muitas vezes provocam a violenta reação dos homens. Mas existem também outros tipos de relações – de aliança, de cumplicidade, de amizade e de amor. Trata-se menos de guerras do que escaramuças, menos de frentes do que de linhas quebradas ou deslocadas. Assim, as fronteiras que limitam a vida das mulheres, atribuindo-lhes mais um destino do que uma sina, movem-se ao longo do tempo. Certos terrenos são de acesso mais fácil do que outros, como a saúde ou a educação e, de um modo geral, o trabalho assalariado. A zona aventureira da criação é interessante em sua ambiguidade. As mulheres conquistaram com muito esforço a escritura e as artes plásticas. Mas a arquitetura, essa ordem das cidades, a música, linguagem dos deuses, assim como no campo dos saberes, a filosofia ou as matemáticas, permanecem hostis a elas. Essas divisões simbólicas dos sexos são, de todas, as mais sólidas e as mais invisíveis.

Assim, concordamos com Perrot (1998), em muitos pontos apresentados na citação acima. No entanto, nossa pesquisa sugere que as mulheres conseguiram adentrar e manter-se no campo da música, sendo apresentadas com respeito e admiração nas páginas do jornal “Diário dos Campos” como cantoras e musicistas notáveis.

Desse modo, o protagonismo cultural do gênero feminino em vários campos, constituiu-se em um marco importante da historiografia educacional das mulheres em Ponta Grossa, sendo o jornal “Diário dos Campos”, uma testemunha impressa desse processo. Além disso, a atuação das mulheres como cantoras, musicistas, atrizes, escritoras, além da participação em outras atividades culturais veiculadas em grande volume e frequência pelo jornal “Diário dos Campos”, demonstram, a partir da interlocução com Chartier, a conformação de novas representações femininas e também da educação das mulheres, tecidas por um viés de valorização do capital cultural e da distinção, com o delineamento de um novo *habitus*, pautado em uma nova forma de desempenho de papéis públicos.

3.3 “A mulher brasileira e o seu triumpho politico definitivo”

O título que inicia esse subcapítulo e que foi publicado no jornal “Diário dos Campos”, no dia 14/09/1934, retrata as grandes discussões em torno dos direitos das mulheres que efervesciam na sociedade das primeiras décadas do século XX, tanto nacional, quanto internacionalmente, e o DC não ficou de fora desses movimentos.

Nesse sentido, a pesquisa no jornal “Diário dos Campos” demonstrou que, entre a década de 1920 e a de 30, as mulheres foram adquirindo novos conhecimentos e novos espaços proporcionados pelas novas oportunidades educacionais, sociais, profissionais e culturais que foram surgindo, destacando-se a conquista de direitos políticos, principalmente o direito ao voto feminino.

Desse modo, conforme veremos a seguir, de forma geral, esses movimentos não se deram de forma regular, linear e amistosa. Em alguns momentos houve tensionamentos e resistências, demonstrando que lutas e questionamentos fizeram parte dessas conquistas. Assim, em relação aos embates entre os gêneros feminino e masculino, especialmente no âmbito político, Joan Wallach Scott (1995, p. 93), esclarece que:

São os processos políticos que vão determinar qual resultado prevalecerá - político no sentido de que atores diferentes e significados diferentes lutam entre si para assegurar o controle. A natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica, no contexto do tempo e do espaço. Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas.

Por conseguinte, chegamos à representação de mulher cidadã, compreendida como aquela que pode votar, tem autonomia e pode traçar as coordenadas de sua própria vida, opinando sobre os assuntos que movimentam a sociedade e posicionando-se de acordo com suas próprias concepções. No entanto, André Botelho e Lilia Moritz Schwarcz (2013), organizadores da obra “Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos”, explicam na introdução desse livro que o conceito de cidadania é muito amplo e comporta diversas problematizações, porém, os autores destacam que, via de regra, a cidadania relaciona-se com o exercício de poder no âmbito público e também salientam que, geralmente, nem todos os indivíduos de todos os grupos humanos são autorizados a praticar esse poder e, nesse grupo de excluídos, segundo os autores, as mulheres estariam situadas.

Dessa forma, nesta dissertação utilizaremos a ideia de cidadania sugerida por Botelho e Schwarcz (2013), relacionando tomada de posição e exercício de poder, tendo como ponto central dessa análise o direito ao voto feminino.

Um exemplo do desenvolvimento da participação política feminina ficou evidente em uma situação em que o jornal “Diário dos Campos” publicou uma “carta aberta”, destinada ao prefeito da cidade de Ponta Grossa, sr. Brasília Ribas, no ano de 1921, assinada apenas por “Ivone”. Nesse texto, a autora questiona o referido prefeito sobre as melhorias em diversos

setores de obras e ações no município, assim como, salienta o alto preço da carne, indagando a postura do prefeito sobre isso. Ora ela o chama de coronel, ora de fazendeiro, numa postura irônica, inclusive em relação ao salário que ele recebe e pelo fato de o mesmo residir em sua fazenda e não na região urbana, ficando, portanto, longe dos problemas da cidade. Essa carta representa um exemplo de postura crítica por parte de uma mulher, expressada por meio de um texto público, veiculado pela imprensa. Ressalte-se, também, a coragem de “Ivonete”, possivelmente um pseudônimo utilizado para evitar represálias, e também a coragem do DC em publicar um texto com forte teor de denúncia, como esse.

Por outro lado, devemos relativizar essa “carta”, problematizando se, de repente, esse texto tão crítico não representava uma disputa política, intermediada pelo DC. Assim, talvez uma hipótese de análise seja a de que essa carta não tenha sido escrita realmente por uma mulher, mas por um oponente político do prefeito Brasília Ribas, com o intuito de confrontá-lo, utilizando o nome de uma mulher. No entanto, nossas fontes não permitem afirmar nenhuma dessas suposições. A seguir, transcrevemos na íntegra o conteúdo dessa “carta aberta”:

Carta aberta ao snr. Prefeito

Permita-me snr. prefeito, que humilde e obscura e talvez a mais obscura das vossas munícipes ouse dirigir-vos a presente missiva, fazendo-vos certas ponderações sem intuito todavia de molestar-vos. Dizem á socapa, commentam e rosnam por ahi a fora, que o snr. prefeito é de uma vaidade morbida, e tão morbida que não beneficia, nem beneficiará a nossa cidade de alguns melhoramentos indispensaveis ao nosso bem estar e quíça á hygiene local, para que não se atribua a insinuação do “Diario” os melhoramentos feitos por vòs. Que maldizente é este povo, não acha snr. coronel?

Mas não vos creio tão vaidoso, e se alguém snr. prefeito, tivesse a petulancia de dizer-me semelhante blasphemia, saberia repelir tão injusto conceito dirigido a vossa austera autoridade. Dizem, que fazia parte do vosso programma administrativo as construcções de mercado, cadeia, fórum, edificio para municipalidade, theatro municipal, creação de hygiene e policia municipal, melhoramentos das estradas de rodagens, manutenção de escolas nocturnas e muitos outros beneficios que seriam enfadonhos enumerar. Acho respeitavel snr., que tendes carradas de razão assim pensando, porque afinal de contas é o nosso prefeito quem sabe se deve ou não fazer taes melhoramentos. Demais, merecerá o Zé povinho esses melhoramentos?

Terão a idea, os vossos munícipes, como um acto de justiça ao maior dos pontagrossenses, no dizer da “Vanguarda” – de saudosa memoria – de levantar em uma de nossas praças uma estatua á vossa gloria pelo muito que nos tendes feito e que nos haveis de fazer? Avalie snr. coronel, um homem ter como um posto de sacrificio o cargo de prefeito, percebendo o vosso insignificante subsidio de 500\$000 mensaes, trabalhar, esforçar-se, gastar sua energia, sahir das comodidades de sua fazenda, onde vivia de alparcatas e lenço no pescoço, para morar na cidade e ter de usar botinas a pé de anjo, collarinho duro, bigode retorcido e chapéo ao lado, ouvir cobras e lagartos dos jornaes, ser menosprezado por uma população inteira e ainda beneficiar este povo! É demais tendes razão. Comtudo, snr. prefeito – e bem baixinho para que ninguém nos escute – deveis, procurar um meio de fazer com que a vida deste município fôsse barateando, principalmente pela carne.

Pois aqui – já não fallo em relação aos municípios dos demais Estados, mas em relação aos municípios do nosso Estado – pois aqui repito, a carne é vendida por um preço, como em nenhum outro lugar. Vós que sois fazendeiro, devia cuidar desse palpitante assumpto, para que depois as línguas ferinas, não dissessem ter o nosso governador

municipal interesse em que a carne seja vendida por tão exorbitante preço, como abusivamente está sendo vendida. Não levais a mal este meu pedido snr. Brasília, e se não fôr exigencia, e não vos causar prejuízo, peço-vos mandar um votinho para a vossa admiradora.
Ivonete. (DC, 21/11/1921).

O exemplo de posicionamento feminino crítico da notícia acima, vem de encontro ao que é expresso pela nota a seguir, a qual mostra a opinião de quem a assinou, apresentado apenas por “D. Xiquote”. Esse autor posiciona-se contra o voto feminino – polêmico assunto desse contexto histórico – alegando que as mulheres, ao tentarem se nivelar politicamente aos homens, estariam dispensando as características femininas relacionadas à fraqueza e à vulnerabilidade:

O voto feminino
“Buscando nivelar-se aos homens, não refletem as mulheres que, se o conseguirem, ficarão despojadas da mais temível das armas de que dispõem para os combates da vida: a fragilidade.
D. Xiquote. (DC, 04/07/1923).

Sobre o direito feminino à palavra e à tomada de posicionamento político, Perrot (1998, p. 59) reflete sobre os complexos processos que possibilitaram às mulheres um espaço nos setores públicos, questionando se elas realmente conseguiram ultrapassar as barreiras e silenciamentos que, historicamente lhes foram impostos:

Ainda mais do que o espaço material, é a palavra e a sua circulação que modelam a esfera pública. [...]. A idéia de que a natureza das mulheres as destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço do privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública. A opinião revela-se, no entanto, cada vez mais decisiva na constituição e no funcionamento da democracia. Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito. Conseguiram elas passar do oculto, que lhes é permitido, à visibilidade, que lhes é contestada?

No ano de 1932, ano de grandes efervescências em torno do tão comentado voto feminino no Brasil, o “Diário dos Campos” realizou uma enquete com várias mulheres de Ponta Grossa, convidando-as a discorrerem sobre esse assunto. Assim, em várias edições do DC, as opiniões dessas mulheres foram publicadas em uma coluna criada por ocasião dessas discussões. Destacamos aqui alguns desses depoimentos. Uma dessas mulheres foi a senhora Berlintes Antunes, apresentada pelo jornal “Diário dos Campos” como “a digníssima consorte do sr. Lysandro Antunes, acreditado commerciante desta praça e prestigioso chefe politico

local” (DC, 26/02/1932). Dona Berlintes considerava o direito feminino ao voto como “justo” e legítimo, porém, não considerava essa “reivindicação oportuna”, alegando que a mulher ainda não tinha a mesma consciência que os homens sobre esse importante direito político:

A concessão do direito do voto á mulher

A opinião que, a respeito da emancipação politica da mulher faz a exma. sra S. Berlintes Antunes

A Exma. Sra. D. Senhorinha Berlintes Antunes, dignissima consorte do sr. Lysandro Antunes, acreditado commerciante desta praça e prestigioso chefe politico local, honra hoje nossas columnas, respondendo á inquirição que vimos realizando sobre o dispositivo da Lei Eleitoral, que concede á Mulher brasileira o direito do voto:

- Que nos pode dizer V. Exma. sobre a concessão do direito do voto á mulher?

- Nada mais justo que esse direito.

- Considera V. Excia. essa concessão como justa reivindicação do direito político da mulher?

- Não a considero como uma reivindicação oportuna.

- Considera V. Excia. o art.º 2º do Codigo Eleitoral como uma victoria authentica do Feminismo ter conseguido do Governo a decretação do ensino obrigatorio, facultando ao brasileiro, desde a infância, uma cultura civica que, a par da intellectual, pudesse collocar o homem, como a mulher, na senda esplendorosa da civilização, do progresso.

- Quer V. Excia. dizer, então, que não acha oportuna a concessão desse direito?

- Não o acho: não se pode exigir, actualmente, a consciencia desse direito da mulher brasileira.

- Não acha V. Excia. que essa concessão poderá quebrantar a poesia feminil da mulher brasileira?

- Quando a mulher estiver educada para exercer os direitos politicos que a sua intelligencia, a sua capacidade torna equipollente aos do homem, isto em nada quebrantará a sua poesia feminil, que poderá manter intacta em qualquer das modalidades da vida. (DC, 26/02/1932).

Nessa mesma enquete, a educadora Maria Luíza Ruth Junqueira foi também questionada sobre o voto feminino e o DC registrou em suas páginas a defesa da professora acerca desse direito, conforme demonstra a transcrição a seguir. O interessante sobre as respostas dessa mulher é que, talvez por ela ser professora, sua visão fosse além das questões sobre a maternidade e o papel da mulher em relação às responsabilidades domésticas, pois a professora Maria Ruth justificava o voto feminino, pautando seus argumentos na “atividade humana” desenvolvida pela mulher, em seu papel social e na sua participação na construção do país. Além disso, ela demonstrava conhecimento sobre as lutas feministas, citando os nomes de

líderes importantes desse movimento como Berta Lutz⁵¹, Alzira Reis Ferreira⁵² e Elvira Komel⁵³:

A concessão do direito do voto á mulher

Fala-nos sobre esse dispositivo da lei eleitoral a talentosa educadora conterranea Prof. Maria Ruth Junqueira

D^a. Maria Ruth Junqueira, competente e digna componente de nosso magistério publico, e brilhante intellectual conterranea, comprou-se em nos enviar “per-scriptum” as respostas aos quesitos que lhe enviámos, concernentemente á “enquete” que vimos effectuando , afim de conhecer e revelar a impressão que á mulher pontagrossense causou o estabelecimento do voto feminino em nossas leis:

- Que nos póde dizer V. Exa. sobre a concessão do direito de voto á mulher?

- Acho que a actual campara feminista tem despertado grande interesse em todo Brasil e considero-a uma das maiores victorias obtidas, visto ser grande o numero de brasileiras que já interpretam o valor do voto.

Tudo se negava á mulher em tempos passados: ella não podia pensar nem agir e muito menos emittir opiniões: hoje, porém todos os paizes estão reconhecendo o seu direito e pedem a sua collaboração nos diversos ramos da actividade humana, quer sejam moral ou social, economico ou politico. É, portanto, justa a sua pretensão ao direito do voto. [...]. É uma justissima reivindicção. Penso ser chegada a hora de se lhe reconhecer o direito do voto e estou certa de que o seu concurso não será dispensado, [...]. É nada mais que o resultado de um intenso trabalho, onde serão realçados os nomes de Berta Lutz, Selva Americana, Dras. Alzira Reis Ferreira e Elvira Komel, a distincta commandante do Batalhão Feminino “João Pessoa” [...]. (DC, 25/02/1932).

O autor Joselfredo Cercal de Oliveira (2002, p. 180-181), em sua obra memorialista sobre os educadores pontagrossenses, ressalta a trajetória da professora Maria Luíza, assinalando que ela:

Após concluir o curso primário, prosseguiu seus estudos na Escola Intermediária Professor João Cândido, sob a orientação da professora Judith Macedo Silveira, diplomando-se normalista pela primeira turma da Escola Normal Primária de Ponta Grossa. [...]. O trabalho que Maria Luíza desenvolveu na Legião Brasileira de

⁵¹ Segundo Rita de Cássia Barbosa de Araújo (2003, p. 148), em uma nota explicativa, “Berta Maria Júlia Lutz, bióloga, nasceu em São Paulo, em 1894. Estudou na Europa, absorvendo idéias em torno das lutas feministas e, de volta ao Brasil, em 1918, criou a Liga para a Emancipação das Mulheres, tornando-se pioneira nas lutas feministas no país”. Além disso, de acordo com Lia Gomes Pinto de Sousa, Mariana Moraes de Oliveira Sombrio e Maria Margaret Lopes (2005, p. 316), “quando Bertha Lutz fundou a FBPF, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, pretendia, entre outras coisas, promover a educação e profissionalização das mulheres. Entre práticas e discursos transpostos, graduou-se em Ciências Naturais na Sorbonne, em 1918; em Direito no Rio de Janeiro, em 1933; consolidou sua carreira científica nos mais de 40 anos de funcionalismo público no Museu Nacional; liderou a luta pelo voto feminino e exerceu, ela própria, o direito de ser votada. No Parlamento propôs inúmeras mudanças na legislação brasileira”.

⁵² Segundo o site do jornal “GGN”, “a Dra. Alzira Nogueira Reis foi a primeira mulher mineira a se formar em medicina e a primeira brasileira a se alistar e ter deferido o seu título eleitoral. [...] Nascida em 8 de Novembro de 1886, em Minas Novas [...]. Falecida em 23 de Agosto de 1970, em Niterói. Está sepultada no Cemitério do Maruí, no jazigo 966, da Família Vieira Ferreira”.

⁵³ De acordo com informações obtidas pelo site do jornal “A Cidade”, Elvira Komel, “Nascida em 24 de junho de 1906, em São João do Morro Grande (atual Barão de Cocais), em sua breve vida, extinta em 25 de julho de 1932, mal completados 26 anos, Elvira Komel notabilizou-se como primeira advogada militante no foro de Belo Horizonte (formou-se em 1929) e sufragista, cuja importância revela-se na conquista do direito ao voto pelas mulheres. Filha de pai austríaco, Ernesto Komel, e de mãe mineira, Maria Severina Correa Guedes, consta ter sido Elvira a primeira ou, seguramente, uma das primeiras mulheres alistadas eleitoras em Minas Gerais”.

Assistência, no Hospital das Crianças de Curitiba e na Federação Espírita do Paraná edificou seu nome na memória da população. De personalidade marcante, foi orgulho da mulher paranaense, pois suas atividades se estenderam da prédica religiosa à batalha política, da gestão do lar ao jornalismo, e do trabalho estafante ao estudo aplicado.

Continuando as entrevistas com algumas mulheres de Ponta Grossa, “personalidades femininas de nossa sociedade”, sobre o direito feminino ao voto, o “Diário dos Campos” trouxe as concepções de outra professora, a senhora Eleonora Amaral de Angelis⁵⁴, a qual é apresentada pelo DC como a “digna consorte do prof. Nicolau Meira de Angelis e elemento de escolha de nosso magisterio publico” (DC, 24/02/1932). Segundo a referida professora, “A mulher deveria ter o direito do voto se ella educa um povo, formando-lhe o character, aperfeiçoando-lhe a intelligência, porque motivo não concorrer ella com o seu voto para a escolha de um governo? Acho muito razoável que a mulher possa votar”. Além disso, a professora Eleonora ainda defende que o voto feminino é “[...] um direito inalienavel e sagrado”. A partir de suas respostas, percebe-se que, a exemplo da professora Maria Ruth Junqueira, a docente Eleonora Amaral de Angelis também compreendia o voto feminino como participação legítima da mulher na sociedade como cidadã. Isso sugere que o contato com o meio educacional pode ter sido o responsável pelo desenvolvimento da postura crítica e questionadora dessas educadoras. Segue a referida reportagem:

[...] A opinião, a respeito dessa cedencia de regalia, de illustrada educadora patricia [...] a opinião da Exma. Sra. D^a. Eleonora Amaral de Angelis, digna consorte do prof. Nicolau Meira de Angelis e elemento de escola de nosso magisterio publico. Assim se manifestou a talentosa educadora:
 “A mulher deveria ter o direito de voto se ella educa um povo, formando-lhe o character, aperfeiçoando-lhe a intelligencia, porque motivo não concorrer ella com o seu voto para a escolha de um governo? Acho muito razoável que a mulher possa votar. A reivindicação do direito politico da mulher será concessão mais do que justa: é direito inalienavel e sagrado. E se a mulher brasileira desfrutal-o um dia não será isso o triumpho da sua causa senão da propria nação. [...]. (DC, 24/02/1932).

Outra personalidade feminina pontagrossense que expressou suas opiniões sobre a enquete promovida pelo DC foi Anita Philipovsky, a qual sempre foi saudada pelo impresso de forma a enaltecer suas qualidades como escritora e colaboradora do “Diário dos Campos”, conforme já apontamos em outras passagens desta dissertação. Nessa reportagem, o DC ressalta que, no dia da entrevista, Anita estava doente, por isso, as perguntas foram poucas, de forma a

⁵⁴ O esposo da professora Eleonora Amaral de Angelis, o também professor senhor Nicolau Meira de Angelis, de acordo com pesquisas de Ditzel (2004), era integrante do núcleo integralista de Ponta Grossa. Para maiores informações, consultar a tese de doutorado da autora.

não importuná-la, porém, ainda assim, ela respondeu enfaticamente que era, sempre tinha sido e que sempre seria feminista e que era favorável ao voto feminino:

A concessão do direito do voto á mulher

O que nos disse sobre esse dispositivo do código eleitoral a talentosa prosadora conterrânea sta. Annita Philipovsky

Ouvindo a opinião da Mulher pontagrossense sobre a concessão do direito do voto á mulher, não podíamos prescindir do parecer da distinta senhorita Annita Philipovsky, uma das mais rutilantes fulgências de nossa intellectualidade feminina e nossa apreciada colaboradora. [...].

- “sou, sempre fui e sempre serei feminista. Tal é o meu partidário nesse ponto que, mesmo pelo prisma não romanesco, julgo que as belletrizes refulgem sympathias a quem quer que seja. E em alimentando assim esse ideal de justiça, não posso deixar de ser favorável á concessão do direito do voto á mulher. [...]. (DC, 24/02/1932).

Entretanto, essa “enquete” ainda trouxe opiniões contrárias ao voto feminino, como as das senhoras Adalzisa de Macedo e Amália R. de Almeida. A primeira é apresentada pelo jornal como “[a] digníssima consorte do sr. José de Azevedo Macedo, abalisado e conceituado clínico [...]”. A senhora Adalzisa alega que:

“A mulher não deve tomar parte activa nas lides políticas, nem aspirar ás suas posições de destaque. Um óbice, bastante considerável, sublime, se lhe antepõe a essa regalia: a maternidade. Renunciar á maternidade, para se deixar levar pelos afluxos das atividades da vida, publicas ou particulares, inherentes ao homem, seria para a mulher, o desviar-se da senda da mais sacrossanta missão terrena”. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 14/02/1932).

Na mesma edição, a senhora Amália R. de Almeida, segundo o jornal, “[...] virtuosa consorte do sr. Martiniano de Almeida, abastado fazendeiro e pertencente a uma de nossas mais ilustres famílias, nos honrou com o seu parecer [...]”. Similar à opinião da outra senhora citada no parágrafo antecedente, a senhora Amália afirmou: “Sou inteiramente contrária à concessão do direito de voto á mulher. Temos, nós as mulheres, missões mais alevantadas a cumprir, e a essas devemos dedicar, nos aconchegos dos lares, os nossos sentimentos de esposa e mãe” (DC, 14/02/1932).

Constata-se que, enquanto algumas mulheres defendiam o direito ao voto feminino, compreendendo essa ação realmente como um “direito”, o qual deveria ser exercido de forma autêntica, outras mulheres alegavam que a maior missão feminina deveria ser a maternidade, devendo, todo o resto, ficar em segundo plano. Além disso, deve-se ressaltar que, as professoras entrevistadas para a referida coluna intitulada “A concessão do direito do voto à mulher” e referenciadas logo acima, além da escritora Anita Philipovsky, foram favoráveis ao voto feminino, apresentando argumentos que situavam a mulher em seu novo contexto social e

político. Entretanto, as duas últimas mulheres que se apresentaram como contrárias ao voto feminino, curiosamente, portaram-se contra as vitórias e conquistas sociais do próprio gênero feminino, inclusive, sendo apresentadas pelo jornal como esposas de representantes de tradicionais famílias da região dos Campos Gerais. Percebe-se aqui, o delineamento de dois grupos distintos de opiniões femininas, pois as mulheres que se posicionaram com ressalvas ou contrariamente ao voto feminino eram apresentadas apenas como esposas, caracterizando uma diferenciação entre as mulheres favoráveis ao voto que ocupavam funções públicas, como escritora e professoras.

Nessa mesma enquete, na edição de 14/02/1932, as senhoras Helena Seixas Bevilaqua e Emma Macedo também mostraram-se contrárias ao voto feminino. A primeira, “[...] esposa do Exmo. sr. Dr. Isaías Bevilaqua, [...] juiz de Direito da comarca [...]”, expressou-se nesses termos: “Penso que essa concepção em nada virá melhorar os costumes políticos do paiz [...]. Uma vez que o voto feminino não virá contribuir para melhorar os costumes políticos do paiz, a concessão desse direito poderia muito bem ser dispensada [...]”. Já a senhora Emma Macedo defendeu que a maior missão da mulher seria sua dedicação ao lar e à família, corroborando os modelos femininos relacionados à maternidade e ao lar. As duas senhoras, casadas com homens influentes da sociedade local, portanto, detentoras de capital social, não compartilhavam das lutas de outras mulheres por direitos políticos, talvez, porque, sendo possuidoras de capital econômico e social, não necessitassem se preocupar com seus futuros e com os meios para garantir sua sobrevivência. Segue a transcrição parcial das referidas entrevistas:

A concessão do direito do voto á mulher

A opinião que, a respeito, nos manifestaram as Exmas. Sras. Emma de Macedo e Helena Seixas Bevilaqua [...]

A opinião de D. Helena Seixas Bevilaqua [...]

- Uma vez que o voto feminino não virá contribuir para melhorar os costumes politicos do paiz, a concessão desse direito poderia muito bem ser dispensada ou, pelo menos, ser dilatada por muito tempo ainda. [...].

O parecer de D. Emma Macedo [...]

- Sou do parecer que a mulher não deve interferir-se na politica, porquanto o seu dever é muito mais nobre do que esse, quando tem sua família e sua casa para dirigir. [...]. (DC, 14/02/1932).

Sobre isso, é interessante problematizar que atualmente, quase um século após o recorte temporal de nossa pesquisa, no Brasil, segundo o IBGE⁵⁵, as mulheres constituem-se em pouco mais da metade da população, demonstrando assim, sua relevância em termos quantitativos e,

⁵⁵ Segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, no Brasil, o número de mulheres era de 97.348.809 e o de homens era de 93.406.990.

consequentemente, apresentando um peso significativo em relação à escolha dos representantes políticos por meio do voto.

Nesse sentido, sobre a postura mais tradicional das próprias mulheres, observada em nossa pesquisa durante a enquete organizada pelo DC sobre o voto feminino, Araújo (2003, p. 141) conjectura que:

Para muitos, inclusive mulheres, as recentes conquistas femininas na política, no direito, no trabalho, representavam uma ameaça. Mais que uma possível e indesejada concorrência com o elemento masculino nos domínios agora compartilhados, temiam que as novas ocupações as fizessem desinteressar-se pelos assuntos domésticos. Temiam a desestruturação da família, célula mater da sociedade, a desintegração do lar, a desmoralização dos costumes, o abandono dos princípios éticos e religiosos católicos. [...].

Apesar da diversidade de pensamentos, o voto feminino foi aprovado no Brasil em 1932 por Getúlio Vargas. Sendo assim, sobre essa importante conquista do gênero feminino, Chaves (2001, p. 68) explica que: “A partir do início da década de 1930, a mulher brasileira gradativamente ampliou seus espaços no campo social, na economia, na cultura, na política e passou a exercer funções até então reservadas somente aos homens”. Além disso:

A discussão exposta no Diário dos Campos a respeito da viabilidade ou não do voto feminino indica que a sociedade ponta-grossense dos anos 30 discutia as questões políticas, o civismo, o nacionalismo, os padrões e os comportamentos próprios desse momento histórico. (CHAVES, 2001, p. 70).

Dessa forma, enquanto algumas discussões giravam em torno do direito feminino ao voto, outras mulheres denunciavam que estavam sendo obrigadas a votar. É o caso de uma notícia veiculada pelo DC sobre uma religiosa de Manaus que se pronunciou à imprensa por meio de uma missiva, representando a si mesma e as demais irmãs. O curioso nessa história é o fato dessas religiosas se incomodarem com a atitude de seus superiores – homens – os quais as ameaçaram de expulsão da congregação, caso não se tornassem eleitoras. Além disso, essa religiosa utilizou a escrita de uma carta para denunciar a questão, o que, em sua opinião, consistia em um abuso, demonstrando a relevância do domínio dessa forma de expressão pelo gênero feminino.

A grande questão sobre esse caso é: o voto feminino, nesse contexto histórico, constituía-se em um direito adquirido pelas mulheres, ou então, o voto era uma obrigação, podendo ser punida com a expulsão da comunidade religiosa, a qual as freiras pertenciam, caso se recusassem a votar? Outra possibilidade de análise sobre essa situação seria: Será que essas religiosas podiam votar de forma conscienciosa, livre e com autonomia? Ou será que o voto

delas estaria servindo como modo de fortalecer o montante de votos de algum candidato ou partido em especial, indicado ou apoiado por seus superiores? Ou seja: será que o voto dessas mulheres não seria interessante para avolumar a campanha de alguém? E assim, novamente, as mulheres estariam sendo subjugadas e, talvez até, obrigadas a votar em determinados indivíduos? Infelizmente não dispomos de fontes suficientes para averiguar essas possibilidades. Segue a referida nota sobre a carta escrita pela religiosa:

Não se tratará de uma exploração ou de uma insidia?
Manaus, 15 (U.) – A religiosa Maria Veronica, da congregação das Filhas de Maria, dirigiu uma carta à imprensa denunciando os padres de estarem fazendo com que as mesmas se alistem eleitoras sob a ameaça de expulsão da congregação. (DC, 16/03/1933).

Esse tipo de notícia nos leva a refletir sobre as relações da Igreja Católica, bastante influente nesse contexto, e a política em geral, no que diz respeito ao gênero feminino. Sobre isso, destacamos outra importante reportagem que foi publicada pelo “Diário dos Campos” e salientava o poderio da Igreja Católica, representada nos anos de 1930, por Dom Sebastião Leme⁵⁶, o qual mostrou-se favorável ao voto feminino. Aqui, novamente problematizamos a questão sobre as intenções desse apoio dos dirigentes católicos ao voto feminino, questionando o grau de autonomia que as prováveis mulheres votantes teriam. Ou será que elas seriam conduzidas por seus dirigentes espirituais para escolherem determinados candidatos durante as eleições? Novamente, essas reflexões nos levem a considerar a relevância das mulheres nessas decisões, podendo, inclusive, mudar o curso dos resultados eleitorais. No entanto, possivelmente esse apoio da Igreja Católica se constituiu como de fundamental importância para que as mulheres fossem autorizadas a votar e também a serem votadas (ARAÚJO, 2003), assim como, a contrapartida também é verdadeira, pois, essa aproximação ao ideário de lutas femininas ajudou no “fortalecimento das bases católicas” (OLIVEIRA, 2016, p. 88). Segundo a notícia do DC:

O Cardeal D. Sebastião Leme é favorável ao voto feminino
Rio, 31 (U.) – Em cerimonia hoje realizada na Cathedral, por iniciativa da Federação Catholica, fizeram-se ouvir, pela numerosa assistencia, os oradores Alceu Amoroso, senhoras Cecilia e Luiza Rangel Pedrosa e padre Leonel Franca. Todos elles manifestarem pensamentos favoráveis à intervenção dos catholicos na politica. Por

⁵⁶ De acordo com Alexandre Luís de Oliveira (2016, p. 89), “Como ator ativo no processo de reconquista do espaço católico brasileiro, Dom Leme foi arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro em 1921, marcando a nova fase do religioso na rearticulação do catolicismo e do laicato. Em sua nova função na capital federal, começou sua busca por lideranças para fortalecer as estruturas católicas. Foi a partir desse momento que Jackson de Figueiredo, estimulado por Dom Leme, decidiu reunir um grupo de intelectuais católicos a fim de realizar o projeto de conseguir exercer uma atuação mais intensa junto as forças políticas”.

ultimo, o cardeal D. Sebastião Leme concitou os presentes á propaganda eleitoral. Disse tambem que não havia motivos para a oposição que muitos fazem ao voto feminino, pois acredita verdadeiramente nos beneficios da intervenção feminina nas questões politicas. (DC, 30/10/1932).

Ainda sobre a relação da Igreja Católica com os movimentos protagonizados por mulheres, Araújo (2003, p. 145) esclarece que:

As mulheres permaneceram em luta, organizadas em suas associações, buscando avançar em suas conquistas por direitos civis, políticos, trabalhistas. Em 1937, porém, com o golpe de Estado que instalou a ditadura no Brasil, Getúlio Vargas extinguiu os partidos políticos do país, incluindo, nos dispositivos legais, as organizações civis nos termos da hipótese expressa de registro civil. Em consequência, foram dissolvidas diversas associações civis, [...]. As mulheres da classe média e da elite urbanas se mantiveram unidas e organizadas em associações, sob inspiração da Igreja Católica ou diretamente tuteladas por ela, lutando sobretudo pela moralização dos costumes, pelo fortalecimento da família e pela difusão dos princípios éticos e valores católicos [...].

Dessa forma, Perrot (1998, p. 117) sintetiza as ideias de dominação sobre as mulheres, assinalando que “o militar, o religioso, o político, como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder, são os centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo que símbolos da diferença dos sexos”.

As articulações entre as mulheres e a Igreja Católica também podem ser expressas por meio da trajetória da educadora católica Maria Junqueira Schmidt. Sobre ela, a autora Evelyn de Almeida Orlando (2017, p. 105-106) assinala que:

Maria Junqueira Schmidt foi uma mulher que, em seu tempo, mobilizou o capital cultural e social que possuía na construção de um espaço próprio no campo educacional brasileiro como intelectual. Suas ações revelam um movimento feminino de elite que buscava emancipação pela educação e, por diferentes caminhos, ocuparam espaços sociais pouco previsíveis para as mulheres. Os papéis destinados ao sexo feminino não incluíam sua presença em espaços políticos ou de gestão junto ao Estado, lugares tradicionalmente ocupados pelos homens. Os espaços que ocupou e suas ações são reveladoras da capacidade de invenção de determinados atores sociais – nesse caso, me refiro às mulheres – que subverteram normas estabelecidas e papéis prescritos a fim de assegurarem seu lugar na cena pública e no campo intelectual.

Desse modo, sobre as relações das instituições religiosas com as mulheres, Perrot (1998, p. 110-111) problematiza que:

O século XIX é, em toda a Europa e especialmente na França, a idade de ouro das congregações, que desempenharam um papel ativo no esforço missionário que acompanhava a colonização. Vemo-nos diante de um paradoxo, pois as mulheres, que não eram plenamente cidadãs, ajudaram na extensão da cidade e na exportação dos valores ocidentais. [...]. A Igreja tomava posição, esperando, através das mulheres, reconquistar os espíritos. [...]. O poder espiritual das mulheres exercia-se através da piedade, da mística [...]. Deve-se também contar com o espiritismo, muito difundido

no século XIX, e cujas médiuns eram mulheres. Assim se esboçava uma divisão, cheia de perigos, entre a cidade terrestre, gerida pelos homens, e a cidade espiritual, nas mãos das mulheres. E este era um argumento suplementar para lhes interditar a primeira.

Nesse sentido:

Na trajetória de Maria Junqueira Schmidt, a imprensa periódica teve um peso significativo. Em primeiro lugar, permitiu-lhe a inserção em uma rede, um grupo político articulado em torno de um projeto de nação; foi o primeiro lugar de difusão de suas ideias; depois, o principal canal de divulgação de suas obras e de sua entrada no circuito dos livros; noticiou cada uma de suas ações e seu trânsito no campo educacional, dando visibilidade aos espaços que ocupou na esfera pública, junto ao Estado. Definitivamente, a imprensa contribuiu de modo significativo para a legitimação de Maria Junqueira Schmidt no campo intelectual e foi onde anunciou, desde o princípio, o caminho e os pilares de sua trajetória: a Igreja e a pátria. (ORLANDO, 2017, p. 110).

O excerto anterior nos possibilita refletir sobre a atuação da presença feminina, representada por uma educadora apoiada nos preceitos católicos, fazendo uso do espaço dos periódicos para divulgar suas ideias. Esse exemplo ímpar não corresponde ao que comumente ocorria no jornal “Diário dos Campos” no período analisado, pois em nossa pesquisa, percebemos que a maior parte das mulheres comportava-se como leitoras e não como escritoras do DC, conforme já apontamos anteriormente. Nesse sentido,

O investimento na produção escrita, como um selo de distinção e uma tática de afirmação no campo intelectual, foi um dos principais investimentos da personagem aqui estudada [Maria Junqueira Schmidt]. Sua entrada no mundo das letras pelo domínio da cultura escrita, e, mais especificamente, pela via dos impressos, associada ao seu reconhecimento intelectual legitimado pela imprensa periódica lhe garantiram ocupar a cena pública. (ORLANDO, 2017, p. 111).

Maria Junqueira Schmidt foi uma intelectual que utilizou o poder da escrita nas primeiras décadas do século XX para angariar espaço em meios sociais quase nunca antes imaginados de ocupação para o gênero feminino (ORLANDO, 2017), constituindo-se em um caso singular, pois, segundo Perrot (1998, p. 138), “as mulheres eram excluídas da palavra e do sacerdócio [...]. A Igreja reserva estritamente a autoridade da pregação aos clérigos e os instrui para tanto, as mulheres constituem seus auditórios mudos”.

No entanto, houve uma mulher que teve sua voz valorizada no ambiente católico, sendo, inclusive, convidada diretamente por Dom Leme – Arcebispo e, posteriormente Cardeal, o qual ocupou a alta cúpula da Igreja Católica no Brasil - para assumir um cargo importante nessa instituição. Seu nome era Stella de Faro e sua trajetória foi pesquisada por Peri Mesquida (2017). Deve-se ressaltar que a postura de Stella de Faro somente foi reverenciada devido ao

alinhamento de suas concepções com as da Igreja Católica. Além disso, Mesquida (2017) esclarece que Stella, devido ao seu grande aporte de capital cultural, simbólico, social e econômico, transformou-se em uma aliada importante do campo católico, no sentido de persuadir e influenciar outras mulheres católicas.

As relações das mulheres com as questões religiosas e espirituais, em regra, renderam muitas discussões. Perrot (1998, p. 138) analisa essa delicada articulação, afirmando que:

Deus não tem sexo, mas é pensado como sendo do gênero masculino. E, no *Gênesis*, cria o homem primeiro, a mulher depois, e para ele. O que não impede o cristianismo de ter sido libertador para as mulheres, às quais era reconhecida uma alma. No juízo final, a igualdade dos sexos é absoluta; na verdade, o sexo é abolido. (Grifo da autora).

A autora Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2008, p. 83), em uma pesquisa sobre a participação feminina no periódico católico “A Ordem”, considerado o porta-voz oficial dessa instituição, destaca o artigo de Laura Jacobina Lacombe, “educadora católica reconhecida”, intitulado “Alfabetização ou escola do trabalho”. Sobre o referido artigo e sua autora, Magaldi (2008, p. 84) explica que:

[Laura Lacombe era] vice-diretora do colégio de sua família, situado no Rio de Janeiro e voltado para moças, o prestigiado Curso Jacobina. Esse artigo não representou uma abordagem isolada do tema educacional em *A Ordem*. A educação, ao contrário se constituía, naquela época, em uma arena constantemente visitada na revista, que lhe oferecia um tratamento de destaque. (Grifo da autora).

Magaldi (2008), ainda aponta que, a partir das mudanças que vão ocorrendo na sociedade brasileira entre as décadas de 1920 e 1930, especialmente em relação ao voto feminino e a educação como um todo, a revista “A Ordem” passa a adotar um novo padrão de abordagem para as mulheres, na tentativa de trazê-las para junto de suas concepções. Segundo a autora:

O que se pode observar, então, é que a própria concessão de espaço e voz a mulheres por uma revista comprometida com um modelo tradicional de sociedade, apoiado, por sua vez, em hierarquias rígidas e claras e lugares sociais destinados a homens e mulheres bem delimitados, expressa o reconhecimento, por parte de seus editores, da impossibilidade de desconsiderar um movimento de transformação da sociedade e, por projeção, o reconhecimento da mulher como sujeito. Mulheres estariam, portanto, nesse novo momento, sendo consideradas como autoras de artigos e também, em alguma medida, como autoras de suas trajetórias de vida, conduzidas cada vez mais também na cena pública, sendo que as primeiras, em um veículo que assumia um caráter doutrinário, deveriam, em suas reflexões sobre temas femininos, procurar interferir nas escolhas destas últimas. (MAGALDI, 2008, p. 87).

Ainda em relação às discussões e concessões sobre o voto feminino, em outra reportagem do DC, há a menção ao fato de que se a mulher casada fosse funcionária pública, ela não precisaria pedir licença ao marido para votar, numa clara demonstração de como, ainda nos anos de 1930, a mulher era submissa e vivia subjugada às normas do mundo dos homens. No entanto, devemos refletir sobre o fato de que essa notícia possivelmente significava um avanço para a época, pois ela dizia que se a mulher já fosse funcionária pública, ou seja, se ela já possuísse uma vida pública, possivelmente, uma certa independência, então, já poderia ser eleitora sem precisar da aprovação do marido:

A mulher casada funcionaria pode alistar-se eleitora
Rio, 27 (U.) – O Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, decidindo uma consulta do Tribunal Regional do Paraná, sobre si póde ser alistada ex officio mulher casada, funcconaria publica, sem licença do marido, resolveu que, se a mulher casada tem licença do marido, expressa ou implícita, para ser funcconaria, tem, consequentemente, para ser eleitora. (DC, 28/01/1933).

Assim, sobre os percalços e lutas que as mulheres travaram em direção ao direito ao voto, Rita de Cássia Barbosa de Araújo (2003, p. 136-137) explica que:

As ações das feministas, voltadas para conquistas de direitos políticos para a mulher, intensificaram-se em torno de 1918, quando Berta Lutz e um grupo de colaboradoras criaram, no Rio de Janeiro, uma organização chamada Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que, posteriormente, passou a denominar-se Liga pelo Progresso Feminino. Em 1919, o senador Justo Chermont apresentou projeto de lei estendendo o direito de voto às mulheres, não conseguindo, porém, sua aprovação. Em 1922, devido a novas estratégias de luta, a Federação das Ligas pelo Progresso Feminino converteu-se na Federação Brasileira para o Progresso Feminino, que, neste mesmo ano, organizou o I Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro. Coube às mulheres do Rio Grande do Norte, o pioneirismo na conquista do direito de voto, ainda em 1927, havendo, porém, um retrocesso nas conquistas eleitorais femininas no ano seguinte. Apenas em 1932, com o Decreto nº 21.076, as mulheres tornaram-se eleitoras efetivas no Brasil.

Além disso, Araújo (2003, p. 146) esclarece, por meio de uma nota, que “A primeira mulher a votar, no Brasil, foi Celina Guimarães Viana, professora do município de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que conseguiu, na justiça local, o direito de voto”. Essa informação é muito relevante, pois, evidencia que a primeira mulher a votar no Brasil foi uma professora. Coincidência ou não, o fato é que a primeira mulher a participar de uma votação na República Federativa do Brasil era ligada à área da educação.

Sendo assim, é possível conjecturar que as discussões acerca do voto feminino não ficaram restritas ao Brasil, pois em vários outros países do mundo essas questões também eram debatidas, geralmente associadas aos movimentos feministas.

Nesse sentido, o jornal “Diário dos Campos” também estampou em suas páginas o protesto de uma francesa que bradou pelo direito das mulheres ao voto e quando percebeu que seria presa por estar causando tumulto em uma sessão do Senado francês, acorrentou-se a um banco no interior do plenário, como forma de resistência. Além disso, o DC também comentou que, ao ser retirada da sessão, essa francesa ainda foi alvo de críticas por parte dos que se encontravam no mesmo ambiente. Esse é um exemplo de coragem feminina e de tensionamento dos campos de poder. Segue a notícia:

Uma “suffragette” reclamou, em pleno Senado francez, o direito de voto ás mulheres Paris, 12 – O austero ambiente do Senado foi, ha dias perturbado por original manifestação feminista.

No meio dos trabalhos da assembléa uma “suffragette” reclamou, em altos brados, a concessão do direito de voto ás mulheres, do lugar que occupava nas tribunas reservadas ao publico e, ao mesmo tempo, lançava punhados de boletins impressos em papel branco e azul. Enquanto o presidente da casa agitava a campainha, os continuos procuravam expulsar a manifestante, que tivera, entretanto, a precaução de se amarrar ao banco da tribuna com uma solida corrente. Somente depois de algum tempo, poudo ser finalmente retirada do recinto a feminista, debaixo dos comentarios antes jocosos dos presentes. (DC, 13/02/1932).

A questão francesa em relação ao voto feminino é bastante interessante, uma vez que ela apresenta certas contradições, por exemplo: ao analisarmos que o país que promoveu a Revolução Francesa, cujo lema pautava-se nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, excluiu as mulheres da fruição desses novos benefícios, uma vez que como “país da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a França é de fato o penúltimo país do continente a ter concedido o direito de voto às mulheres em 1944, quase a lanterninha da Europa, quando, além dela, só faltava a Grécia para dar esse passo”. (PERROT, 1998, p. 118).

No entanto, alguns anos antes das discussões em torno do voto feminino tornarem-se pauta no Brasil, na edição do dia 29/08/1920, por exemplo, o “Diário dos Campos” trouxe sob o título “Os progressos do feminismo”, a notícia da Conferência Feminista de Genebra que ocorreu em junho daquele ano. As mulheres que participaram desse congresso elaboraram a “Carta da Mulher”, na qual elas indicavam suas concepções sobre diversos assuntos, sendo um deles o direito ao voto feminino, além da “perfeita igualdade de direitos” entre homens e mulheres, em todos os aspectos, como: trabalho, casamento, direito sobre os filhos, mesma remuneração pela realização de atividades idênticas, direitos iguais também para as mulheres casadas e solteiras, além, é claro, do direito à educação. Esse tipo de evento demonstra o quanto parte das mulheres estavam conscientes das submissões e injustiças a que, historicamente, estiveram e ainda estavam expostas, organizando-se em um evento que se dizia feminista para discutir e expor suas reivindicações em forma de carta, ou seja, por meio da escrita.

Contudo, encontramos já no início da década de 1920, precisamente na edição de 30/08/1920, um pequena nota, a qual encontra-se na sequência, em que o DC trazia a informação de que algumas mulheres – “senhoras” do Rio de Janeiro – se reuniram para, junto a juristas renomados, discutirem o direito da mulher ao voto, demonstrando que elas estavam se mobilizando para, coletivamente, buscarem aquilo que acreditavam ser importante para suas vidas. A partir dessa notícia, podemos refletir sobre quem seriam essas senhoras que, no contexto de 1920, sendo mulheres, conseguiram a proeza de um encontro com representantes do poder judiciário. Pressupomos que elas deveriam pertencer às classes mais abastadas da sociedade do Rio de Janeiro, possuidoras, portanto, de capital econômico, simbólico, social e, talvez, também cultural (BOURDIEU, 1989). A notícia apresentava o seguinte texto: “O feminismo - Várias senhoras no Rio de Janeiro, acabam de dirigir consultas aos mais notáveis juristas brasileiros, afim de provarem que as mulheres também podem exercer o direito de voto. (DC, 30/08/1920).

Em outra reportagem, transcrita na sequência, nota-se uma nítida crítica à postura da senhora Roosevelt – esposa do então presidente dos Estados Unidos, senhor Franklin Roosevelt -, em escrever artigos, cartas de reclamação e emprestar seu nome às causas em que acreditava, alegando que essa não deveria ser a postura de uma primeira dama. Essa nota é muito importante, pois demonstra o preconceito em relação à mulher expressar suas opiniões e posicionar-se publicamente. Nessa questão, ainda podemos refletir sobre o fato de que a senhora Roosevelt, sendo uma figura conhecida, detentora de capital social, certamente tinha acesso facilitado aos meios sociais, como a imprensa. Provavelmente tudo teria sido diferente, caso ela fosse uma mulher anônima.

Mrs. Roosevelt gosta de publicidade

S. Paulo (U. J. B.) – Apesar de o presidente Roosevelt haver recommendado á sua esposa que se abstinhesse de escrever artigos, de emprestar seu nome á reclame de productos e de participar de firmas commerciaes, a senhora Roosevelt continua a provocar grande publicidade em torno do seu nome. Numa carta publicada no “New York Herald”, diz o missivista: “Nada ha que impeça Mrs. Franklin Roosevelt de deixar publicar seu retrato em annuncios. Difficilmente, porém, se poderá sustentar que seja o reclame o logar conveniente para o retrata da “primeira dama do paiz”. (DC, 27/07/1933).

A problematização sobre a questão das mulheres na política, versando novamente sobre o direito ao voto feminino, articulando-o ao analfabetismo⁵⁷, foi também noticiada pelo DC, pois, nessa época, quem não soubesse ler e escrever era impedido de votar. Essa matéria

⁵⁷ Alguns dados sobre o analfabetismo nesse contexto histórico, encontram-se em nota de rodapé, no primeiro subtópico, do primeiro capítulo desta dissertação, na página 42.

possibilita a análise de que, a educação, ou a aquisição do capital cultural, constituiu-se e ainda se constitui, em peça-chave na luta por direitos políticos e sociais, justificando os embates, ainda atuais, sobre a educação e o gênero feminino. Ademais, esta notícia explicita a preocupação de quem a escreveu – não há registro do nome do autor, porém, presume-se que tenha sido um representante do gênero masculino – em relação ao pequeno número de homens votantes, pelo fato de serem analfabetos e questiona-se também o investimento na formação educacional das mulheres, habilitando-as, assim, ao voto. O autor dessa reportagem refere-se aos homens como o “sexo forte”, o “sexo barbado” e as mulheres como o “sexo frágil”. Perrot (1998) também problematiza essas representações bastante discutidas e polêmicas sobre os gêneros masculino e feminino. Além disso, o autor da referida notícia do DC demonstra aflição pela possibilidade de as mulheres poderem se unir em partidos que defenderiam propostas opostas às dos homens, ameaçando, com isso, a dominação masculina na política. Dessa forma, este autor alega que o voto feminino poderia encerrar “o reinado dos homens”.

A mulher na politica

Noticiou hontem este jornal, que o Congresso Nacional está tratando de conceder á mulher o direito de voto. Somos um povo extraordinariamente divertido. Num paiz de vinte e tantos milhões de habitantes não possuimos, presentemente, nem 5% de eleitores do sexo forte: ao invéz de tratarmos de qualificar maior numero de homens, tratamos de outorgar ás mulheres o direito de voto... A exiguidade do numero de eleitores, é claro, está na razão inversa do analfabetismo, isto é, quanto maior o numero de analfabetos, menor o numero de eleitores. Pois si entre o sexo barbado reina em tão grande escala o analfabetismo, que diremos do sexo frágil, muito menos aparelhado ainda? Esse direito de voto virá fatalmente recahir sobre uma minoria insignificante, quanto ao numero, mas perigosissima quanto ao grão de cultura que possue. Teremos, então, não simplesmente eleitoras, mas sim mulheres de muita cultura, com aspirações excepcionaes; mulheres políticas, machiaveis de saias, que farão suar as estopinhas aos nossos políticos barbados. Uma vez assegurado o direito de voto, as mulheres constituirão o seu partido, que ha de falar muito ás suas conveniencias, naturalmente antagonistas às nossas. E serão esposas cabalando esposos; noivas torcendo opiniões de noivos; irmãs arrastando os manos, um horror! Pelo visto está proximo o fim de reinado dos homens! Pobres infelizes que tecem a corda para o seu próprio enforcamento. (DC, 18/10/1922).

A transcrição da notícia anterior ainda possibilita a análise sobre as diferenças, historicamente construídas, entre o gênero feminino e o masculino e as disputas de poder. Acerca dessa temática, Joan Wallach Scott (1995, p. 92) explica que:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.

A notícia referenciada anteriormente, veiculada no DC na edição de 18/10/1922, nos mostra o momento polêmico que a sociedade brasileira atravessava, momento esse em que as mulheres discutiam seu direito ao voto e alguns homens encontravam-se em uma posição de insegurança, conforme reflete Perrot (1998, p. 92), uma vez que “o acesso das mulheres ao domínio público reforça-se, a ponto de se ter podido falar de ‘feminização do mundo’, já que essa ‘invasão’ das mulheres às vezes provoca a angústia de seus parceiros, ansiosos com sua própria identidade”.

Sendo assim, sobre todas essas discussões envolvendo o gênero feminino e o campo político, Bourdieu (1989, p. 159) nos ajuda a refletir, enfatizando que, “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos”. Destacamos aqui, portanto, o grupo composto pelas mulheres.

Sobre isso, enfatiza-se um importante exemplo de atuação política que foi relatado pelo “Diário dos Campos”, na edição de 12/02/1933, em que uma mulher solteira, ou nos termos dos anos 1930, uma senhorita, assumiu a prefeitura de Tomazina – PR. Para compreender a relevância dessa notícia, devemos lembrar que, nesse contexto, a imagem da mulher estava vinculada à figura do pai ou do marido, ou ainda, a algum representante do gênero masculino, portanto, uma “senhorita” assumir a prefeitura de uma cidade, nessa época, significava um avanço considerável, uma vez que “a entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo. A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino”. (PERROT, 1998, p. 129).

Outra importante reportagem noticia a candidatura das primeiras mulheres nas eleições que se aproximavam, no ano de 1933. O periódico enfatiza que essa participação ainda era tímida, porém importante num contexto de luta por direitos numa sociedade dominada pelos homens. Além disso, a reportagem ressalta que a especulação em torno dos nomes femininos que pretendiam concorrer a uma vaga estava sendo realizada por homens, políticos já conhecidos do campo, e não por mulheres. Segue a notícia:

Candidatas femininas para as proximas eleições

Rio, 26 – A concessão do voto às mulheres deve trazer como consequencia logica o aparecimento de candidaturas femininas. “A Noite” focaliza o trabalho que está sendo feito em torno de alguns nomes de natural evidencia no mundo de Eva, sendo curioso, porém, que tal trabalho seja feito por chefes políticos... masculinos. [...]. (DC, 28/03/1933).

Nos anos de 1930, um nome feminino ligado constantemente ao cenário político foi o de Carlota Pereira de Queiroz, eleita deputada e que se mostrou bastante atuante na luta pelos direitos femininos. A nota a seguir apresenta Carlota como “a primeira mulher brasileira que conquista tão elevado mandato”, constituindo-se num grande feito para o gênero feminino: “D. Carlota Pereira recebeu o seu diploma - S. Paulo, 10 (U) – A sra. Carlota Pereira de Queiroz recebeu o seu diploma de deputado á Constituinte. Apesar de ser a primeira mulher brasileira que conquista tão elevado mandato, o acto revestiu-se de grande simplicidade”. (DC, 12/07/1933). Ressalta-se nessa notícia o uso do termo “deputado”, escrito no gênero masculino, para se referir à Carlota Pereira de Queiroz. Isso pode ter ocorrido, provavelmente, porque, até então, apenas os homens eram candidatos e somente eles podiam votar e assumir cargos políticos, não necessitando, portanto, de um termo linguístico que contemplasse variação de gênero.

Em relação às primeiras eleições em que as mulheres puderam ser candidatas, Araújo (2003, p. 144) assinala que:

Em convenção realizada no Rio de Janeiro, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino buscou traçar o seu programa para as eleições que se avizinhavam. Trataria dos interesses das “mães de família, donas de casa, empregadas públicas e comerciais, professoras, operárias, enfim todas as mulheres que trabalham.” [...]. Em todo o país, apenas uma mulher conseguiu assento na Assembléia Constituinte: Carlota Pereira de Queiroz, eleita por São Paulo. Berta Lutz, candidata pela legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, como representante da Liga Eleitoral Independente, entidade por ela criada também em defesa dos direitos da mulher, em 1932, obteve a primeira suplência e, em 1936, ocupou uma cadeira na Câmara, em virtude da morte do titular, deputado Cândido Pessoa.

As atitudes e concepções da deputada Carlota Pereira de Queiroz repercutiram em diversos momentos em sua atuação política. A reportagem a seguir trata de um discurso enérgico que ela proferiu no “Jornal da Constituinte”, defendendo os “novos” direitos da mulher. Neste discurso, a referida deputada destacou que a mulher não era valorizada, porém, o momento em que a mulher alcança o direito ao voto constitui-se, segundo Carlota, em uma “nova era para a historia politica do Brasil” (DC, 23/11/1933). Ademais, Carlota ressaltou a atuação feminina como professora, “espalhando luzes” por onde atuava, além de enfatizar a postura caridosa das mulheres, auxiliando as obras de cunho filantrópico. Em seu discurso, fica explícita a defesa da mulher como mãe e esposa, guiando o lar em todos os momentos; da mulher caridosa, envolvida em obras filantrópicas; além da atividade literária, utilizando essa prática como consolo aos maridos que estavam na guerra. Constata-se, por meio das palavras de Carlota P. de Queiroz, que, contraditoriamente, ela conseguiu sintetizar algumas das

representações que abordamos nesta dissertação: mulher atuante na política, professora, mãe, esposa, escritora, mulher envolvida em obras assistenciais:

O “Jornal da Constituinte”

Falaram hontem sobre a attitude da bancada paulista a dra. Carlota Pereira de Queiroz e o dr. A. C. Pacheco e Silva

Rio, 21 (D) – A dra. Carlota Pereira de Queiroz pronunciou o seguinte discurso no “Jornal da Constituinte”:

“Chegou a vez da voz da mulher... Mas, na “Chapa Unica por S. Paulo Unido” ella não se destaca, ella não se distingue... E, num unisono verdadeiro, quer mostrar, mais uma vez, que está identificada para sempre com os sentimentos de civismo que animam o povo paulista. Na realidade, eramos bem menores do que nos fez o idealismo da mocidade bandeirante. Mas o seu poder de attracção foi tão grande que nos atingiu, communicou-se a nós e transformou-nos tambem em força viva. Já tive occasião de affirmar em publico que a inclusão de um nome feminino na representação paulista á Assembléa Constituinte nada mais significa do que a prova concreta do grau de evolução do seu povo. É graças a ele que se inicia, agora, uma nova era para a historia politica do Brasil, como a collaboração direta da mulher. No momento em que o governo central convocou a mulher para votar, já S. Paulo concedeu-me um posto de maior responsabilidade – o de falar em seu nome. Porque elle podia ter confiança, elle bem sabia do que era capaz a fraca voz feminina. Atraves da professora, ella tem espalhado luzes por todo o nosso grande Estado, transformando-o num povo culto, inspirada pela caridade, tem sido a grande organizadora das nossas obras sociaes. Encarnada na figura sublime da mãe paulista, escreveu ainda as mais bellas paginas literarias, nas cartas que eram recebidas das trincheiras. E através da voz Anonyma da voz desconhecida, foi grande propagandista, a maior propagnadora dos nossos ideaes politicos. [...]. (DC, 23/11/1933).

Ainda sobre a notícia anterior, devemos considerar o esforço que a deputada Carlota Queiroz provavelmente teve que empregar para se fazer ouvir por uma plateia eminentemente masculina e ainda em fase de adaptação à presença feminina no campo político, uma vez que, “para a maior parte das mulheres, acostumadas ao silêncio, tomar a palavra em público era difícil”. (PERROT, 1998, p. 68). Sobre isso, refletindo sobre a realidade francesa, Perrot (1998, p. 129) ainda acrescenta:

Nada mais machista que uma assembleia política francesa, composta de mais de 90% de homens. Imagine todos aqueles olhares que se dirigem à mulher que ousa subir à tribuna. Tão logo uma mulher toma a palavra, todos se preparam para se aproveitar de suas dificuldades. Sua voz, seus gestos, seu look, todo seu corpo é objeto de um exame em que predominam o irônico e o vulgar. Principalmente se, além disso, ela for jovem e bonita. Ela é encurralada e se torna alvo de brincadeiras que visam abaixo da cintura [...].

Nos Estados Unidos, a primeira senadora foi empossada, prestando juramento para o Senado Federal, no final do ano de 1922, ou seja, quase uma década antes de a primeira mulher participar das eleições no Brasil como votante e também como candidata eleita para um cargo político. Trazia a referida notícia: “A primeira Senadora - Rio, 24 – Dizem de Washington, que

a snra. Felton, da Georgia, prestou juramento como a primeira mulher que entra para o Senado Federal”. (DC, 24/11/1922).

No entanto, no Brasil, apesar de todas essas discussões sobre o voto feminino favorecerem a tomada de novas posições para as mulheres, descortinando possibilidades antes inimagináveis, infelizmente, esse direito não durou muito tempo e não foram somente as mulheres as prejudicadas, mas também todos os indivíduos foram impedidos de votar. Beltrão e Alves (2004, p. 7) explicam melhor os avanços e retrocessos que ocorreram no período:

[...]. Somente após a Revolução de 1930 o quadro começaria a mudar substancialmente. Para tal, contribuiu, indubitavelmente, o direito de voto, obtido por meio do Decreto-lei do Presidente Getúlio Vargas, de 24 de fevereiro de 1932. A primeira eleição ocorreu em 1934, quando foi eleita, para a Câmara Federal, uma única deputada, a paulista Carlota Pereira de Queiroz. Com o Estado Novo (1937-1945) as eleições foram suspensas. [...].

Articulados aos movimentos pelo direito ao voto feminino no Brasil, no ano de 1932, há o registro no “Diário dos Campos” de uma reunião da Aliança Nacional das Mulheres e é clara a alusão ao teor político desse evento, sob a direção de Bertha Lutz, líder bastante conhecida na luta pelos direitos das mulheres. Segue a notícia:

Reuniu-se a Aliança Nacional das Mulheres
Rio, 6 (U.) – Reuniu-se hontem á noite uma comissão da Aliança Nacional das Mulheres, assentando medidas a serem executadas para a campanha do alistamento eleitoral. Tambem foram amplamente defendidos os pontos que a Aliança defenderá no terreno politico. A lider feminista dr^a. Bertha Lutz, leu a exposição que encimou á comissão elaboradora do ante-projeto de Constituição. (DC, 07/12/1932).

A análise sobre essas associações, alianças e agremiações formadas por mulheres pode ser compreendida à luz do conceito de “capital político”, cunhado por Bourdieu (1989, p. 194), pois: “A delegação do capital político pressupõe a objectivação desta espécie de capital em instituições permanentes, a sua materialização em ‘máquinas’ políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias”.

Outra reportagem trouxe os debates em torno do cenário político envolvendo a presença das mulheres. Nesse artigo, consta que as chamadas “feministas” estariam lutando para a “obtenção de uma representação na comissão encarregada de elaborar o ante-projeto para a nova constituição” (DC, 09/07/1932). Além disso, o título da matéria versa sobre um desentendimento ocorrido entre o grupo de mulheres lideradas por Natércia Silveira, o qual aparentava ser mais conservador, apoiando o então presidente Getúlio Vargas, e o grupo liderado por Bertha Lutz, o qual, segundo o artigo, entrou em atrito com o referido presidente.

Diziam o título e subtítulo: “As feministas já estão brigando antes de entrar definitivamente no cenário político – Telegramma enviado ao sr. Getulio Vargas pela sra. Natercia Silveira”. (DC, 09/07/1932).

A notícia anterior faz menção às diferenças entre os indivíduos que compõem grupos com características semelhantes, como as mulheres, as quais possuem muitas subdivisões, evidenciando a multiplicidade de opiniões e concepções apontadas nas pesquisas de Gayatri Spivak (2014), ao problematizar as condições dos chamados subalternos, entre os quais, segundo a autora, se enquadrariam as mulheres. Spivak ainda esclarece que os agrupamentos de indivíduos, muitas vezes, não comungam dos mesmos propósitos, ocorrendo aproximações, afastamentos, compartilhamentos e também tensionamentos sobre as ideias. Ou seja, o gênero feminino não se constituía como um grupo coeso e alinhado sobre todos os aspectos, pois muitas eram as opiniões de suas representantes, demonstrando, com isso, a complexidade da sociedade, a partir de diversos aspectos que podem influenciar na formação das posturas, estratégias e personalidades, como questões econômicas, sociais, educacionais, culturais, familiares, entre muitas outras.

Alguns debates foram travados em torno da “igualdade dos sexos”. Sobre isso, um artigo do “Diário dos Campos”, novamente envolvendo Bertha Lutz, enfatizou essa temática. Nessa notícia, destacava-se a resposta do então Ministro Oswaldo Aranha (grafia do DC), em resposta à Bertha Lutz, em que ele garantia que a igualdade dos sexos estaria “consagrada no programma do Partido Republicano Liberal” (DC, 23/11/1932). Essa notícia novamente enfatiza a relevância das mulheres como participantes das decisões políticas, haja vista que no programa do Partido Republicano Liberal, Oswaldo Aranha assumia publicamente o compromisso de “igualdade dos sexos”, a partir de um questionamento assinado por Bertha Lutz. Além disso, observando a diagramação das páginas do jornal, nota-se que o artigo possuía um tamanho bastante reduzido em comparação com as demais reportagens e localizava-se em uma região de pouco apelo estético na página do jornal. No entanto, mais importante do que sua extensão e localização no DC, era seu conteúdo, o qual sinalizava que as mulheres passavam a ser consideradas enquanto cidadãs. Segue a notícia:

A igualdade politica do sexo consagrada pelo P. R. L.
Rio, 22 (U.) – Respondendo uma consulta da sra. Bertha Lutz, o Ministro Oswaldo Aranha informou que a igualdade dos sexos está consagrada no programma do Partido Republicano Liberal. (DC, 23/11/1932).

Bertha Lutz, conforme já assinalado anteriormente, foi uma grande articuladora política que lutou fortemente pelos direitos das mulheres. A autora Rachel Soihet, pesquisando sua trajetória, assevera que:

Líder do movimento que conseguiu significativos sucessos na conquista de direitos para as mulheres, Bertha Lutz inicia sua campanha no Brasil após seu retorno da Europa, em 1918. Na Inglaterra, interessou-se e manifestou o desejo de participação na campanha feminista, ali desenvolvida antes da guerra, sendo impedida por sua mãe, natural daquele país, que a alertou sobre sua condição de menor e estrangeira. Em seguida, radicou-se na França, onde estudou biologia na Sorbonne, conhecendo naquele país Jerônima Mesquita, que se ofereceu para uma união de esforços no Brasil com vistas a fazer qualquer coisa pelas mulheres. Em aqui chegando, causa curiosidade, repercutindo na imprensa, sua participação no concurso para o Museu Nacional. Um dos candidatos chegou a enviar uma carta para o diretor do Museu, reclamando da participação de uma mulher, o que considerava contra todas as boas normas da moral e da família, e, revoltado, desistiu ele do concurso. Mas Bertha foi classificada em primeiro lugar, constituindo-se na segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil, em que pese a necessidade de um parecer jurídico afirmativo acerca da legalidade da medida. Trabalhou na secretaria do Museu, passando, posteriormente, para o quadro científico. Segundo afirmou em entrevista, a situação brasileira em relação às mulheres não lhe agradava... o que a fez retomar contatos feitos em Paris, objetivando o início de um movimento pela participação das mulheres no espaço público. (SOIHET, 2006, p. 97).

Ainda sobre a tão sonhada igualdade de direitos, outra reportagem do “Diário dos Campos” esclarecia que as religiosas que conseguissem comprovar atuação prática como enfermeiras ou como auxiliares de manipulações farmacêuticas, estariam em igualdade de direitos trabalhistas em relação aos profissionais dessas duas áreas citadas. Essa conquista foi importante para o gênero feminino, porque no contexto analisado, era comum que as freiras cuidassem de doentes nos hospitais, como se fosse uma doação ou um “sacerdócio” - a exemplo do que era pregado em relação à docência -, ainda mais se pensarmos que, se elas eram religiosas, possivelmente não deveriam esperar receber salário para esse tipo de trabalho. Além disso, as auxiliares de farmácia também passavam por esse tipo de situação, sendo consideradas apenas como ajudantes e não como profissionais “de verdade”, apesar de, muitas vezes, acumularem anos de prática, conhecimentos adquiridos e serviços prestados. Com isso, mais uma vez constata-se o tratamento diferenciado, no sentido de inferiorização das atividades realizadas por mulheres. Segue a referida notícia para sustentar o que foi exposto:

O governo concede ás irmãs de caridade direitos iguaes aos de pratico de pharmacia
O Chefe do Governo Provisorio baixou recentemente o seguinte decreto:
Ás irmãs de caridade que exhibirem attestados formados por directores de hospitais e por autoridades sanitarias, comprovando que até a presente data contam mais de seis annos de pratica effectiva de enfermeiras, ou de auxiliares manipuladoras de laboratórios pharmaceuticos ou de pharmacias, ficam conferidos, respectivamente,

direitos iguaes aos de enfermeiras da Saude Publica, ou dos praticos de pharmacia, para o fim especial de exercerem essas funcções em hospitais [...]. (DC, 31/03/1933).

Ainda sobre as discussões em torno da igualdade de direitos, o “Diário dos Campos” trouxe algumas opiniões sobre o divórcio, tema polêmico para o período dos anos 1930. Na reportagem a seguir, o DC, por meio de uma crítica ácida, questiona a postura dos políticos sobre o fato de não se posicionarem a favor da aprovação do divórcio no Brasil, alegando que os interesses dessa classe eram pautados em estratégias que os faziam manter ou aumentar o prestígio político, optando assim, por não se definirem a favor dessa “necessidade nacional”, ou seja, aprovando a lei do divórcio. Dessa forma, o DC ressalta que era o grupo das mulheres quem mais lutava em busca desse direito. Além disso, esta reportagem ainda critica a ação da Igreja Católica sobre esse assunto tão polêmico, assinalando que o clero se constituía em um grupo político, portanto, intencional e que defendia a manutenção da família, ou em outras palavras, posicionava-se contra o divórcio. Segue a referida notícia:

A instituição do divorcio

Depois que rompemos os liames preconceituosos que a muitos prendiam, agita-se, embora vagarosamente, a questão do divorcio. Pessoas autorizadas já se manifestaram de publico sobre a necessidade da sua instituição. O interesse é que justamente no meio feminino é que mais intensa se nota a defesa do divorcio, como necessidade nacional, e como uma das conquistas sociaes da revolução de outubro. São as maiores interessadas que o pleiteam e só o combatem certos elementos do sexo forte, receiosos de que, em o apoiando, o prestigio politico que por ventura possuam ou almejem venha desmerecer ou se torne impossivel. No fundo, portanto, se não é maior o número de defensores, isto se verifica em consequencia da covardia de muitos dos nossos homens publicos. A franqueza não é o forte nos politicos. Por isso mesmo, sendo o assumpto delicado e perigoso, preferem calar na cautela a uzir desassombro de pensamento. O receio de opposição, principalmente por parte do clero, que agora se arregimenta em partido politico, faz com que as consciências se constranjam e que o divorcio, medida social de grande alcance, preservadora moral da familia, ainda continue a aguardar que uma nova revolução, não armada, mas espiritual, lhe consagre e assegure a instituição. (DC, 07/12/1932).

Problematizando algumas questões que envolvem a polêmica temática do divórcio, a autora Marlene de Fáveri (2007, p. 337) assevera que:

Afinal, o que é o divórcio? Para que haja o divórcio (do latim *divortiu*), o pressuposto é ter havido um casamento, condição para que seja dissolvido o vínculo matrimonial, ficando ambos os divorciados livres para contrair novas núpcias, se o desejarem. Mas, conforme a norma na Igreja Católica, “O que Deus uniu, o homem não separa”, portanto, desfazer este sacramento indissolúvel tem o peso de um pecado imperdoável. Este foi o ponto central das polêmicas em torno da votação da lei [...]. (Grifo da autora).

Nesse sentido, além de envolver as questões religiosas, principalmente ao que diz respeito à indissociabilidade do matrimônio para a Igreja Católica, devem ser considerados outros aspectos, como: os familiares, os quais envolvem os filhos; os sociais, como o preconceito; os econômicos, como a renda, entre outros. Dessa forma, apesar de todas as discussões travadas em torno da lei do divórcio nos anos de 1930, ela só foi aprovada em 1977, conforme nos esclarece Fáveri (2007, p. 336):

As discussões da emenda que aprovou o divórcio no Brasil, no mês de junho de 1977, e a assinatura da Lei 6.515/77, em 26 de dezembro de 1977, mais conhecida como a “lei do divórcio”, ou lei Carneiro, em alusão ao proponente, Nelson Carneiro, provocou embates acirrados entre aqueles que eram a favor da legalização e os que eram ferrenhamente contra, estes capitaneados pelo clero e conservadores. Naquele momento, os discursos tiveram repercussões que mexeram com as imagens cristalizadas na sociedade, ou as representações de que a dissolubilidade do casamento configurava um pecado imperdoável às normas do catolicismo, mexendo com subjetividades.

Em outra reportagem sobre o divórcio, o já citado ministro Oswaldo Aranha (grafia do DC), bastante atuante nos debates sobre esse e outros assuntos que envolviam os direitos do gênero feminino, comentou que deviam ocorrer novos diálogos sobre essas questões, com a revisão das leis do país, constituindo-se esse posicionamento em um avanço a favor das mulheres:

Como o sr. Oswaldo Aranha encara a questão do divorcio
Rio, 23 (U.) – A proposito da manifestação do Congresso dos Prefeitos do Rio Grande do Sul sobre o divorcio o jornalista Heitor Lima telegraphou ao Ministro Oswaldo Aranha dizendo que desde que lhe fosse assegurada plena liberdade de censura responderia aos conceitos formulados pelo sr. Oswaldo Aranha. Este respondeu que seria para elle prazer e honra receber a critica, accrescentando: “Não sei o que os jornaes ja publicaram. A minha opinião foi, em resumo, o seguinte: Sou favoravel ao divorcio, porem reputo não ser esta hora opportuna para discutirmos a sua adopção, devendo antes o assumpto ser objecto de discussão, não num Congresso Politico, mas nas novas camaras do paiz, quando estudarem a reforma de nossas leis civis. Foi isso que disse, alias, no congresso, que era e foi por voto expresso contrario ao divorcio. [...] (DC, 24/11/1932).

Concomitantemente aos avanços nas discussões sobre o divórcio, inclusive com a promessa de Oswaldo Aranha (grafia do DC), em relação à revisão das leis sobre esse tópico, outras notícias surgiram no jornal “Diário dos Campos” na contramão desse processo. Como exemplo, na notícia a seguir menciona-se a criação de uma “universidade fundada para evitar os males do divórcio”. Além disso, a manchete da reportagem dizia: “Onde as mulheres aprendem a tornar felizes seus futuros esposos”, numa clara alusão ao papel secundário das mulheres no mundo, as quais deveriam apenas preparar-se para agradar seus esposos,

resignando-se, muitas vezes e, anulando seus sonhos, anseios e vontades. Além disso, esse texto expressa claramente o papel fundamental que a mulher deveria assumir nesse contexto, que era tornar-se a “rainha do lar”, esforçando-se para diminuir as frustrações dos maridos, frustrando-se elas próprias em prol do bem-estar da família.

Onde as mulheres aprendem a tornar felizes seus futuros esposos
 Uma universidade fundada para evitar os males do divorcio
 - “Fraulein Lotte, tenho grande desejo de pedir a sua mão. Antes, porém, permita-me que lhe faça uma pergunta: já obteve o seu diploma na Universidade de Futuras Esposas?”
 - “Sim, caro Fritz! ha dois dias fiz os meus exames, com distincção”.
 - “Querida, como sou feliz! Aqui está o nosso anel de noivado”.
 Este dialogo, ou outros do mesmo genero, entrarão, de agora em diante, no desenvolvimento de mais de um romance na Allemanha, porque foi fundada nesse paiz uma universidade para futuras esposas. [...]. “Herr” Lejeune, director dessa interessante casa de ensino, dá, a respeito della, as seguintes declarações:
 - “Fundamos a Universidade para Futuras Esposas, afim de deter no inicio a onda de divórcios, cujos effectos já sentimos, impedindo os casamentos de se tornarem infelizes. Muitas moças tomam uma grave responsabilidade, embora desconheçam os princípios elementares dos deveres domesticos. [...]. (DC, 22/07/1933).

Esses e outros assuntos foram tratados em várias edições do “Diário dos Campos”, demonstrando que esse periódico procurava manter-se a par das discussões da sociedade da época.

Ao mesmo tempo em que a mulher ia galgando espaços sociais importantes em alguns setores, outras discussões, em outros campos, ainda se desenvolviam sobre a legitimidade de participação da mulher. Um exemplo disso versa sobre a questão de a mulher poder ser jurada nos ambientes jurídicos. No caso específico, demonstrado logo em seguida, um juiz – “dr. Julio Abelardo Teixeira” - envolvido nessa questão, justifica ser contrário à participação da mulher em julgamentos, alegando que elas agiriam com sentimentalismo exacerbado, apelando para a ideia de mulher como sexo frágil, num *habitus* bastante difundido na época, o qual comprometeria a análise imparcial sobre os julgados. Martins (2004) também faz referência ao ideário masculino que pregava a representação da mulher como emocionalmente instável. O título e o subtítulo da reportagem traziam o seguinte texto: “Deve a mulher ser jurado? - O Dr. Julio Abelardo Teixeira é de parecer contrario, porque julga que a mulher julgaria com o coração. [...]”. (DC, 21/02/1933).

As discussões sobre as mulheres poderem ser juradas ou não, nos julgamentos do setor judiciário, como fóruns, tribunais e instâncias similares, nos levam a refletir sobre muitos aspectos. Por exemplo: inicialmente, devemos considerar que nos júris populares, os jurados votam conforme seus próprios entendimentos e concepções, em decisões individuais tomadas

após todos os personagens envolvidos em um julgamento apresentarem seus pontos de vista, constituindo-se, portanto, em um voto livre, autônomo e sem necessidade de justificativa. Desse modo, se as mulheres não participam desses momentos, então, os ambientes jurídicos devem ser compreendidos como instâncias de poder eminentemente masculinas, nas quais, os julgamentos e destinos de homens e mulheres são decididos apenas por eles, sob a justificativa de que as mulheres não são capazes de julgar com coerência, pois são excessivamente emotivas. Nesse sentido, Perrot (1998, p. 110) esclarece que “o acesso às profissões ligadas ao direito foi mais difícil, não se reconhecendo aptidões jurídicas nas mulheres, a título individual. O direito aparecia como um apanágio masculino”.

Outra notícia importante que o “Diário dos Campos” publicou em 1933, trata da defesa pública de uma mulher, no caso, uma professora bastante conhecida na época. Trata-se da educadora Octacília Hasselmann,⁵⁸ a qual, segundo o DC, teria sofrido “injustiças” por parte do então diretor de ensino, senhor Octavio da Silveira, quando esse nomeou uma professora com menos experiência para o cargo de diretora do Grupo Escolar Anexo. Essa professora chamava-se Geny Carrano. Essa notícia demonstra o empenho do DC em participar dos assuntos que envolviam a educação pontagrossense, conforme observado em outras ocasiões, sendo recorrente nas páginas desse periódico o posicionamento sobre as questões que envolviam mulheres e também a educação. Segue a matéria:

Mais uma injustiça do sr. Director do Ensino

Não cessou ainda o sudario de injustiças fragorosas do snr. Director do Ensino do Estado. Pode-se dizer, mesmo, que, político, desengonçado como se ha mostrado, o snr. Octavio da Silveira veria os seus actos condemnados pelos homens do lasso regime passado, se lhe fora dado exercer então o cargo em que se acha investido...

Ainda agora, o conspicto Director do Ensino preteriu os direitos de uma digna educadora, d. Octacilia H. de Oliveira. Lidando no magisterio publico há vinte e sete annos, D. Octacilia, sempre zelosa, sempre diligente, tem sabido espargir as luzes das letras, tem sabido cumprir rigorosamente com o seu dever. Merecia, pois, ser distinguida com a nomeação para directora do Grupo Escolar Anexo desta cidade, para cujas funcções, no entanto, foi designada a sta. Geny Carrano, que, se é delle merecedora, não possui o acervo de serviços que recommenda D. Octacilia. [...]. (DC, 14/02/1933).

⁵⁸ De acordo com Oliveira (2002, p. 151), Octacília Hasselmann de Oliveira foi a “primeira professora normalista de Ponta Grossa e primeira diretora da Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Primária de Ponta Grossa, Octacília nasceu em 11 de setembro de 1884, em São Luiz do Purunã. [...] Formada em 1906 na Escola Normal Primária de Curitiba, recebeu menções honrosas dos professores Júlia Wanderley e Sebastião Paraná. Cursou ainda a Escola de Belas Artes de Curitiba. [...] criada a Escola de Aplicação, foi sua primeira diretora, e lá se aposentou com 27 anos de serviços prestados ao ensino do Paraná. Continuando a lecionar em sua casa, conseguiu completar 45 anos de exemplar amor ao ensino e, sempre amparando na cultura alunos de diferentes classes sociais, foi modelo de educadora e amiga das crianças”.

Nesse sentido, a participação política e social das mulheres foi crescendo ao longo das décadas de 1920 e 1930, especialmente a das professoras. Sobre isso, destaca-se novamente o nome da professora Octacília Hasselmann e também de outras educadoras de Ponta Grossa que estamparam as páginas do “Diário dos Campos” em uma reportagem sobre os indivíduos que colaboravam com doações ao Asilo São Vicente de Paula, na edição de 19/03/1933. Além das professoras, constam nessa lista, nomes de outras personalidades da cidade, como médicos e advogados. O que chama a atenção nesse artigo é o fato de apenas 4 advogados e 2 médicos fazerem parte da lista, ao passo que o número de professores e professoras é bem mais extenso, demonstrando o engajamento social destes, especialmente o delas, expresso pela quantidade substancialmente maior de nomes de professoras.

A participação das mulheres nas questões sociais também foi noticiada em outra ocasião, na edição de 02/08/1932, na qual as “gentilíssimas representantes da alta sociedade” pontagrossense - remetendo ao capital simbólico e social dessas mulheres -, foram referenciadas no “Diário dos Campos” por estarem recolhendo doações para presos paulistas que se encontravam detidos em Ponta Grossa. Interessante perceber que a notícia explicita que o “sr. Cel. Alberto de Mendonça permitiu que as senhoras e senhorinhas amenizassem a reclusão dos prisioneiros”. O periódico ainda ressalta a “bondade dessas damas”:

O Gesto Nobre da Mulher Pontagrossense

O sr. Cel. Alberto de Mendonça, digno comte da Praça permite que as Senhoras e Senhorinhas, com seus donativos, amenisem a reclusão dos Prisioneiros Paulistas. As senhoras e senhorinhas de nossa terra estão tendo um gesto nobilíssimo, que honra a cultura de nosso povo. Assim é que estiveram em nossa redacção as distinctíssimas senhoritas Maria Eloah Fonseca, Nair Gravina, “Rainha dos Desportos”, e Lysia Villela, que nos communicaram que, tendo obtido licença do sr. cel. Mendonça, digno commandante da praça, estão angariando donativos para os prisioneiros paulistas que acham recolhidos ao quartel do 13º R. I. [...]. O gesto elegante e patriótico da mulher patricia tem echoado com a maior e mais grata sympathia, não encontrando entraves, tão natural parece á população de Ponta Grossa o dever de levar aos nossos irmãos bandeirantes a nossa expressão confortadora e christã que tão grata será aos que hontem estiveram de armas em punho defendendo seus ideaes, deixando longe suas mãesinhas, suas noivas e irmãs... [...]. (DC, 02/08/1932).

Sobre isso, a autora Ana Paula Vosne Martins (2017), problematizando a memória associada aos feitos das mulheres da chamada “alta sociedade”, explica que:

É incontestável a contribuição à escrita da História realizada pela história das mulheres, entretanto, é preciso reconhecer que esta mesma operação de resgate da memória de tantos grupos sociais desprivilegiados acabou por relegar ao esquecimento um grupo importante que são as mulheres de elite. Com algumas exceções relativas à participação e a influência exercida pelas mulheres aristocratas na cultura europeia entre os séculos XVII e XVIII, a história das mulheres deu pouca atenção para as mulheres de elite dos séculos XIX e XX. Isso se deve, em parte, pela

predominância do referencial teórico marxista e a leitura da história pelo conflito de classes. Mulheres de elite foram subsumidas na classe opressora e dominante. Suas práticas sociais e culturais foram vistas, no máximo, como instrumentos de dominação de classe, o que soa bastante estranho para uma prática historiográfica que visava entender as múltiplas ações das mulheres no passado. [...]. (MARTINS, 2017, p. 187).

O Diário dos Campos também noticiou inúmeras vezes, por exemplo, na edição de 08/06/1932, as reuniões e eventos da já citada Associação das Damas de Caridade de Ponta Grossa. Essa associação demonstra que, nesse contexto, as mulheres pontagrossenses já estavam organizadas em um grupo reconhecido pela sociedade e referenciado frequentemente no DC por suas ações. Entre as associadas mais assíduas, destacam-se: Adelina Buffara, Nene Oliveira, Maria Bacila, Ermina Justus, Emma de Macedo, Maria Sophia G. Villela, Balbina G. Cunha, Adalgisa Macedo, Olga C. Bach, Carlota C. Prestes, Noemia Nogueira, Amelia M. Ribas, entre outras. (DC, 06/08/1932).

Em diálogo com Perrot (1998, p. 111), ela discorre sobre a chamada “filantropia feminina”, esclarecendo que essa postura:

Era considerável e cada vez mais solicitada, com o agravamento do pauperismo e da “questão social”, e de bom grado se teria confiado à compaixão das mulheres, habituais protetoras dos pobres e aflitos. [...]. através da caridade e da filantropia, elas saíam de casa, descobriam novos horizontes e em alguns casos desenvolveram um autêntico saber especializado, fundamento de uma cidadania social que tornava ainda mais aberrante sua exclusão política. Assim, elas participavam desse “poder social” [...].

A partir da análise de alguns desses nomes que compõem a lista das “Damas de Caridade” de Ponta Grossa, constata-se que alguns deles já foram citados em outros tópicos desta dissertação. Além disso, denota-se que, geralmente, essas mulheres faziam parte das camadas mais favorecidas da sociedade, a julgar pela quantidade de sobrenomes que remetem aos detentores de capital econômico, social e simbólico da região dos Campos Gerais. Sobre a relação das mulheres abastadas com a atuação em associações e grupos filantrópicos, Mott (2003) ressalta que essa prática era comum no contexto histórico das primeiras décadas do século XX, conforme já afirmamos anteriormente.

Sendo assim, esses atos realizados pelas mulheres demonstram os movimentos que elas realizaram em busca de autonomia, protagonismo de suas próprias vidas e a conquista por direitos, especialmente os de ordem educacional, social e político. Perrot (1998, p. 143) reflete sobre essas conquistas, sinalizando um ideário com o qual compartilhamos nesta pesquisa:

Defender os direitos das mulheres não significa que as mulheres tenham todos os direitos. Havia uma razão para lutar pelo direito das mulheres: a desigualdade era e

continua sendo muito flagrante. Mas se as mulheres se tornam mais fortes, têm também contas a prestar: elas não têm necessariamente razão, nem todos os direitos, diante das crianças ou dos homens. O mundo atual tenta pensar as liberdades de cada um ao máximo, recompor os códigos e equilibrar as liberdades.

Também constata-se que, aos poucos, o DC foi cedendo espaço às mulheres, informando a sociedade que tinha acesso a esse periódico, sobre as conquistas nos espaços públicos que elas iam adquirindo no Brasil e no mundo, ressaltando seus feitos no campo do trabalho, da política, das artes, da educação, entre outros.

Sobre isso, destacamos que as páginas do “Diário dos Campos” salientam uma representação de mulher engajada na disputa por direitos políticos, uma vez que, principalmente nos anos de 1930, as discussões sobre o direito ao voto da mulher estavam em efervescência na sociedade, assim como, havia já, a presença de algumas mulheres atuando no meio político, seja por meio da ocupação de cargos, mas também organizadas em comissões e grêmios, cujo propósito era a reivindicação de direitos até então, concedidos apenas aos homens.

Em síntese, este capítulo procurou demonstrar a progressiva participação das mulheres em outros espaços públicos, até então, pouco comuns para o gênero feminino, por meio do trabalho, da arte e da cultura e também pela busca de novos direitos políticos e sociais, rompendo barreiras e estereótipos, construindo assim, novas representações de si mesmas e de suas formações educacionais.

Considerações Finais

Esta dissertação teve o objetivo de analisar quais representações das mulheres e de sua educação circulavam no jornal “Diário dos Campos” entre as décadas de 1920 e 1930. O referencial teórico pautou-se no conceito de representação de Chartier (1991; 2011), o qual permitiu o diálogo com Bourdieu (1989; 2004; 2017), especialmente a partir dos conceitos de *habitus*, campo e capital.

Esta pesquisa demonstrou que, durante todo o período analisado, o jornal “Diário dos Campos” deu visibilidade às questões educacionais na região de Ponta Grossa, conforme também apontado por Souza (2010), ao analisar o discurso educativo veiculado pelo DC em sua dissertação de Mestrado. No entanto, percebemos que a temática “educação das mulheres” não era tratada de modo específico pelo “Diário dos Campos”.

A partir da compreensão de educação feminina tomada em um sentido amplo, abrangendo, não somente a educação formal e escolarizada, mas também os aspectos culturais, observamos duas representações principais de mulheres no jornal “Diário dos Campos”. Uma delas vinculava-se a um modelo de mulher mais tradicional, pregado a partir da imagem de mãe e esposa ideais, associado à atuação como professora das primeiras letras e educadora em saúde. Essas representações femininas alinhavam-se aos preceitos republicanos que defendiam que a mulher seria o componente central para a consolidação do novo regime de governo, cuja discussão é reiterada nas pesquisas de Magaldi (2007), Chaves (2006; 2011), Vaz (2005), Sousa (2013), Souza (2010), Oliveira (2018), Santos (2011), Lopes (2017), entre outros.

O segundo modelo feminino apresentava um padrão mais progressista e ousado, delineado a partir de mulheres que, paulatinamente, foram se inserindo em outras profissões, além da docência, circulando em diversos espaços culturais, protagonizando espetáculos artísticos e buscando novas atuações públicas, culminando com o alcance do direito ao voto feminino, em 1932. Esse novo *habitus* feminino coincide com algumas das discussões que se desenvolviam na sociedade daquela época sobre vários temas, pois, além do voto, debatiam-se assuntos como o divórcio, a inserção das mulheres em profissões tradicionalmente masculinas como a aviação, o universo militar, a participação em júris populares, entre outras situações. Observou-se no “Diário dos Campos” muitas reportagens em direção à construção da mulher como cidadã, a partir da compreensão de Botelho e Scharcz (2013) sobre cidadania, no sentido de participação política e tomada de decisões. Essas representações femininas mais assertivas e arrojadas também foram problematizadas por autores como Simão (2010), Pereira (2017), Santos (2009), entre outros.

Essas questões remetem ao que Perrot (1998) discute sobre as mulheres públicas e as do ambiente privado, salientando as diferenças historicamente construídas entre os gêneros feminino e masculino. Em nossa pesquisa, pudemos constatar que a educação para as mulheres possibilitou essa oportunidade de vivência pública, especialmente a Escola Normal, algo que também foi apontado por Martiniak (2003), Vaz (2005), Tourinho (2008), Sousa (2013) e Araújo (2018).

Scott (1995) também versa sobre essas questões, apontando que o conceito de gênero deve ser compreendido como uma categoria de análise social, perspectiva com a qual também compactuamos nesta pesquisa. Sobre isso, Spivak (2014), ao pesquisar os chamados “subalternos”, problematiza a situação das mulheres enquanto grupo social que, histórica e culturalmente, foi subjugado e alvo de injustiças e impedimentos. No entanto, nossa pesquisa sinaliza um tensionamento desses limites, por meio de muitas estratégias que as mulheres fizeram uso, inclusive, muitas vezes, com a matização dos discursos, como forma de adentrar e garantir a circulação em espaços de pouca penetrabilidade, como as funções de poder junto à Igreja Católica ou cargos de chefia nos espaços educacionais públicos. Esse tipo de comportamento foi apontado por Orlando (2017), ao pesquisar a vida de Maria Junqueira e por Mesquida (2017), ao pesquisar as ações da líder católica Stella de Faro, assim como, Araújo (2018), ao problematizar a trajetória da poetisa e professora Helena Kolody.

Além disso, entre as estratégias que as mulheres lançaram mão para adentrar e circular por espaços quase nunca antes frequentados por elas, podemos ressaltar o bom convívio das professoras de Ponta Grossa com a equipe editorial do jornal “Diário dos Campos” - representada somente por homens - revelada pela grande quantidade de elogios e de homenagens recíprocos publicados no referido periódico. Esse círculo de amizades demonstra o uso calculado (estratégia no sentido bourdieusiano) que essas mulheres fizeram do capital social e simbólico que foram construindo enquanto docentes, em direção a uma vida pública e atuante. Dentre essas educadoras que mantiveram um sentimento de amizade e respeito com os representantes do gênero masculino do DC, encontram-se: Leontina Bonato, Maria José Faria Branco, Lúcia Dechandt, Octacília Hasselmann, entre outras, além da famosa poetisa Anita Philipovsky. Essa situação demonstra que essas mulheres souberam fazer bom uso dos relacionamentos amigáveis que travaram com os editores do “Diário dos Campos”, condição essa que, talvez, tenha facilitado o acesso dessas mulheres à imprensa em Ponta Grossa.

Sendo assim, em Ponta Grossa, o acontecimento protagonizado pela criação da Escola Normal, em 1924, mostrou-se como uma excelente oportunidade de inserção das mulheres na esfera pública, pois, até então, as professoras que atuavam no município precisavam estudar em

Curitiba, principalmente, ou em outras cidades, para formarem-se como professoras, dificultando o processo de aquisição do conhecimento, como bem apontou Anita Philipovsky, em um texto opinativo publicado pelo DC e discutido anteriormente. No entanto, apesar de Anita questionar a questão de a Escola Normal constituir-se como a única opção de estudos para as moças de Ponta Grossa, ainda assim, consideramos a relevância dessa instituição educativa para as mulheres, compreendendo essa, como uma oportunidade de atuação pública para elas. A relação da Escola Normal com o processo educacional feminino também foi alvo das pesquisas de Araújo (2018), Martiniak (2003), Lopes (2017), Sousa (2013), Louro (2015), entre outros.

Além de Anita, outras mulheres estamparam as páginas do DC como autoras de poesias - gênero literário que, até então, era “permitido” e até bem-visto para ser apresentado por mulheres nesse contexto, conforme apontado por Woellner (2007), reforçando o *habitus* veiculado nessa época, o qual personificava o ideário de que as mulheres constituíam o chamado “sexo frágil”, com personalidades sentimentais e vulneráveis. No entanto, o DC veiculou, de forma pulverizada, alguns textos de teor mais crítico e contestatório, escritos por mulheres nesse período. Na maioria das vezes, os escritos femininos versavam sobre temas do universo feminino, como o lar, os filhos, os maridos, moda e culinária, além de formas de manter a si mesma e a família saudáveis. Dados semelhantes também foram apontados por Santos (2011), Meireles (2019) e Martins (2004).

É importante destacar que durante os anos 1920 e 1930, muitas dessas representações femininas se mesclavam nas páginas do DC, ou seja, ao mesmo tempo em que surgiam notícias de mulheres escritoras, artistas circenses, cantoras, advogadas, entre outras, havia, muitas vezes na mesma edição, propagandas que sinalizavam que o papel principal das mulheres deveria ser o de mãe extremosa e abnegada. Essas contradições podem ser explicadas se considerarmos que as modificações na sociedade geralmente ocorrem de forma gradual e não linear, por isso, devemos compreender essas mudanças como um processo em desenvolvimento e não como algo posto ou estático.

Na análise sobre o movimento crescente de participação das mulheres devemos também considerar as dinâmicas de lutas pelos direitos femininos que ocorriam pelo mundo, os quais reverberaram na sociedade pontagrossense, uma vez que, conforme já afirmamos, o DC tinha o costume de reproduzir notícias e reportagens de outros periódicos, divulgando assim, acontecimentos que ocorriam em muitos lugares.

Nesse sentido, ao noticiar, por exemplo, que uma mulher havia pilotado um avião sozinha no Estado de São Paulo ou no Rio Grande do Norte, as mulheres pontagrossenses que

liam essas notícias no jornal “Diário dos Campos”, tomavam conhecimento de que, em algum lugar do mundo, outras mulheres tensionavam os limites que a dominação masculina historicamente lhes havia imposto durante muito tempo, como já sugere o título da obra de Bourdieu (2017). Talvez a circulação dessas novas possibilidades para o gênero feminino inspirasse outras mulheres a buscar aquilo pelo que ansiavam, encorajando-lhes a disputar espaços em outros campos e cunhando novas representações femininas.

No fim da década de 1930, no entanto, percebe-se uma diminuição no volume de notícias e referências às mulheres no DC, em comparação com os anos iniciais dessa década, especialmente os anos de 1932, 1933 e 1934, em que constatou-se um grande movimento proporcionado, principalmente, pelo alcance do direito feminino ao voto e demais conquistas sociais, culturais, educacionais e políticas. Essa constatação coincide com os acontecimentos que ocorriam nesse momento histórico, como a subsequente proibição do voto a todos os indivíduos, ocasionada pelas decisões do governo de Getúlio Vargas, período conhecido como Estado Novo.

Por fim, longe de esgotar as possibilidades de análise sobre as representações das mulheres e de sua educação, esta dissertação se propôs a apresentar algumas perspectivas para se discutir os modelos de mulheres que circularam nas páginas do jornal “Diário dos Campos”. Assim, ressaltamos a pluralidade e a complexidade proporcionadas pelos dados obtidos a partir desta pesquisa, a qual nos possibilitou a compreensão, ao menos em parte, das discussões que ocorreram nas décadas de 1920 e 1930 e que foram veiculadas pelo jornal “Diário dos Campos” sobre as representações das mulheres e sua educação.

Fontes

Jornal Diário dos Campos (1920-1924)

Jornal Diário dos Campos (1932-1937)

Referências

- ALBACH, D. R.; FONTES, L. C. dos S. Eleonora Amaral de Angelis: Cristal Sonoro dos Campos Gerais. **Revista UniLetras**, Ponta Grossa, v. 26, n. 1, p. 261-265, 2004.
- ALMEIDA, J. L. A mulher e a arte. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 67, n. 1, p. 353-368, jan./jun. 2019.
- ALMEIDA, J. S. de; SOARES, M. Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? memórias de professoras do Ensino Superior. **Revista Avaliação**, Campinas/Sorocaba, v. 17, n. 2, p. 557-580, jul. 2012.
- ARAÚJO, K. V. de. **Helena Kolody e os caminhos de produção de uma intelectual entre a poesia e a educação (1928-1992)**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.
- ARAÚJO, R. de C. B. de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 133-150, set./dez. 2003.
- ARAÚJO, S. A. C. de. Julia Wanderley e a consolidação da escola normal promíscua. In: VIEIRA, C. E.; STRANG, B. de L. S.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História intelectual e educação**: trajetórias, impressos e eventos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 145-164.
- AVANZINI, C. M. V. O Grêmio das Violetas, a Cruz Vermelha paranaense e as discussões sobre a saúde infantil para a organização do Hospital de Crianças de Curitiba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: CBHE, p. 1-15.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2004. p. 1-24. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1421/1386>>. Acesso em: 13 fev. 2019.
- BORTOLETO, M. A. C. Circo: educando entre gretas. **Rascunhos**, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 104-117, jul. 2017.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**: memórias, justiça e direitos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013. (Coleção Agenda Brasileira).
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. Por um corporativismo do universal. In: BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 369-378.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural: In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 71-79.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008a.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre: ZOUK, 2008b.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Tradução de Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Brasília, s. d. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

BUCHOLDZ, A. P. **Diário dos Campos**: memórias de um jornal centenário. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

BUENO, A. P. Mariana Coelho: educação e emancipação feminina. In: VIEIRA, C. E.; STRANG, B. de L. S.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História intelectual e educação**: trajetórias, impressos e eventos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 29-49.

CAPRI, E. J. **De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: a escola Sagrada Família – 1933-1945**. 2003. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

CARVALHO, S. M. B. de. Professores das primeiras instituições escolares de Ponta Grossa – região dos Campos Gerais – PR: uma relação entre memória e história do Colégio Estadual Regente Feijó. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTEDBR, 8., 2006, Campinas. **Anais...** Campinas: HISTEDBR, 2006. p. 1-20.

CAVALCANTE, C. de C. L. et al. Evolução científica da fisioterapia em 40 anos de profissão. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, v. 24, n. 3, p. 513-522, jul./set. 2011.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 172-191, jan./abr. 1991.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**, Dourados, v. 13, n. 23, p. 15-29, jan./jun. 2011.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal “Diário dos Campos”. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, N. B. Um médico, uma cidade, uma associação. In: CHAVES, N. B. (Org.). **Medicina em Ponta Grossa**: histórias da associação médica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006. p. 9-27.

CHAVES, N. B. **Entre “preceitos” e “conselhos”**: discursos e práticas de médicos-educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). 2011. 298 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CHORNOBAI, G. Q. L. "Respirando a fragrância da piedade cristã": considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960). In: BENCOSTTA, M. L. A. (Org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 192-219.

CINE Players. Filme “Mulher sem algemas”. Disponível em: <<https://www.cineplayers.com/filmes/mulher-sem-algemas>>. Acesso em: 27 maio 2019.

CINE Players. Filme “A divorciada”. Disponível em: <<https://www.cineplayers.com/filmes/a-divorciada>>. Acesso em: 27 maio 2019.

CONCEIÇÃO, S. Y. Z. **Educando mulheres, vendendo saúde**: propagandas e outros textos de jornais curitibanos dos anos 1920. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CONCEIÇÃO, S. Y. Z. Imprensa paranaense: representações sobre saúde e educação da mulher (1920-1930). In: VIEIRA, C. E.; STRANG, B. de L. S.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História intelectual e educação**: trajetórias, impressos e eventos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 295-315.

CRUZ, A. L. R. B. da; LEANDRO, J. A. Cidade, ciência e modernidade: debates e práticas da Associação Médica de Ponta Grossa, 1931-1950. In: CHAVES, N. B. (Org.). **Medicina em Ponta Grossa**: histórias da associação médica. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006. p. 29-63.

D'ARAUJO, M. C. Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. **Santiago**: Centro de Estudios de Defensa, p. 1-20, 2003. Disponível em: <<https://www.resdal.org/producciones-miembros/redes-03-daraujo.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

DITZEL, C. de H. M. **Manifestações autoritárias**: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). 2004. 297 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

DUARTE, C. L. Literatura feminina e crítica literária. **Travessia**, Florianópolis, n. 21, p. 15-23, 1990.

EMULSÃO DE SCOTT: emulsão. Responsável técnico Ednilson da Silva Oliveira. Rio de Janeiro, RJ: GlaxoSmithKline Brasil Ltda, 2020. Bula de remédio.

FÁVERI, M. de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 335-357, jan./jul. 2007.

FAY, C. M.; OLIVEIRA, G. G. de. As mulheres na aviação brasileira. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: Gênero 10, 2013, p. 1-10. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382030742_ARQUIVO_ASMULHERESNAAVIACAObRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, 2004.

FLORIANO, J. dos S. “**Não me interessa mais esta profissão**”: representações dos professores no jornal Diário dos Campos (1932-1950). 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

FRANÇA, T. E. de. **Trajetória do curso de educador sanitário da Faculdade de Higiene e Saúde Pública de São Paulo**. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FRANÇA, F. F.; CEZAR, K. P. L.; CALSA, G. C. Nova proposta de educação na Primeira República brasileira: a co-educação dos sexos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 27, p. 127-142, set. 2007.

FREIRE, V. L. B.; PORTELLA, A. C. H. Mulheres pianistas e compositoras, em salões e teatros do Rio de Janeiro, **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas**, Bogotá, v. 5, n. 2, p. 61-78, jul./dez. 2010.

FREITAS, D. G. de. **Entre ofícios e prendas domésticas**: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974). 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

HAUFFE, M. K.; GÓIS JUNIOR, E. A Educação Física e o funâmbulo: entre a arte circense e a ciência (século XIX e início do século XX). **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Florianópolis, v. 36, n. 2, p. 547-559, abr./jun. 2014.

HERVATINI, L. **A escola normal regional e suas práticas pedagógicas**: dois retratos de um mesmo cenário no interior do Paraná. 2011. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

HOLOWATE, I. Hugo dos Reis e a sociedade ponta-grossense: a atuação do jornalista no Diário dos Campos, **Cadernos de Clio**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 29-54, 2016.

HOLOWATE, I. **A eugenia nas páginas do Jornal Diário dos Campos, Ponta Grossa (PR) 1908-1916**. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

IMDb. Filme **“Conquista tua mulher”**. Disponível em: <<https://www.imdb.com/title/tt0156573/>>. Acesso em: 27 maio 2019.

INTER Filmes. Filme **“Coragem de amar”**. Disponível em: <[http://www.interfilmes.com/filme_247151_Coragem.de.Amar-\(The.Virtuous.Sin\).html](http://www.interfilmes.com/filme_247151_Coragem.de.Amar-(The.Virtuous.Sin).html)>. Acesso em: 27 maio 2019.

JORNAL A CIDADE. **Elvira Komel e a revolução do voto**. Disponível em: <<http://www.acidadevotuporanga.com.br/artigo/2012/06/elvira-komel-e-a-revolucao-do-voto-n10869>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

JORNAL GGN. **Alzira Nogueira Reis, a primeira mulher a votar no país**. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/historia/alzira-nogueira-reis-a-primeira-mulher-a-votar-no-pais/>>. Acesso em: 08 jun. 2019.

JULIEN, N. **Minidicionário compacto de mitologia**. Traduzido por Denise Radonovic Vieira. São Paulo: Rideel, 2002.

KUS, J. P. **Legislação urbana no início do século XX em Ponta Grossa – PR: normatização e reclamações no processo de construção da cidade (1914-1925)**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

LARA, C. de. **“Agora sou outro!”: propagandas e educação sanitária nos almanaques de farmácia (1900-1945)**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

LÔBO, Y. **Cecília Meireles**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

LOPES, E. M. T. **Da sagrada missão pedagógica**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 443-481.

MAGALDI, A. M. B. de M. **Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007.

MAGALDI, A. M. B. de M. Crônica feminina: sobre o lugar da mulher e de sua educação no periódico católico A Ordem. In: MAGALDI, A. M. B. de M.; XAVIER, L. N. (Orgs.). **Impressos e história da educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008, v. 1, p. 111-126.

MARQUES, R. **O dicionário breve de Pedagogia**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

MARTINIAK, V. L. **A Escola Normal dos Campos Gerais: a atuação do diretor segundo as diretrizes do estado**. 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MARTINS, A. P. V. Não somos feministas de colarinho e gravata: modernidade e conservadorismo na trajetória biográfica de Rosy de Macedo Pinheiro Lima (1914-2001). In: COSTA, H.; PEGORARO, J. W.; STANCZYK FILHO, M. (Orgs.). **O Paraná pelo caminho: histórias, trajetórias e perspectivas**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2017. p. 184-219. (Coleção Movimentos, v. III).

MEIRELES, E. **Modos de formar, ações para divulgar: educando mulheres para a manutenção da saúde - Curitiba 1917-1931**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

MELLO, G. D. de. **As representações de gênero e a educação feminina no Paraná oitocentista**. 2018. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MESQUIDA, P. Stella de faro: uma luz no caminho da restauração católica. In: ORLANDO, E. de A. **Histórias da Igreja Católica no Brasil e em Portugal**. Curitiba: Appris, 2017. p.101-118.

MONASTIRSKY, L. B. **Ferrovias: patrimônio cultural – estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. 2006. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MOTT, M. L. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington, **Revista Gênero**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 21-41, 2003.

NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais – PR**. 2004. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

NASCIMENTO, M. I. M. Reconstrução histórica das instituições escolares públicas do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 35, p. 183-191, set. 2009.

NASCIMENTO, M. do. Casada consigo mesma: mulheres palhaças e a busca de uma comicidade feminina. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 125-142, 2018.

O’GORMAN, F. **Edmund Burke: his political philosophy**. Routledge: London and New York, 2004. (Collection Political Thinkers, volume II, General Editor: Geraint Parry).

OLIVEIRA, J. C. de. **Educadores ponta-grossenses: 1850-1950**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

OLIVEIRA, M. C. M. de. Medidas do governo Vargas e repercussões na educação do Paraná. **Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 8, p. 41-54, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, A. L. de. Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos anos 1930. **Revista Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 88-98, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, L. L. **Entre a crítica de Anita Philipovsky (1886-1967) e as contradições do Estado: a história da educação das mulheres em Ponta Grossa na Primeira República**. 2018.

125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

OLIVEIRA, J. S. da; CAVEDON, N. R. Uma abordagem política das práticas cotidianas: um estudo etnográfico num circo. **RiGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 81-104, jan./abr. 2013.

ORLANDO, E. de A. “A bandeira e a cruz”: caminhos da trajetória intelectual da educadora Maria Junqueira Schmidt. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 65, p. 103-118, jul./set. 2017.

OSAWA, R. H.; RIESCO, M. L. G.; TSUNECHIRO, M. A. Parteiras-enfermeiras e enfermeiras-parteiras: a interface de profissões afins, porém distintas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 5, p. 699-702, set./out. 2006.

PEDRO, J. M. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 278-321.

PEREIRA, L. S. **Nísia Floresta**: memória e história da mulher intelectual oitocentista. 2017. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2ª reimpressão. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PETRUSKI, M. R.; CHAVES, N. B. O Preceito do Dia: educação e saúde no Diário dos Campos (1951-1955). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 18, v. 2, p. 292-315, 2013.

PORTELA, M. S.; PINTO, N. B. As cartas de Parker e a aritmética da escola primária na revista “A escola”, em tempos de César Prieto Martinez. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS DO ENSINO PRIMÁRIO (1890-1970): O QUE DIZEM AS REVISTAS PEDAGÓGICAS? 12., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC-PR, 2015. p. 237-246.

PROBST, M. F. **Instituto Paranaense de Ponta Grossa: 1871 a 1927**. 2013. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013.

RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: FONAPER, 2006. p. 6167-6176.

RAGO, E. J. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 199-225, 2000.

RAGO, L. M.; TREVISAN, G. S. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 67, n. 1, p. 347-351, jan./jun. 2019.

ROCHA, H. H. P. A educação sanitária como profissão feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 69-104, jan./jun. 2005.

SANTOS, T. M. dos. **Entre pedaços de algodão e bailarinas de porcelana: a performance artística do balé clássico como performance de gênero**. 2009. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, L. P. B. **Mulheres e revistas: a dimensão educativa dos periódicos femininos Jornal das Moças, Querida e Vida Doméstica nos anos 1950**. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2000. p. 1-18.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. A Escola Normal no Paraná na reforma de Prieto Martinez (1920): a base sólida da reforma racional de ensino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: CBHE, 2011, p. 1-16.

SCHILDER, C. F. **Transformações urbanas e construção simbólica da Praça Barão do Rio Branco, em Ponta Grossa – PR**. 2016. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SCHIMANSKI, E. F. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política local?** 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.

SCHWARCZ, L. Moderna República velha: um outro ano de 1922. **Revista IEB**, São Paulo, n. 55, p. 59-88, mar./set. 2012.

SCLIAR, M. História do conceito de saúde. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41, 2007.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, A. L. da. Flores de ébano: a educação em trajetórias de escravizadas e libertas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador, v. 4, n. 10, p. 299-311, jan./abr. 2019.

SILVA, T. L. B. da. **Os arroios no processo de urbanização de Ponta Grossa**. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SILVA, J. P. de S. da. Eny Caldeira e a formação do campo educacional no Paraná. In: VIEIRA, C. E.; STRANG, B. de L. S.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História intelectual e educação: trajetórias, impressos e eventos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 51-68.

SILVA, T. S. da. “Carências”: crianças, mulheres, famílias – as representações da medicina higienista (São Paulo, 1920-1930). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 12., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-8.

SILVA JUNIOR, N. **O fechamento dos cinemas em Ponta Grossa**: particularidades de um processo histórico-cultural. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

SIMÃO, G. T. **Fanny Paul Volk**: pioneira na fotografia de estúdio em Curitiba. 2010. 457 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SOIHET, R. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, Maringá, n. 15, p. 97-117, set./dez. 2006.

SOUSA, N. L. **O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

SOUSA, N. L. A escola normal de Curitiba e o ingresso de mulheres. In: NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P. (Orgs.). **História da educação**: instituições, intelectuais e imprensa. Curitiba: CRV, 2016. p. 151-168.

SOUSA, L. G. P. de; SOMBRIO, M. M. de; LOPES, M. M. Para ler Bertha Lutz, **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 315-325, jan./jun. 2005.

SOUZA, C. dos S. Entre permanências e rupturas: um estudo sobre a trajetória e as ideias educativas de Annette Macedo. In: VIEIRA, C. E. (Org.). **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: UFPR, 2007. p. 245-268.

SOUZA, E. F. de. **Intelectuais, modernidade e discurso educativo no Jornal “Diário dos Campos” (1907-1928)**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TELLES, A. M. V. **História da educação brasileira**: a mulher como protagonista da educação no ideário positivista 1880-1930. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

TELLES, N. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 73-83, jan./jul. 1989.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 401-442.

TELLES, N. Hienas de Inglaterra. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 67, n. 1, p. 17-45, jan./jun. 2019.

TOURINHO, M. A. C. **As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão**: entre o discurso da ordem e a subversão nas práticas. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

TRINDADE, E. M. de C. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TVARDOVSKAS, L. S. Introdução dossiê – Poéticas feministas na história, arte e literatura. **História: questões e debates**, v. 67, n. 1, Curitiba, p. 5-9, jan./jun. 2019.

VAZ, F. A. B. **Formação de professores no Paraná: a Escola Normal Primária de Ponta Grossa (1924-1940)**. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2005.

VENANCIO FILHO, A. As mulheres na Academia. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 7-43, 2006.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional brasileiro. In: LEITE, J. L.; ALVES, C. (Orgs.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, culturas e políticas**. Vitória: EDUFES, 2001, p. 25-54.

VIEIRA, C. E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. de (Org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WOELLNER, A. M. A voz da mulher na literatura. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 3, n. 3, p. 9-34, 2007.

ZANLORENSE, M. J. **Educação para o trabalho: a criação das escolas técnicas no Paraná (1900-1950)**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

ZANLORENSE, M. J.; NASCIMENTO, M. I. M.; SOUSA, N. L. Contexto e criação das escolas técnicas no Paraná republicano no início do século XX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”. 9., 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012. p. 761-775.

ZULIAN, R. W. **Catolicismo e educação em Ponta Grossa (1889-1930)**. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1998.